

O PROGRESSO COMO CATEGORIA DE ENTENDIMENTO HISTÓRICO:

um estudo de caso sobre a modernização da cidade de Anápolis-go (1930-1957)

JOSÉ FÁBIO DA SILVA

intuito editora

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Silva, José Fábio da
O progresso como categoria de entendimento histórico [livro eletrônico] : um estudo de caso sobre a modernização da cidade de Anápolis-GO (1930-1957) / José Fábio da Silva. -- 1. ed. -- Anápolis, GO : Editora Intuito, 2023.
PDF

ISBN 978-65-981154-0-1

1. Anápolis (GO) - História 2. Modernização I. Título.

23-169878 CDD-981.73

Índices para catálogo sistemático:

1. Anápolis : Goiás : Estado : História 981.73

Aline Graziele Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

Proibida a reprodução total ou parcial desta obra sem autorização prévia da Editora IntuitoI por qualquer processo, meio ou forma, especialmente por sistemas gráficos (impressão), fonográficos, microfílmicos, fotográficos, videográficos, reprográficos, entre outros. A violação dos direitos autorais é passível de punição como crime (art. 184 e parágrafos doCódigo Penal) com pena de multa e prisão, busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610 de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

1.a Edição - *Copyright*© 2023 dos autores
Direitos de Edição Reservados à Editora Intuito.

O conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade do autor. As normas ortográficas, questões gramaticais, sistema de citações e referencial bibliográfico são prerrogativas do autor.

Editor-Chefe Éder Mender
Revisão O autor
Capa e Diagramação Graziano Magalhães
Conselho Editorial Drª. Ana Karine Martins Garcia – Coordenadora GRU
PO DE ESTUDO E PESQUISA da HISTÓRIA DAS
PRÁTICAS DA SAÚDE E DAS DOENÇAS
vinculado ao CNPq
Drª. Clarissa Adjuto Ulhôa – Universidade Federal de Jataí
Drª. Cristina Helou Gomide – Universidade Federal de Goiás
Dr. Elias Manuel Silva Mota – Universidade de Rio Verde
Dr. José Fábio da Silva -
Dr. Marcos Antônio Menezes – Universidade Federal de Jataí
Drª Marina Silva Gregório – Universidade Federal do Tocantins
Dr. Murilo Borges Silva – Universidade Federal de Jataí
Me. Murillo Oliveira Soares – Rede Sesi/Senai de Ensino
Drª. Nathália de Freitas – Rede Privada de Ensino de Goiânia
Drª. Renata Cristina de Sousa Nascimento – Universidade Federal de Jataí/ Universidade Estadual de Goiás/ Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Drª Sandra Nara Novais – Universidade Federal de Jataí
Drª. Tatiana Franco Rodrigues Zanirato – Universidade Federal de Jataí



Você não sente nem vê
Mas eu não posso deixar de dizer, meu amigo
Que uma nova mudança em breve vai acontecer
E o que há algum tempo era jovem novo
Hoje é antigo, e precisamos todos rejuvenescer
(...)
No presente a mente, o corpo é diferente
E o passado é uma roupa que não nos serve mais
(Belchior)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....6

CAPÍTULO I
O progresso como categoria explicativa da mudança.....24

Progresso: a ideia e o discurso 36

Um conceito polissêmico 49

Progresso como comemoração 72

Progresso como descompasso 92

CAPÍTULO II
Percepções diferentes sobre a mudança cultural.....105

Entre o campo e a cidade 112

O Estranho 128

a) Os "turcos" 128

b) Os "crentes" 139

c) Os "freis" 152

A atriz e o acadêmico 158

a)Joan Lowell: Terra prometida.....158

b) R. L. Carmin: Anápolis: a fronteira agrícola.....171

CAPÍTULO III
O progresso como categoria de entendimento histórico.....187

"Antes do cinquentenário" ou os dois "cinquentenários" 197

O "primeiro cinquentenário".....201

O "segundo cinquentenário".....216

Depois do Cinquentenário.....229

O Correio do Planalto: três chaves interpretativas da memória histórica local.....235

a) Mudança constante 237

b) Predestinação.....249

c) Repetição.....262

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....271

LISTA DE SIGLAS

ACA: Associação Comercial de Anápolis

ACIA: Associação Comercial e Industrial de Anápolis

AIA: Associação Industrial de Anápolis

CANG: Colônia Agrícola Nacional de Goiás

CLRA: Club Lítero Recreativo Anapolino

DAIA: Distrito Agroindustrial de Goiás

FACEA: Faculdade de Ciências Econômicas de Anápolis

FAFISMA: Faculdade de Filosofia São Miguel Arcanjo

FAIANA: Feira da Agroindustrial de Anápolis

FOMENTAR: Fundo de Participação e Fomento à Industrialização do Estado de Goiás

HEG: Hospital Evangélico Goiano

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

UEG: Universidade Estadual de Goiás

UFG: Universidade Federal de Goiás

UNIANA: Universidade de Anápolis

INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é tratar o processo de modernização. Especificamente as formas como a modernização, enquanto processo, pode ser compreendida e vivenciada de maneiras distintas, levando em consideração o conjunto de experiências acumuladas ao longo do tempo por indivíduos pertencentes à comunidade que se moderniza. Anápolis, cidade de porte médio, com população estimada em 396.526 habitantes, segundo dados do IBGE, localizada no interior do estado de Goiás, foi o local escolhido para pensarmos esse processo. O recorte histórico no qual concentraremos nossas investigações situa-se entre as décadas de 1930 e 1950, sobretudo, entre os anos de 1935 e de 1957. Os traços e vestígios do passado que buscaremos para a compreensão deste espaço de tempo, como se verificará no decorrer do trabalho, extrapolam, em termos cronológicos, o recorte temporal por hora proposto. Abordaremos o processo de modernização, a partir das impressões, relatos e vestígios deixados pelos que o vivenciaram, tomando a cidade de Anápolis como um estudo de caso no qual se desenrolará essa proposta.

A princípio, modernização, refere-se a uma mudança da estrutura social, caracterizado muitas vezes a partir de um processo de industrialização gradativa. Em uma definição genérica seria a passagem de uma "sociedade tradicional" para uma sociedade de base industrial. Marcada necessariamente pela aquisição tecnológica e de seus respectivos produtos e costumes. A modernização é marcada por uma mudança estrutural geral na organização de uma sociedade. Não se resume, assim, somente à aquisição de novas tecnologias, embora seja condicionante desse processo.

> Nenhuma reflexão sobre a Modernização pode fugir de uma análise dos valores, das tendências, das atitudes e das motivações de cada indivíduo e dos grupos que podem influir positiva ou negativamente na aceitação e na produção de novas formas de agir social. (PASQUINO, 1998, p. 775).

Vista de uma perspectiva ampliada, a modernização refere-se a uma mudança estrutural nas formas de ações sociais impulsionada pelo advento da tecnologia industrial. Esse processo, contudo, não é marcado somente pela inserção tecnológica, mas por mudança na ordem política, econômica, social e cultural. Tratar de modernização não se restringe apenas a tentar compreender a inserção de novas tecnologias em uma localidade. Somada a este tipo de incremento existe também toda uma questão de âmbito cultural. A modernização não atinge somente parte da estrutura de uma sociedade, esta modifica-se como um todo.

> Desde que a civilização ocidental passou a predominar nos quatro cantos do mundo, a idéia de modernização passou a ser o emblema do desenvolvimento, crescimento, evolução e pro-

> gresso. As mais diversas formas de sociedade, compreendendo tribos e nações, culturas e civilizações, passaram a ser influenciadas ou desafiadas pelos padrões e valores sócio-culturais característicos da ocidentalidade, principalmente sob suas formas europeia e norte-americana. (IANNI, 2002, p. 97).

Devemos levar em consideração portanto que, ao mesmo tempo que a modernização atinge os valores da cultura na qual se insere, esta cultura, nomeada genericamente de tradicional, também influencia na estruturação local de um "ambiente moderno". Isso significa dizer que a multiplicidade de formas como a modernização se processa é dependente do ambiente cultural anteriormente construído e supera a sua definição conceitual pura.

Ao mesmo tempo, o processo de modernização tem importância por seu caráter globalizante. Por introduzir uma nova dinâmica na relação entre o global e o local. Por apresentar características que aproximam as mais diversas formas de sociedades e ao mesmo tempo gerar novas formas de interpretação e assimilação desse processo modernizante. Apesar de ligar o local ao global, ocorre de maneira distinta e adquire características próprias em cada região em que é introduzido. Conforme Black, a modernização deve ser pensando em escala mundial, entretanto, não se deve esquecer que esse processo, mesmo apresentando pontos em comum, não se dá de maneira equânime em todos os locais. Segundo Arrais (2013: 23), "a modernização no território goiano é carregada de certa positividade, de modo a nos fazer acreditar que sua constituição esteve livre de conflitos." Assim, conforme Berman, é preciso perguntar como ocorreu essa dinâmica em áreas "subdesenvolvidas", ou melhor,

como ocorreu a modernização em diferentes sociedades, já que esta caracteriza-se também por ocorrer em tempos e espaços distintos um do outro. O autor ressalta a importância de estudos específicos sobre a modernização lançando a seguinte questão:

> o que aconteceu nas áreas fora do Ocidente, onde, apesar das pressões crescentes do mercado mundial em expansão e do desenvolvimento simultâneo de uma cultura mundial moderna — a "propriedade comum" da humanidade moderna, como disse Marx no Manifesto Comunista —, a modernização não estava ocorrendo? É óbvio que nelas os significados da modernidade teriam de ser mais complexos, paradoxais e indefinidos. (BERMAN, 1986, p. 169).

Ao tomar a questão da modernização como tema deste trabalho, pensando-a na sociedade anapolina, visamos não só interpretar os fatores que geraram e causaram uma mudança sociocultural, mas analisar a própria interpretação da mudança, ou seja, pensar a modernização a partir de interpretações historicamente situadas.

> Ainda que os processo de globalização e modernização desenvolvem-se simultânea e reciprocamente pelo mundo afora, também produzem desenvolvimentos desiguais, desencontrados, contraditórios. No mesmo curso da integração e homogeneização, desenvolve-se a fragmentação e a contradição. Ao encontrar outras formas sociais de vida e trabalho, compreendendo culturas e civilizações, logo se constituem as mais surpreendentes diversidades. Tanto podem reavivar-se as formas locais, tribais, nacionais ou regionais como podem ocorrer desenvolvimento inesperados de ocidentalidade, capita-

> lismo, racionalidade. O mesmo vasto processo de globalização do mundo é sempre um vasto processo de pluralização dos mundos. (IANNI, 2002, p. 112).

Em sentido mais estrito, Anápolis foi escolhida como foco para se pensar esse tema por dois motivos básicos: Em primeiro lugar, pela proximidade e interesse do autor deste trabalho pela dinâmica do desenvolvimento desta cidade. Como defende Certeau, por meio do conceito de lugar social, o horizonte cultural de quem produz o "relato" também influência o resultado final de sua produção. "Toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção socioeconômico, político e cultural. Implica um meio de elaboração que circunscrito por determinações próprias" (CERTEAU, 1982, p. 65). Em segundo lugar, pelo próprio perfil histórico da cidade, que a insere dentro de três eventos que caracterizam o processo de modernização do Estado de Goiás como consequência direta da ação do governo federal: 1) a chegada da ferrovia – que ocorreu a nível estadual em 1911 e em Anápolis somente em 1935 – considerada como o pontapé inicial da modernização goiana; 2) a construção de Goiânia, distante 50 km de Anápolis, que associação a Marcha para o Oeste é interpretada como uma tentativa de superação do isolamento geográfico e do atraso ao qual o sertão estava submetido; 3) a transferência da capital federal para o Planalto Central, compreendida como parte de um projeto de unificação nacional. Segundo Silva:

> Anápolis foi uma cidade cujo desenvolvimento e importância se deve à sua consolidação como centro econômico. Nela se revelaram como nenhum outro lugar do Estado de Goiás as dinâmicas que explicam os processos de transformação sofridas pela região. (1997, p. 08).

Esse conjunto de eventos fundamentais e ao mesmo tempo "inauguradores" do estado de Goiás moderno consolidaram uma linha de interpretação da historiográfica regional goiana marcada por uma diversidade de métodos, de objetos de pesquisa e de recortes temporais, mas que tomavam o processo de modernização regional e o processo de mudança por ele imputado como fio condutor para a elaboração de sentido das narrativas históricas sobre o estado no decorrer do século XX. Essas narrativas foram pautadas na ideia de progresso e na consolidação da região como um local moderno e influenciaram também a grande parte da produção historiográfica acadêmica sobre Goiás.

Segundo essa perspectiva, a Estrada de Ferro é tomada como o primeiro transporte e comunicação modernos do estado de Goiás. A ferrovia, "tornou-se o principal agente transformador das antigas estruturas goianas; a modernização, estimulada pela via férrea, atingiu todos os níveis de organização da sociedade regional." (BORGES, 1982, p. 03). Chaul segue também a mesma linha interpretativa:

> Será a partir dos doze primeiros anos do século XX que Goiás iniciará seu processo de inserção no mercado nacional com mais vigor. Dois fatores serão de fundamental importância para explicar este fenômeno: o desenvolvimento da economia cafeeira no centro-sul do país e a penetração dos trilhos da estrada de ferro no território goiano. (CHAUL, 2010, p. 112).

A "história moderna" de Goiás, consolida-se também, a partir da construção de Goiânia, esta é tomada como o germe de uma mentalidade moderna para a população do Estado: "A constru-

ção de Goiânia, uma das grandes obras do Brasil na época, devolveu aos goianos a confiança em si mesmos e, em vez de pensarem na grandeza do passado, começaram a pensar na grandeza do futuro." (PALACIN; MORAES, 2008, p. 161). Goiânia também é interpretada como uma mudança de mentalidade:

> Assim, as transformações porque passa o Estado, decorrentes da implantação de uma mentalidade progressista/modernizadora parecem, aos olhos da população, advindas da vontade e das mãos do homem Pedro Ludovico. Consequentemente passa a ser visto como benfeitor de Goiás, como o homem que tirou o Estado do atraso, como o construtor de Goiânia... (MACHADO, 1990, p. 101).

A construção de Goiânia atribuiu um status de modernidade à Goiás de uma forma quase que instantânea, a transferência da capital funcionou como uma forma de "pular etapas" na constituição de um Goiás moderno. Chaul afirma que a consolidação de um Goiás moderno converge, então, na edificação física e simbólica da nova capital, independente das condições econômicas e estruturais de outras áreas do estado, o Goiás moderno inaugurou-se junto com a nova capital. Para o autor:

> Goiânia será então o símbolo maior da modernidade ou do progresso em Goiás. A representação da nova capital reuniu o tradicional e o moderno, expressos tanto nas formas como nos debates sobre a pertinência ou não da realização desta obra, nos quais ficam demonstradas as contradições daquela sociedade ao se confrontar seu modus vivendi com a questão da modernidade. Entre a perplexidade e a fascinação, a ideia de progresso iria sustentar as propostas

> políticas dos homens dos anos 30 em Goiás, traçando caminhos sinuosos e arquitetando novas formas de representação. (CHAUL, 2010, p. 170).

A construção do discurso que situa a cidade de Anápolis como cidade moderna, todavia, não se foca na construção de Goiânia. O discurso construído sobre Anápolis situa a cidade como uma cidade mãe da nova capital do estado. O discurso relativo à modernização da cidade tem como foco a chegada da ferrovia. Os demais eventos históricos do período como a Revolução de 1930, a Marcha para o Oeste, a expansão da fronteira agrícola ou mesmo a construção de Goiânia, tornam-se eventos explicativos para o desenvolvimento local, entretanto, perdem espaço se comparados com a chegada da ferrovia ao município.

A transferência de outra capital, desta vez a federal, ganhou mais espaço junto ao discurso modernista local. Brasília se constituiu como parte da elaboração discursiva em torno da identidade goiana:

> Os goianos esperavam pela redenção que representaria a transferência, desde que a comissão Cruls demarcara, em 1894, no Planalto Central, um quadrilátero cercando a região de três rios que se dirigiam para as três principais bacias hidrográficas do país. A imagem do coração marcou a construção da identidade goiana. A vida natural, autêntica, essencial, do sertão permitia reforçar a opção prática e realista da nacionalidade que encontra a si mesma no seu centro. É como fonte de vitalidade e renovação da brasilidade que Goiás se apresenta na luta mudancista. (SILVA, Luiz, 2010, p. 36).

Em nível nacional "as décadas de 30, 40 e 50 são o período básico de implantação do sistema industrial brasileiro." (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 05). Até a década de 1930, foram "construídas estradas e sistemas de comunicação que viabilizam tanto o escoamento de produtos para o Exterior, como o atendimento do mercado interno, que se expandiu com o aporte de capital para o setor agrícola." (MARQUES, 1994, p. 18). A modernização nesse período era compreendido como um suporte para a expansão de uma economia agroexportadora, que buscava favorecer, sobretudo, os grandes latifundiários brasileiros.

A partir da década de 1930, o governo federal passou a intervir de maneira mais direta na industrialização do país. A economia com base na agricultura obviamente não foi deixada de lado. Com a construção de Goiânia, e a expansão da fronteira agrícola em nível federal, esse processo ganhou novos contornos, caminhando junto a um processo de interiorização do país que tem como grande marco a construção de Brasília, iniciada no final da década de 1950. Ganhou corpo também outro aspecto do projeto modernizador nacional, a presença e influência das forças militares nesse processo e um discurso baseado na ideia do "progresso dentro da ordem".

> O regime de 37 queria uma rápida industrialização, expandindo, sobre uma industrialização de modernidade e de guerra empréstimos e estímulos oficiais. Não aderiu, apesar da nota aguda do nacionalismo, à tese dos industriais das trocas desiguais com os países adiantados, o que exigia, para reequilibrar o sistema, a industrialização em larga escala. (FAORO, 1992, p. 16).

Segundo Ianni, o processo de industrialização do Brasil pode ser dividido em três etapas. Na primeira, desenvolvida até a década de 1930, baseava-se no modelo exportador do café como foco econômico. O capital agrário era destinado a incentivar o desenvolvimento fabril. Entre 1930 e 1964, ocorreu a segunda etapa, marcada pela diversificação e expansão do setor industrial. A terceira etapa, iniciada a partir de 1964, foi marcada pela "internacionalização" da economia nacional, principalmente no setor industrial. Esse processo ocorreu de maneira distinta em cada região do país, levando em conta fatores como economia, política e avanço tecnológico e índice demográfico em cada uma delas.

Em nível local, Anápolis passou de produtora de café e arroz, no início do século XX, à cidade de economia de base comercial e industrial, ao final do mesmo. "Quando a ferrovia chegou, em 1935, a cidade se consolidou como polo comercial munido de uma arcaica indústria de transformação, como pode ser constatado pela concentração de máquinas de beneficiar arroz." (ARRAIS, 2013, p. 41). Nesse mesmo período, a construção de Goiânia "provocou uma grande imigração, principalmente de mineiros, e fortaleceu até a década de 1950 a centralidade econômica exercida por Anápolis (GO)." (FREDERICO, 2001, p. 115). Dessa forma, a cidade se destacou entre as décadas de 1930 e 1950 como um dos centros regionais de uma rede urbana[1], que em conjunto com cidades localizadas em pontos estratégicos da rede ferroviária, tinham a função de manter um fluxo comercial ou interligar os povoamen-

1 Segundo Frederico, a região Centro-Oeste integrava-se ao Sudeste pelas ferrovias, que, por sua vez, influenciavam a organização da rede urbana. As cidades localizadas em pontos estratégicos da rede ferroviária, como Anápolis (GO), Uberaba (MG), Uberlândia (MG) e Araguari (MG), assim como as capitais estaduais, Cuiabá (MT), Goiânia (GO) e Campo Grande (MS), exerciam a função de centros regionais. (2011: 116).

tos e cidades da região às grandes metrópoles nacionais, no caso, São Paulo e Rio de Janeiro.

Visamos assim pensar a modernização não somente a partir de conceitos que são tomados como suas características gerais, mas lançar um olhar contemporâneo sobre o passado. Inserir o pensamento atual na interpretação do passado com o intuito de compreender de uma maneira mais clara o que representou esse processo para os sujeitos históricos nele inseridos. Ortega y Gasset (1982, p. 27) afirma que "a nota mais trivial, porém ao mesmo tempo mais importante da vida humana, é que o homem não tem outro remédio senão fazer alguma coisa para manter-se na existência." As mudanças nas formas de experiência vivenciadas pelo ser humano necessitam de um sentido em sua existência, precisam de uma construção narrativa que o localize em um determinado ponto da cadeia temporal, que lhe forneça uma noção do presente, do passado e do futuro. Nesse contexto entra a História compreendida como uma reestruturação da experiência humana, uma narrativa que organiza e dá sentido às ações humanas no tempo. "Todo pensamento histórico em qualquer de suas variações é uma articulação da consciência histórica, aos princípios de metodização e às formas de uma argumentação histórica" (ARRAIS, 2008, p. 50). Esta articulação da consciência histórica, sob um ponto de vista histórico-filosófico, se torna possível graças a dois predicados constituintes da condição humana: a recordação e a esperança ou, em outras palavras, a possibilidade de se articular o passado e o futuro mediante uma constituição histórica. "A função do pensamento histórico, de orientar no tempo, decorre da divergência entre experiência e expectativa, própria ao homem como ser-espécie, da constante inquietação do coração hu-

mano, como diria Santo Agostinho." (RÜSEN, 2010, p. 145). Estes predicados ou modo de ser, como observou Koselleck, possibilitam aos sujeitos históricos tanto vivenciar a história, quanto ter conhecimento a cerca desta. Koselleck observa que:

> Esperança e recordação, ou mais genericamente, expectativa e experiência – pois expectativa é abarca mais que esperança, e a experiência é mais profunda que a recordação – são constitutivas, ao mesmo tempo, da história e de seu conhecimento, e certamente o fazem mostrando e produzindo a relação interna entre passado e futuro, hoje e amanhã. (KOSELLECK, 2006, p. 308).

O espaço de experiência e o horizonte de expectativa ocorrem de forma simultânea na articulação do tempo histórico. Todavia, não devem ser entendidos como simples pares opostos:

> Das experiências se pode esperar hoje que elas se repitam e sejam confirmadas no futuro. Mas uma expectativa não pode ser experimentada de igual forma. É claro que nossa expectativa de futuro, quer seja portadora de esperança ou de angústia, quer preveja ou planeje, pode refletir-se na consciência. Nesse sentido, a expectativa também pode ser objeto de experiência. (KOSELLECK, 2006, p. 311-2).

Este será um dos principais nortes deste trabalho. Tomaremos as expectativas produzidas no passado como "objeto de experiência" contido nas fontes históricas aqui utilizadas. Buscaremos, dessa forma, compreender como o processo de modernização foi apreendido por esta comunidade e demonstrar que: 1. a forma como a modernização foi vivenciada não constitui uma destruição da cul-

tura local por parte da cultura moderna e nem uma deturpação da cultura moderna frente a cultura local preexistente, mas somente uma forma de apropriação e interpretação deste processo a partir do conjunto de experiências vividas na vida prática dos indivíduos dessa comunidade (cidade de Anápolis). 2. A modernização não se constitui em um processo que somente mudou os aspectos estruturais e sociais dessa região, mas possibilitou uma nova maneira de se compreender o tempo histórico ou a maneira como as experiências e expectativas são articuladas na elaboração de sentido para o presente. "É a tensão entre a experiência e a expectativa que, de uma forma sempre diferente, suscita novas soluções, fazendo surgir o tempo histórico". (KOSELLECK, 2006, p. 313). 3. Esta maneira de se compreender e organizar as experiências vivenciadas na vida prática influenciaram na própria elaboração das narrativas históricas produzidas localmente. Inicialmente, entre as décadas de 1930 e 1950, tomaram a modernização não só como um processo histórico, mas como um modelo de articulação e interpretação da própria mudança temporal pautada, sobretudo, na ideia de progresso. Posteriormente, no decorrer da década de 1970, essas narrativas se consolidarem a partir de três chaves interpretativas da memória local: 1. Mudança constante, que "pode ser caracterizada como uma forma do saber histórico, na qual o tempo, como mudança, torna-se o sentido histórico do passado lembrado" (RÜSEN, 2007, p. 60); 2. Predestinação histórica: pela qual determinados elementos contidos na formação histórica local eram tomados como indicativos do presente vivido; e 3. Repetição: no qual um determinado padrão estrutural da história local foi constantemente repetido de modo a consolidar um modo específico de ser interpretar o passado.

Buscaremos os rastros dessa mudança não só no que é dito nos documentos oficiais ou os periódicos, mas em narrativas literárias ou memorialistas, de quem vivenciou tal processo e pôde registrá-lo a seu modo. De encontro à proposta de Ginzburg, buscaremos tomar o corpo documental utilizado neste trabalho como vestígios ou traços remanescentes do passado, que nos permitem por meio da narrativa histórica, ler "nas pistas mudas (...) uma série coerente de eventos" (1989, p. 152). Captar os traços e vestígios remanescentes do passado e compreender a maneira como jornalistas e intelectuais locais interpretaram as mudanças estruturais ocorridas na cidade. Para esse intento torna-se indispensável percorrer os impressos locais e sua busca em relatar a mudança ocorrida no município, o olhar estrangeiro e/ou do imigrante relatados livros, artigos ou entrevistas feitas a órgãos de imprensa, as datas festivas e as comemorações e seu consequente simbolismo, além de leis e decretos oficiais do município. Segundo Koselleck:

> Toda fonte ou, mais precisamente, todo vestígio que se transforma em fonte por meio de nossas interrogações no remete a uma história que é sempre algo mais ou algo menos que o próprio vestígio, e sempre algo diferente dele. Uma história nunca é idêntica à fonte que dela dá testemunho. Se assim fosse, toda a fonte que jorra cristalina seria já a própria história que se busca conhecer. (2006, p. 186).

Abordaremos assim, fenômenos particulares para compreender o fenômeno geral da modernização e, simultaneamente, tomaremos os aspectos gerais desse fenômeno para entender as formas de apropriação cultural e interpretação desse processo a partir

do caso da cidade de Anápolis. Em suma, percorrer a história oficial desse processo em nível regional e local e intercala-lo com os documentos e referenciais que o ajudaram a ser construída. Com isso pretendemos compreender como a interpretação atual do conceito de modernização e as teorias nestes imbuídas pode nos auxiliar a entender a formação histórica deste e sua relação semântica com o processo histórico-cultural registrado pelos que dele participaram. Com isso em mente dividimos o trabalho da seguinte forma:

1. No primeiro capitulo tomaremos o conceito de progresso como categoria explicativa da mudança da temporal. Percorremos os principais periódicos existentes na cidade entre as décadas de 1930 e 1950 rastreando as formas de uso e de interpretação do conceito de progresso junto a esse corpo documental. Privilegiaremos neste contexto dois períodos fundamentais para a formação histórica do município. Primeiro a chegada da ferrovia à cidade em 1935, considerada como um divisor de águas, no âmbito das narrativas históricas locais, na história do município. Segundo, nos concentraremos nos periódicos produzidos no final da década de 1950 – especificamente 1957: data de comemoração do cinquentenário local. Neste período, o conceito de progresso foi fundamental não só para a compreensão das mudanças ocorridas na estrutura da cidade, mas na consolidação da tradição histórica oficial local. Nosso foco nesse capítulo é captar as impressões produzidas internamente em relação ao processo de modernização da cidade, buscar compreender como o espaço de experiência dos sujeitos históricos envolvidos nesse período e registrados por meio do periodismo local apropriaram-se do conceito de progresso como uma forma de tornar cognoscível o processo de mudança ocorrido no cotidiano de seus habitantes, nas

relações da vida prática. Apesar de muitos desses discursos defenderem interesses políticos e partidários distintos, perceberemos que o uso da categoria de progresso, apesar de possuir uma semântica claramente definida, é usado e aplicado para interpretar a "realidade" social a partir das necessidades e determinados interesses tantos sociais quanto individuais.

2. No segundo capítulo retomaremos esse mesmo processo, seguindo também o mesmo recorte histórico. Desta vez, entretanto, partiremos da visão "estrangeira" sobre a experiência da mudança e sobre o processo de modernização local. Recorrendo principalmente a textos publicados por escritos e memorialistas locais. Com isso em mente, discutiremos a relação campo e cidade por meio do meio do conceito de sertão com o objetivo de demonstrar que não só a cultura local foi influenciada pela cultura moderna, mas que o processo inverso também ocorreu. Não houve assim o desaparecimento de uma cultura, mas uma apropriação e reformulação cultural marcada pela mudança e não simplesmente pela sobreposição de uma visão de mundo sobre outra. Por meio do conceito de estrangeiro ou de estranho desenvolvido por Simmel, buscaremos captar a visão destes sobre a cidade e seu processo de mudança. Enfatizaremos as mudanças ocorridas na cidade segundo a perspectiva de imigrantes sírio-libaneses, missionários protestantes e frades franciscanos norte-americanos. Analisaremos também dois textos produzidos por sobre a região por norte-americanos:o primeiro escrito sob a ótica de uma ex-atriz hollywoodiana, Joan Lowell Bowen no livro Terra prometida, e o segundo sob o ponto de vista de um acadêmico da Universidade de Chicago, o geógrafo Robert Leighton Carmin, que realizou sua pesquisa de doutorado em Anápolis entre os anos de

1947 e 1948, que foi publicada em 1953, com o título Anápolis, Brazil: Regional Capital an Agricultural Frontier.

3. No terceiro capítulo nosso foco será a interpretação histórica desse período produzida por jornalistas e memorialistas locais. Retomaremos ao mesmo recorte histórico, tratando não as formas de apropriação das experiências vivenciadas por meio do fenômeno da modernização em si, mas as interpretações produzidas em narrativas que buscaram sintetizar ou "pensar" a formação histórica da cidade. Privilegiaremos textos produzidos tanto dentro desse recorte histórico quanto textos referentes a esse período produzidos no decorrer da década de 1970. Nosso objetivo neste capítulo é abordar a maneira como esses escritos abordaram a história da cidade e compreenderam o processo de modernização sob um ponto de vista histórico e o organizaram temporalmente com o intuito de produzir sentido ao presente, representar o passado e projetar as possibilidades de futuro. Como fontes privilegiadas para essa análise, destacamos Dados Geográficos e Históricos sobre o município de Anápolis, escrito por Francisco Lopes de Azeredo Filho, publicado em 1938 pela prefeitura municipal para ser usado nas escolas da cidade; e Subsídios à História de Anápolis, escrito por João Luiz de Oliveira e publicado na Revista a Cinquentenária em 1957. Trabalhos produzidos pela imprensa local no decorrer da década de 1970, publicados pelo periódico Correio do Planalto, que circulou na cidade entre a década de 1970 e início da década de 1980, com destaque para: Anápolis: um enfoque histórico, de 1975, escrito por Wilson Ferreira Cunha, na época professor da FAFISMA (Faculdade de Filosofia São Miguel Arcanjo); e História econômica de Anápolis, escrito por George Duarte e publicado ao longo de oito edições do supracitado

periódico que circularam no segundo semestre de 1976, visando demonstrar a importância histórica da construção do Distrito Agroindustrial de Anápolis (DAIA), para o município.

A partir desse aparato documental buscaremos compreender como a experiência da mudança causada pela modernização da cidade no decorrer do século XX foi compreendida e construída no âmbito da escrita da história local nesse espaço de tempo. Conforme Rüsen:

> A história vai, para além das circunstâncias presentes da vida, às passadas. Ela faz o presente dissolver-se no passado. Ela faz isso para poder interpretar as experiências do presente, as intenções do agir e as expectativas do futuro, que estão de través com respeito ao ordenamento intencional do agir humano no fluxo do tempo, de maneira que as experiências do futuro, de maneira que as experiências e as intenções combinem." (RÜSEN, 2010, p. 140).

A série de mudanças políticas e econômicas pelas quais a cidade passava nesse período redefinia as suas expectativas em relação ao próprio futuro. Dessa maneira, podemos observar como o processo de modernização se tornou não só um modelo explicativo e interpretativo da história local, mas também um elemento estruturador de suas consequentes narrativas históricas. De maneira análoga ao palimpsesto, as narrativas históricas locais também foram (re)escritas "umas sobre as outras", mudando ou acrescentando fatos e eventos, mas conservando um mesmo pano de fundo no qual modelos explicativos e interpretativos (re)elaboraram as narrativas históricas locais à luz da passagem do tempo.

CAPÍTULO I –
O progresso como categoria explicativa da mudança

Em janeiro de 2004, o escritor Paulo Nunes Batista[2], escreveu um pequeno texto intitulado Anápolis, a que foi, que é e que será, no qual estabelecia um comparativo entre a cidade do início do século XXI e a Anápolis do final da década de 1940. No texto mencionado o autor dizia:

> Revejo-te 56 anos passados, quando a Praça Bom Jesus (teu cartão de visita), era apenas um largo esburacado, cheio de lama nas chuvas e de poeira na seca. (...).
>
> Não tinhas arranha-céus e nem asfalto e nenhuma Faculdade. (...).

2 Paulo Nunes Batista (1924-2019), poeta e escritor, nasceu em João Pessoa (PB) e residiu entre 1938 e 1960 em várias cidades do Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia, Minas Gerais e Goiás. Em Anápolis foi vendedor de folhetos, livreiro, dono de banca de revistas, cavoqueiro, alfabetizador, etc. "Seu primeiro folheto de cordel foi publicado em Anápolis, em 1949, na Tipografia do jornal "A Luta" de A. G. Pinto. Na década de 1960, foi professor de Português do colégio comercial de Anápolis." (MARTINS, 1986, p. 457).

> Hoje, teus edifícios de muitos andares furam o céu. Estás toda asfaltada no centro e em muitos bairros. Tens várias emissoras de rádio e TV, uma imprensa ativa e até Universidades. És, como o teu DAIA, a capital industrial de Goiás. O progresso chegou para ficar.
>
> Será que amanhã já resolveste os teus problemas sociais? De que adianta uma bela cidade ainda com gente desempregada e faminta, infâncias e velhice indigentes, roubos, assaltos e a Insegurança Pública nas ruas? Quero o teu Povo feliz numa cidade limpa, bonita e humana. É o que desejo neste 2004. (FERNANDES, 2007, p. 190).

Esse texto demonstra uma forma de interpretação da realidade característica dos seres humanos, perceber o presente a partir de um comparativo com o seu conhecimento sobre o passado e das expectativas que tem em relação ao futuro. Nos orientamos no presente a partir dessa relação entre passado e futuro. Pensando no caso específico de Anápolis, podemos acrescentar a essa perspectiva uma tentativa de compreender o processo de modernização vivenciado pelos habitantes da cidade no decorrer do século XX. Encontramos textos similares ao de Paulo Nunes Batista em outros momentos da história da cidade. Em conferência na cidade em julho de 1966, Jarbas Jayme escreveu:

> Fechando os olhos do corpo, que já perderam o brilho da vitalidade, e abrindo os da alma, cujo brilho é eterno, num retrospecto ao passado, eu vou ler nesse "Livro das Horas", que é a bela e monumental cidade de Gomes de Sousa Ramos e Zeca Batista, livro que, cada época,

> marcou a sua página com uma folha de malva, a fim de rever o que está numa curva longínqua dos tempos idos. (...).
>
> Voltando a página do "Livro das Horas", eu vejo a evocativa ermita do Senhor Bom Jesus, pequenina, construída de esteios e adobes, no meio do chapadão (...).
>
> Rebuscando, à luz das tochas de minha lembrança, nas trevas de mais de 50 anos, eu sinto reflorir, na alma, os ecos do passado, os gritos de uma vida distante, em que nada mudou, no decorrer dos lustros. (...).
>
> Veneremos, portanto, a memória augusta daqueles que construíram os alicerces deste grande marco da civilização, que é a magnífica cidade de Anápolis, a capital econômica do Estado de Goiás.
>
> E aqui, fecho o "Livro das Horas", com o término da leitura daquela página marcada com uma folha de malva e simulo apagar a lâmpada de uma lembrança. Na página seguinte, está a Anápolis de hoje, com os seus letreiros luminosos, com seus colégios e hospitais, com suas ruas asfaltadas e congestionadas, com seus automóveis, com estrada de ferro, etc. Não é a Anápolis que vivi e hei-de viver.
>
> (...) Palpita aqui, a seiva do progresso. Que o anjo bendito da paz entorne sobre esta terra a cornucópia das bênçãos e prosperidade que Deus nunca regate aos povos ordeiros e laboriosos. (BORGES, 1975, p. 249- 257).

Perspectiva similar pode ser encontrada em um discurso proclamado na Câmara Municipal pelo, então, vereador João Luiz

de Oliveira, em dezembro de 1947, por ocasião do aniversário de 60 anos de emancipação política do município:

> Rememoremos alguns fatos desde a fundação desta localidade. Lá pelos anos de 1860 a 1870, poucos prédios havia aqui. (...).
>
> Realmente, esta terra teve um longo período de estacionamento motivado pela deficiência de transporte... Com o movimento de caminhões começou o desenvolvimento de Anápolis que passou a ser o ponto de concentração das tropas, que abasteciam o norte. Com a chegada dos trilhos e abertura das estradas para a colônia agrícola, os garimpos de cristal e para outros lugares, Anápolis veio a ser o ponto de partida de caminhões, como tinha sido de tropas. São essas as principais razões do progresso verificado nos últimos anos. (...).
>
> Prestemos, pois, a nossa comovida homenagem a memória de todos que, de qualquer modo, contribuíram para o progresso deste município. (...). Quantos deles, aqui do alto da praça Bom Jesus, não olharam, deslumbrados as matas verdes e extensas que ficam para o oeste e corajosamente, nelas penetraram. (...) Anápolis hoje em muitos aspectos se assemelha a diversas cidades do interior de S. Paulo. (...). Há arranha-céus que causam admiração aos visitantes procedentes de grandes centros. (...) concito a todos os meus colegas pra, (...) elevarmos bem alto o nome de Anápolis, o que somente conseguiremos procurando as melhores soluções para os complexos problemas que se nos apresentam. (MOURA, 2012, p. 27-31).

Podemos notar nestes fragmentos uma tentativa de explicar

e compreender historicamente as mudanças ocorridas no município tendo como base a categoria de progresso. Temos isso claramente em João Luiz de Oliveira: "São essas as principais razões do progresso verificado nos últimos anos" (MOURA, 2012, p. 31), em Jarbas Jayme: "Palpita aqui, a seiva do progresso" (BORGES, 1975, p. 257) e também em Paulo Nunes Batista: "O progresso chegou para ficar" (FERNANDES, 2007, p. 190). A categoria de progresso, mais do que um termo utilizado para designar as mudanças estruturais e culturais ocorridas na cidade no decorrer do século XX, é um elemento fundamental para entender a maneira como a própria experiência do tempo foi articulada no decorrer desse período na tentativa de produzir sentido ao conjunto de experiências vivenciadas nesse interim pelos moradores dessa localidade.

O termo progresso tornou-se não apenas uma palavra que designava a mudança, mas uma categoria chave na elaboração de um sentido histórico capaz de articular o presente, o passado e o futuro, tanto da cidade quanto a de seus moradores, a partir de uma perspectiva evolucionista. Podemos notar isso na maneira como cada autor se refere a Praça do Bom Jesus, localizada no centro da cidade, ao relatar o passado da região. Oliveira, em 1947, buscou compreender a impressão dos que primeiro chegaram àquela localidade: "Quantos deles, aqui do alto da praça Bom Jesus, não olharam, deslumbrados as matas verdes e extensas que ficam para o oeste e corajosamente, nelas penetraram" (MOURA, 2012, p. 30). Jayme, em 1966, relembrou das romarias existentes nas décadas de 1920 e 30 ao local no qual, à época, havia apenas uma pequena capela[3]: "eu vejo a evoca-

3 A Igreja do Bom Jesus surgiu a partir da iniciativa de imigrantes baianos residentes na cidade. Mais tarde, segundo Jarbas Jaime "o padre Henrique Esquierdo de Oliva, vigário da paróquia, promove a festa do Bom Jesus, que se passou a realizar, no primeiro domingo de setembro, e se trans-

tiva ermita do Senhor Bom Jesus, pequenina, construída de esteios e adobes, no meio do chapadão" (BORGES, 1975, p. 249). Batista, em 2004, por sua vez, recorda do local na década de 1940 apenas como "um largo esburacado, cheio de lama nas chuvas e de poeira na seca" (FERNANDES, 2007, p. 190). Cada um dos autores, ao seu modo também buscam compreender, também, as possibilidades de futuro a partir do momento no qual cada escrevia. Assim, Oliveira falava dos "arranha-céus' que deslumbravam os forasteiros, mas também lembrava de problemas complexos que precisavam ser solucionados; Jayme desejava "bênçãos e prosperidade" para a cidade; Batista reivindicava atenção as diferenças sociais.

Compreender a maneira como o processo de modernização foi concebido no interior goiano, tomando apenas uma cidade como estudo de caso, envolve duas premissas básicas. A primeira, que nos mesmos produzimos uma interpretação do passado a partir de um conjunto de outras interpretações destes, construídas em diferentes contextos. A segunda, e também fundamental, implica em compreendermos que ao observarmos o passado, também se faz necessário vislumbramos as possibilidades de futuro construídas em cada um desses momentos históricos analisados. Seguindo uma constatação feita por Paul Ricouer, Barbosa destaca que o "passado tinha um futuro", e que nós somos o futuro desse passado. A autora afirma que:

> Assim, não nos cabe cobrar – baseando-nos em uma vivência posterior – ações desses homens

formou em grande romaria, tão frequentada quanto a de Trindade." (BORGES, 1975, p. 249).

> do passado. Para eles, nós éramos o desconhecido, o futuro, o inteligível. E eles para nós – mortos que transformamos em vivos – continuarão sendo sempre o passado, o desconhecido, o inteligível. (2007, p. 249).

Os vestígios desse passado inteligível, citado pela autora, que chegam até nós se transformam também na possibilidade de interpretarmos, mesmo que a partir de uma perspectiva contemporânea, a maneira como estes homens do passado articularam o conjunto de experiências vivenciados em seu tempo com estes foram capazes de produzir sentido ao presente e articulá-lo por meio de narrativas históricas tanto com o passado quanto com o presente. Este será o foco deste capítulo, compreender como a categoria progresso foi fundamental nessa formação e compreensão de mundo. Este termo se torna fundamental por sua característica peculiar de aglutinar em seu significado tanto uma gama de experiências adquiridas do passado quanto por descortinar um horizonte de expectativas em relação ao futuro. Segundo, Koselleck, este foi "o primeiro conceito genuinamente histórico que apreendeu, em um conceito único, a diferença temporal entre experiência e expectativa" (2006, p. 320). Tomaremos como nossos vestígios do passado a maneira como esse conceito foi utilizado pela imprensa da cidade de Anápolis, das décadas de 1930 a 1950, na tentativa de tornar cognoscível o conjunto de mudanças pelos quais a cidade passou nesse período. Dois momentos da história de Anápolis, relatados nas páginas dos periódicos locais, serão privilegiados. Inicialmente, partiremos da maneira como o conceito de progresso foi utilizado na década de 1930 na construção da ideia de uma cidade em constante desenvolvimento. Devido a chegada da ferrovia em 1935, a cidade vivenciou

um momento de expansão comercial e crescimento demográfico. Esse evento foi apropriado no decorrer do tempo como a abertura da cidade para o progresso, o início da Anápolis moderna, na interpretação dos que vivenciaram aquele momento. O segundo momento que privilegiaremos é o final da década de 1950, com a transferência da capital federal para o Planalto Central a cidade vivenciou, assim como toda a região em torno da capital, uma nova expectativa em relação ao futuro da região. O evento, todavia, que foi fundamental na para a interpretação da formação histórica do município nesse período foi outro. Em 1957, Anápolis completou cinquenta anos de elevação a categoria de cidade, as comemorações em torno desse evento promoveram uma constante busca e revisão do passado da cidade. O conceito de progresso nesse momento ganhou uma perspectiva histórica, não definia apenas o desenvolvimento tecnológico ou econômico, mas possibilitou uma construção de sentido que promovia uma explicação para o momento histórico até então vivenciado, uma articulação deste com o passado e uma perspectiva a ser seguido para o futuro.

A imprensa local teve um papel importante na compreensão do conjunto de mudanças ocorridas na cidade de Anápolis no decorrer do avanço do seu processo de modernização, pois foi por meio dos órgãos de imprensa que os planos de políticos e de empresários locais e a visão de jornalistas e de intelectuais puderam ser transmitidas e discutidas naquela época. Os discursos produzidos no decorrer desse período procuraram dar sentido ao conjunto de mudanças estruturais pelas quais a cidade passava. O conceito de progresso foi fundamental nessa construção de sentido. Por meio do uso

e atribuições desse conceito a imprensa local pode tornar cognoscível e elaborar um sentido para o processo de mudança social infligido pela modernização. Segundo o jornalista Juarez Bahia, a imprensa tem uma condição intermediária junto à sociedade. "É da natureza do jornalismo levar a comunidade, direta ou indiretamente, a participar da sociedade." (2009, p. 19). Essa condição da imprensa junto a sociedade obviamente não funciona de forma neutra e muito menos acabada.

> Um texto jornalístico não trata apenas de um assunto, mas do que pudemos saber sobre ele. Na compreensão do texto, estão embutidos os processos da produção discursiva, as decisões que o jornalista tomou ao escrevê-lo, as informações que ele não conseguiu obter, o cuidado ao relatar certos fatos, os links causais que seu autor fez e deixou de fazer. (STEINBERGER, 2005, p. 89).

A imprensa tem uma relação com o tempo presente, que é levar ao público os fatos e eventos que acabam de ocorrer, a ideia primordial do jornalismo seria, assim, o de manter o cidadão informado.

> Dessa forma, os pontos de vista sociais variam de grupo para grupo, de forma a produzir conflito grupal, devido a diferenças de suas cognições sociais, já que cada grupo social tem um ponto de vista específico e que só é comum, para seus membros, intragrupo. (SILVEIRA, 2006, p. 209).

Apesar de conter inúmeras visões, muitas vezes conflitan-

tes, em seu interior, o periódico, como um órgão informativo serve também a determinados interesses. Isso não quer dizer que todo o seu conteúdo deva ser visto com o intuito de ludibriar ou desfazer, embora isso possa ocorrer, certos grupos em detrimento de outro. A publicação de um periódico pressupõe a relação com um determinado público. "A ênfase em certos temas, a linguagem e a natureza do conteúdo tampouco se dissociam do público que o jornal ou revista pretende atingir." (LUCA, 2011, p. 140). Ao mesmo tempo, a informação fornecida em um periódico não está isenta de partidarismo, conteúdos ideológicos específicos e interesses particulares.

> Estudar as relações das diferentes formas de comunicação com os ritmos sociais ajuda a entender a produção de sentido na duração. E se o jornalismo é articulador de temporalidades particulares, ele não pode servir a todos. Às tiranias do tempo também correspondem tiranias comunicacionais. (MATHEUS, p. 222).

Dessa forma, um periódico impõe uma marcação temporal relativa ao intervalo de suas publicações, mas também refletem o interesse do conteúdo das ideias hegemônicas correntes cotidianamente. Isso não impede o surgimento de jornais que sigam ideias que não estejam sintonizadas com a elite política, a insatisfação ou falta de visibilidade de alguns setores encontraram também na imprensa uma maneira de ser propagada. A imprensa funciona, dessa forma, como um meio de circulação de ideias – vinculadas a aspectos políticos, sociais, culturais, religiosos e/ou ideológicos – presentes em uma sociedade. A imprensa tem como uma de suas funções relatar acontecimentos ocorridos em seu tempo. Os periódicos têm, assim, a função de informar e de deixar o seu público atualizado sobre os

assuntos contemporâneos. Para o historiador, entretanto:

> Os jornais são vistos como vestígios de um tempo passado que requerem interpretação e confrontação com uma série de fontes e também como lugar de confrontação com uma série de outras fontes e também como lugar de convergência de múltiplas textualidades de uma época, que incorporam não somente a visão de mundo de seus donos, mas também outras visões conflitantes em circulação nas sociedades em que estão inseridos. (MATHEUS, 2001, p. 26).

Dessa maneira, os periódicos serão tratados aqui como vestígios de um conjunto de impressões sobre a organização temporal e espacial produzidas no passado. O conjunto desse número de vestígios nos permite, então, rastrear, dentro de um determinado espaço de tempo, permanências e rupturas existentes nesse conjunto de impressões.

> Pensar a mudança como parte do processo, no qual estão envolvidos particularismos, repetições, restos, que o passado legou ao presente, é fundamental na operação historiográfica. Certamente, há muitas maneiras de fazer história e diversas formas de se debruçar sobre o passado. (BARBOSA, 2007, p. 14).

Esses vestígios legados pelo passado, contudo, não surgem de forma completa. O próprio relato jornalístico em si é lacunar, "o volume de páginas concedido a um assunto é uma média entre a importância que ele tem para o editor e a quantidade de material a que o jornalista teve acesso." (STEINBERGER, 2005, p. 89). Além do "alcance" do relato soma-se para o historiador o fato de,

em muitos casos, não se ter acesso a edições completas ou a todos os periódicos que circularam em um período. Assim como o trabalho do jornalista é limitado pelo volume de páginas e pelo acesso às informações disponíveis para se construir uma notícia, o trabalho do historiador é limitado por esse mesmo acesso e existência a fonte ou vestígios de pesquisa. A quantidade e qualidade desses vestígios tornam possível a construção de um saber histórico sobre um "lugar do não-saber". "Maior espaço é concedido a certos fatos de acordo com a sua importância, mas também segundo o acesso à documentação." (STEINBERGER, 2005, p. 91). Dessa maneira, ao buscarmos os traços e vestígios deixados sobre o passado contidos nos órgãos de imprensa anapolinos das décadas de 1930, 40 e 50, tecemos um emaranhado de informações compostas por um número limitado de discursos previamente selecionados tanto pelo editor de um determinado periódico, quanto no decorrer da elaboração, a partir de um recorte temático e temporal, deste texto em questão. Buscar as nuances, usos e atribuições do conceito de progresso na imprensa anapolina, se constitui em um procura por fragmentos e vestígios desses periódicos e de edições ou partes destas que sobreviveram ao tempo.

Progresso: a ideia e o discurso

Jornalistas do Sertão foi o título de um artigo, escrito por Pitanga Prado[4], para a revista A Cinquentenária, publicada na cidade de Anápolis, em 1957. O artigo tratava da dificuldade em se conciliar a profissão de jornalista e outros afazeres que pudessem reder algum rendimento financeiro em pleno sertão goiano. O autor ressaltava a grande diferença entre ser jornalista no interior ou sê-lo nas grandes metrópoles, onde "os profissionais da pena, além de ganharem suficientemente, dispõe de recursos outros que lhes facilitam o exercício de seus misteres e poupam-lhes tempo e trabalho." (A Cinquentenária, 1957, p. 26). Esse modo de se fazer jornalismo, quase "artesanal", no qual o jornalista sertanejo deveria se dedicar a praticamente cumprir todas as funções no editorial de um jornal constitui-se uma das principais características da imprensa anapolina do período, no limiar entre as possibilidades fornecida pelo avanço tecnológico e as dificuldades de se manter uma profissão que ainda não havia se consolidado naquele ambiente. "Entre as décadas de vinte e setenta, Anápolis teve 46 jornais, alguns diários, outros semanais, além de jornais literários ou de entidades de classe, em geral esses periódicos foram de curta duração." (O Centenário, 11-2005).

4 Pitanga do Prado, pseudônimo de Waldemar Epaminondas Pereira. Nascido em Minas Gerias (17-10-1911), trabalhou como tipógrafo e jornalista em periódicos desse estado. Mudou-se para Anápolis em 1951, atuou como tipógrafo do periódico *O Anápolis* até 1970, data que esse periódico encerrou suas atividades.

Esses jornais surgiram ligados a convicções políticas ou a instituições que pudessem financiá-los. Muitos deles desapareceram com o tempo e restaram apenas algumas poucas edições, em muitos casos, incompletas. Isso dificulta o trabalho do historiador, mas não o impede. Esses impressos registaram, cada um a seu modo, uma visão particular da cidade de Anápolis e de seu desenvolvimento nas primeiras décadas do século XX. Esse desenvolvimento foi frequentemente associado a ideia de progresso, este foi um termo central na apreensão da mudança ocorrida no município em decorrência do processo de modernização local. A categoria de progresso é uma constante nos periódicos locais, muito embora sua acepção esteja relacionada a um amplo espectro de motivações e alinhamentos políticos, desde ideias de esquerda de cunho anarquista a ideias mais conservadoras, que acompanhavam os ditames políticos de cada período. É a partir dessas acepções e usos do conceito de progresso, que a imprensa local pode definir a experiência histórica da modernização no município. Justamente por isso o termo progresso possui tamanha relevância para a análise dos processos no qual a cidade de Anápolis se insere. É preciso lembrar, nesse sentido, que "a história se condensa em conceitos como meio de elaboração da experiência humana, e os conceitos possuem uma história que se pode rastrear através dos tempos." (VILLACAÑAS; ONCINA, 1997, p. 28). Ao pensarmos o uso da categoria progresso no contexto sócio histórico de Anápolis das décadas de 1930 a 1950, falamos não apenas do uso do termo como uma palavra que torna cognoscível para o sertanejo as modificações estruturais que ocorrem a seu redor, falamos também de um termo exaustivamente utilizados pelas elites políticas e empresarias locais para justificar a permanência ou substituição de um determi-

nado grupo político por outro. Essas lideranças eram influenciadas pelas mudanças ocorridas em nível federal e estadual.

Dessa maneira, progresso não será tomado somente como um conceito que possui história própria e auxilia na elaboração da experiência humana, este também será percebido enquanto parte de um discurso que possuía fins e intenções determinadas não só pelo contexto histórico em si, mas pelas relações políticas e sociais nele presentes. O discurso em torno da ideia de progresso, assim, não deixava de estar presente. Essa eficácia do conceito de progresso no discurso político é uma herança da influência do modelo de civilização europeu no pensamento brasileiro.

> As inovações viabilizadas pela tecnologia foram adquirindo um caráter de qualidade intrínseca, gerando rotulações de "progressistas" para quem as aprovava e de "conservadores" ou "reacionários" para quem as criticava. A doutrina do progresso acabou se incorporando à filosofia do século XVIII e foi se convertendo em um credo que os constantes avanços tecnocientíficos ratificavam ao criar produtos e serviços que se transformaram em objeto de desejo e símbolos do progresso. (DUPAS, 2006, p. 12).

No caso de Anápolis, em consonância com o discurso em nível estadual das primeiras décadas do século XX, e acentuado a partir da revolução de 1930, esse "objeto de desejo" girava em torno da modernização local.

> "Modernidade", "ruptura com o atraso", "marco do progresso" se tornarão categorias sociais que sintetizarão, de acordo com essa relação de forças, as representações sobre a revolução de

> 1930 em Goiás, sobre o papel desempenhado pelas oposições antes de 1930, sobre a ascensão e permanência de Pedro Ludovico como liderança política, sobre a construção da nova capital e, em última análise, sobre os marcos explicativos daquele período. (ARRAIS, 2013, p. 98).

Nessa perspectiva, falar em progresso era falar em inovação tecnológica, e como os "tempos modernos" era caracterizado como uma época de inovação e novas descobertas tornou-se comum confundir ambos os termos e trata-los, em alguns casos, como sinônimos. Contudo, devemos estar atentos a essas contradições conceituais. O problema não é associar progresso ao avanço tecnológico, ou a própria ideia de moderno, o perigo está em cristalizarmos a ideia presente nos discursos políticos daquele período, no qual o que é moderno é associado não só a uma evolução tecnológica, mas também a uma evolução ou melhoramento moral.

> É preciso, pois, investigar como o progresso obtido pela evolução do conhecimento, entendido no sentido de um desenvolvimento significativo na qualidade de nossa civilização, acaba sendo aceito por amplos segmentos da sociedade como uma verdade (DUPAS, 2011, p. 65).

"A teoria do progresso humano envolve uma visão do passado e uma profecia sobre o futuro. Ela é baseada numa interpretação da história que enxerga a humanidade avançando lenta e indefinidamente em uma direção desejável." (DUPAS, 2006, p. 30). O autor considera a ideia de progresso uma ideologia (no sentido de um discurso hegemônico que não corresponde com a realidade vi-

vida). A ideia de progresso, todavia, construiu as bases da sociedade moderna e, por sua vez, da globalização, mediante um discurso que não se realizará de fato, o "estágio final" dessa ideia demonstra-se irrealizável, meramente utópica.

> A palavra progresso está longe de ser dotada de univocidade semântica e consenso conceitual. (...) Ao mesmo tempo que investigaremos as origens e o desenvolvimento dessa idéia-força que se confunde com um discurso hegemônico encastelado no anseio universal de uma marcha para a utopia. (DUPAS, 2006, p. 22).

Dessa maneira, mesmo que irrealizáveis em termos práticos, os discursos gerados em torno da categoria progresso são fundamentais para compreendermos a maneira como o processo de modernização foi apreendido, articulado e compreendido no período estudado. Em meio à dinâmica da sociedade da época, palavras como progresso e moderno, mais do que os significados semânticos a elas atribuídas, era a forma de tornar aquele processo cognoscível para o sertanejo, e uma maneira do historiador identificar rupturas e permanência naquele ambiente cultural.

Devemos nos atentar para o fato de que no início do século XX, o termo moderno, por exemplo, era apenas uma palavra de uso pouco "prático" no sertão. No âmbito europeu, o termo "moderno" foi atribuído a conjunto de mudanças vivenciadas constantemente pela sociedade durante seu processo de modernização, ocorrido principalmente entre os anos de 1750 e 1850. Para definir essas mudanças na concepção de tempo da Koselleck enumera quatro processos histórico-semânticos: a temporalização, a ideologização, a politização e a democratização. Feres Junior destaca que os dois primeiros

dizem respeito de maneira mais estrita à semântica dos conceitos ao passo que os dois últimos estão ligados aos processos sócio-políticos de utilização do vocabulário. A temporalização "acontece quando o conceito passa a integrar grandes teorias da história, ou ele mesmo introjeta grandes narrativas em seu arco semântico." (2010, p. 34). A ideologização "diz respeito à crescente generalização sofrida por alguns conceitos, que passam a representar não objetos particulares (ex: histórias, direitos, liberdades etc.), mas entidades totais e universais (história, direito, liberdade etc.)" (FERES JUNIOR, 2010, p. 34). Já politização "corresponde ao uso de conceitos como instrumentos de debate público, inclusive para desacreditar, humilhar e desmoralizar adversários" (FERES JUNIOR, 2010, p. 34), por fim, democratização "é o processo pelo qual os conceitos sociais e políticos passam a ser utilizados por um número cada vez maior de pessoas". (FERES JUNIOR, 2010, p. 34). Sendo assim, os conjuntos de mudanças sociais e culturais ocorridas na Europa foram extremamente drásticas não só no pensamento das elites políticas, atingiu a sociedade de uma forma geral e introduziu camadas sociais até então excluída da participação direta na vida política no âmbito das discussões sócio-políticas.

Ao ser inserido e cada vez mais utilizado no ambiente sertanejo o termo "moderno" possuía em si uma carga semântica, mas compreendido a partir do conjunto de experiências vivenciadas no cotidiano pelo sertanejo. A princípio o termo não tinha muito sentido em termos de vivência para o sertanejo, era uma palavra que fazia referência ao que vinha de fora e, gradativamente, era inserida ao vocabulário local:

> O moderno, entrando, na linguagem do sertão como um novo verbo, liberta-se da lei e da or-

> dem gramatical, da regência fixa condenada a operar eternamente com os conceitos simples de certo e errado, do congelamento semântico e ortográfico das palavras dicionarizadas. (RONCANI, 2006, p. 52).

Processo similar ocorreu com o termo progresso. No contexto sertanejo era aplicado ao que não pertencia ao sertão. No contexto dos discursos políticos e jornalísticos ganhava duas funções básicas: demonstrar e denotar o avanço econômico e suas consequências, e/ou como crítica política, defendendo a necessidade de algum tipo de mudança ou meio para tal. No sentido semântico recorrente em escala global, Dupas identifica dois sentidos diferentes atribuídos à palavra progresso, o primeiro como "marcha para a frente" e o segundo como "transformação gradual". Ambos os sentidos parecem encaixar-se quando pensamos uma sociedade em contexto de mudança, no entanto, devemos estar atentos ao fato que, ao tomarmos progresso e moderno (ou modernização) como sinônimos damos a entender que ao falarmos em moderno estamos falando também de uma espécie de evolução social, que colocaria as culturas modernas como superiores as demais e, assim, como uma cultura capaz de sobrepujar outras manifestações menos "evoluídas". O que pretendemos demonstrar aqui é que, ao pensarmos a cultura sertaneja e em uma subsequente mudança de hábitos devido a chegada de elementos típicos de uma cultura moderna, não estamos falando no fim de uma cultura e início de outra, mas em choque cultural que só pode ser "resolvido" a partir das condições histórico-sociais que se desenvolveram posteriormente. Uma cultura não elimina a outra, apropriam-se simultaneamente e adaptam-se ao contexto ao

seu redor. Como isso, podemos:

> tornar visíveis as contradições que existem entre o conceito de progresso – como utilizado para justificar o discurso hegemônico da acumulação – e a evolução dos padrões civilizatórios associada à realização cada vez mais plena das potencialidades humanas em direção à justiça, à eqüidade e à garantia de um porvir. (DUPAS, 2006, p. 12).

Organizar e planejar a experiência do tempo é um fator primordial no modo de ser humano. Todavia essa experiência não é fixa, se modifica através da própria ação do tempo e reflete as relações humanas de forma distinta dentro de cada sociedade. Para compreender a importância da experiência do tempo e apreendê-la a partir do uso de determinados conceitos em um contexto histórico-social, é preciso lembrar que o tempo não se constitui como um "objeto da experiência", "mas como a premissa da experiência, ou, mais precisamente, como 'forma de experiência'." (GUMBRECH, 2008, p. 12). O tempo, neste caso, se fundamenta nas estruturas da consciência humana. A percepção do presente se dá mediante uma estrutura dual da consciência que Gumbrecht chama de "retenção" e "proteção", ou o que tradicionalmente se define como lembrança e expectativa. A relação estabelecida no terreno da experiência do ser humano entre o antes (passado) e depois (futuro) que propiciam a percepção de um presente. Esta experiência antropológica, típica da condição humana, foi cuidadosamente abordada por Koselleck a partir de categorias históricas "espaço de experiência" e "horizonte de expectativa". Compreender como essas categorias organização a experiência temporal é fundamental para compreensão do uso feito

de determinados conceitos por sociedades distintas. Nesse aspecto, os pressupostos teóricos da história dos conceitos podem nos orientar a compreender de maneira mais clara os usos e atribuições dadas ao termo progresso junto a imprensa da cidade.

> A história dos conceitos põe evidência, portanto, a estratificação dos significados de um mesmo conceito em épocas diferentes. Com isso ela ultrapassa a alternativa estreita entre diacronia ou sincronia, passando a remeter à possibilidade de simultaneidade e da não simultaneidade que pode estar contida em um conceito. (KOSELLECK, 2006, p. 115).

Assim não basta pôr em evidência os significados correntes ou definir previamente o que vem a ser progresso, é preciso também compreender suas formas e situações de uso na interpretação do próprio processo de modernização e na forma como este era compreendido no âmbito das relações políticas e sociais do local e do tempo estudado. O termo progresso não pode ser tratado somente como um conceito a ser definido, mas também como uma ideia que sustentava em nível linguístico as ações políticas locais tomadas no decorrer daquele momento histórico. Nosso objetivo aqui, então, não é definir o termo progresso e aplicá-lo como uma categoria de análise da mudança social frente ao processo de modernização da cidade de Anápolis. Pretendemos identificar os usos e formas no qual esse conceito foi utilizado pela imprensa e, em contrapartida pela política local, na tentativa de tornar cognoscível a experiência da mudança vivenciada no município entre as décadas de 1930 e 1950.

Nesse contexto, a imprensa local tornou um veículo pro-

pagador do discurso político alicerçado na ideia de progresso. A imprensa foi importante nesse processo por ser uma prática social, um modo de interação entre as pessoas transmitido por meio discursivo. "O discurso está situado na relação do social com o individual, pois os usuários da língua falam/escrevem e entendem-se, seja como membros de um grupo social, seja como um indivíduo." (SILVEIRA, 2006, p. 221). Assim, a imprensa mais do que um veículo informacional é um meio de interação social, transmitido através de uma língua corrente e sob os pressupostos de uma dada organização social e cultural. Sem a linguagem, as experiências de vida, as ações sociais e os acontecimentos históricos não poderiam ser transmitidos, as manifestações culturais não funcionariam sem o uso de um código linguístico. Contudo, nem a experiência, nem as ações sociais e nem os acontecimentos históricos se reduzem a articulação linguística. "Pois em cada acontecimento entram numerosos fatores que nada têm a ver com a linguagem, e existem estratos da experiência que se subtraem a toda comprovação linguística." (KOSELLECK, 2006, p. 267). No caso de um periódico impresso, por exemplo, para além do conteúdo nele presente e transmitido linguisticamente, existem formas distintas de se marcar o tempo.

> A experiência do jornalismo engloba mediações temporais que incorporam diferentes sistemas de medição. Medição e mediação são operações semelhantes. Além de serem artefatos de contagem do tempo, no sentido de transposições dos dias, os jornais também articulam representações de tempos pretéritos e narram experiências de presente. (MATHEUS, 2011, p. 139).

A maneira como este tempo se organiza não se restringe

somente as articulações linguísticas, ou seja, às notícias e às informações redigidas em suas páginas. O intervalo de publicação de um periódico, a quantidade de páginas e o seu modo de circulação muito têm a dizer sobre as formas de articulação de uma dada sociedade. A quantidade de periódicos que circulam no mesmo período também pode demonstrar os diferentes pontos de vista que coexistem em uma sociedade e as divergências políticas desta. A partir do momento que um impresso ganha certa periodicidade passa também a contribuir para a formação de uma noção de tempo em uma sociedade.

> A contribuição do jornalismo para a percepção do tempo se daria de duas maneiras. A primeira, pela inserção no cotidiano dos objetos que dão suporte ao jornalismo: a televisão, rádio, computador, aparelho celular ou o jornal impresso. A segunda, pelas múltiplas dimensões temporais abertas no cotidiano pelas narrativas jornalísticas. Ambas as formas – material e narrativa –, porém, complementam-se na confrontação das noções de tempo, com suas implicações na percepção do sentido histórico e, consequentemente, nas ações cotidianas. (MATHEUS, 2011, p. 17).

Essas duas formas de inserção não se diferem totalmente uma da outra. São tão indissociáveis quanto simultâneas, pois, "o próprio ritmo de inserção – diário, mensal – é já um regime narrativo, assim como a narrativa também possui existência material." (MATHEUS, 2011, p. 17). Os periódicos têm uma relação direta com a organização do tempo e do espaço no qual circulam. Não fundam uma noção de tempo em si ou delimitam um espaço, mas reforçam determinados pontos dessas noções correntes socialmente a partir de

interesses e ideias a ele associadas.

Entre 1930 e final da década de 1950, inúmeros periódicos circularam no município de Anápolis. Em sua maioria tiveram vida curta, sendo O Anápolis, o que manteve maior periodicidade, circulando até os dias atuais. Esta relação entre periodicidade e circulação, pode demonstrar, para além do conteúdo informacional e opiniões neles contidas, um conjunto de eventos e interações sociais que, apesar de mediados pela linguagem, não estão completamente sujeitados a ela. Assim, ao analisarmos e selecionarmos os periódicos que circularam em Anápolis no decorrer do período estudado, seguiremos dois caminhos distintos. Primeiro, abordaremos o conteúdo semântico, os interesses e as informações neles veiculados. Para esse intento nosso foco será o uso do termo progresso nesses veículos de informação. Procuraremos interligar a maneira como esta categoria foi utilizada levando em consideração tanto o contexto histórico de cada período quanto a vinculação política e ideológica de cada periódico. Com isso buscaremos fugir da armadilha contida neste tipo de análise, que é "buscar no periódico precisamente aquilo que queremos confirmar, o que em geral acontece quando desvinculamos uma palavra, uma linha ou um texto inteiro de uma realidade" (LUCA, 2011, p. 117). Segundo, pensaremos esses impressos a partir da relação entre discurso e sociedade e entre circulação e periodicidade. Dessa maneira, poderemos confrontar os diversos usos da categoria progresso correntes na sociedade local neste período e as maneiras como este foi utilizado discursivamente neste processo.

Dos periódicos que obtiveram maior destaque neste cenário. No período estudado a maior parte circulou na primeira metade

da década de 1930. No geral, estes apresentavam o mesmo formato: edições de quatro páginas, noticiários, reportagens de interesses diversos, pequenas propagandas do comércio local, notas sobre a administração pública e um espaço reservado para poemas em uma ou outra edição. Os temas que circulavam em torno de tais periódicos estavam associados frequentemente a um libreto comum: a noção de progresso, inerente aos discursos dos revolucionários de 1930. Cada um a sua maneira, procurava divulgar, em nome do progresso local, as necessidades e mudanças pelas quais a cidade passava naquele período. Chaul (2010, p. 175) afirma que "no acidentado terreno das ideias da década de 1930, em Goiás, reinava o discurso sobre o progresso, ao qual se apegarão os políticos e intelectuais goianos, deliberados a combater a decadência e o atraso presumidos até então". Tomaremos assim, a polissemia inerente ao conceito de progresso e os discursos jornalísticos formulados a partir deste, como uma categoria que buscava explicar e tornar compreensível o processo de mudança pelo qual a cidade passava no decorrer daquele período. Buscaremos assim, delinear a teia de significações atribuída ao conceito de progresso, veiculada na imprensa anapolina entre as década de 1930 e 1950, tomando tal conceito como um vestígio do passado, e partindo do pressuposto que "a tarefa da história não é, pois, recuperar o passado como ele se deu, mas interpretá-lo". (BARBOSA, 2007, p. 13).

Um conceito polissêmico

Os órgãos de imprensa influenciaram diretamente na consolidação e consequente valorização da ideia de progresso no município. Periódicos locais como O Verbo, Voz do Sul e O Annapolis se tornaram militantes em prol do que se tornaria o grande marco do progresso anapolino na década de 1930: a chegada da estrada de Ferro Goyas ao município. Antes da chegada da ferrovia em solo anapolino, os periódicos locais se tornaram grandes defensores do prolongamento da ferrovia, ser favorável à ferrovia, conforme O Verbo, era ser "vanguardeiro do progresso", para o periódico: "o prosseguimento da Goyaz ao Araguay depende somente dos companheiros de luctas e do jornalismo goyano. Sejamos, pois os vanguardeiros do progresso." (O Verbo, 15-12-1931). A ferrovia era tratada não só como um meio de incentivar o desenvolvimento local, mas como a própria representação do progresso: "Agora, porém, podemos registrar com summa alegria, a notícia do prosseguimento do progresso vivo, que é, de facto, a via férrea." (Voz do Sul, 28-02-1932). A medida que se aproximavam os trilhos da cidade os periódicos atribuíam características cada vez mais concretas a palavra progresso, quanto maior a expectativa em relação a chegada da ferrovia menor o seu "caráter abstrato". Em 1931, se falava em "vanguardeiros do progresso" (O Verbo, 15-12-1931), no ano seguinte em "progresso vivo" (Voz do Sul, 28-02-1932), em 1933, este prometia "residir" na

própria cidade:

> Com a chegada provável da ponta dos trilhos da Goyaz em julho, a esta terra, teremos a super conquista do anno, que está correndo, por quanto, com a ferrovia, virá o progresso que tanto necessitamos para o escoamento de nossos produtos. (Voz do Sul, 22-01-1933).

À medida que os trilhos se aproximavam da cidade, passavam também a ser responsabilidade da população local. Os cofres públicos não tinham verba suficiente para as obras necessárias para o funcionamento da ferrovia, como a construção de um prédio para a estação. Os periódicos passaram a ser um meio de incitar a população, ou ao menos a parte da população que tivesse meios para isso, a facilitar a construção de obras ligadas à expansão ferroviária que atingia a cidade:

> Como se trata de uma acquisição importatissima para a nossa querida Annápolis, achava eu de toda conveniência que nós, os annapolinos, facilitemos, quer por preços redusidos, que por donativos, a compra de material para construção de um edifício moderno e confortável, como vae ser a nossa futura estação. (Voz do Sul, 05-02-1933).

As campanhas em relação à ferrovia tornaram-se tão constantes nos periódicos que influenciaram toda uma interpretação historiográfica, posterior, relativa a esse período da história da cidade. Não é possível afirmar até que ponto as ideias correntes em um periódico são compartilhadas pela população de uma forma geral, Polonial, todavia, afirma que:

> A cidade toda foi influenciada por essas idéias de modernização. Sucediam-se prédios novos, com a instalação "... de um moderno bar e café, de rádio, fábrica de sorvete, de gelo, cervejaria...", paralelamente, também, ocorria a reconstrução das velhas casas. Acreditava a população que tudo precisava ser feito, para não permitir críticas dos visitantes, que certamente viriam com os trilhos. (2011, p. 47).

Havia certamente uma preocupação por parte do poder público quanto a aparência da cidade, ao menos para os dias próximos a sua inauguração. A prefeitura chegou a "distribuir circulares pedindo a cooperação de todos os annapolinos no sentido de asseio e aformosamento da cidade" (O Annápolis, 28-04-1935). Segundo Polonial, com a aproximação da inauguração da ferrovia no município houve "a preocupação com a educação dos anapolinos para enfrentar a nova era de progresso, bem como a preocupação com o aumento da produção" (2011, p. 49). Chiarotti, baseado em Freitas (1995), chega a apontar a adoção de um "novo padrão de cultura", o autor afirmar:

> Estabelece-se, desse momento em diante, um novo padrão de cultura, pois se faziam necessárias, para a chegada da ferrovia à cidade, grandes mudanças que visavam a solapar um comportamento sertanejo para um mais urbano. Por intermédio da Prefeitura Municipal e pela intelectualidade local, estas mudanças ocorreram, o que levou a cidade se sentir preparada para o recebimento da estrada de ferro. (CHIAROTTI, 2011, p. 39-40).

As mudanças citadas pelo autor puderam ser sentidas pri-

meiramente nos aspectos estruturais da cidade e, a partir destes, atingiram alguns hábitos cotidianos dos moradores locais. Ferreira cita que no período houve melhoramentos no fornecimento de energia elétrica, estabelecimento, em 1934, de "regras e modelo para os açougues" (FERREIRA, 1981, p. 64), quanto aos hábitos dos moradores, com a chegada da ferrovia, a autora afirma que além do "Club Lítero Recreativo Anapolino, Cine Áurea e dos passeios no jardim da praça João Pessoa, o povo anapolino passou a contar com mais uma distração: ir à estação, para ver a chegada do trem..." (FERREIRA, 1981, p. 67). Polonial também enfatiza as mudanças ocorridas nos "aspectos dos costumes e da mentalidade" (2011, p. 49) baseado em reportagens recorrentes no O Annapolis em meses anteriores a inauguração da ferrovia. O periódico destacava tanto mudanças estruturais que ocorriam no período, como a construção de uma praça em frente a estação ferroviária, onde antes funcionava uma cemitério: "O local, outr'ora triste, começa a tomar um aspecto agradável." (O Annapolis, 28-04-1935), quanto a necessidade de mudanças que "precisavam" ocorrer, como o fato da prefeitura "distribuir circulares pedindo a cooperação de todos os annapolinos no sentido de asseio e aformosamento da cidade" (O Annapolis, 28-04-1935). Essas interpretações, entretanto, devem ser relativizadas na medida em que essas mudanças atingiam foram construídas a partir do discurso recorrente nos periódicos do período. As mudanças ocorridas na cidade, citadas pelo autor, de fato atingiram os aspectos culturais, entretanto, ocorreram devido às mudanças recorrentes na estrutura urbana. Na época o município contava com pouco mais de 33.000 habitantes e apenas cerca de 25% destes residiam na área urbana, ou seja, não dá pra tomar essa mudança de padrão cultural como algo

homogêneo e nem afirmar que a mesma ocorreu de maneira drástica. Embora a imprensa local trabalhasse para reforçar essa ideia de mudança e de confluência com os "novos tempos", como podemos notar no trecho abaixo:

> Annapolis, perdoem-nos a franqueza, já não poderá se apresentar como uma pacífica cidade sertaneja, onde na quietude de suas ruas maltratadas seres irracionais desfructam verdes gramíneas e, junto às portas da cidade braquejam túmulos com restos mortaes de seus antigos habitantes!...
>
> O nome de Annapolis percorre nas azas da fama longinquas regiões, tendo se extravasado para além das fronteiras goyanas, e, innumeras pessoas esperam tão somente a realização do sonho annapolino para, de visu, certificaram do seu decantado progresso e grandeza. (O Annapolis, 31-03-1935).

Assim, podemos afirmar que houve uma preocupação, expressa na imprensa, por parte do poder público em "apropriar" a dinâmica da cidade às mudanças que eram realizadas. Mas a expectativa gerada em relação a um evento e os discursos expressos sobre o mesmo limitam-se a um determinado ponto de vista, e não podem ser generalizados de maneira homogênea a sociedade como um todo. Não correspondem ou expressão necessariamente todas as atitudes e opiniões geradas diante do evento de fato. Segundo nos conta Valdira de Souza:

> (...) mamãe, Dona Maria, aqui chegou no ano de 1934.

> Ela assistiu à inauguração da Estrada de Ferro Goiás, em Anápolis, em 1935, e me contou que a mesma foi muito alegre e festiva. Quando a locomotiva apitou, lá longe, gente saiu correndo de medo, pra todo lado. (SOUZA, 2008, p. 57).

O relato anterior demonstra como a reação diante do novo não pode ser homogeneizada. Não é possível "moldar" todo um sistema cultural e adaptá-lo as necessidades na medida em que estas surgem. A mudança cultural é um processo lento e gradativo. Mesmo que fatores externos impulsionem esse processo, ainda assim é preciso um tempo (aliás, o tempo é o principal elemento para essa mudança) para que isso se consolide. Os discursos contidos nos periódicos pressupõem uma aceitação geral da população a esse processo de mudança. Essa ao menos era a mensagem que os principais periódicos correntes na cidade durante esse período buscavam construir: a ferrovia representava o progresso e o progresso traria consigo a "civilização". Alguns meses antes da inauguração da ferrovia O Annapolis reforçava de maneira entusiasta este discurso:

> Vamos receber dentro poucos dias a verdadeira e única portadora da civilização: – a E. de Ferro!
>
> Vamos entrar em contacto com o mundo civilizado. Vamos receber diariamente pêssoas vindas de todas as partes; uns para estudarem nossas possibilidades; outros para empregarem capitaes e muitos, na maioria, para aproveitarem nossa terra, a fertilíssima terra anapolina, para, com seus braços dar à Goyas o augmento de suas rendas com o desenvolvimento da lavoura! (Annapolis, 21-04-1935).

Tomando o tanto o crescimento econômico registrado no município na época, quanto a promessa em torno deste, esses órgãos buscavam consolidar os discursos das elites locais e construir a ideia que com o desenvolvimento da cidade os demais problemas sociais seriam resolvidos. "O mito do capitalismo racional previa que o progresso ocorreria consolidando-se um ciclo virtuoso de crescimento econômico" (DUPAS, 2011, p. 138). Dessa forma progresso significava, simultaneamente, mudança e espera. Mudança por que o desenvolvimento da cidade era visto a olhos nus: a chegada da ferrovia, a construção de "arranha-céus", ou a instalação de luz elétrica. Além da chegada de equipamentos destinados ao entretenimento e ao conforto, que mudavam gradativamente os hábitos cotidianos, de quem pudesse deles usufruir:

> Raio-Victrola no C. L. R. A[5].
>
> Soubemos que o C. R. L. A. vae brevemente adquirir uma possante radio-vitrola, para o que já existe parte dos fundos necessários. Logo seja installada, em dois poderosos alto-fallantes, o salão será diariamente franqueado aos sócios, que alli encontrarão, além de biblioteca, jornais, revistas e jogos de salão, uma bôa musica e notícias diversas pelo rádio, em uma ambiente da mais franca camaradagem e rigorosa seleção. (O Annapolis, 22-03-1936).

Espera por que isso era gradativo, não dava pra "modernizar-se" do dia para a noite, sendo assim, determinados setores deve-

5 Club Lítero-Recreativo Anapolino (C.L.R.A.), fundado em 1934 pelos dois engenheiros Luiz Caiado de Godoy e Manuel Gonçalves da Cruz, pelo desenhista Orlando Mota e pelo dino da tipografia do periódico Voz do Sul Sebastião Guimarães. Em decorrência do clube surgiria no ano seguinte o O Annapolis, que se tornou o mais importante periódico da cidade. Em 1936 mudou seu nome para Club Recreativo Anapolino (C. R. A.).

riam esperar a consolidação de outros para que, posteriormente, a cidade se desenvolvesse por completo.

> Está prestes a se transformar em realidade o velho e aspirado sonho de todos os fabricantes de Annapolis. (...).
>
> Precisamos, entretanto, comprehender, desde já, que com o advento ferroviário ainda não conseguimos tudo o que precisamos para elevação e grandeza da nossa cidade. (O Annapolis, 31-03-1935).

Nos discursos desses periódicos uma realização prescindia a outra, cada setor desenvolver-se-ia, dessa forma, ao seu tempo. Nessa perspectiva não bastava a chegada da tecnologia ao município, era preciso que indivíduos, apontados pelos periódicos, com "espírito progressista" fossem capazes de pegar as rédeas da situação e fazer o progresso acontecer.

> O sr. J. F. Valente, prefeito local, não tem medido sacrifício para melhorar Annapolis e quer, ainda neste mez iniciar a construção de uma estrada desta cidade à Nova Capital, passando justamente por fazendas que produzem com abundância.
>
> Construir estradas, alfabetizar o povo deve ser o lemma de todo governo progressista. (O Annapolis, 28-07-1935).

A imprensa se colocava, dessa maneira, como a guardiã da ideia de liberdade por ser este o estado necessário para que as grandes

transformações ocorram. Segundo Souza, é a partir desse discurso que a imprensa defende os seus próprios interesses ou, no caso, os interesses defendidos por seus editores:

> Aqui, estabelece-se a sua relação com o progresso, sinaliza que as transformações da sociedade ocorrem a partir da arena superior, o campo das idéias, são frutos de uma luta pacífica (sem conflito, isto é, derramamento de sangue), na qual, a razão iluminada, o trabalho intelectual exercido pela imprensa, é indispensável. (SOUZA, 2008, p. 65-6).

O progresso mencionados nesses primeiros periódicos que circulavam na cidade não associava-se somente ao avanço e/ou chegada de novas tecnologias, embora estas fossem um fator crucial para a manutenção desse discurso. A expansão das comunicações também era uma peça chave para esse desenvolvimento. Dessa maneira, a imprensa, como órgão informativo também era interpretada como parte desse processo, a própria possibilidade de se transmitir informações, a própria plataforma na qual o progresso era descrito também era símbolo deste.

Apesar de ser uma peça chave na interpretação da mudança causada pelo processo de modernização no município, a categoria progresso não se restringia a apenas uma forma de uso nesse período. Periódicos como A Luta e O Operário, segundo Souza, "são exemplos de como o progresso que chegava a Anápolis não atendia aos interesses daqueles que eram os responsáveis pela produção de riquezas: os trabalhadores." (2007, p. 99). As ideias que estão em harmonia com os interesses das elites locais circulam com maior facilidade, os demais encontram uma maior dificuldade quanto a isto.

No caso de Anápolis podemos perceber isso em periódicos de orientação esquerdista. Estes circularam por um curto espaço de tempo e/ou de forma irregular quanto a periodicidade. Esses periódicos apresentavam outros pontos de vista em relação ao desenvolvimento da cidade, o conceito de progresso, no entanto, não deixava de ser uma das engrenagens que compunham os discursos oposicionistas.

A Luta, fundado em 1931, por Antônio Gomes Pinto, deixou de funcionar em 1952, "com diversas interrupções, acompanhando, aliás, a personalidade estranha de seu fundador, homem bastante inteligente, mas anti-social." (FERREIRA, 2011, p. 314). O escritor Tauny Mendes salienta que, a população local ignorava a existência deste jornal ou queria distância devido a linguagem e postura de suas publicações "frequentemente empregadas contra o governo estabelecido e as políticas públicas." (O Anápolis, 20/30-04-2010). Inicialmente o jornal divulgava-se de tendência anarquista, posteriormente, passou a ser um órgão vinculado ao PCB. Nas eleições de 1934, o jornal mostrava em suas páginas sua oposição declarada ao governo: "Enquanto os interventoriais promoverem comícios falando em liberdade e atirando baldões aos oposicionistas, a Coligação Libertadora vai vencendo galhardamente todos os obstáculos e prosseguindo em demanda ao triunfo" (A Luta, 09-09-1934). Nesse período sofreu forte repressão policial, mas isso não se constituía nenhuma novidade ao cotidiano do periódico.

> Houve ocasiões em que o Estado ampliou a repressão e, ao término de mais uma edição de seu jornal, A. G. Pinto se preparava para receber ordem de prisão e ter seu jornal empastelado (mistura desordenada de caracteres tipográficos, que eram muitas vezes apreendidos e

> jogados fora). Nessas ocasiões, preparava-se de modo a sofrer menos prejuízo e garantir trabalho posterior. (O Centenário, 05-2005).

O prolongamento da ferrovia pelo território goiano no período ajudou na circulação do jornal, que passou a ser conhecidos em outras regiões por simpatizantes de ideias comunistas no estado. Com um discurso mais ameno, mas em defesa das causas trabalhistas, O Operário circulou somente em 1933, fundado por Francisco Garcez Chiquito[6], líder da União Popular, sociedade aos moldes sindicais que buscava reunir trabalhadores rurais e urbanos. Esse quinzenário vinha com a proposta de ser um "defensor das classes populares", estampava na capa de suas edições: "Operários! Ajudemos uns aos outros". Mesmo com um discurso de inspiração comunista, o principal foco do periódico relacionava-se com os interessas da União Popular e de seus associados, não tecendo críticas tão diretas ao governo quanto A Luta. Não fazia oposição ao governo local, (o intendente da época, João Luiz de Oliveira, além de outras autoridades locais, publicou nesse órgão), procurava mais reivindicar os direitos dos trabalhadores do que propor mudanças políticas radicais. O patriotismo também era uma marca registrada do periódico, como podemos notar em uma de suas publicações, o poema Hymno à "União Popular":

> Operarios o nosso programa/ Tem por fim, nossa Patria elevar/ Ao mais alto e brilhante renome/ que consiga um paiz consquista./ Patriotismo, quem diz que não o temos?/ Pois estamos no peito a sentir/ O desejo que tenha esta terra/ O mais bello e risonho porvir... (O

6 Garcez também foi fotógrafo e líder dos escoteiros locais na década de 1950, além de ser o idealizador da urna do cinquentenário de Anápolis em 1957.

Operário, 15-03-1933).

Dentre os principais esforços deste periódico destacavam-se as tentativas de buscar a adesão por parte dos trabalhadores à União Popular, ressaltar a importância da educação para o trabalhador saber reconhecer seus direitos e mostrar a importância da participação eleitoral: "É dever de todo cidadão brasileiro qualificar-se eleitor para escolher conscientemente os dirigentes dignos de governar o Paiz." (O Operário, 15-03-1933). O discurso progressista não deixava de estar presente em suas páginas, a diferença entre os demais órgãos da época estava no foco deste progresso, que nesse caso, destacava a importância da educação neste processo. A União Popular, com o apoio da intendência, chegou a manter uma escola destinada "aos filhos dos operários filiados" à instituição:

> "a escola 'União Popular' está, dia a dia, encaminhando-se para o verdadeiro progresso. Mais de uma centena de creanças, recebe as necessárias luzes para a bôa educação e engrandecimento de Anápolis, de Goyas e do nosso querido Brasil." (O Operário, 15-04-1933).

Temos aqui outra característica da categoria progresso, também recorrente em periódicos, mas que aqui podemos perceber por meio da ideia de engrandecimento nacional por meio da educação: a ideia de desenvolvimento histórico. Conforme Nisbet, a ideia de progresso remete a um ideal de "desenvolvimento histórico" (1985, p. 122). Educar as crianças é tomado como sinônimo do "encaminhar para o verdadeiro progresso", isso remete a perspectiva de uma continuidade histórica baseada na ideia de desenvolvimento. Dessa maneira, o progresso é percebido não só como uma forma de

evolução social, mas também individual. A tecnologia para a sociedade e a educação para os indivíduos. Essa forma de se perceber o progresso implica em uma característica básica dos "tempos modernos": perceber a história como algo evolutivo e ao mesmo tempo universal. Tanto os periódicos que alinhavam seu discurso com as elites locais quanto os periódicos de tendência esquerdista que circulavam na cidade no decorrer da década de 1930 compartilhavam de um discurso favorável em relação ao progresso. O que diferenciava suas concepções era o modelo ideal de progresso e a maneira como este deveria ser atingido. Os que apoiavam o governo abertamente defendiam que o avanço das comunicações e da tecnologia resolveria os demais problemas sociais, os periódicos de cunho esquerdista defendiam que o progresso ocorreria apenas com o desenvolvimento homogêneo da sociedade, seja com a melhoria de condições da classe trabalhadora, ou através de uma educação direcionada a todos os setores sociais.

Contudo, nem todos os periódicos desse período que não estavam em sintonia ou ativamente congruentes com as ideias políticas da época eram de esquerda. O X, por exemplo, era um semanário humorístico, de 1932, que satirizava o cotidiano local. Os diretores desse periódico, Adahyl Lourenço Dias e Waldemar Borges de Almeida, tornaram-se importantes jornalistas locais posteriormente. O X funcionava como um meio de entretenimento na época, "cidade pequena, sem divertimentos, sem distrações, os rapazes procuravam passar o tempo criando e se divertindo com as notícias do 'X'." (FERREIRA, 2011, p. 313). A estrada de ferro, por exemplo, que no início da década de 1930 não se tinha certeza se alcançaria ou não a cidade era tema dessas sátiras:

> Goyaz é o Estado mais cortado de Estrada de Ferro, e, até hoje, Annapolis não viu a sua cara, urge, portanto, que o governo definitivo mande a verbinha que prometeu embora ella não cubra as despesas mas, como o regimen é de economia, ao invés de E. de Ferro, será construída Estrada de Páu. (O X, 30-03-1932).

Apesar do discurso referente à Revolução de 1930 ter como base a ideia de mudança na postura política, nem todas as ideias progressistas eram bem aceitas por parte dos periódicos. O direito ao voto concedido às mulheres, apesar do tom irônico, era uma mudança que o periódico não via com bons olhos:

> Não podemos nos conformar com o direito concedido às mulheres.
>
> Se por acaso chegar a ser eleita uma presidenta do Estado, logo será nomeada uma outra Secretaria de Segurança Pública, uma capitôa, outra tenente, sargenta, caba e as menos protegidas naturalmente serão soldadas.
>
> Poderá um marido gostar que sua mulher seja soldada? (O X, 30-03-1932).

O tom aparentemente despretensioso do humor desse periódico demonstrava algumas das tendências conservadoras da época. Se por um lado, o progresso era bem vindo, por outro lado, determinados valores de cunho tradicionalistas deveriam ser mantidos. O periódico O Verbo, por exemplo, fundado por Jarbas Jayme, circulou entre setembro de 1931 e abril de 1932. Era de cunho humorístico, mas que tratava também de outros tipos de notícias. Por trás

de seu tom irônico, apresentava um discurso conservador, "as moças de Anápolis 'piavam fino' com O Verbo, que as criticava por seus namoros escondidos, modo de se vestirem, etc." (FERREIRA, 2011, p. 314). Em termos políticos estava em sintonia com a Revolução de 1930, "mas foi também o primeiro a criticar Vargas em 1932, na esteira da campanha pela constitucionalização do país." (POLONIAL, 2011, p. 79). Podemos notar o mesmo tom conservador em relação a participação da mulher na sociedade não só na década de 1930, mas no decorrer de todo o período estudado.

A Revista A Cinquentenária (1957), apresentava um artigo intitulado A mulher e a sociedade, de Othilia Emrich Portugal, que se propunha a discutir o papel da mulher na sociedade moderna. O texto ressalta as conquistas femininas ocorridas até então, enfatizando a importância da educação para a formação da mulher moderna. Sobre a mulher ocupar o lugar dos homens na sociedade a autora é enfática: "Isso seria bom, se ela possuísse uma personalidade idêntica à do sexo masculino, mas como tal não acontece ela não deve querer assemelhar-se-lhe." (A Cinquentenária, 1957, p. 88). Segundo a autora, "as mulheres cumprem no lar, melhor que em qualquer outra parte a função que Deus lhes confiou. (...) É muitíssimo melhor, no reino moral estar fóra de moda do que ser ultra-moderna." (A Cinquentenária, 1957, p. 88). É desnecessário dizer que tal conservadorismo não é uma característica somente da sociedade local, constituindo-se apenas um reflexo da sociedade em geral. O progresso e as mudanças por ele ocasionadas direcionam-se a setores específicos da sociedade. Existe assim uma dicotomia no processo de moderni-

zação, no qual se deseja mudar os aspectos estruturais e econômicos da sociedade e conservar os seus valores morais. O progresso, apesar de ser apontado como algo concreto por alguns periódicos, constitui-se simultaneamente como um ideal a ser alcançado, visando, sobretudo, o desenvolvimento econômico e tecnológico. Os valores tradicionais permaneciam como princípios a serem protegidos.

Dentro do período estudado, apenas dois periódicos anapolinos conseguiram conciliar circulação e periodicidade por um maior espaço de tempo: Voz do Sul e O Anápolis, ambos estavam em consonância com as ideias das elites políticas de cada período. Voz do Sul, fundado por José Lourenço Dias, circulou entre 1930 e 1936, foi um dos representantes locais do discurso progressista propagado a partir da Revolução de 1930. Em suas páginas toda e qualquer novidade era tomada como prova do progresso e dos benefícios consequentes da Revolução de 1930 e compreendida como "prova" concreta do desenvolvimento local. Quando chegaram ao município os primeiros aviadores do Correio Nacional, o periódico não apenas transmitiu a notícia como se colocou como parte da mesma.

> Goyas recebe nos braços irmãos os intrépidos argonautas do espaço que vem trazer a palavra sagrada abrindo-lhe ao futuro novos horizontes e fechando o elo de todas as capitais, dessa maneira unindo, num esforço dignificador as metrópoles das vinte unidades federativas da Nação.
>
> Annapolis que se tornou a filha dileta do Estado, e que amanhã sera o centro irradiador do trabalho e da riqueza coletiva, pela voz de seu prefeito e de seu povo, pela do Foro local e pela

> "Voz do Sul", vem por meu intermédio dar as boas-vindas e vos agradecer, nobres pioneiros do ar, a valiossíma contribuição que trouxestes para a obra da nossa grandeza e da nossa prosperidade. (Voz do Sul, 1932).

No caso do O Annápolis apenas pequenas notas em uma ou outra edição demonstravam alguma discordância com os interesses políticos do período no qual circulou. Fundado em 31 de março de 1935, inicialmente como informativo do Clube Recreativo Anapolino, foi o principal impresso local daquele período. Encontra-se em circulação até os dias atuais, passou por diversos donos, teve uma pausa em suas publicações entre as décadas de 1960 e 80. Na mesma perspectiva que o Voz do Sul também reproduzia o discurso das elites locais, apesar de se colocar como um veículo que lutava pelos interesses dos anapolinos independente de questões partidárias. Em suas primeiras edições tinha como lema: "Tudo por Annapolis e Goyas". (O Annapolis, 29-12-1935). A sua postura editorial, entretanto, não confirmava tal discurso. "Apoiou a implantação do Estado Novo, bem como a deposição de Vargas. Era fiel ao interventor goiano, Pedro Ludovico Teixeira, pelo menos até a sua deposição de 1945." (POLONIAL, 2011, p. 77-8). Em edição comemorativa de seu segundo aniversário podemos notar a consonância entre o discurso progressista do período e a sua relação aos arautos de 30:

> Com a vitória da Revolução de 1930, o Município de Anápolis entrou em franco e rápido desenvolvimento, pois já existia em nossa terra, uma plêiade de homens amantes e ciosos da grandeza da cidade maravilhosa, trabalhando e construindo os alicerces da nova Anápolis. (O Annapolis, 31-03-1937).

O Annapolis, entrou em circulação em um importante período da história da cidade de Anápolis. No mesmo ano a Estrada de Ferro Goyas chegaria ao município e daria um novo impulso a economia local. Daquele momento em diante a pequena cidade de Anápolis passaria por mudanças que reconfigurariam sua estrutura urbana, política, econômica e social, essas mesmas mudanças embasariam ainda mais os discursos que anunciavam a chegada do progresso e dos tempos modernos ao município. Nas páginas da primeira edição do jornal O Annapolis podemos destacar reportagens como:

> Annapolis, terra prodigiosa e que caminha a passos agigantados para atingir o lugar que lhe está destinado neste grande e futuroso Estado, acaba de ser enriquecida com o apparecimento de um jornal que tem o seu nome.
>
> "Annapolis", o novo orgão que é lançado á crítica do pôvo progressista e culto, apezar de, pequeno, tem um programa grandioso: trabalhar com vivo interêsse por todas as cousas que se prendem ao progresso anapolino. (O Annapolis, 31-03-1935).

As mudanças estruturais e culturais pelas quais a cidade passaria com a chegada dos trilhos já eram previstas e anunciadas à população por meio do referido órgão, ressaltando uma ruptura entre o passado interiorano e o futuro urbanizado tão esperado:

> Annapolis, perdoem-nos, a franqueza, já não poderá se apresentar como uma pacífica cidade sertaneja, onde na quietude de suas ruas maltratadas seres irracionais desfructam verdes gra-

> mineas e, junto ás portas da cidade branquejam túmulos com restos mortaes de seus antigos habitantes!... (O Annapolis, 31-03-1935).

Movidos pelas expectativas das referidas mudanças que possivelmente ocorreriam no município, também era destaque o fato do nome da cidade passar a ser conhecido em outras regiões e, assim, receber pessoas de fora que constatariam o que era afirmado no periódico:

> O nome de Annapolis percorre nas azas da fama longinquas regiões, tendo se extravasado para além das fronteiras goyanas, e, innumeras pessoas esperam tão somente a realisação do sonho annapolino para, de visu, certificarem do seu progresso e grandeza. (O Annapolis, 31-03-1935).

Esse conjunto de expectativas em relação ao futuro da cidade e nova dinâmica social que a cidade passava naquele período podem ser facilmente apontadas como características do processo de modernização local, ou no caso, como uma interpretação desse processo vivenciado pela população local. O número de novas construções que se espalhavam pela cidade, frequentemente noticiadas, atestava um crescimento do meio urbano tão "intenso" que nem mesmo as empresas construtoras conseguiam acompanha-lo:

> O Progresso de Annapolis – Construcções
>
> E' incontestavel o progresso de Annapolis.

> Innumeras são as construcções em andamento e mesmo assim ha falta de casas.
>
> Diversas companhias constructoras ja installaram suas agencias nesta cidade e segundo informações seguras, o numero o de inscripções já é vultuoso. (O Annapolis, 12-05-1935).

Esses veículos de impressa trabalham em uma dupla função. Por um lado, funcionavam como veículos que buscavam levar a informação e a notícia à população em geral ou ao menos a parte da população que a ele tivesse acesso. Por outro lado, trabalhavam em prol de determinados interesses políticos e, a partir do desenvolvimento local, também em função das necessidades de mercado. Eram assim um meio de propaganda partidarista, mas funcionavam sob o já conhecido discurso da imparcialidade ou da devesa do que era melhor para o município. O que define e justifica o uso da ideia de progresso, é o contexto sócio histórico no qual este se desenvolve.

> Idéias são aceitas ou rejeitadas não por serem verdadeiras ou falsas, mas por serem consideradas adequadas ou não para descrever algo em que temporariamente se acredita. Progresso é dessas idéias-força que podem estar em uma ou outra das categorias mencionadas, dependendo de serem vistas como resultado de uma ação coletiva dos homens ou encaradas como um processo inexorável. Em termos gerais, progresso supõe que a civilização se mova para uma direção entendida como benévola ou que conduza a um maior número de existências felizes. (DUPAS, 2006, p. 30).

É preciso estar atento a outro fato concernente a ideia de progresso. Este pressupõe a ideia de um avanço ou desenvolvimento

histórico, no qual a humanidade de uma maneira geral estaria caminhando para um mesmo ponto. Todavia, um conceito ganha uma função prática nas ações políticas e sociais ocorridas cotidianamente. Apesar de ser definido e possuir um significado que limita o seu uso, sua função remete ao contexto social e histórico de seu uso. Como ressalta G. Dupas, "progresso também é um conceito comparativo" (2006, p. 95), no sentido de que o que determina se uma região ou local progride ou não são as próprias experiências vivenciadas por seus moradores. A categoria progresso só pode ser aplicada à Anápolis a partir do momento em que determinadas mudanças ali ocorreram.

Assim, "o abaulamento de ruas, adaptação de um prédio para o Grupo Escolar, construções de um jardim, cemitério, linha telegráfica" (Voz do Sul, 15-11-1932) ocorridas na gestão de Graciliano Silva durante um período no qual a cidade contava apenas com três ruas o qualificaram como o "Intendente do progresso". O mesmo pode ser aplicado a questão da ferrovia, que representava a abertura de novas possibilidades: "com a ferrovia, virá o progresso que tanto necessitamos para o escoamento de nossos produtos" (Voz do Sul, 22-01-1933). A ferrovia também representou o encurtamento de distâncias, aquela localidade "aproximava-se" cada vez mais de outras regiões: "O nome de Annapolis percorre nas azas da fama longinquas regiões, tendo se extravasado para além das fronteiras goyanas" (O Annapolis, 31-03-1935). Essa aproximação exigia da cidade, segundo o que era transmitido pelos periódicos, uma nova configuração: "precisamos, entretanto, comprehender, desde já, que com o advento ferroviário ainda não conseguimos tudo o que precisamos para elevação e grandeza da nossa cidade." (OAnnapolis, 31-03-1935). Antes da chegada da ferrovia a ideia de progresso as-

sociada à cidade estava assim em sintonia com a ideia de mudança ou inovação. A possibilidade da chegada do novo ou as mudanças nas estruturas da cidade estava associada ao que se compreendia por progresso. À medida que os trilhos se aproximavam da cidade a ideia de progresso passou a ser associada também a "necessidade" de crescimento da cidade. A ideia de progresso passou a significar dessa forma, também, a necessidade de um desenvolvimento constante:

> Annapolis, a leader do progresso goyano precisa desenvolver neste momento uma serie de obras vultuosas para comtemplar a sua decantada grandeza e por isso muito se espera do descortino e patriotismo dos seus actuaes dirigentes. (Annapolis, 21-04-1935).

Assim o aumento do número de construções também passou a ser sinônimo de progresso: "E' incontestavel o progresso de Annapolis. Innumeras são as construcções em andamento e mesmo assim ha falta de casas." (O Annapolis, 12-05-1935). Podemos perceber aqui o quanto o uso da categoria progresso está associada as mudanças ocorridas em cada momento do desenvolvimento registrada na cidade. Com iminência da chegada da ferrovia e a partir de sua inauguração oficial, o número de pessoas residentes na cidade teve um significativo aumento, com isso a procura e construção de novas casas. Dessa forma, não basta conceituar e identificar o significado de um termo, a própria experiência do tempo na qual os agentes que o utilizam estão inseridos delimita esse uso. Apesar de estar ligado a ideia de desenvolvimento, evolução ou "marcha para a frente", o termo progresso, dentro do sentido semântico mais rígido do termo, é enfatizado e utilizado segundo as necessidades práticas que se delineiam em cada período. O termo progresso, dessa forma, para

além de uma palavra que designava o que era considerado "novo" ou "moderno", também, se tornou uma categoria que tornou compreensível o conjunto de mudanças ocorridas na cidade no decorrer da década de 1930 e, simultaneamente, alimentou um conjunto de expectativas que inicialmente estavam vinculadas a possibilidade da ferrovia alcançar o município e, posteriormente, as possibilidades de desenvolvimento econômico da cidade. Segundo França:

> A vitalidade crescente de Anápolis deu-lhe, portanto, de 1935 a 1950 uma posição destacada no quadro geral do Estado, em consequência da sua posição numa fronteira agrícola em avanço, desempenhando a função de centro intermediário da articulação que se processava entre a economia agro-pastorial goiana e a economia urbano-industrial do Brasil Sudeste. (1974, p. 660).

A autora destaca que, até 1940, em Goiás haviam somente quatro cidades com mais de 5.000 mil habitantes, eram elas a capital do estado, Goiânia, com cerca de 15.017, seguida por Anápolis, com 9.486, Goiás, com 7.890, e Ipamerí, com 7.107. O crescimento econômico de Anápolis começou a sofrer alguns embates ao final da década de 1950, a ferrovia não conseguia mais suprir as necessidades econômicas locais. A administração pública, por sua vez, se mostrava incapaz de solucionar a maior parte dos problemas sociais que surgiam no período.

Ao final da década de 1950, a administração pública recebia duras críticas junto à imprensa local, sendo apontada como ineficiente e a cidade vista em fase de decadência. Isso começou a mudar de contexto a partir de 1957, ano de início das obras de construção

de Brasília. No entanto, esse foi apenas um dos fatores que mudaram os rumos dos discursos que se propunham a pensar a, então, fase que a cidade vivenciava. Nesse período, a categoria de progresso foi retomada para interpretar o contexto histórico do período, a própria incapacidade da administração pública na solução dos problemas sociais do período, de alvo de críticas passou a ser pensada como mais um exemplo do "progresso" vivenciado na/pela cidade. Como essa mudança se deu é o tema de nosso próximo tópico.

Progresso como comemoração

Em 1957 foi lançada, em comemoração ao aniversário de cinquenta anos da cidade, a revista A Cinquentenária. Apesar de ser uma edição única, se tornou devido ao contexto histórico no qual está inserida, uma das mais importantes publicações do município até então. O lançamento da revista A Cinquentenária teve tanto destaque na sociedade anapolina que, em 1973, a revista foi reeditada como parte integrante da de outra revista: Anápolis: Ontem – Hoje: sua história – seu povo – seu progresso, mais uma edição "comemorativa do aniversário da Capital Econômica de Goiás, a gloriosa Anápolis. Isto que é mais do que uma cidade, é um dínamo que forja progresso." (Anápolis: Ontem – Hoje, 1973: 03). Esse tipo de publicação ganha uma caráter especial em relação a outras publicações, pois, "a comemoração responde à necessidade do homem de ritmar sua existência." (MATHEUS, 2011, p. 28).

Comemoração significa aqui "reviver de forma coletiva a memória de um acontecimento considerado como ato fundador, a

sacralização dos grandes valores e ideais de uma comunidade constituindo-se no objetivo principal." (SILVA, 2002, p. 432). Comemorações como estas, no entanto, adquirem outras conotações, visam não só estabelecer uma data a ser festejada ou lembrada, mas construir um sentido de continuidade que ligue o presente tanto ao passado quanto ao futuro. Segundo João, "a comemoração torna o passado presente e permite conceber o futuro como um prolongamento daquele. Não da totalidade do passado, é evidente, mas dos aspectos que foram conservados pela memória e que são recuperáveis pelos valores do presente." (JOÃO, 1999, p. 12). A autora ainda ressalta que as comemorações possuem uma dupla função, "manter vivas e, simultaneamente, reelaborar as memórias." (JOÃO, 1999, p. 12). Dessa maneira, os fatos que ganham destaque ou são rememorados durantes a comemoração ou cerimônia de aniversário de uma localidade tem a função de compartilhar a memória coletiva de uma comunidade e, simultaneamente, identificar determinados grupos que possuem o poder de selecionar parte da memória a ser "rememorada". Os fatos históricos que ganham destaque nessas cerimônias de aniversário, conforme Lofego, "não se apresenta como uma negação explícita ao passado, mas como uma memória que pretende recuperá-lo, e ao fazê-lo demarca a fronteira do novo, reservando ao passado 'glorioso' os lugares para se eternizarem." (LOFEGO, 2000, p. 307). A comemoração do cinquentenário da cidade de Anápolis representou assim, mais do que um momento de festividade, um espaço para a (re)elaboração e rememoração dos fatos que marcaram a sua formação histórica. A revista A Cinquentenária destaca-se, por sua vez, por simbolizar os esforços dos intelectuais da época em construir um sentido narrativo histórico tanto para as experiências

quanto para as expectativas vivenciadas naquele memento e, simultaneamente, por se tornar, posteriormente, o principal documento de pesquisa sobre a história do município até então.

A Cinquentenária foi a primeira revista editada na cidade de Anápolis. Idealizada pelos jornalistas Celso Edmar Gomes e Waldemar Epaminondas Pereira, "o intuito dêsses modestos anapolinos

era presentear a cidade, pelos seus cinquenta anos, com a publicação condigna, que representasse tudo que Anápolis possui." (A Cinquentenária, 1957, p. 03). Essa publicação visava tratar não só do passado da cidade, mas também direcionava-se para o futuro da cidade. A comemoração dos cinquenta anos da cidade seria parte integrante também das comemorações de seu centenário. Alguns artigos da revista são direcionados não só aos seus contemporâneos, mas também aos futuros habitantes da cidade. Os seus editores preocuparam-se em retratar a oficina gráfica na qual foi concebida a revista: "com o objetivo de mostrar aos que nos lerem daqui a cinqüenta anos, estamos mostrando como e onde confeccionamos a presente revista, que tem finalidade histórica." (A Cinquentenária, 1957, p. 90). No dia do aniversário da cidade essa preocupação tornou-se mais explicita e concreta, foi enterrada na Praça do Bom Jesus por cidadãos residentes na cidade a Urna do Cinquentenário[7] que fazia parte da programação do evento e foi projetada para ser aberta no aniversário dos cem anos da cidade. "Consagrando o universalismo dos valores de uma comunidade, as comemorações buscam, nessa 'rememoração' de acontecimentos passados, significações diversas para uso do presente." (SILVA, 2002, p. 432). O aniversário de 50 anos da cidade de Anápolis veio a empregar um clima extremamente otimista em relação ao futuro do município. Todo esse "otimismo", envolto muitas

7 Idealizada por Francisco Garcez Chiquito fotógrafo e chefe dos escoteiros locais no período. A urna continha bilhetes, mensagens, um exemplar da revista A Cinquentenária e objetos dos anapolinos daquele período destinados aos futuros cidadãos anapolinos. Ao ser desenterrada, em 2007, verificou-se que dois dos três vidros sextavados, que continham mensagens estavam quebrados e muitos objetos e papéis estavam deteriorados. Boa parte do material contido na urna não pôde ser "aproveitado", nas condições na qual a urna foi enterrada, muito do material fora perdido. O material contido na urna, que pode ser aproveitado, foi enviado para restauração e encontra-se atualmente no Museu Histórico de Anápolis.

vezes em um tom ufanista, tem como base um discurso pautado na ideia de progresso que alavancaria a cidade para um futuro promissor. O planejamento e execução da festa do cinquentenário abriu um horizonte expectativa quanto ao cinquenta anos que viriam ainda pela frente, segundo observou Azeredo Filho:

> Desde os primórdios da arrancada patriótica pro comemoração do Cinquentenário de Anápolis, assumimos o compromisso de brasileiros do Brasil Nacional de acompanha-la até o fim. (...) Projetar e executar um programa de festejos como o do Cinquentenário de Anápolis, só os abnegados, os patriotas de verdade, tomam sôbre os seus ombros. (...).
>
> Oxalá, que os anapolinos do Anápolis de Amanhã possam comemorar o Centenário dêsse Anápolis, como os filhos dessa terra comemoraram o Cinquentenário do Anápolis de Hoje. (O Anápolis, 04-08-1957).

Este sentido pode ser percebido na última página da revista A Cinquentenária, mais uma vez, destinada aos cidadãos de 2007.

> Os anapolinos do futuro, por certo, serão milhões. Grandes jornais, grandes revistas, com monumentais oficinas, montadas em gigantescos edifícios, iluminados com a energia do átomo, farão por certo uma extraordinária festa para comemorar o centenário de Anápolis, com aparelhos de velocidade super-sônica cortando os céus citadinos. Veículos atômicos e objetos estranhos circulando por ruas e calçadas com pisos plásticos, imprensadas entre arranha-céus que atingirão as nuvens... (A Cinquentenária, 1957, p. 106).

A revista, segundo seus próprios idealizadores, tinha uma função histórica, voltada não só para a sua própria época, mas também para os futuros habitantes da cidade. Segundo figura nas páginas da revista: "fizemos tudo o que estava ao nosso alcance, para deixar esta lembrança aos anapolinos de amanhã." (A Cinquentenária, 1957, p. 03). Na concepção dos indivíduos responsáveis pelo projeto da revista, não se tratava apenas de uma edição comemorativa, mas de uma "lembrança para o futuro", o tempo presente era percebido como um momento de passagem, e o passado pouco a pouco era esquecido, para que o progresso (termo que figura em praticamente todas as páginas da revista) da cidade se realizasse em um futuro cada vez mais próximo.

A revista A Cinquentenária de uma forma geral pode ser vista como uma tentativa de "conservar" a história da cidade e o esforço dos moradores de então para os seus futuros cidadãos. Suas reportagens procuravam reunir os principais aspectos políticos, culturais e econômicos locais dando ênfase aos esforços de seus cidadãos na luta para o desenvolvimento da cidade, destacando locais e personalidades importantes para a história do município. Esta revista também veio consolidar a data de aniversário do município desde então. No decorrer da década de 1950, houveram algumas mudanças na simbologia e nos aspectos cívicos do município de Anápolis. A partir da Lei nº 229, de 13 de junho de 1956, ficou autorizada a confecção de uma bandeira para o município e pela lei nº 74 de 11 de abril do mesmo ano, se autorizava a elaboração de um brasão para a cidade. A primeira bandeira do município foi criada em dezembro de 1900 e modificada em 1901 trazendo como símbolos do município folhas de café e fumo, principais produtos do município na

época. Na elaboração do brasão e da bandeira municipal ocorridas em 1956 ficaram estabelecidas como parte dos festejos dos cinquenta anos da cidade. "A partir da época dos festejos comemorativos do 1º cinqüentenário de Anápolis, a Bandeira anapolina criada por esta lei será solenemente hasteada nos dias de feriado, ainda municipais, nas principais repartições da prefeitura." (Lei Municipal nº 229, 13-05-1956). Dentre as exigências impostas por essa lei deveria constar na bandeira "a alusão de ser Anápolis uma cidade eminentemente industrial e comercial" e a indicação da data de aniversário da cidade: 31-07-1907. No novo brasão instituído pelo município foram conservadas as referências feitas à produção do café na região, as folhas de fumo, no entanto, foram substituídas por ramos de arroz produto que passou a ser produzido em grande quantidade a partir da década de 1930.

A bandeira e o brasão municipal, ainda hoje oficial, foram instituídos pela Lei nº 59, de 31 de janeiro de 1967. Esta lei seguia as referências da lei nº 214, de 24 de abril de 1956, estabelecia "as normas para a instalação do brasão municipal" e também criava "o selo comemorativo do cinquentenário da cidade de Anápolis". A mesma lei também versava:

> O selo instituído por esta Lei, conterá o Brasão do Município de Anápolis, bem como legenda abusiva ao cinqüentenário e será impresso de modo a que o seu emprego passar ter inicio no luminar do ano de 1957, assinalador do transcurso dos cinqüenta ano de vida autônoma de Municipalidade Anapolina. (Lei municipal nº 214, de 24 de abril de 1956).

A partir do cinquentenário da cidade as comemorações

municipais começaram a ter como referência o dia 31 de julho. Até então, a data tomada como referência para as comemorações do aniversário do município era 15 de dezembro, data de elevação da freguesia à vila. Ocorreram também, algumas mudanças no que concerne aos dias considerados feriados municipais. Os primeiros dias a serem considerados feriados municipais oficiais em Anápolis datam de 1903, antes da vila ser elevada à categoria de cidade, foram estabelecidos pela Lei Municipal nº 36, de 21 de março. Por essa lei foram considerados feriados os dias: 06 de agosto, aniversário de criação da Freguesia de Santana das Antas (1873); 15 de dezembro, elevação da freguesia a categoria de vila (1887); 10 de março, instalação do município (1892); e 1º de maio, promulgação da Lei Orgânica do Município, (1896). Pela lei nº 134, de 16 de março de 1953, ficou estabelecido como "feriado municipal o dia 15 de dezembro, data comemorativa da emancipação política do município de Anápolis". Esta lei não fazia referência a outras datas oficiais.

As comemorações do cinquentenário da cidade ajudaram a fixar uma data oficial comemorativa para o município frente a outras datas recorrentes no ideário político local.

> Daí a importância das comemorações, já que podem ensejar políticas e eventos menos representativos que, conforme o grau de formalismo e de autoridade de que estejam revestidos, podem produzir muito mais do que uma ressignificação dos acontecimentos, constituindo uma nova versão para o passado, beneficiada pela distância dos acontecimentos e pelo desconhecimento da própria dinâmica da História. (BITTENCOURT, 2008, p. 458).

A data de 31 de julho foi instituída oficialmente como feriado somente pela lei nº 93, de 14 de fevereiro de 1968. Esta lei seguia os efeitos da lei federal nº 605, de 05 de janeiro de 1949, e do decreto-lei nº 86, de dezembro de 1966, que instituía: "São feriados civis os declarados em lei federal. São feriados religiosos os dias de guarda declarados em lei municipal, de acôrdo com a tradição local e em número não superior a quatro, neste incluída a Sexta-feira da Paixão." A mesma lei nº 63, também instituía como feriados municipais o dia de Finados (02 de novembro), Corpus Christi, e Santo Inácio de Loiola[8], comemorado no mesmo dia de aniversário da cidade.

O ano de 1956 foi um preparativo para a comemoração do aniversário de cinquenta anos da cidade. A ideia de se comemorar os cinquenta anos da cidade partiu de Jonas Duarte e foi anunciada junto aos órgãos de imprensa por Fernando Cunha Júnior. "O meio século de existência da cidade de Anápolis deverá ser comemorado de maneira especial." (O Anápolis, 08-03-1956). O então prefeito, Carlos de Pina – reeleito novamente nas urnas –, chegou a designar uma comissão especial encarregada de preparar as comemorações do cinquentenário e lançou, em setembro de 1956, o jornal O Cinqüentenário, órgão oficial do município que visava informar sobre o andamento dos festejos e providências que deveriam ser tomadas em relação ao mesmo. O jornal trazia em letras destacadas o slogan: "Anápolis é o ponto de convergência de progresso do Brasil". Também foi feito um concurso para elaboração do Hino do Cinquentenário[9], por força da Lei nº 106, de 06 de setembro de 1956, havendo

8 Fundador da ordem dos jesuítas.

9 O Hino do Cinquentenário antecedeu o Hino oficial de Anápolis que só foi composto em 1977 pela professora Hermogênia Eleutério de Oliveira e musicado pelo maestro Orestes

premiação para a letra e para a música vencedora. Os vencedores do concurso foram Clóvis L. D. Guerra e J. Inocêncio, respectivamente. A letra do hino, obviamente, não deixava de exaltar a força do desenvolvimento local: "Parabéns cidade jovem/ Que muito tens realizado/ O teu surto de progresso/ No mundo tem-te projetado." (Hino do Cinquentenário de Anápolis). No dia do aniversário da cidade também foi inaugurado "o busto do fundador da cidade, Gomes de Sousa Ramos" (O Anápolis, 31-07-1957), localizado na Praça Bom Jesus. O monumento foi financiado pela "colônia sírio-libanesa residente na cidade." (O Anápolis, 31-07-1957). Foram colocadas junto à obra duas placas que visam contar a história do município, contendo um "resumo histórico de Anápolis" e uma lista dos administradores da cidade entre 1907 e 1957.

Busto de Gomes de Sousa Ramos, inaugurado durante os festejos do cinquentenário da cidade de Anápolis, em 31-07-1957. Na placa de metal mostrada na imagem temos inscrito o "Resumo Histórico de Anápolis". Imagem retirada da revista Anápolis: ontem e hoje, de julho de 1973.

Também foi inaugurado o busto de Miguel João, importante comerciante local e um dos primeiros imigrantes sírio-libaneses a se fixar na cidade, financiado por familiares destes. A prefeitura não inaugurou nenhuma obra relativa ao cinquentenário, fato anunciado pelo O Anápolis, que reclamou também do atraso ocorrido nas festividades do evento, sem deixar de tecer elogios às comemorações: "revestiram-se de raro brilhantismo as comemorações pela passagem do cinquentenário" (O Anápolis, 04-08-1957). Segundo Bittencourt:

Farinello.

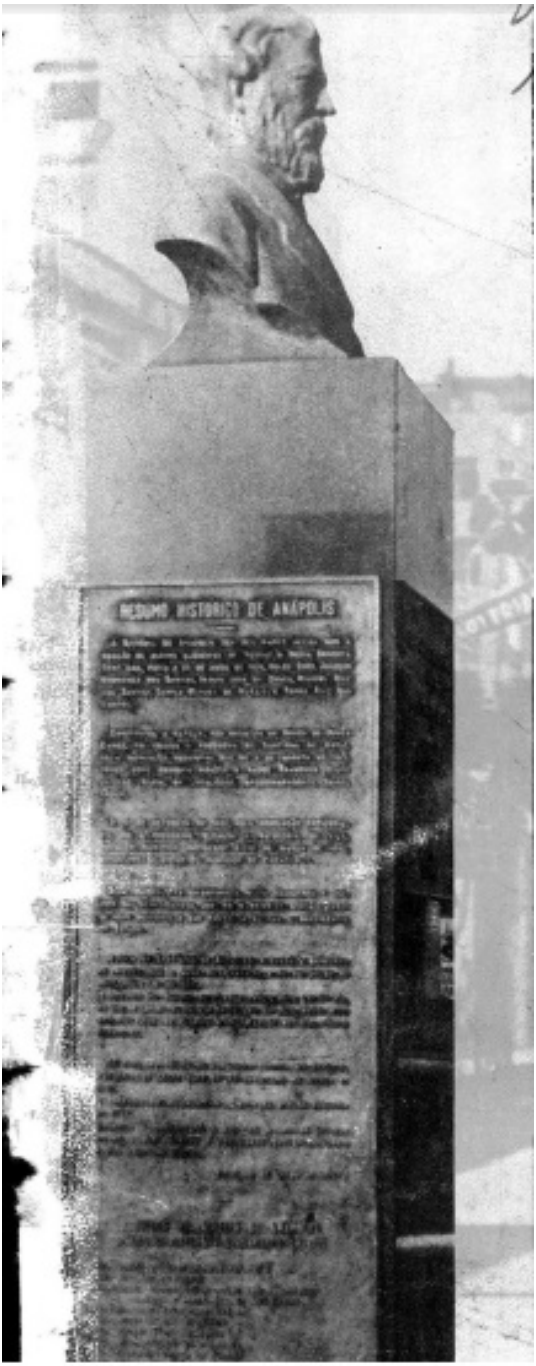
> O período em que se rememoram momentos históricos ímpares, particularmente as comemorações "redondas" como as de meio século, as dos centenários, as dos sesquicentenários, dentre outras, não obstante o regozijo com cada efeméride, pode ensejar processos contraditórios entre si. (2008, p. 449).

No caso do cinquentenário de Anápolis isso não foi diferente. As comemorações foram percebidas tanto como um momento de ruptura com o passado, quanto como um exemplo e esperança para os futuros habitantes da cidade. Marcou também uma "retomada" ou uso mais frequente, da categoria progresso. O termo progresso não deixou de ser usado pelos órgãos de imprensa no decorrer do período analisado, notamos, entretanto, um uso maior a medida que se aproximava o cinquentenário da cidade, principalmente ao se comparar o passado e o, então, presente, do município. O progresso era assim uma categoria que demonstrava a articulava as mudanças ocorridas na cidade. O passado foi percebido, simultaneamente, sob o âmbito da nostalgia e do progresso, conforme texto de Jayme G. Jayme:

> Quem, como nós, viveu a saudosa Antas e acompanhou o refulgir esplêndido na senda luminosa da cultura e do progresso, deve sentir-se feliz.
>
> Participando, em espírito, das solenidades que assinalam o transcurso de tão expressivo destaque na vida social de Goiás, qual seja a da elevação de Anápolis à cidade, nosso pensamento regride ao passado.

> É a evocação de coisas mortas, mas vivas e perenes em nossa saudade. E pelo caleidoscópio da imaginação, vimos desfilando, majestosos e solenes, os vultos que a engrandeceram em meio século. Que a transformaram de um simples ponto na carta, geográfica do Estado, na mais opulenta, na mais invejável cidade do centro Oeste goiano. (O Anápolis, 04-08-1957).

Ozouf destaca que, nesse tipo de comemoração "da evocação do passado, só se retêm o tom benéfico e a importância normativa para um presente que, decididamente, a desta absorve por completo." (OZOUF, 1976, p. 230). Dessa forma, o comparativo entre passado e presente, estabelecido por Jayme, interpretava o desenvolvimento da cidade no qual o passado foi percebido como um



lugar de sonho e o presente como um lugar de realizações:

Nesse instante, quando a moderna cidade se engalana para comemorar festiva e dignamente o seu cinquentenário; (...) a nossa mensagem de solidariedade.

__ Para a cidade de ontem, ninho de sonhos

> e esperança; para a cidade trepidante de hoje, vibrante de progresso e civilização (...). Nossas congratulações. (O Anápolis, 04-08-1957).

O periódico O Anápolis também compartilhou do entusiasmo relativo às comemorações do cinquentenário da cidade, publicando inicialmente algumas notas referentes ao planejamento do evento. Manteve, posteriormente, uma coluna relativa à comemoração. O cinquentenário em foco, visava contar o andamento dos preparativos para a festa programada para o dia 31 de julho de 1957. A coluna buscava demonstrar para a população local a importância que o município tinha frente a outras regiões do país, enquanto acompanhava as deliberações da comissão responsável pelo evento.

> É bom que todos saibam que o nosso cinquentenário já está repercutindo além das fronteiras do Estado. A imprensa de Minas Gerais e São Paulo já falou sôbre êle. Até sêlo comemorativo vai ser emitido pelos Correios. O Brasil inteiro já sabe que vamos completar cinquenta anos. Se ficarmos parados, à espera de que tudo se realize como num toque de mágica, haverá decepção na certa. (O Anápolis, -7-10-1956).

A comissão do cinquentenário tinha como função angariar fundos para o festejo e planejar o andamento do mesmo. Uma das realizações prevista pela comissão era a "ereção de uma estátua do Cristo Redentor no alto do morro da Capuava" (O Anápolis, 26-10-1956). Essa ideia partiu de Paulo Matos, segundo o projeto inicial a estátua deveria ter 5 metros e dois holofotes o iluminando.

A revista A Cinquentenária previa a realização da obra para o final de 1957, destacando que "essa é, sem dúvida, uma das maiores obras já planejadas para comemorar o cinquentenário da cidade, que, pela relevância, focalizamos com prazer nestas páginas." (A Cinquentenária, 1957, p. 104). Devido a problemas orçamentários a obra não foi realizada. E 1957, a coluna passou a ser nomeada como Cinquentenário em marcha, mantendo o mesmo formato, mas sendo publicada de maneira mais esporádica.

Outra coluna que circulou entre o final de 1956 e 1957, também merece destaque. Não tratava diretamente do cinquentenário, sob a responsabilidade de Azeredo Filho, abordava aspectos históricos e institucionais do município em pequenos artigos. A coluna recebeu dois nomes nesse período, primeiro Anápolis de Ontem, que começou a circular em novembro de 1956, e, posteriormente, a partir de janeiro de 1957, foi adotado o nome Anápolis Hoje. Estas colunas nos oferecem alguns vestígios sobre como era pensada a relação ente passado (ontem) e presente (hoje) naqueles anos. Anápolis de ontem remontava as origens do município, do período no qual se mantinham rebanhos de gado nas ruas da cidade, "elas, além do medo imposto aos habitantes da cidade, concorriam para a falta de asseio das ruas e das praças da cidade." (O Anápolis, 11-11-1956). Além de simplesmente retratar os eventos e acontecimentos passados, Azeredo Filho, buscava criar um diálogo entre os habitantes da cidade de "ontem" e de "hoje", percebia o passado como herança, como um exemplo para os seus contemporâneos:

> Os habitantes do Anápolis de Ontem, tinham verdadeiro culto ao passado; por isso, que, vivendo do passado, queriam transmitir aos ana-

> polinos de hoje, êsse dom sublime, pois, o esquecimento não vence nada.
>
> (...) somente exigiriam dos anapolinos de hoje, que não se esquecessem dos exemplos de patriotismo dos Obreiros de Anápolis de Ontem. Que continuassem a trabalhar sem desfalecimento na grande obra do majestoso edifício do progresso material, moral e espiritual de Anápolis de Hoje. (O Anápolis, 06-12-1956).

A partir da edição de 27 de janeiro de 1957, a coluna Anápolis de ontem, passou a denominar-se Anápolis hoje, o recorte temporal estabelecido pelo autor estendia-se de 1935 a 1954. Na visão de Azeredo Filho:

> O marco inicial do progresso de Anápolis de Hoje foi fincado na manhã do dia sete de setembro de 1935, com a inauguração da Estrada de Ferro de Goiás, na metrópole anapolina.(...)
>
> E... o Marco aí está assistindo ao vertiginoso surto de progresso de Anápolis de Hoje. (O Anápolis, 27-01-1957).

A coluna de Azeredo Filho estabelece uma divisão cronológica clara entre o que era considerado como passado e como presente do município naquele período. O passado associado as origens do município, aos pioneiros e a cidade com ares rurais era a Anápolis de ontem, que começou a mudar a partir da década de 1930, inicialmente graças a revolução de 1930, mas de forma definitiva com a chegada da ferrovia em 1935. A Anápolis contemporânea do pe-

ríodo, a "Anápolis de hoje", emergiu, na perspectiva do autor, após a ferrovia, sob a égide do progresso, do desenvolvimento. Deste período em diante, a cidade passou a ser denominada como metrópole, cosmópole ou capital econômica do estado de Goiás. A chegada da ferrovia pode ser compreendida, assim, como a abertura da fase progressista para os seus moradores, ao passo que o cinquentenário da cidade, que coincidiu com o início das obras de construção de Brasília, tornou-se simultaneamente, uma forma de revisão e estruturação histórica do passado, e a abertura de um conjunto de novas expectativas frente as possibilidades de futuro que se delineavam. A mensagem do então prefeito Carlos de Pina, sustentada pela concepção de progresso enquanto uma marcha histórica e comparando as instituições locais com as dos grandes centros, demonstra o clima de otimismo que tanto as elites quanto a imprensa local desejavam passar a população em geral:

> O veículos motorizados, anunciando o alvorecer da nova era, vieram acelerar o progresso desta terra. (...) Os modernos e eficientes estabelecimentos hospitalares, ministrando aos doentes o recurso da ciência médica, têm colocado Anápolis à altura dos grandes centros médicos do País. (O Anápolis, 31-07-1957).

Nessa concepção o global e local são algo que se aproximam devido aos avanços tecnológicos. A história é percebida como uma continuidade, uma marcha que diminui o tempo e o espaço das realizações humanas. A história de Anápolis, assim, se insere em um ponto específico de "toda" a história da humanidade ao mesmo tempo em que estrutura a própria história com o mesmo padrão.

> A história "começa" com as culturas pequenas,

> isoladas, de caçadores e coletores, se movimenta através do desenvolvimento de comunidades agrícolas e pastoris e daí para a formação de Estados agrários, culminando na emergência de sociedades modernas no Ocidente. (GIDDENS, 1991, p. 13).

A história de Anápolis contada segundo os periódicos locais segue essa mesma estrutura, marcada e guiada neste caso pela ideia de progresso que é sintetizada nas comemorações do cinquentenário:

> Santana das Antas, é hoje, uma das mais importantes células do Brasil Central, cujo desenvolvimento se processa com extraordinária rapidez, chegando mesmo a surpreender seus próprios filhos.
>
> Antas, o nome primitivo de Anápolis, passou depois a chamar-se Santana das Antas (...).
>
> De então para cá a cidade começou a sua caminhada gloriosa para um futuro grandioso. (...).
>
> As raízes do progresso se alastraram doidamente pelas férteis terras de Santana, regadas com o suor fecundo de seus filhos, num crescendo espantoso que levou o nome da cidade para além das fronteiras do Estado. (O Anápolis, 31-07-1957).

A ideia de progresso funcionou assim como um elemento articulador da construção das narrativas que buscam não só contar a história do município, mas também interpretar o conjunto de mudanças que a cidade sofreu durante o seu processo de modernização.

A categoria progresso tornou-se uma chave de interpretação da história anapolina, pensar a história da cidade era pensar uma marcha de desenvolvimento constante. O ano do cinquentenário da cidade se tornou um ano de resgate da história do município mediada por meio da imprensa local. Veiculada não só por meio da imprensa escrita, mas também via rádio, como divulga o anúncio abaixo.



(O Anápolis, 20-06-1957).

Também nas manifestações literárias o termo progresso, associado no geral às origens religiosas do município, era o grande modo de se exaltar e caracterizar o que representava a cidade. Como neste poema de Gelmides Reis:

> Quando a Senhora Santana,/ Mãe da Virgem soberana,/ Próximo ao curso das Antas,/ Previu as grandesas tantas/ do seu progresso sem par./ Muitos vivas à cidade,/ Na grata solenidade,/ Que marca um cinquentenário/ De vitórias no labor,/ sob as bençãos do Senhor/ E da Virgem do Rosário. (O Anápolis, 08-08-1957).

A ideia de progresso associado à cidade é uma constante em poemas locais desde meados da década de 1930. Como podemos perceber no Hino do Clube Recreativo de Anápolis, composto por Xavier Júnior, em 1935, que exalta o "notável" desenvolvimento material da cidade e conclama, então, um estímulo à cultura:

> Anápolis aparece/ No horizonte de Goiás,/ Como a promissora messe/ De um esforço tenaz./ Para que não fiques apenas/ Notável materialmente,/ Queremos que sejas a Atenas/ de Goiás e sua gente./ Junto ao progresso e à cultura/ Não faça falta a alegria,/ que nosso clube procura/ Estimular dia a dia. (BORGES, 1975, p. 202).

No decorrer de 1957 dois temas estavam presentes nas edições de O Anápolis: a mudança da capital federal e as notícias relativas ao andamento dos preparativos do cinquentenário da cidade. Os cinquenta anos da cidade representou o fechamento de um ciclo econômico iniciado em 1935 com a chegada da ferrovia ao municí-

pio. No final da década de 1950, a ferrovia não representava para a cidade a mesma dinamicidade econômica que nas décadas de 1930 e 1940, a festa do cinquentenário, em associação com a mudança da capital federal, significou um novo fôlego às expectativas de desenvolvimento da cidade.

Progresso como descompasso

Quem observa as notícias dadas pela imprensa e os relatos de memorialistas relativas ao cinquentenário da cidade de Anápolis tem a impressão que a cidade passava no período por uma onda de crescimento e desenvolvimento intenso, assim como ocorrera na década de 1930 com a chegada da ferrovia. A situação pública vivenciada pelo município, entretanto, não coincidia com a dinamicidade apontada por alguns desses textos. Em agosto de 1955, O Anápolis falava da decadência do município e da responsabilidade da administração pública nesse processo:

> Anápolis está em decadência, e, um pouco da culpa, cabe aos administradores municipais. (...).
>
> Isso porquê as ruas da cidade já estão quase intransitáveis e não tem notícia, na atual administração, de qualquer reparo feito em ruas. (...).
>
> É preciso a reação do executivo. Caso contrário, êste problema contribuirá cada dia mais para a

> decadência do município. (O Anápolis, 14-08-1955).

Passava também por problemas na infraestrutura urbana, O Anápolis, no final de 1956 anunciava uma cidade esquecida pela administração pública e em completo abandono:

> Quem se der ao trabalho de dar uma voltinha pela cidade, com o objetivo de apreciar o que está sendo realizado pela administração do município, ficará desencantado. (...).
>
> À medida que vamos andando pelas ruas, vamos notando cada vez mais a ausência da municipalidade. O descuido pela cidade atingiu o ápice. (...)
>
> A situação atual por que atravessa nossa cidade nos credencia a dizer que ela está em atravessando uma fase de esquecimento. (O Anápolis, 11-11-1956).

Outro artigo publicado no O Anápolis vislumbrava os aspectos gerais da cidade no final do ano de 1956:

> Anápolis é uma cidade interessantíssima, cheia de chocantes contrastes. É a segunda cidade do Estado, em importância, vindo logo após Goiânia. (...).
>
> Anápolis marchava na vanguarda em tudo. Mas, agora, contrastando com o grande prestígio goza esta cidade, mesmo fora dos limites estaduais, distantes apenas alguns mêses das festividades comemorativas do Cinquentenário, chegamos à triste conclusão de que Anápolis não vai bem não. (...).

Contudo, a cidade vai se aguentando como pode. (...) E Anápolis continua a sua caminhada, embora lenta e prejudicada pelos srs. Prefeito e governador, para um futuro consagrador, à espera da mudança da Capital Federal e dos benefícios que lhe trará. (O Anápolis, 22-11-1956).

Os textos presentes na revista A Cinquentenária, entretanto, seguiam por outro sentido. A ferrovia, que duas décadas antes, fora considerada a grande responsável pelo desenvolvimento da cidade não era mais capaz de suprir as novas necessidades que se apresentavam.

> O comércio atual se serve mais do transporte rodoviário, muito desenvolvido em nosso meio, devido o estado precário da Estrada de Ferro Goiás, que de algum tempo para cá não tem acompanhado o ritmo de progresso do Estado de Goiás. (A Cinquentenária, 1957, p. 27).

Nas comemorações do cinquentenário, contudo, por meio do uso do conceito de progresso em uma perspectiva histórica, os aspectos negativos da administração municipal foram convertidos em uma amostra do crescimento da cidade. Essa tentativa de eximir a administração pública dos eventuais problemas enfrentados pela cidade também era fruto das expectativas geradas pelas comemorações do cinquentenário da cidade. À medida que o aniversário da cidade se aproximava a imprensa tendia a fazer uma interpretação cada vez mais positiva da cidade. No ano do cinquentenário, a ideia de "progresso intensivo" foi usada como justificativa para a incapacidade do setor público em solucionar os problemas sociais e estruturais da cidade. Dessa maneira, por meio de um pensamento liberalista procura-se demonstrar que nem mesmo a administração municipal conseguia acompanhar o ritmo ditado por outros setores da economia.

> (...) a administração municipal procurou solu-

> cionar os intricados problemas surgidos com o rápido desenvolvimento da cidade. (...).
>
> No entanto, a cidade atravessa uma fase de rápido desenvolvimento, muito acima do progresso e das possibilidades da máquina administrativa. (...).
>
> O administrador, assim, luta com tôdas as fôrças, mas, o progresso é maior do que as possibilidades da administração em acompanha-lo. (A Cinquentenária, 1957, p. 15).

As expectativas criadas pelo fluxo de pessoas que passavam pela cidade, em sua maioria com destino as obras de construção de Brasília, e a ênfase dada pelo discurso dos tempos modernos utilizado pela revista ressaltavam uma ideia de progresso vertiginoso: "Anápolis de 1957 surpreende a seus próprios cidadãos. O seu crescimento espantoso, que causa admiração a todos aqueles que a visitam, se acentua dia a dia, em todos os setores de atividades dos anapolinos." (A Cinqüentenária, 1957, p. 27). Os jornalistas e políticos locais apropriaram-se de conceitos referentes ao que era considerado moderno para elaborar um discurso pautado na ideia de futuro, na perspectiva que com a modernização da cidade – a presença do progresso – os problemas sociais locais teriam uma solução quase que imediata. A cidade havia sofrido mudanças e desenvolvia-se gradativamente, no entanto, os efeitos da vida moderna e seus consequentes problemas sociais não eram evidenciados de forma tão destacada. No final da década de 1950, os problemas de ordem social se mostravam aparente no cotidiano local, todavia, os fatores "positivos" da modernização da cidade eram mais evidenciados pelos órgãos de imprensa,

como podemos notar nesta nota sobre o problema da mendicância naquele período:

> Um fato que de certo tempo para cá vem depondo contra os nossos foros de cidade civilizada, é o que se refere à mendicância em Anápolis.
>
> Os pedintes, - homens, mulheres e crianças, - crescem assustadoramente em nosso meio, cuja maioria é composta de malandros que vivem explorando a caridade pública. (...).
>
> Não culpamos ninguém por êste estado de coisas. O fato tem origem no espírito filantrópico dos anapolinos. (...).
>
> Esperamos, no entanto, que, com o desenvolvimento da cidade no setor da assistência social, sejam abrigados os que realmente necessitam de ajuda, e, quanto aos malandros, a política ou quem de direito lhes acerte o passo. (A Cinqüentenária, 1957, p. 34).

Assim, os problemas sociais, mesmo quando denunciados ou colocados em foco, eram compreendidos como uma parte de um processo que seria superado. As comemorações do cinquentenário da cidade, as constantes revisões do passado feitas no decorrer daquele período e as expectativas relativas ao futuro da cidade, reconfiguravam as interpretações feitas em relação ao momento vivenciado pela cidade.

> Nesse caso, o problema não é a nova versão, na medida em que as novas versões são parte da relação entre passado e presente, mas sim uma

> versão que rompe exatamente com essa dinâmica relacional entre passado e presente, posto que é encarcerada pela ideologia e pela força das circunstâncias. (BITTENCOURT, 2008, p. 458).

Essa interpretação histórica do passado da cidade, que inseria os problemas sociais e políticos locais como parte de um processo histórico maior, se tornou cada vez mais frequente com a proximidade das comemorações do cinquentenário. À medida que se contrastava o passado do município com as suas possibilidades de futuro os problemas administrativos passavam a ser compreendidos como parte de um processo maior, que seria superado pelo "inegável" progresso local. Um artigo de Ana Félix de Sousa Perillo, publicado no O Anápolis, sob o título Anápolis e um sonho que ficou demonstra bem o pensamento que circulava sobre a cidade no final dos anos cinquenta:

> Hoje, aos quatro ventos se propala que Anápolis está em decadência! No Plenário de sua Câmara Municipal, conclama-se que é constrangedora a perspectiva de futuro de Anápolis!... E a imprensa, falada e escrita, divulga suas falhas em todos os setôres de suas atividades. (O Anápolis, 18-03-1956).

O mesmo texto, dedicado aos preparativos que se iniciavam para o cinquentenário, busca no passado e em suas realizações uma nova perspectiva para se compreender a, então, situação vivenciada pela cidade:

> Filhos seus, descendentes, creio, daquele casal vanguardeiro do progresso dêste imenso Centro-Oeste de Goiás, manifestam o desânimo

> que os acoberta, nos jornais, em artigos que expõem aos olhos de seus contemporâneos, a decadência desta terra, que é, foi, e será sempre, a Terra da Promissão, desde que seus filhos saibam tirar de seu seio a fonte inesgotável de produção e riqueza. E isto êles farão no presente e no futuro, trazendo sua Cidade ao pôsto avançado de Capital Econômica do Estado de Goiás! (O Anápolis, 18-03-1956).

Essa releitura do presente da cidade, feita a partir das realizações do passado e a luz das expectativas futuras tornaram-se cada vez mais frequentes nos órgãos de imprensa a medida que se aproximava o aniversário da cidade. "As comemorações buscam, pois, nessa reapropriação do acontecimento passado, um novo regime de historicidade, projetando-o em direção do futuro." (SILVA, 2002, p. 436). O desenvolvimento econômico, as mudanças nos aspectos urbanos, a presença de estrangeiros na região quando comparados ao passado são tomados como prova do desenvolvimento da cidade. Gerado Vale[10], em artigo intitulado O futuro de Anápolis, assim interpretou o desenvolvimento da cidade em abril de 1956:

> E a cidade de Anápolis se espalha pujantemente pela sua imensa planura, cobrindo de casas as ondulações da campina. Oferece um espetáculo sempre novo para os que, como eu, há 20 anos passados viví em Anápolis e hoje encontro-me sempre com a surpresa agradável de ver, sempre maior, essa cidade que me ensinou a lutar pela vida e vencer, com seu exemplo de dinamismo e sua vida econômica intensa. A impressão é a mesma quando passo por Anápolis, seja de

10 Geraldo Vale, no período, era presidente da Associação Goiana de Imprensa.

> automóvel ou de avião.(O Anápolis, 10-05-1956).

Mais adiante o autor completa:

> Para terminar esta ligeira palestra sôbre o progresso de Anápolis, desejo chamar a atenção dos nobres leitores para o seguinte: É muito difícil atingir os primeiros 40.000 habitantes. Depois disso, tudo concorre para uma cidade realizar um grande destino. E Anápolis já atingiu esse ponto. Está no trampolim para um salto olímpico. (O Anápolis, 10-05-1956).

A chegada de automóveis e locomotivas, o rádio ou o cinema também eram inovações atribuídas ao progressismo tanto da cidade quanto do seu povo. Os novos produtos que chegavam à região anunciavam uma mudança no cotidiano vivenciado pelos moradores da cidade. Essas mudanças pouco a pouco atingiam também o dia a dia das residências, trazendo novas opções de consumo para a vida privada. As casas de comércio locais buscavam assim apresentar, por meio de anúncios, as opções de produtos que se encontravam disponíveis em seu estoque. Assim, a propaganda de um produto de um grande marca era anunciada juntamente com o local no qual este poderia ser encontrado na cidade.

Mais do que uma novidade, os produtos buscam oferecer cada vez mais vantagens. Como na substituição do carvão ou da lenha pelo gás de cozinha:



(O Anápolis, 20-09-1955).

As opções de produtos vendidos no comércio local mudam também a maneira como estes passam a ser vistos. Aqui a novidade

não é mais o produto em si, mas o modelo deste que apresenta vantagens:



(O Anápolis, 01-09-1955).

O progresso compreendido por parte da população do período não era compreendido como um conceito abstrato, mas como inovações concretas ocorridas no cotidiano: "Quando cheguei por aqui a cidade não tinha nada. O asfalto chegava nessa ponta aqui. E daí pra frente que foi colocando... a cidade foi aumentando... Progredindo... E eu, na modéstia parte, fui progredindo com eles né..." (Projeto Anápolis: História Viva, entrevista com Argemiro Stival, o

Birota[11]).

O uso do termo progresso servia a interesses específicos, sejam eles de cunho conservador ou oposicionista. Seguindo o discurso estadual e federal, a cidade de Anápolis buscava modernizar-se. A busca pelo "progresso" seria a forma de alcançar tal objetivo. O progresso, todavia, não deve ser entendido como uma categoria neutra, embora fosse largamente utilizado, apontava determinados os interesses políticos. "As tiranias do tempo também correspondem tiranias comunicacionais." (MATHEUS, 222).

Dessa maneira, por mais rápido que tenham ocorridos as mudanças estruturais na cidade de Anápolis, de 1930 à 1950, determinados valores culturais "cristalizados" naquela sociedade obedeceram um ritmo de mudança mais lento. A visão acelerada de mudança relatada nos periódicos refletia não uma constância na história do município, mas uma visão influenciada pelas expectativas geradas em determinados momentos do desenvolvimento da cidade. No caso de Anápolis, no decorrer do período estudado, os dois momentos de maior expectativa vivenciada pelos moradores da cidade e extremante relatados pelos órgãos de imprensa foram a chegada da ferrovia à cidade na década de 1930 e as comemorações do cinquentenário da cidade, que coincidiram também, com o início das obras de constru-

11 Argemiro Stival, o Birota, foi um comerciante local. Abriu um pequeno bar (boteco) na cidade na década de 1950 que acabou se destacando no período. O bar ainda hoje está em funcionamento.

ção de Brasília. Esses dois eventos foram cruciais para a construção do discurso que apregoava a cidade uma identidade moderna. O primeiro marcou, no imaginário local, a abertura e a chegada definitiva do progresso na cidade, o segundo, representou o fechamento desse ciclo, marcado não só por uma abertura de um novo horizonte de expectativas para o município, mas também por uma reconstrução do passado, por uma revisão da formação histórica local que serviu como elemento de orientação temporal e de base para a construção do conjunto simbólico representativo do município.

CAPÍTULO II
Percepções diferentes sobre a mudança cultural

No capítulo anterior vimos como a imprensa anapolina buscou contextualizar e tornar cognoscível o processo de modernização local utilizando principalmente do conceito de progresso. Apesar de muitos desses discursos defenderem interesses políticos e partidários recorrentes no decorrer do período estudado, podemos perceber como o uso de determinadas categorias, no caso progresso, apesar de possuir uma semântica claramente definida, é usado e aplicado para interpretar a "realidade" social a partir das necessidades e determinados interesses tantos sociais quanto individuais. O objetivo deste tópico é rever novamente esse processo, não pelo ponto de vista formulado pela imprensa, mas a partir da visão "estrangeira" sobre o mesmo.

> Não se usa aqui, destarte, a noção de estrangeiro no sentido habitual, em relação àquele que vem hoje e amanhã se vai, mas como o que vem hoje e amanhã pode permanecer – porque era possível se mover e, embora não siga adiante, ainda não superou completamente o movimento do ir e vir. (SIMMEL, 2005, p. 265).

Dessa forma, buscaremos compreender diferentes modos de ver o mundo que tiveram a possibilidade de deixar registrada as suas visões e opiniões sobre esse processo. A visão do estrangeiro sobre o processo de modernização da cidade de Anápolis, mesmo que este esteja instalado na região e inserido dentro da comunidade, pode nos oferecer uma interpretação diferenciada da fornecida pelos órgãos de imprensa locais. Isso porque, segundo Simmel:

> O estrangeiro, o estranho ao grupo, é considerado e visto, enfim, como um não pertencente, mesmo que este indivíduo seja um membro orgânico do grupo, cuja vida uniforme compreenda todos os condicionamentos particulares deste social. (2005, p. 271).

Assim, as impressões registradas por membros de grupos estrangeiros na cidade podem nos fornecer uma visão "vinda de fora", uma apropriação da mudança embasada por outro conjunto de experiências de vida. A cidade de Anápolis, na perspectiva estrangeira, não é tomada como a cidade de sua infância, ou mesmo que fosse o caso, não seria o local de origem de sua cultura. Dessa forma, a visão construída por membros desses grupos advinham de uma percepção diferente da realidade. O lugar em expansão, a cidade que se modernizava, na visão do estrangeiro, não era somente o lugar no qual o progresso acabara de se instalar. Na perspectiva do estrangei-

ro aquele era o "lugar da oportunidade", o local no qual se poderia "melhorar de vida".

Não abordaremos todos os grupos de estrangeiros que chegaram à Anápolis no decorrer do período estudado, selecionaremos grupos e/ou indivíduos que, a nosso ver, podem ser tomados como exemplos ou tipos que nos ajudem a compreender as mudanças culturais advindas em decorrência do processo de modernização local.

O fenômeno da migração não constitui nenhuma novidade para a história de Goiás. Desde os primeiros mineradores a adentrarem as terras goianas aos grupos de migrantes que fixaram raízes na região, o deslocamento humano não deixou de ocorrer. Em consonância, obviamente, com as nuances que configuravam cada contexto de época. Em grande parte, as mudanças – vista como desenvolvimento – na economia, na política, na imprensa e mesmo na cultura local ocorreram devido a presença de agentes sociais provenientes de outras regiões. A presença de viajantes e imigrantes estrangeiros pode ser equiparada ao próprio avanço tecnológico para o processo de modernização do estado. No caso específico de Anápolis a presença de ingleses, italianos, japoneses, norte-americanos e, principalmente, de sírio-libaneses foi fundamental para o desenvolvimento local.

> Os que se estabeleceram em terras brasileiras, a exemplo de Goiás, cruzaram regiões, viram nascerem vilas e povoados, participaram do incremento urbano do Estado, levaram as novidades para o interior e sertões, ofertaram seus serviços e auxiliaram no crescimento industrial. (ARIMATHÉA; CURY, 2009, p. 24).

O processo de imigração ocorrido no Brasil ao final do século XIX, refletiu com maior influência na sociedade goiana a partir da primeira década do século XX. Anápolis já recebia esses imigrantes, principalmente italianos, desde meados da década de 1910. No final da década de 1920 a cidade recebeu um forte movimento migratório que tinha como objetivo forma colônias agrícolas na região. Estas colônias localizavam-se em regiões distantes do centro da cidade, conforme notícia reproduzida do jornal Correio de Anápolis, de 1929:

> Devido a um acordo estabelecido entre os orientadores situacionistas desta cidade, ficou resolvido entregar-se, dividido em lotes, a colonos italianos, japoneses e de qualquer outra nacionalidade conveniente, o patrimônio de Campo Alegre, hoje Cerrado. (FERREIRA, 2011, p. 305).

Mas foi no decorrer da década de 1930, com o prolongamento dos trilhos da Estrada de Ferro Goyas que a cidade passou a receber um fluxo cada vez maior de estrangeiros. Esse movimento migratório, não só estrangeiro, mas proveniente de outras regiões do país ou do estado, ajudaram a construir uma a visão acerca do foi compreendido como moderno para a cidade naquele período. Em discurso promulgado na câmara dos vereadores, em 1947, o vereador J. L. Oliveira, declara que a cidade e "seu comércio cosmopolita que é o mais movimentado de Goiaz reúne comerciantes de diversas origens." (MOURA, 2012, p. 31). Graças ao fluxo constante de pessoas e a presença de estrangeiros na cidade devido ao crescimento do setor comercial, em poucos anos começaram a surgir discursos, a exemplo do que acabamos de citar, que enquadravam a cidade como

cosmopolita. O crescimento econômico registrado no período, a procura por novas moradias que gerou uma especulação imobiliária e a chegada e permanência de estrangeiros na cidade serviram de argumento para sustentar um discurso que proclamava a cidade de Anápolis como uma metrópole no interior de Goiás, denominada por habitantes do período como a "Manchester Goiana". Tal denominação se deu, segundo João Asmar, em entrevista ao projeto Anápolis: História Viva[12], em decorrência do grande número de máquinas de beneficiamento de cereais existentes na cidade nos anos 30.

> Então, aqui estabeleceram as primeiras máquinas de café, depois vieram as de arroz. E Anápolis criou a fama de cidade Manchester, porque tinha muita máquina de arroz, porque concentrava a produção dessa região nossa aqui, era a mais populosa de Goiás, nas décadas de 30 e 40. (João Asmar, Projeto: Anápolis: História Viva).

O crescimento econômico registrado em Anápolis nas décadas de 1930 e 1940 foi fruto das mudanças assistidas pelo estado de Goiás no início do século XX. A chegada da ferrovia ao estado

12 O projeto Anápolis: História Viva buscou, no período do centenário da cidade de Anápolis (2007), "reunir histórias e 'causos' colhidos em fonte oral, para a produção de uma coletânea". Participaram das entrevistas nomes que participaram da história local como o escritor Paulo Nunes Batista, o advogado João Asmar, o político Anapolino de Faria, a poetisa Laurentina Muruci (dona Loló), o ex-diretor do Museu histórico da cidade Érides Guimarães, o jornalista Jarbas de Oliveira, o comerciante Argemiro Stival (Birota), dentre outros. O projeto propunha, também, uma análise e publicação destas entrevistas, fato que não se realizou. O material gravado e transcrito encontrasse no Centro de documentação da Universidade Estadual de Goiás (UnuCSEH).

estimulou a produção agrícola no sul e no sudeste goiano por resolver as dificuldades do transporte da produção agrícola nessas regiões. "Com isso, em 1920, Goiás chegou a ser o quarto produtor nacional de arroz." (SANTOS, 2010, p. 19). Nesse período a cidade de Anápolis incrementou o seu processo de povoação "que deu início à agricultura comercial e à transformação da cidade em centro de sustentação da frente agrícola em formação" (FRANÇA, 1974, p. 636). A chegada da ferrovia em 1935 consolidou a cidade "como polo comercial munido de uma arcaica indústria de transformação, como pode ser constatado pela concentração de máquinas de beneficiar arroz." (ARRAIS, 2013, p. 41). A cidade foi dessa forma beneficiada por um conjunto de medidas governamentais que visavam ocupar a região Centro-Oeste e também, segundo Santos, "resolver um problema social de regiões já mais desenvolvidas, que já naquela época apresentavam demanda por terras para a agropecuária." (2010, p. 22). Ao se tornar o ponto final da estrada de ferro em Goiás, a produção agrícola do norte do estado tinha que passar necessariamente pela cidade de Anápolis para, posteriormente, ser transportada para a região sudeste.

Ao pensarmos o processo de modernização em cidades interioranas partimos do pressuposto que toda mudança ocorrida no ambiente partiu de fora. A modernização geralmente é visto como um processo que substitui gradativamente a cultura local. Seguindo o pensamento da antropóloga Ruth Benedict, o antropólogo brasileiro Roque de Barros Laraia afirma que a cultura condiciona nosso modo de ver o mundo. Esta seria uma lente pela qual podemos interpretá-lo. "Homens de culturas diferentes usam lentes diversas e, portanto, têm visões desencontradas das coisas." (LARAIA, 2001, p.

67). Assim, a modernização não se constitui apenas em um fenômeno que muda a configuração mundial, também é um fato cultural, que condiciona nossa visão de mundo e nos impele a interpretá-lo sob um determinado ponto de vistas. Características ligadas ao que comumente chamamos de moderno, como o progresso, por exemplo, fazem parte desse arcabouço cultural. Dessa maneira, buscaremos enxergar o processo de modernização ocorrido em Anápolis não como um processo de aculturação no qual as ideias ligadas ao que era moderno sobrepujaram a cultura sertaneja local. Também não encararemos a apropriação de elementos advindos com a modernização por parte da cultura local como uma espécie de deturpação cultural de nenhuma das partes. A princípio tomaremos este processo como simples mudança cultural. Segundo Laraia, existem dois tipos de mudança cultural: "uma que é interna, resultante da dinâmica do próprio sistema cultural, e uma segunda que é resultado do contanto de um sistema cultural com um outro." (2001, p. 96). Partiremos do pressuposto que toda cultura é passível de mudança e o elemento que diferencia esse tipo de mudança é o tempo.

> Da mesma forma que é fundamental para a humanidade a compreensão das diferenças entre os povos de culturas que ocorrem dentro de um mesmo sistema. Este é o único procedimento que prepara o homem para enfrentar serenamente este constante e admirável mundo novo do porvir. (LARAIA, 2001, p. 101).

Visamos, assim, abordar as influências de alguns grupos, previamente selecionados, no desenvolvimento e modernização da cidade de Anápolis. Abordaremos assim, as impressões de imigrantes rurais da própria região ou de outros estados para o meio urbano de

Anápolis; a influência econômica, política e cultural do imigrante sírio-libanês na consolidação urbana da cidade; o papel de missionários evangélicos, sobretudo, em torno da figura de James Fanstone, que fundou um hospital na cidade no final da década de 1920 (Hospital Evangélico Goiano); e também a reação da igreja católica a isso, não só da perspectiva religiosa, mas também da política. Por fim, também buscaremos perceber o olhar estrangeiro sobre o sertão. Como uma ex-atriz norte americana que atuou em Hollywood e na Broadway, e ainda morou em Nova Iorque perceberia a pequena cidade de Anápolis e a região que a cerca? Como um acadêmico residente em Chicago enxergaria a desconcertante paisagem urbana anapolina? Procuraremos nos próximos parágrafos lançar uma luz sobre essas questões.

Entre o campo e a cidade

Nosso primeiro ponto é perceber como o sertanejo compreendia a formação desse espaço ao longo do tempo. Não buscaremos desvelar a figura do sertanejo (caipira) antes da "chegada do progresso" à sua região. Para esquadrinhar a ideia de mudança na perspectiva do sertanejo, nesse caso, não basta compreendermos a mesma como a transformação das características estruturais e espaciais de um ambiente. Mudança é antes de tudo deslocar-se de um lugar para outro. Este outro lugar era o sertão. Vidal e Souza destaca que, dentre as acepções dadas ao sertão no decorrer da história brasileira, "de modo geral, os dizeres sobre o sertão enumeram atributos do homem e da terra, fazendo valer a impressão de que o sertão só se

entende enquanto habitat social, na relação estreita entre natureza e sociedade." (1997, p. 51). Ao mesmo tempo é necessário lembrar que o sertanejo nem sempre fica preso ao seu local de origem, na maioria das vezes pressionado pelo avanço da fronteira, tende a busca outros locais ou meios de subsistência. O avanço da fronteira agrícola conforme definido por Martins, compreende dois momentos distintos. O primeiro denominado de "frente de expansão", ou "a conquista do espaço" (2009, p. 134), caracterizada pela ocupação do território, pelo vazio demográfico e por uma organização social específica. O segundo, denominado de "frente pioneira" marcada pela penetração e expansão da economia capitalista na agricultura. Compreende também a ideia que a fronteira é capaz de criar o novo, de erigir uma nova sociedade, "que convida ou induz à modernização, à formulação de novas concepções de vida, à mudança social. Ela constitui o ambiente oposto ao das regiões antigas, esvaziadas de população, rotineiras, tradicionalistas e mortas." (MARTINS, 2009, p. 135-6). O próprio autor, entretanto, alerta para os problemas em se tomar essa datação de maneira estrutural ou mesmo reduzir a ideia de fronteira a algo estritamente geográfico, fronteira é onde "encontramos o humano no seu limite histórico" (MARTINS, 2009, p. 11). Nesse contexto, "quando são integrados ao mercado de trabalho, os camponeses eram e são expulsos de suas terras e empurrados para 'fora' da fronteira econômica, ou para 'dentro' como assalariados sazonais." (MARTINS, 2009, p. 150). O sertanejo passou assim por uma "incorporação progressiva à esfera da cultura urbana." (CANDIDO, 2001, p. 271). Entretanto, é preciso ressaltar que antes que o êxodo rural se constituísse como um fenômeno que urbanizou de maneira

"desordenada" os grandes centros país afora, o sertanejo ou caipira já deslocava-se sertão adentro em busca de regiões mais propícias ao plantio ou a própria sobrevivência. Conforme Candido, a cultura caipira[13] tem como características gerais: o isolamento, "entendido como fenômeno referente ao grupo de vizinhança, não ao indivíduo ou, mesmo, à família" (2001, p. 108); a posse de terras, que se dava de maneira bastante generalizada, "que permitia a estabilidade relativa dos agrupamentos isolados" (CANDIDO, 2001, p. 108); que por serem, em grande maioria, "desprovidos de recursos econômicos" (CANDIDO, 2001, p. 109), tinham no trabalho doméstico

13 Antonio Candido definiu as características gerias da cultura caipira por meio de trabalho realizado em "áreas caracteristicamente caipiras" (2001: 12) do interior de São Paulo. Comportando os municípios de Bofete, Piracicaba, Tietê, Porto Feliz, Conchas, Anhembi e Botucatu, em visitas feitas durante os anos de 1947, 48, 49, 52, 53 e 54. O autor também visitou "alguns municípios limítrofes de Minas" e "as zonas rurais dos municípios de Cuiabá e Várzea Grande, em Mato Grosso." (CANDIDO, 2001, p. 12).

e no auxílio vicinal, dois planos interdependentes que propiciavam a realização dos trabalhos agrícolas e "dessa maneira determinavam as duas componentes básicas da sua estrutura social" (CANDIDO, 2001, p. 109). Segundo o autor, junto a esses elementos de fixação ou elementos importante da antiga vida caipira era a disponibilidade de terras, que desempenhava um papel duplo e contraditório:

> De um lado, constituíam fator de reequilíbrio, na medida em que permitiam reajustar, sempre que necessário, situações tornadas difíceis pela subdivisão da propriedade, devido à herança, ou pela impossibilidade de provar os direitos sobre a terra. Esses fatores, aliás, eram os mais poderosos como estímulo à mobilidade caipira do que a instabilidade pura e simples, que se tem querido explicar, inclusive como ocorrência da mestiçagem com o índio; mas cujas principais determinantes são sociais, sobrelevando o caráter precário dos títulos de propriedade. A posse, ou ocupação de fato da terra, pesou na definição social e cultural, compelindo-o, frequentemente, ao status de agregado, ou empurrando-o para as áreas despovoadas do sertão, onde o esperava o risco da destruição física ou da anomia social. (CANDIDO, 2001, p. 109).

Devido a esses fatores, Candido, associando cultura caipira e cultura primitiva, afirma que esta "não foi feita para o progresso: a sua mudança é o seu fim." (CANDIDO, 2001, p. 107) A mudança, todavia, não deve ser tomado como um fator destrutivo e sim característico de uma cultura. "Cada sistema cultural está sempre em mudança. Entender essa dinâmica é importante para atenuar o choque entre as gerações e evitar comportamentos preconceituosos." (LARAIA, 2001, p. 101). A imagem construída por Graciliano

Ramos em Vidas Secas, do sertanejo enquanto migrante, sintetiza bem essa perspectiva. A modernização compreendida como avanço da fronteira ou urbanização veio, assim, inserir novos elementos a essa dinâmica. Tomaremos, a princípio, somente a ideia do sertanejo como o ser social apto à mudança. Assim poderemos vislumbrar o processo de modernização no sertão não só como uma mudança estrutural imposta a algumas regiões, mas também como uma alternativa de sobrevivência.

Essa perspectiva foi adotada por Meneses (1976) para estudar o caso de imigrantes residentes em Anápolis e trabalhadores da Vincunha[14], com o objetivo de "reconhecer e avaliar as ressonâncias das transformações econômico-sociais da estrutura nacional, ao nível do comportamento individual, buscando compreendê-las dentro da perspectiva do próprio migrante." (MENEZES, 1976, p. 11). A autora fez uso de um conjunto de entrevistas realizadas entre janeiro e fevereiro de 1969 com esses trabalhadores com o intuito de compreender, da perspectiva desse grupo de imigrantes, como eles próprios entendiam o processo de mudança de ambientes que vivenciavam em sua vida. Por meio deste trabalho, a autora pode aproxima-se da visão que estes agentes sociais faziam das estruturas sociais que estavam inseridos. O espaço temporal e o contexto no qual foram deitas essas entrevistas escapam em níveis cronológicos do recorte por hora proposto neste trabalho. No entanto, tais entrevistas registram de algum modo o processo que nos propomos a analisar,

14 Em 1946, foi instalação, na Vila Jaiara (atualmente o bairro mais populoso de Anápolis) a fábrica de tecidos Vicunha Têxtil (Companhia Goiana de Fiação e Tecelagem de Algodão). Devido à distância em relação ao centro da cidade foi criada, ao final de 1940 e início de 1950, próximo a fábrica uma "vila de operários". Em 1958 a fábrica foi vendida a um grupo de empresários chineses dando origem à Anatex Indústria Têxtil, que entrou em crise em 1972. Com isso a Vicunha Indústrias Reunidas S/A adquiriu a fábrica que deixou de funcionar em 1998, quando a empresa transferiu-se para o Ceará.

via deslocamento pelo sertão goiano, ou em "outros sertões", nesse período até instalarem-se em Anápolis como trabalhadores industriais. No geral perceberemos no humano o que buscamos vislumbrar na cidade: o homem do campo que largou a enxada e se tornou operário, a cidade que deixava de ser de base rural e se urbanizava.

Temos, na perspectiva do sertanejo, duas formas de se pensar ou vivenciar a questão da mudança. A primeira refere-se à mudança de uma localidade para outra, do próprio ato da migração, ao fato de um agente desloca-se de seu lugar de origem para outra região, buscando uma melhoria de vida propiciada pela abundância de recursos oferecida pela vida na cidade. A mudança se faz necessária então pela ausência de recursos em seu lugar de origem. A cidade, como ambiente moderno representa o lugar no qual há possibilidade de escolhas, o local no qual não há espera, basta apenas buscar o que precisa.

> A mudança significa, para o migrante, uma busca de melhoria, no sentido mais amplo: melhores condições de trabalho, moradia, transporte, conforto, distração, acesso a bens de consumo, educação, assistência médica. Tudo isso é o que necessariamente se encontra em outro lugar, não aquele em que ele está. (MENEZES, 1976, p. 16).

Para compreendermos os efeitos da modernização na maneira como o sertanejo interpretava o espaço a sua volta devemos primeiramente compreender o que ele próprio compreendia enquanto sertão. Não podemos deixar de comparar, também, a perspectiva do sertanejo com a visão construída do sertão pelo pensamento social brasileiro. Na perspectiva desses migrantes "o sertão é

onde tem mato, fera, roça, tudo quanto é coisa... O sertão pode ter mata fechada, ou tudo ser campo, é isolado, é muito longe, não tem nada, nem arraial igual a esse..." (MENEZES, 1976, p. 38). Esta imagem de sertão pode ser percebida também no meio acadêmico, o sertão é compreendido como "vácuo civilizacional" fruto de uma visão cunhada desde os primórdios da expansão territorial no Brasil ainda nos tempos de colônia. Segundo Pimentel, "o que é preciso ter em mente é que, desde este momento inaugural, isto é, desde a sua compreensão como sertão-lugar, o que o define é a retórica da comparação." (2006, p. 08). Visto sob a perspectiva do pensamento social brasileiro, "sertão e litoral constituem o padrão das descrições do espaço nacional e dos modos de vida concebidos como regionalmente diferenciados." (VIDAL E SOUZA, 1997, p. 38-9). Nessas condições, sob uma forma concreta, o sertão é algo que pode ser alcançado e, assim, modificado não só em sua estrutura, mas também em seu comportamento, visto que também representa "modos de vida". Segundo Vidal e Souza, na perspectiva do pensamento social brasileiro a ideia de sertão surge a partir da oposição com a ideia de litoral. Para a autora, a gênese da brasilidade coincide "com a origem do sertão e, por sua vez, produzindo a distinção duradoura entre as regiões da marinha e do sertão, que determinam o Brasil em sua nascença e em seu destino" (1997, p. 32). Ao falar em destino, a autora se refere a importância que teve o sertão no processo de integralização nacional iniciado na primeira metade do século XX. Vidal e Souza destaca que "a partir da década de 1930, mais claramente com o Estado novo, o projeto de uma união civilizadora e nacionalizante para o Brasil aparece profusamente nomeado como Marcha para Oeste." (1997, p. 109). A Marcha para Oeste significou, dentro do

projeto nacional, um encurtamento de fronteiras, uma tentativa de levar os "valores da civilização" para o espaço sertanejo.

> O encurtamento, por sua vez, é a vitória sobre a resistência do vazio e das enormes distâncias; o sertão não mais será o vasto mundo em que se perdiam as iniciativas de progresso. A civilização quer aproximar patriotas, fazendo do sertão lugar perto. (VIDAL E SOUZA, 1997, p. 117).

Essa "aproximação da civilização" afetou também a visão dos próprios sertanejos sobre a sua região. Menezes destaca que para a maioria dos sertanejos residentes em Anápolis entrevistados em sua pesquisa o "sertão acabou". "A explicação dada para a 'morte' do sertão é a atuação do governo, que, ao fazer estradas, permitiu que os "melhoramentos" chegassem a estes locais isolados." (MENEZES, 1976, p. 38). Deixar o isolamento, na perspectiva do sertanejo, está ligado a presença do estado e de suas instituições. A ideia de progresso não ligava-se somente a mera inserção tecnológica, junto com as mudanças advindas dos tempos modernos também estaria presente o estado ou a lei. Essa presença bateria de frente com a liberdade individual do sertanejo, seus atos passariam a ser submetidos não só a critérios legais, mas também trabalhistas.

> Por fim, o sertão será fixidez quando se estabelecer uma economia sedentária que absorverá a mão-de-obra local. As soluções recomendadas se colocam incomparáveis com o nomadismo tradicional entre os sertanejos. (...) Nada de homens em trânsito, como se donos do horizonte. Para viver, o sertanejo terá que se condicionar ao trabalho rotinizado, á labuta em um terreno restrito e bem demarcado. De onde estiver,

> enxergará cercas e limites aos seu movimento livre. (VIDAL E SOUZA, 1997, p. 117).

A chegada de aparatos tecnológicos ajudaria a trazer instituições como sistemas judiciários e policiais. Dessa maneira, a ideia de progresso tão ressaltada pelos discursos oficiais nem sempre era vista da mesma maneira pelos habitantes locais. A ex-atriz hollywoodiana Joan Lowell relata uma experiência vivida por ela na época em que abria, juntamente com seu marido, uma estrada no interior goiano:

> Uma caravana, composta por dois carros de boi e uma dúzia de mulas, tinha sabotado nossa estrada. (...). O chefe da caravana era um assassino que estava fugindo da polícia, vindo de um estado do sul. Escolhera o centro de Goiás, para seu esconderijo. Ao encontrar uma estrada ficara furioso. A estrada traria a lei! Não queria saber de lei. (LOWELL, s/d, p. 120).

Além da presença da lei como forma de regência da vivencia, percebida como característica do meio urbano, outros fatores contribuíam para a construção de uma visão negativa em relação ao que era concebido como moderno. A mudança drástica nos modos de vida até então pacatos do cotidiano da vida sertaneja causava certo temor pelo desconhecido. A quebra do isolamento geográfico trazia consigo outra forma de isolamento: o social. A tecnologia e a dinâmica das grandes cidades causava no sertanejo o medo do anonimato, o fato de torna-se desconhecido em meio à multidão. "Na cidade o medo de acidentes alia-se ao do anonimato. Os migrantes, quando se referem a Brasília, por exemplo, comentam que nessa cidade as pessoas dificilmente se conhecem porque há grande convergência de

gente proveniente de lugares diferentes." (MENEZES, 1976, p. 41).

A concepção feita do que representa uma cidade mostra-se ambígua, caracterizada tanto pela abundância de recursos quanto pelo medo do anonimato. "A cidade é completa de tudo que necessita e existe: tem fábrica, tem oficina, tem trabalho, tem tudo o que for preciso, tem igreja, hospital, ruas asfaltadas, tem colégio, tem prefeitura, linha de ônibus, rodoviária, ônibus pra vários lugá." (MENEZES, 1976, p. 40). Contudo, o sertão não pode ser tomando somente como um lugar, dessa maneira fica fácil de constatar que a tecnologia sobrepujou o e que este não existe mais. O sertão também é uma ideia, uma categoria de entendimento, nessa perspectiva, "o lugar-sertão ocupa importância igual ao de seu morador, o sertanejo." (PIMENTEL, 2006, p. 10). As mudanças ocorridas no que se compreendia enquanto sertão no início do século XX afetou também a visão que se tinha do sertanejo. Gradativamente a figura do sertanejo deixou de ser tomado somente em associação à figura do caipira e passou a representar um universo cultural no qual incluía-se a música e a moda. Ou seja, o sertão passou a ter um status quando visto sob a ótica da indústria cultural.

> Assim, o sertão-idéia se constitui num pouco de continuação sem perder de vista sua ruptura. Continuação porque, de qualquer modo, persistem as relações cidade(-)(/)campo. Rompimento porque ele deixou de ser uma coisa para se transformar numa idéia e, como tal, assume uma diversidade que não possuía antes. (PIMENTEL, 2006, p. 12).

A relação campo/cidade característica da imagem sertane-

ja, com a modernização encurtou-se cada vez mais. “Em Goiás, até mesmo no início do século XX, era possível reconhecer as relações de complementaridade entre cidade e campo, entre o universo da fazenda e o da rua, sendo esta considerada sinônimo de cidade.” (ARRAIS, 2013, p. 102). As cidades, anteriormente, vistas como algo distante do sertão passavam a ser tornar uma opção de vida. Contudo, devemos evitar perceber a cidade como algo oposto ao sertão. Esta visão foi construída a partir da oposição criada, sobretudo, pelas teorias da modernização entre tradicional e moderno. No entanto, mesmo que consideremos o sertanejo como “portador” de uma cultura tradicional, esta não se opõe a cidade, constitui-se apenas como um modo de interação entre o indivíduo e o espaço a sua volta. Ou como enumera Vidal e Souza, a partir de uma das concepções de sertão construídas pelo pensamento social brasileiro: “O sertão, pois, não é a ausência de humanidade e sim o perfeito locus para um modo de vida específico em sua articulação com grandes espaços.” (1997, p. 62). Como ressaltamos acima, tratam-se de lentes distintas que interpretam a “realidade” do mundo. “A gente do sertão que andou por suas terras, pensou, como a gente do litoral, acerca do funcionamento do universo, da máquina do mundo.” (MARCHEZAN, 2006, p. 59). Não se constituem como modos opostos de se entender o mundo, apenas visões de mundo distintas de se conceber o tempo e o espaço.

> Graças aos recursos modernos de comunicação, ao aumento da densidade demográfica e à generalização das necessidades complementares, acham-se agora frente a frente homens do campo e da cidade, sitiantes e fazendeiros,

> assalariados agrícolas e operários – bruscamente reaproximados no espaço geográfico e social, participando de um universo que desvenda dolorosamente as discrepâncias econômicas e culturais. (CANDIDO, 2001, p. 279-80).

Ao chegar à cidade e entrar em contatos com os meios tecnológicos que esta oferecia, o sertanejo não teve o seu universo cultural substituído pela cultura moderna. Temos assim não a "cultura urbana" que substitui a "rural", mas o modo sertanejo de ver o mundo como forma de interpretação e, posteriormente, de adaptação ao ambiente urbano. "A cidade tem suas leis que regem os homens; no sertão o homem é regente e, enquanto tal, pode se revelar pelo bem ou pelo mal, não segundo as leis externas que os julgam, mas segundo os sentidos dos pactos que fazem." (RONCARI, 2006, p. 50). Os elementos presentes na cultura urbana não substituíam os elementos culturais do sertão, se assim podemos dizer, mas tornavam-se uma opção, uma alternativa a mais no seu modo de se relacionar com o mundo e com os demais agentes sociais. Pensemos nas relações trabalhistas. Mesmo em uma época na qual o maquinário em Anápolis não alcançava grades proporções a máquina poderia, quando não substituir, dispensar a presença de outros indivíduos em dados momentos. Segundo conta um migrante: "Na roça todos os serviço precisa do outro pra ajuda e aqui na cidade não. Como aqui na indústria, eu podia brigá com todo mundo, eu fazia meu trabalho sozinho, não dependia de ninguém, sabia fazer, era maneiro." (MENEZES, 1976, p. 81). A facilidade oferecida pelo maquinário, então, dispensava a presença de outros agentes sociais na realização de determinada função. Esta não eliminava as relações interpessoais, mas ofereciam a opção de nem sempre está dependente destas. Sob

uma perspectiva matemática, devemos pensar esse choque cultural como um processo de adição e não subtração.

A mudança de localidade realizada pelo imigrante implica também em uma mudança na perspectiva temporal. Conforme Menezes, essa mudança de espaço provoca uma reorganização temporal. "A temporalidade passa a ter para aqueles que mudam uma cronologia específica, cujo marco é a própria mudança." (1976, p. 22). Essa mudança na noção de tempo e de espaço não se dá somente devido ao deslocamento físico de um ponto a outro. Segundo Giddens, "o rompimento entre tempo e espaço fornece uma base para a sua recombinação em relação à atividade social." (1991, p. 29). As diferenças na organização social, na dinâmica das instituições e nas relações cotidianas também modificam essa concepção tempo-espaço. Para Menezes "a transferência física de uma pessoa implica não só numa mudança de posição no sistema de relações sociais como também no rompimento com uma realidade que se apresenta conhecida, rotineira, pragmática, a realidade da vida cotidiana." (1976, p. 12). Essa mudança na perspectiva temporal pode ocorrer também sem que o sertanejo desloque-se de um lugar para outro. A mudança na organização espacial a sua volta, causada pelo avanço tecnológico pode causar o mesmo efeito: um rompimento com o cotidiano ou na maneira como o tempo é articulado pelo meio rural que se insere em uma perspectiva urbana.

O processo de modernização pode ser percebido, então, em duas acepções diferentes, segundo o ponto de vista sertanejo. No primeiro, o espaço que se modifica a sua volta, representa o processo de modernização local em si. No segundo, a modernização está presente em alguns lugares e quem a deseja deve buscá-la. Encontra-se em

locais específicos, muitas vezes não chega até ao agente social e muda o seu espaço, este que deve ir de encontro a ela. Nesses casos, há (havia) a opção de não aderir a esse "mundo moderno", retornando para o seu local de origem ou nem mesmo deslocando-se dele. Dessa maneira, o processo de modernização que se passava no sertão não encontrava um indivíduo apático à mudança. Este poderia aceitá-la ou rejeitá-la, poderia tanto ir de encontro a ela quanto buscar regiões mais ou ainda isoladas. O progresso não era apreendido apenas como uma mudança positiva, o fim do sertão representava também o temor e a incerteza advinda dos "novos" tempos. Vale ressaltar que esse conjunto de entrevistas foram feitas com imigrantes que em sua maioria, se não todos, eram provenientes de áreas rurais. O impacto com os avanços tecnológicos por menor que esses fossem pareciam de uma proporção incalculável, como explica um dos entrevistados:

> "Por hipótese, vou explicá. Na minha terra mora um sujeito lá no centro da roça. Ele não sabe nem o que é chegá numa praça, nunca foi numa capital, porque lá não tem cidade adiantada. Ele não sabe o que é uma sinalização de luz, que ele nunca viu, nem trem rodoviário. Quando um sujeito chega aqui em casa levo ele na praça, ensino: tem cuidado com a contramão, ele é um pedestre, nós não vamo de transporte, ando na cidade, ensino tudo. Aí ele passa seis mês aqui, quando volta já mudou o sistema. Chega lá dizendo que chegou numa cidade muito adiantada, que foi no Anápolis, no Goiás." (MENEZES, 1976, p. 20).

Esse deslumbramento do sertanejo frente ao aparato tecnológico da cidade, por mínimo que fosse, não pode ser tomado como prova de uma suposta inocência ou atraso do sertanejo em relação ao

que identificamos como moderno. Conforme atesta Vidal e Souza, a ideia de um "sertão retardado, ainda se reproduzindo em passado, sob as condições há muito superadas pelo restante do país, desde os princípios coloniais." (1997, p. 93), foi construída pelo pensamento social brasileiro como uma forma de consolidar uma ideia de nação. Esta visão que concebe o tempo a partir de estágios evolutivos, todavia, não se sustenta ao se pensar diferentes concepções de mundo. A sensação de "deslocamento", sentida pelo sertanejo, se dava justamente pela "ausência" de elementos de sua cultura naquele ambiente. Se invertêssemos a situação e inserimos um tipo urbano frente ao ambiente sertanejo este também sentir-se-ia "deslocado". Quanto menos um indivíduo conhecer os elementos de uma cultura "estranha" a sua e as formas como estas interpretam ou simbolizam o ambiente a sua volta, mais chance o sujeito tem de se "surpreender" e sentir mesmo "deslumbrado" com as informações que tem a sua volta. Como afirma Laraia:

> Cultura é um sistema de símbolos e significados. Compreende categorias ou unidades e regras sobre relações e modos de comportamento. O status epistemológico das unidades ou "coisas" culturais não depende da sua observabilidade: mesmo fantasmas e pessoas mortas podem ser categorias culturais. (LARAIA, 2001, p. 63).

Para o sertanejo morador (adaptado) da cidade, o sertão, é a distância que se confunde tanto em critérios temporais quanto espaciais: "pode ter mata fechada, ou tudo ser campo, é isolado, é muito longe, não tem nada..." e a cidade representa o lugar da abundância, uma alternativa a mais na busca da sobrevivência. Para o não-sertanejo o sertão é o desconhecido e, por isso, perigo-

so. A cidade se torna perigosa quando "próxima" ao sertão em um limite da civilização. O sertão por sua vez, constitui-se enquanto uma "região mental (à margem da civilização), reino da natureza e do perigo o sertão é, sobretudo, interior e, então, ambiguamente, significa também o cerne da nacionalidade." (SILVA, 2006, p. 172). Esses limites são marcados não pelo ambiente físico em si, mas pelo horizonte cultural.

Esse conjunto de entrevista que serviram de base para o trabalho de Menezes constituem, no caso de Anápolis, apenas uma pequena parcela do número de migrantes que chegaram à cidade. Reflete apenas uma parcela de um tipo específico de migrantes que se deslocavam pelo estado. Além deles, Anápolis, a exemplo de outras partes do país, recebeu no início do século XX, uma quantidade considerável desses agentes sociais. Nas primeiras décadas do século XX, a cidade recebeu imigrantes de ascendência árabe (sírios, libaneses palestinos), inglesa (com destaque para missionários protestantes), italiana (que construíram uma colônia, hoje a cidade Nova Veneza), japonesa (colônia que deu origem a cidade de Nerópolis), além de norte americanos, alemães, espanhóis, portugueses, dentre outros.

No início do século XX, Anápolis assistiu um crescimento substancial de sua população. Segundo dados do IBGE, a cidade passou de 6.296 habitantes em 1900 para 16.037 habitantes no decorrer da década de 1920. Na década de 1940 contava com 39.148 habitantes e atingiu, em 1950, a 50.338 habitantes. Esse crescimento foi substancial tanto na área rural, que ocorreu em maior parte até a primeira metade do século XX, quanto urbana. O maior crescimento populacional nas áreas rurais foi resultado do processo de

imigração, principalmente de italianos e japoneses. "Os primeiros para plantar café, os últimos para trabalhar na rizicultura. Para o setor urbano migravam, principalmente, os sírios, (...) para trabalhar no setor terciário." (POLONIAL, 2011, p. 29). Como o processo de modernização é caracterizado em termos gerais pelos fenômenos da urbanização e da industrialização, para os fins deste trabalho daremos destaque à imigração árabe (sírios, libaneses e palestinos), que dentre os grupos citados acima foram os que em maior quantidade se concentraram na zona urbana. Posteriormente, abordaremos a ação de grupos missionários protestantes e católicos (frades franciscanos).

O Estranho

a) Os "turcos"

O movimento migratório sírio e libanês ocorreu no Brasil entre a segunda metade do século XIX e nos primeiros anos do século XX. Diversos fatores influenciaram esse fluxo migratório. A nível interno a pobreza e a fome da população, secas e pragas agrícolas, a abertura do Canal de Suez, que privou a região da rota da seda, e o regime político instaurado pelo império otomano que passou a perseguir cristão e convocar jovens para a frente de batalha na região. O que motivou muitos a escolherem o Brasil e, posteriormente, alcançarem o interior goiano, foi a promessa de enriquecimento rápido e a vida tranquila em terras americanas. Arimathéa e Cury destacam também "as visitas do Imperador do Brasil, Dom Pedro II, à região, e o convite para que emigrassem ao Brasil". (2009, p. 23). Isso fazia

parte uma política brasileira do período, que visava ocupar determinadas regiões do território nacional.

> Neste contexto, inúmeros imigrantes de diversas nacionalidades convergiram, ocupando espaços no campo e nas cidades, formando uma sociedade marcada pelo convívio da multiplicidade étnica e cultural. (ARIMATHÉA; CURY, 2009, p. 24).

Os primeiros imigrantes dessa região a chegarem ao país eram geralmente de origem síria, libanesa ou palestina. Devido a ocupação turca em sua região de origem se tornou no país denomina-los de "turcos". Segundo José Asmar (1987, p. 75), a denominação "sírio-libanês" também deve a sua origem ao mesmo evento: "A Turquia manda no Líbano, que se confunde com a Síria. O domínio varia, até o protelado da França, permitindo a dúbia nacionalidade sírio-libanesa". Contudo, isso era algo chocante e humilhante para o imigrante árabe: ser tomado como compatriota de seu opressor. Esse erro ocorria devido a origem de seu desembarque, a papelada era expedida pelo governo da Turquia. Não havia distinção entre libaneses, sírios ou palestinos, o "apelido, para eles, tão indesejável, como humilhante e ofensivo, pegou como moléstia contagiosa." (ASMAR, 2010, p. 58). Devido a esse fato, os primeiros imigrantes trocavam seus nomes, abrasileirando-os como uma tentativa de evitar tal engano: Abrahão Jorge Asmar, Miguel Pedreiro, Miguel João Alves, etc. Após a Primeira Guerra Mundial, a Turquia perdeu o domínio sobre as nações árabes e os passaportes passaram a ser emitidos pelas suas respectivas nações.

A colônia sírio-libanesa em Anápolis esteve a frente de di-

versos empreendimentos comerciais instalados na cidade como, por exemplo: a abertura de olarias ainda na década de 1930, a montagem de máquinas de beneficiar cereais e fundação da ACIA (Associação Comercial e Industrial de Anápolis). Os primeiros a chegaram e fixar moradia no município datam da primeira década do século XX, nas décadas seguintes, entre 1920 e 40 esse número aumentou gradativamente. Na década de 1940, segundo Freitas, "a comunidade

sírio-libanesa chegou a ter um programa em árabe, na rádio Carajá[15], chamado 'Sonhos do Oriente' que ia ao ar, durante a semana, entre 18:30 e 19:00." (1995, p. 57). A presença síria na cidade não deixou de exercer forte influência cultural:

> Este misto de guardar tradições e se integrar a um novo ambiente estão presentes na fala dos representantes da comunidade sírio-libanesa, a exemplo de Anápolis, e do que nos contaram a respeito da experiência de avós, pais, parentes ou da própria experiência com a imigração para uma terra que os acolheu, influenciou e foi influenciada por eles. (ARIMATHÉA; CURY, 2009, p. 25).

O escritor, memorialista e político de origem árabe João Asmar ressalta a importância da culinária para o processo de adaptação e aceitação desses imigrantes no Brasil. O autor considera o "quibe" como uma espécie de "embaixador" dessas relações, relembrando uma história de infância para ilustrar tal afirmação:

> Lembro-me, ainda, quando menino, nos sábados, quando se fazia o pão, e nos domingos, quando sempre aparecia o quibe, mamãe me agraciava com alguns, que eu repartia com aqueles que vinham comigo brincar, debaixo das frondosas mangueiras, que existiam em nosso vasto quintal. (...) Eram muitas as brigas entre a meninada, de uma rua e de outra. Mas, graças ao quibe e aos pedaços de pão sírio que distribuía, favorecendo-me o entendimento, eu era até protegido. (ASMAR, 2010, p. 39).

A culinária foi apenas um dos fatores que propiciaram uma

15 A Rádio Carajá de Anápolis foi fundada, em 1947, por João Simonetti, Ermeti Simonetti e Alfredo Rosa. Seu slogan era: "Rádio Carajá de Anápolis, a Voz do Coração do Brasil".

"troca" cultural entre os imigrantes árabes e os habitantes locais. Foram por meio das relações comerciais que estes imigrantes puderam se inserir na cultura local e estabelecer um diálogo com aquele tipo de organização social e cultural tão distinto da sua. Apesar de comumente serem associados ao comércio, como se esta atividade fosse uma tradição intrínseca ao imigrante árabe, os "sírios e libaneses que imigraram para o Brasil, eram, na verdade, agricultores, cujo acesso às terras, em seus países, lhes era negado." (LUPPI, 2007, p. 79). Os primeiros a adentrarem no sertão chegaram como mascates e devido à baixa circulação de dinheiro em moeda durante aquele período foram obrigados a desenvolverem um meio que tornasse viável a transação comercial entre as partes interessadas. Simmel observa que, "na história inteira da economia aparecem os estrangeiros, por toda parte, como comerciantes, ou os comerciantes como estrangeiros." (2005, p. 266). A presença dos mascates não só no interior goiano, mas em outras partes do país, introduziram um meio alternativo à economia local. O comércio e distribuição de mercadorias feitas por meio de tropas já era algo corrente na história do estado. A mascateação funcionava de maneira parecida, diferenciava-se, nesse caso, na forma como eram feitas as negociações e no tipo de produtos oferecidos. Os mascates transportavam uma quantidade menor de mercadorias, mas em maior variedade. Estabeleciam também uma relação direta com o comprador, não tinham como propósito abastecer nenhum mercado ou armazém local. Esse fator contribuiu para interação entre estes e os locais

> O que de fato contribuiu, eficazmente, para a aproximação dos árabes com os habitantes do lugar foi o fato de que eles, com aquele sacrifício inicial, de buscarem recursos na comercialização de produtos, levando-os às casas de com-

> pradores, e os entregando a crédito, criaram um relacionamento de confiança e de amizade, de respeito mútuo, que se alastrou, beneficamente, atingindo o meio rural. (ASMAR, 2010, p. 40).

O encontro entre essas duas culturas tão distintas ultrapassa os critérios que levam em consideração apenas a relação entre o tradicional e o moderno. Temos aqui o encontro de duas manifestações culturais que vistas sob esta perspectiva dicotômica se encontravam no mesmo patamar: ambas as culturas, apesar das distinções sociais e geográficas, podem ser interpretadas como tradicionais ou exóticas. Conforme Feres Junior o conceito de "tradicional", vista sob a ótica das teorias da modernização, implica em uma incapacidade histórica. De um lado teríamos "a história da cultura que os cientistas sociais usaram para identificar a modernização ocidental (americana), do outro, há uma irrelevância das histórias dos povos 'tradicionais'." (2005, p. 100). Para tornar cognoscível este encontro é preciso apelar para distinções que leve em conta a localização espacial de cada agente social. Assim, na interpretação dos agentes sociais envolvidos nesse processo, o sertanejo perde seu status de "exótico" e passa a ser visto apenas como o "tradicional". O árabe, por se encontrar em um local distinto de sua origem é interpretado como o "exótico". Entretanto, esse "exótico" não representa o isolado, mas o meio que busca minimizar esse "isolamento". O mascate rompe com o "isolamento" do sertanejo por levar até o sertão produtos que o mesmo não encontra a sua volta. O "exótico" é percebido como aquele que apresenta os produtos modernos ao interior isolado, um elo entre o urbano de outras plagas e o rural dos "confins" do sertão. Assim como o que se compreende como tradicional e como moderno parecem a primeira vista incompatíveis, a comunicação entre

esse "tradicional" e esse "exótico" também se dão pela contradição e pelo estranhamento:

> Os seus primeiros contatos com os tradicionais e conservadores fazendeiros, do sertão goiano, eram tímidos e, por vezes, engraçados.
>
> De um lado, o chegante exótico, estranho, barbeado, embora, exibisse um farto bigode, com pontas enroladas, jamais vistos por estas bandas. Nem sabia falar direito. De outro, a surpresa, a indagação íntima, a curiosidade e o interesse repentino despertado. (ASMAR, 2010, p. 64).

A falta de moeda corrente nessas regiões também se tornou um fator propício para a elaboração de formas distintas de negociação. Para Asmar, que através de sua narrativa constrói uma aura nostálgica e quase edênica do passado, foram ao árabes a inaugurarem o primeiro sistema de créditos em Goiás:

> Inauguraram, eles, então, entre os anos de 1910 e 1920, o primeiro sistema de crédito. Acreditaram na gente humilde, tranquila e sincera, no homem sertanejo de Goiás, e começaram a se expandir a cada viagem que faziam, aumentando os fregueses e amizades. (ASMAR, 2010, p. 71).

Rompido o primeiro contato, a figura antes exótica passou, gradativamente, a fazer parte daquele ambiente, tornou-se mais um elemento a compor aquela paisagem sertaneja. "O 'mascate', assim, passou a ser uma figura integrante da comunidade e não mais o estranho que provocava indagações e curiosidades dos humildes habitantes do nosso sertão." (ASMAR, 2010, p. 50). Simmel, todavia,

observa que:

> O estrangeiro, contudo, é também um elemento do grupo, não mais diferente que os outros e, ao mesmo tempo, distinto do que consideramos como o "inimigo interno". É um elemento do qual a posição imanente e de membro compreendem, ao mesmo tempo, um exterior e um contrário. (2005, p. 265).

Ou seja, mesmo que inseridos na dinâmica social sertaneja, o árabe não deixou de ser percebido como o indivíduo possuidor de características distintas em relação aos demais membros da comunidade. A presença e os hábitos dos árabes residentes em Goiás chamou a atenção do missionário e médico James Fanstone quando este chegou à Anápolis no final da década de 1920. O mesmo relata:

> Há muitos Sírio-Libaneses em Goiás. Eles costumam chegar pobres, mas com um dom para os negócios se tornam ricos. Em seguida, já que maridos locais não são bons o bastante para suas filhas muito elegíveis, são estes especialmente importados, feito sob medida, do Oriente Médio. (FANSTONE, s/d, p. 143).

Este relato corrobora com uma observação feita por Simmel, somente o comércio permite relações ilimitadas, "o comerciante, então, não precisa ser visto como um estrangeiro, mas sim, o comércio é visto, apenas, como uma ocasião de existência." (2005, p. 266). Na interpretação de Asmar, temos duas tipologias que ajudaram a compor uma imagem figurativa dos habitantes do sertão goiano: o sertanejo percebido como o conservador e humilde; e o estrangeiro (o não sertanejo) visto como o aventureiro, o desbravador e, também, como o pioneiro (o introdutor de um determinado

sistema de créditos no estado):

> Ao apreciar, pois, o processo evolutivo de entendimento, de confiança e de amizade, que se operou, ao longo do tempo, na vasta extensão do chão goiano, unindo os mascates, tão exóticos, tão estranhos, com os fazendeiros, tão conservadores e tão tradicionais, há de se render um preito de homenagem e gratidão e esses aventureiros, que acreditaram e confiaram, e estabeleceram, em nosso meio rural, o primeiro e único sistema de crédito, simples e seguro, sem escritos e sem protocolo, sem exigências ou condições, sem medo de riscos imaginários. (ASMAR, 2010, p. 43).

Devemos nos lembrar que esta visão trazida por Asmar é a visão de um filho de imigrantes, criado em Anápolis. Os relatos por ele apresentados trazem experiências próprias e de outros com os quais teve contato. O sistema de crédito por ele mencionado, por exemplo, foi propiciado pelas relações pré-existentes no interior, devido à falta de moeda em circulação. A forma como o trabalho era estabelecido também pode ser entendida como um desses fatores, pois, era comum realizar o trabalho para se receber depois, e o empréstimo ou venda de mercadorias feita a prazo pelos fazendeiros a seus empregados. "Verificaram, ali mesmo, quando compravam as coisas nos armazéns das fazendas, que os preços pagos, em todos os artigos, eram muito superiores aos valores reais, de mercado, correntes na cidade." (ASMAR, 2010, p. 47). Comprar de um mascate significava para o sertanejo uma alternativa à dependência que se estabelecia muitas vezes com os seus empregadores. Como o passar do tempo, muitos desses mascates começaram a fixar-se em determinadas regiões e a abrir algum tipo de comércio nestas.

> Enquanto economia essencial para as necessidades puras de troca, um círculo espacial próximo parece reinar essencialmente sobre os produtos, e não há necessidade de um intermediário. O comerciante entra em linha, apenas, para os produtos que são lançados completamente fora deste círculo. (SIMMEL, 2005, p. 266).

Com isso passaram a fazer parte da população local e influenciar diretamente na dinâmica da economia local. Antes da instalação dos primeiros bancos em Anápolis, o financiamento de lavouras e o abastecimento de diversas fazendas ficavam a cargo de comerciantes árabes que se destacaram no comércio da cidade. "Eles anotavam o fornecimento de mercadorias e, também, dinheiro, em contas correntes, para recebimento certo, infalível, por ocasião das colheitas de cereais ou da venda de porcos gordos ou de gado, em boiada." (ASMAR, 2010, p. 41).

A presença destes imigrantes no cotidiano local influenciou também na maneira como estes eram denominados pelos moradores locais. Estas denominações estavam associadas a importância da função comercial exercida por estes na sociedade local. Cornélio Pires, humorista mineiro, em conferência em Anápolis, no Cine Áurea, em meados da década de 1940 assim se referia aos imigrantes árabes:

> Quando o patrício aqui chegou, e, com uma mala na cabeça, ia, de porta em porta, oferecendo a sua mercadoria, ele era, verdadeiramente, o "turco". Todavia, quando ele já tinha uma "lojinha", com porta sempre aberta, a espera do freguês, ele já não era "turco", era "sírio". Contudo, quando o antigo mascate já era dono de loja, de muitas portas, ou de armazém, com automóvel e caminhão, morando em casa grande,

> mansão ou palacete, vestido com terno de casimira, camisa branca e gravata, calçando botinas de pelica, já não era nem "turco" nem "sírio"... é LIBANÊS. (ASMAR, 2010, p. 59).

Apesar das diferenças culturais, outros fatores para além das relações comerciais facilitaram a inserção desses estrangeiros à cultura local. Os árabes que aqui chegaram eram cristãos. Professavam a fé pelo rito maronita[16], ligado à Igreja Romana, outros eram católicos ortodoxos, frequentado os templos católicos romanos até a fundação de uma Igreja Ortodoxa na cidade. Os maometanos vieram, posteriormente, e fundaram sua própria mesquita. Contudo, esses estrangeiros tinham em mente, com a sua mudança, a mesma perspectiva que o imigrante "interno" (sertanejo): melhorar de vida. A princípio o seu objetivo era um fim material, não houve assim a necessidade de confrontos de cunho religioso com a população local. Mas e quanto aos que vieram com este fim, com um propósito não simplesmente de buscar a "melhoria", mas de oferecê-la aos moradores locais (tanto na forma espiritual quanto material). Para além de contribuir para o desenvolvimento das mais diversas esferas sociais do município, esses imigrantes marcaram também a cultura local no tocante as manifestações religiosas. Tiveram que adaptar-se a um ambiente sertanejo que dialogava com moderno e assim ajudaram a configurar o perfil que definia Anápolis como uma cidade moderna

16 A Igreja Maronita é uma igreja cristã, do rito oriental, em plena comunhão com a Sé Apostólica, ou seja, reconhece a autoridade do Papa, o líder Igreja Católica Apostólica Romana. Tradicional no Líbano, a Igreja Maronita possui ritual próprio, diferente do rito latino adotado pelos católicos ocidentais. O rito maronita prevê a celebração da missa em língua aramaica. (...) Os Maronitas são os Cristãos Católicos Orientais que devem seu nome a São Maron. Em documentos siríacos muito antigos, podemos ler esses vocábulos: Os fieis de Beth (casa) Maron, Calcedônios de Beth Maron, aqueles de Mar Maron... Esses vocábulos significam uma única palavra que os substituirá, a palavra Maronita que será dada a um povo que no Patriarcado de Antioquia seguiu a orientação religiosa de São Maron e seus discípulos. Disponível em: <http://www.igrejamaronita.org.br/conteudos/pgpadrao.asp?MTc6NTE6MDl8MTQ>

do interior de Goiás.

b) Os "crentes"

Outro grupo proveniente de outras regiões que se destacou durante o processo de modernização de Anápolis foram os missionários protestantes. O que possibilitou uma maior e gradativa aceitação do protestantismo em Anápolis foi justamente o caráter assistencialista presente no modo como esta ramificação religiosa foi introduzida como maior ênfase no município.

> A história do protestantismo em Goiás começa, oficialmente, em 16 de julho de 1893 com a fundação da Igreja Presbiteriana de Santa Luzia. Resultado da expansão protestante em território nacional, o núcleo dessa cidade foi fruto do trabalho de missionários que desde 1884 andavam pelo estado propagando sua ética religiosa. (ARAÚJO, 2008, p. 109).

No caso de Anápolis, a chegada destes primeiros missionários é um reflexo das primeiras tentativas de inserção do protestantismo se deu a partir desse núcleo de Santa Luzia, (FEITOSA, 2002) mas sua consolidação está associada a inauguração do Hospital Evangélico Goiano (HEG), em 1927. A chegada do protestantismo à cidade de Anápolis associa-se dessa forma a um gradativo movimento de institucionalização da saúde no município. Desde sua inauguração o HEG foi apontado como um dos grandes símbolos

do progresso anapolino. Esse discurso ganhou maior força na década de 1930, com a ampliação do hospital, que passou a ser considerado o primeiro "arranha-céu" do estado de Goiás, além de referência para a prática da medicina no estado. O fundador desse hospital foi médico pernambucano descendente de ingleses James Fanstone, sete anos depois, foi fundada por sua esposa Dayse Fanstone, outra instituição ligada à saúde na cidade, a Escola de Enfermagem "Florence Nighingale". A disseminação do protestantismo na cidade se deu juntamente com o desenvolvimento de ações de cunho social, muitas delas realizadas pelo HEG.

> Esse hospital foi mantido pele missão Inglesa até muitos anos, durante muitos anos. Depois o dr. Fanstone encampou para si como dele. A missão veio reclamar, ele falou: "O trabalho é meu." E foi dele mesmo. Então ele usava o hospital para granjear adeptos para a sua igreja. Ele tratava, não cobrava, desde que o indivíduo freqüentasse a igreja. Foi um processo de barganha. E assim eu presenciei isso." (João Asmar, Anápolis: História viva, p. 05).

Outro fator importante para essa disseminação estava ligado ao desenvolvimento econômico, em Goiás ligado ao avanço da linha férrea no interior do estado, seguindo o discurso hegemônico no período, o protestantismo instaurou-se em Anápolis em consonância com a ideia de progresso. "(...) como em São Paulo acompanhou a rota do café, e aqui em Anápolis, acompanhou a Estrada de Ferro. (...) ser protestante em muitos momentos significou progresso de idéias, progresso econômico, esperança no futuro melhor." (BONOME, 2006, p. 26). Esse tipo de interpretação é fruto da apropriação análise weberiana feita sobre o protestantismo, em sua

vertente puritana, e sua relação com o surgimento do "espírito do capitalismo", aplicada ao processo de modernização ocidental. Nessa perspectiva, "os missionários refletiam os americanos e ingleses que representavam a 'civilização, o progresso e a modernidade' tanto para as elites quanto para a população mais simples" (SILVA, L., 2013, p. 165). Dessa forma, o protestantismo é tomado como o "moderno", como a forma de religiosidade no qual o desenvolvimento econômico pode ocorrer com maior facilidade. Nessa perspectiva, então, "protestantismo é considerado a perpétua fonte de modernidade, ao passo que todos os não-protestantes são relegados a uma condição de tradicionalismo." (FERES JUNIOR, 2005, p. 98).

Quando James e Dayse Fanstone chegaram á Anápolis em 1925, já havia algumas pessoas convertidas ao protestantismo. Os primeiros protestantes a se instalarem em Anápolis eram provenientes, como citamos acima, "da cidade de Santa Luzia, hoje Luziânia, uma das mais antigas cidades de Goiás, onde se formou a primeira Igreja Presbiteriana Independente em solo goiano." (FEITOSA, 2002, p. 44). Estes, entretanto, não eram bem aceitos no período. Ferreira afirma que em 1924, um membro da Igreja Presbiteriano Independente, Carlos Pereira Guimarães, havia se instalado em Anápolis devido a perseguição religiosa sofrida em Pirenópolis. A própria autora relata que, "quando criança – embora meus pais tivessem sido crentes – muitas vezes atirei pedras no primeiro templo protestante de Anápolis, porque ali era a 'casa do capeta'..." (FERREIRA, 2011, p. 129). Com o casal Fanstone a história não foi diferente, a "intenção era parar em Vianópolis, que era a última parada do trem. Mas eles enfrentaram oposições religiosas ali e, praticamente, foram expulsos de lá." (BRITO, 2003, p. 21). A presença do HEG

ajudou gradativamente a reverter esse quadro, conforme relembra o filho do casal Fanstone, Henrique Fanstone, em entrevista a um periódico local: "O relacionamento entre as religiões não era como hoje. Antigamente as pessoas tinham preconceito em tratar com um médico de religião contraria à sua. Porém com a chegada do meu pai na cidade isso acabou e a convivência passou a ser pacífica". (Folha 670, 13/19-07-2012). Os cultos evangélicos eram geralmente feitos na casas dos religiosos, Fanstone estendeu isso ao inaugurar o seu hospital, segundo suas próprias palavras:

> Nesse tempo estávamos mudando para o primeiro pavilhão de nosso hospital. Colocamos na parede que dividia as enfermarias masculina e feminina uma porta para servir de púlpito para os cultos devocionais cada manhã. A porta era aberta e o pregador subia em uma pequena plataforma de onde podia ser vistos por todos os ocupantes de todos os leitos de ambas as enfermarias. (BORGES, 1975, p. 110).[17]

A história de James Fanstone e seu ideal missionário confunde-se com a de seu pai: um Reverendo também chamado James Fanstone. Ainda no século XIX o Reverendo Fanstone fundou a primeira Igreja Evangélica Congressional Pernambucana, no Recife, em 1879. Com o objetivo de financiar e motivar a vinda de missionários ao país fundou, em 1983, em associação com Sarah Poulton Kalley, viúva do missionário escocês Robert Reid Kalley (fundador da Igreja

17 O capítulo 28 "Igrejas surguem" (Churches spring up), o capítulo 29 "O curioso nascimento de uma Igreja" (Curious birth of a Church) e o capítulo 30 (Geowth of the churches), do livro de James Fanstone Missionary adventure in Brazil: the amazing story of the Anapolis Hospital (Aventura missionária no Brasil: a incrível história do Hospital Anápolis) encontram-se traduzidos no livro de Humberto Crispim Borges, História de Anápolis, editado em 1975, pela editora Cerne, e reeditado em 2011 pela editora Kelps.

Fluminense Congregacional – 1858) a Help for Brazil. Seu filho, o já mencionado James Fanstone, nasceu em Pernambuco, estudou medicina pela Universidade de Londres, serviu como médico na Primeira Guerra Mundial, e ao se formar em 1921, se especializou em medicina e higiene tropical. Casou-se no ano seguinte e voltou ao Brasil, antes de fixar-se em Anápolis morou em São Paulo e concluiu o seu doutorado em Minas Gerias. James Fanstone relata a fundação do Hospital Evangélico, bem como seu trabalho missionário e também o de seu pai em seu livro: Missionary adventure in Brazil: the amazing story of the Anapolis Hospital (Aventura missionária no Brasil: a incrível história do Hospital Anápolis). Neste trabalho relata as suas primeiras impressões sobre a cidade:

> Como era Anápolis naqueles dias? Uma pequena cidade com cerca de 2.000 habitantes, sem padaria – fazíamos o nosso próprio pão com um saco de farinha vindo de São Paulo. Não havia nenhuma loja de açougueiro. Uma vaca era amarrada a um poste em frente à igreja, ou em algum canto da rua, e morta. Uma fila de cidadãos esperava para levar para casa cada um a sua compra em um gancho de aço. Daisy, horrorizada, queixou-se ao prefeito, que prometeu construir um matadouro municipal, o que ele fez dentro de um mês. (FANSTONE, s/d, p. 71).

Em entrevista para a revista Imagem Atual, no final da década de 1980, Fanstone também relata como era a cidade daquele período:

> Anápolis, era, em 1925, uma cidade de três mil habitantes – população esta distribuída em três ruas: a de Cima (7 de setembro), da do Meio (Manoel d'Abadia) e a de Baixo (Desembarga-

> dor Jaime) e havia, até a chegada dos Fanstone, apenas um médico, Dr. Genserico Jayme. (Revista Imagem Atual, 08- 1988, p. 06).

Nesse ambiente foi fundado o HEG, que contribuiu para uma mudança no trato à saúde por um lado, e no pensamento e prática religiosa por outro. Entre as dificuldades enfrentadas naquele tempo, Fanstone lembra: "apenas o ciúme do médico residente que jurou que 'se não botar para fora aquele Fanstone, tirarei a placa profissional da minha porta'". (Revista Imagem Atual, 08-1988, p. 07). Estes conflitos iniciais demonstram como ao mesmo tempo em que as elites locais esboçavam um discurso progressista por meio dos periódicos, outros setores sociais viam algumas dessas "novidades" com desconfiança. A forma como a ideia de progresso foi introduzida na região obedecia, como a própria essência dos tempos modernos, a contradição. Podemos perceber aqui uma relação um tanto quanto curiosa entre o poder político e o religioso. Anápolis era uma cidade fundada sob a égide do catolicismo, deste sua origem a esfera pública e a religiosa se confundiam. A ideia de progresso, no entanto, dependendo dos interesses locais, era laica. Ao falar em progresso as elites admitiam as mudanças estruturais, econômicas e mesmo política. Os valores identificados com a tradição eram percebidos como inalterados. As propriedades da Igreja Católica eram tomadas como um bem comum, confundidos com o próprio espaço público da cidade. O vigário, por exemplo, era uma autoridade que ultrapassava a esfera religiosa e atingia a política. O que não era o caso do pastor protestante à época. Assim era possível convocar a ajuda geral da população, mesmo os "não-católicos", nas obras de reforma de um templo católico:

> Anápolis é digna de parabéns, por ter um Vigário à altura dos eu (sic) progresso.
>
> O povo, que é bom, auxilia o Vigário. Mesmo as pessoas que não creem na religião católica, acham bem empregado o dinheiro que empregam num templo, que está embelezando a cidade de forma notável! (O Combatente, 30-09-1933).

O caráter assistencialista do protestantismo, por sua vez, foi fundamental para a sua inserção na sociedade anapolina. A atuação do Hospital Evangélico unia o atendimento médico e promoção da doutrina protestante. Isso, porém, não foi o único fator que favoreceu tal difusão. As ações desses missionários coincidiam com as expectativas econômicas e políticas que despontavam no período:

> Os evangélicos anapolinos agiram com o que sempre era comum desde as suas origens, evangelização, criação de instituições de assistência social, educação, saúde e religião urbana. Souberam usufruir o progresso que a cidadeestava buscando para deixar a característica de rural. (FEITOSA, 2002, p. 65-6)

Dessa forma, o assistencialismo ultrapassa a esfera humanista desses religiosos. A construção de hospitais, escolas ou outras instituições entravam em sintonia com as necessidades políticas da época. O Hospital Evangélico fez parte do que denominado como o "ABC da filantropia Goiana"[18]. (SILVA, Leicy, 2010, p. 09). Os

18 O "ABC da filantropia goiana" faz referência às instituições ligadas a ação protestante existentes em Anápolis (Hospital Evangélico), na Ilha do Bananal (Leprosário Macaúbas, construído em 1925 pelos missionários Josiah Wilding e pelo Reverendo Archibald Machintyre) e em Catalão (erguida em 1929, por D. Helena Bernard)nas quais "foram criados estabelecimentos de assistência

discursos progressistas incitavam a cidade a crescer em termos espaciais e desenvolver-se economicamente. O setor privado investia nos setores que favorecem a modernização local. Neste aspecto, a presença do protestantismo e de seu discurso ético concomitante com os ideais capitalistas era muito bem vindo. Porém, não foi o discurso em si que favoreceu a aceitação do protestantismo, mas os investimentos e construções feitas por estes missionários na cidade.

> O trabalho religioso e as ações caritativas individuais apresentam-se, em relação às doenças mais temidas socialmente, no quanto à cura constitui-se, ainda, nesse setor um grande número de práticas. Para o protestantismo, essa ação significou a divulgação de seu caráter missionário, bem como foi utilizada como instrumento de conquista religiosa, divulgação de concepções culturais e civilizacionais e imposição de condutas morais. (SILVA, L., 2013, p. 164-5).

Junto a população em geral, o fator de destaque que propiciou o desenvolvimento do protestantismo no período relaciona-se a presença e ação do catolicismo na região até então. Apesar de ser uma cidade fundada sob a orientação católica, era o catolicismo popular rural que direcionava o modo de vida da maior parte da população e delineava o pensamento religioso corrente na cidade naquele período. Isso, obviamente, não era exclusividade de Anápolis.

> A prática religiosa vivenciada nessa região constituiu-se, ao longo do tempo, sob as condições socioeconômicas e geográficas presentes em Goiás tais como: ausência clerical, distâncias e rarefação demográfica, defasagem cultural com

médica e espiritual aos leprosos" (SILVA, Leicy, 2010: 2010).

> graves consequências na criação e manutenção de dioceses, na formação e distribuição do clero e nas manifestações da religiosidade popular. A carência de atendimento contínuo por parte do clero abria espaço para a formação de lideranças leigas cujos resultados culminavam numa espécie de religiosidade autônoma. (ARAÚJO, 2008, p. 110).

O ofício dos religiosos católicos era centrado principalmente no ato da confissão, como forma de remissão e abrandar os sofrimentos terrenos. "O catolicismo centralizava suas mensagens abrangendo mais nas promessas de uma salvação ligada ao ritualismo, a tradição, e não na ética." (FEITOSA, 2002, p. 41). Para Feitosa havia um afastamento entre os líderes religiosos católicos e a população em geral. O periódico O Combatente noticiava em 1933 o descaso com a Igreja local:

> Anápolis é muito pobre em matéria de templos. Só a valha matriz, de construção tosca, porque um dos últimos Vigários teve a infeliz idéa de enfeitar mais, com uns concertos mais toscos ainda, nas portas e janelas da frente. (O Combatente, 30-09-1933).

No caso dos missionários protestantes e ao caráter assistencialista de sua pregação essa relação era contrária. Estes além de apresentavam uma formação educacional mais sólida, o que possibilitava uma capacidade argumentativa mais refinada, tinham uma conduta de vida que associava a prática da religião à vida cotidiana:

> (...) os líderes carismáticos evangélicos anapo-

> linos submetiam em um ascetismo do mundo, vivendo uma vida extremamente zelosa e cheia de exemplo de vida para os demais crentes, numa abstenção de festas regrada a bebidas, danças, etc. e pontualidade e responsabilidades nos negócios, como era a postura que os líderes evangélicos testemunharam, onde a graça e o estado escolhido do fiel evangélico que qualificava a sua vida diária a um ser supremo era diferente do ascetismo contemplativo dos católicos na cidade. (FEITOSA, 2002, p. 66-7).

Além dos Fanstone e dos missionários Presbiterianos, outros grupos compostos tanto por estrangeiros quanto por brasileiros, ligados as mais variadas denominações – Metodistas, Batistas e Igreja Cristã – chegaram à cidade após esse período e contribuíram em termos religiosos tanto quanto os primeiros. "Como religiosidade externa ao ambiente religioso e cultural do sertão, o protestantismo foi assimilado a partir de um processo de adaptação entre discurso protestante e valores sertanejos" (ARAÚJO, 2008, p. 125). Essa ética sertaneja protestante, conforme Araújo, apresentou uma relação ao ambiente sociocultural em que se inseriu, ou seja, a cultura local adaptou-se e reagiu a um conjunto de mudanças externas e se apropriou destas de maneira que as mesmas fossem capazes de construir uma forma de interpretação com a vida prática cotidiana daquele ambiente.

O Hospital Evangélico marcou também uma mudança na dinâmica de vida da cidade, desde sua fundação, "então um Hospital com 20 leitos, sala de cirurgia, Raio X (importado de Berlim), laboratórios e com ajuda de enfermeiras inglesas fez a primeira cirurgia em Goiás. 'Foi o primeiro hospital moderno e equipado do

estado.'" (Folha 670, 13/19-07-2012). Marcou também uma gradativa mudança no trato com a saúde vivenciada pela população local e contribuiu, a nível estadual, para a normatização do discurso sanitarista no período, no qual "o espaço público começava a ser examinado, o saber e o discurso médico se interpunham nos aspectos mais cotidianos, aconselhando, impedindo, impondo, definindo, ou seja, normatizando o cotidiano." (SILVA, L., 2013, p. 164). Isso pode ser sentido inicialmente em relação aos leprosos existentes em Anápolis. Ferreira relata que "até 1931 os leprosos perambularam livremente pelas ruas de Anápolis." (2011, p. 180). Com o processo de modernização da cidade estes passam a serem vistos cada vez mais como um problema social, algo que precisava ser solucionado. Nessa perspectiva, James Fanstone "'abriu no subúrbio da cidade um pequeno ambulatório para medicar os hansenianos residentes mais próximos', que posteriormente foi 'entregue à Conferência S. Vicente de Paulo[19], daquela cidade', permanecendo sob sua administração." (SILVA, L., 2013, p. 179-80). Silva ainda destaca que as atividades filantrópicas desenvolvidas pelo HEG ocorreram no momento que a cidade atraía investimentos externos devido ao seu crescimento econômico e, simultaneamente, uma população empobrecida em busca de melhores condições de vida. A autora completa que "no caso em análise, do médico James Fanstone, as atividades filantrópicas ligavam-se ainda ao interesse evangélico, pois, junto à oferta de assistência médica, apresentavam-se também práticas de proselitismo religioso." (SILVA, L., 2013, p. 177).

Junto ao discurso religioso e ao discurso médico-sanitarista também estava inserido o discurso da razão técnica. "A razão técnica

19 O Asilo São Vicente de Paulo de Anápolis foi inaugurado em 06 de agosto de 1933.

agora oferece a 'cura', originando uma lógica própria e um poder sem limites." (DUPAS, 2011, p. 172). O HEG foi uma instituição particular, pioneira na realização de cirurgias mais complexas no estado, em anúncios publicados em jornais locais ressaltava o perfil moderno de seus aparelhos hospitalares:

> Hospital Evangelico Goyano
>
> Foi a primeira casa de saúde fundada no Estado e continua, até hoje, com as portas abertas, recebendo doentes de toda parte, sem haver quebrado a norma de conducta e conceito de que gosa.
>
> Servida dos mais modernos apparelhos para o tratamento de toda e qualquer enfermidade. [grifo nosso].
>
> Raios X, Alta-frequencia, Diathermia, etc. etc. (Jornal O Verbo, 01-03-1932).

Todavia, esses equipamentos eram "modernos" para os padrões de Goiás do período. "Em 1933 Fanstone incumbiu Ralf Colemann de adquirir um aparelho de Raios X na Alemanha. O aparelho comprado, arcaico e já fora de uso, deu bastante trabalho para ficar em condições de funcionamento" (FERREIRA, 2011, p. 197). Apesar disso, a introdução desses serviços hospitalares contribuíram para a abertura de um pensamento, ainda tímido, mais racionalista em relação às causas e tratamentos de doenças. Contudo, isso não substituiu hábitos já concretizados socialmente: como o costume de ir diretamente ao farmacêutico em busca de orientação médica ou o fato de se utilizar receitas e simpatias populares para o trato de algumas moléstias. Dessa maneira, a presença do HEG surgiu como

uma opção a mais naquele ambiente, como mencionamos acima, como um elemento que veio somar-se às opções sertanejas, mas não substituir hábitos e costumes relativos às questões de higiene e saúde já consolidados na cultura local. Essas "mudanças" eram limitas, muitas vezes, pelas de condição de vida precárias da população em geral, conforme nos relata a radialista local Vandira de Souza:

> O que comer era pouco e assistência médica não existia outra, a não ser a do abnegado Dr. Fanstone. Não tínhamos conhecimento de qualquer comprimido para dor ou febre. Era tudo na base do chá e do emplastro feito com ervas e farinha de mandioca. (SOUZA, 2008, p. 29).

As poucas mudanças sentidas de imediato pela população resumia-se a realização de serviços básicos para a população:

> Na década de 30, o Dr. Fanstone organizou um atendimento domiciliar para as mães pobres, dando-lhes assistência na hora do parto. Bastava ir ao Hospital Evangélico Goiano e solicitar o concurso de uma enfermeira. Logo, uma profissional seguia até a residência da parturiente e ali todos os cuidados e precauções eram tomados. (SOUZA, 2008, p. 28).

A abertura do HEG e a chegada do protestantismo em Anápolis, não incitaram uma mudança nos hábitos ou no costume da população local, mas constituíram-se como parte desta. Os primeiros missionários evangélicos influenciaram tanto quanto foram influenciados pela dinâmica local. Fizeram parte de um conjunto de mudanças que a cidade experimentava devido ao seu processo de ur-

banização. Podem ser visto mais como consequências do que como causadores dessas mudanças. Essas mudanças, como temos ressaltado no decorrer do trabalho, não eliminaram alguns aspectos da vida sertaneja que ditava o modo de vida da população anteriormente.

À medida que a cidade se modernizava, os costumes locais eram reinterpretados e reorganizados para obedecer às estâncias da vida prática daqueles indivíduos. Podemos observar isso, por exemplo, dentro do próprio catolicismo. Com as mudanças estruturais que a cidade vinha sofrendo naquele período, o catolicismo popular rural mantido até então necessitava adaptar-se a nova dinâmica que se consolidava na cidade. Isso não significava apenas fazer frente às religiões que se instauravam na cidade ou aproximasse da população de uma maneira geral.

c) Os "freis"

A chegada dos frades franciscanos norte americanos á Anápolis representou uma mudança de postura da Igreja junto à população. A presença destes deve-se a uma solicitação do então arcebispo de Goiás D. Emanuel Gomes de Oliveira feita, em 1943, feita à Província Franciscana do Santíssimo Nome de Jesus, de Nova Iorque.

> Entre as motivações que trouxeram os frades franciscanos a Anápolis, estava o zelo missionário típico das ordens mendicantes e necessidades imediatas para a reprodução da Igreja enquanto instituição; a falta de padres para cuidar de paróquias, uma fé considerada informal e mesclada de superstições que causava estranheza e fugia ao controle da instituição romana; e ainda o crescimento dos grupos religiosos rivais, como é o caso do espiritismo e

> do protestantismo, especialmente em Anápolis (SOUZA, 2007, p. 96-7).

Com esse intuito, as ações dos frades franciscanos seguem uma direção distinta das práticas da Igreja Católica no município até então. O catolicismo gradualmente afastou-se de suas características rurais e ganhou aspectos mais urbanos, ressaltando não só o ritual como prática religiosa, mas também a ação social e as práticas assistencialistas.

> Os Frades Franciscanos norte americanos que vieram para Anápolis em 1944, chegaram com uma conduta social diferente das que os fiéis estavam acostumados no cotidiano. Ações que assemelhavam ao crente "comum" era recriminada pela comunidade (FEITOSA, 2002, p. 40).

Estas não foram, entretanto, as únicas atribuições deste grupo em Anápolis. Os frades franciscanos ajudaram na disseminação do discurso progressista junto às camadas da população mais populares. Segundo o historiador Renato Dias de Souza a vinda desses frades franciscanos inseria-se no contexto do movimento pan-americano, nascido no século XIX, em consonância com pressupostos da Doutrina Monroe, com a ideia de a "América para os americanos", "que visava afastar a Europa das transações comerciais com o continente e consolidar o monopólio norte-americano nesse mercado. (SOUZA, 2007, p. 108). Para o autor, o processo de modernização que levou a ascensão de comerciantes e industriais em Anápolis não rompia a relação entre Estado e Igreja.

> Assim, a presença dos frades norte-americanos

> foi parte de um contexto em que a imprensa local estava inebriada pelas promessas de modernização, e a ação dos frades, com a fundação de empreendimentos educacionais, construção de templos, obras sociais e outros, os tornaria "vanguardeiros da paz e do progresso", "novos Anchietas do século XX" num dinamismo que, segundo os meios de comunicação, seria de países como os E.U.A. (SOUZA, 2007, p. 95-6).

A ação destes frades, todavia, não se restringia as ações acima mencionadas. Durante os anos 30, além do crescimento de grupos religiosos protestantes na cidade, motivados principalmente pela presença de missionários no Hospital Evangélico, e do discurso do progresso já mencionado, outro discurso político partidário direcionado á população ganhou força. "Com a chegada da estrada de ferro em Anápolis e com os problemas provocados pela exploração dela resultante, a retórica do Partido Comunista Brasileiro passaria a conquistar adeptos naquela realidade." (SOUZA, 2007, p. 98).

Como vimos acima, no início da década de 1930 foram fundados periódicos de orientação de esquerdista como A Luta (1931) e O Operário (1933). Na década de 1950 outro periódico com a mesma orientação foi fundado, Frente Popular (1950). A presença de ideias de cunho comunistas presentes na cidade, em associação com o contexto da Guerra Fria que se desenrolara nos anos do pós-guerra influenciou uma postura anticomunista aberta defendida por parte dos franciscanos.

> A Doutrina Social da Igreja serviria como justificativa às ações empreendidas pelos Frades franciscanos no combate ao comunismo, colocando, em confronto aberto, os representantes

> da Igreja com seus discursos de oposição ao materialismo ateu e aos que aderiam ao "credo vermelho". (SOUZA, 2007, p. 99).

Os discursos anticomunistas presentes na cidade e a dinâmica das relações internacionais faziam com as instituições locais se posicionassem diante da população em favor das ideias religiosas. O sistema tradicional ao menos em nível moral parecia o mais seguro diante da imprevisibilidade do quadro político de meados dos anos 40.

> O comunismo cresce e ameaça a democracia, o governo faz reuniões e não toma decisão... Por isso a necessidade de um partido cristão e socialista para pode neutralizar o ateísmo e o conflito social. (O Anápolis, 15-08-1946).

Outra maneira de afastar os trabalhadores de ideias de cunho comunista foi a criação do Círculo Operário de Anápolis, fundado em 1946 no colégio são Francisco de Assis, que buscava conciliar possíveis embates entre padrões e empregados e a "disponibilizar serviços assistenciais e criar um boletim que substituísse os jornais de inspiração comunista junto aos trabalhadores" (SOUZA, 2007, p. 99). Essa postura franciscana culminou em criar uma ideia geral na comunidade local católica do que viria a ser o comunismo, refletindo inclusive nas prática sacerdotais da instituição. O jornal "Frente Popular" de 27 de junho de 1954 faz referência a um episódio no qual um frade recusara-se a batizar uma criança pelo fato do padrinho, João Ferreira Gomes (Querobino) ser um dos fundadores do Partido Comunista Brasileiro em Anápolis. Essa oposição clara as ideias comunistas não se restringiram somente ao espaço das Igrejas, os frades faziam uso da impressa para ganhar terreno nesta disputa:

> Os bichos do mato trabalham de novo com os seus pincéis vermelhos, pintando os muros da cidade, desfigurando-os com frases desleais e mostrando mais uma vez ao bom povo anapolino que o fim do comunista é a destruição de qualquer coisa boa, mesmo os muros. Esta tinta serviria bem para pintar as casas dos pobres... Então, aqui no Brasil, aqui em Anápolis, o melhor combatente do comunismo é o católico bom e praticante. (O Anápolis, 14-01-1951).

Os frades franciscanos, contudo, não foram os únicos norte-americanos que ganharam destaque no município de Anápolis durante esse período. A influência da cultura norte americana se fazia cada vez mais presente no cotidiano brasileiro. No caso de Anápolis, todavia, houve algumas especificidades:

> (...) propiciada pela linha aérea que ligava Miami, Rio de Janeiro e Manaus. Isso ocasionava um intenso intercâmbio cultural que, institucionalmente, seria marcado pela fundação do Centro Cultural Brasil-Estados Unidos, em Goiás, incentivado pela ex-atriz hollywoodiana, Joana Lowell Bowen, que passou a residir em Anápolis e investir no mercado de venda de propriedades agrárias na "terra da promissão" goiana, fazendo com que diversos hollywoodianos adquirissem terras ou fizessem shows em Anápolis. (SOUZA, 2007, p. 107).

Nesse contexto, o cinema e a música norte-americana passaram a influenciar diretamente, assim como em diversas partes do mundo, os hábitos de vida principalmente da juventude local. Inúmeros termos americanos passaram a fazer parte do vocabulário utilizado cotidianamente. Ferreira destaca essa influência mesmo na

forma como os namorados se relacionavam. "Após o término da Segunda Guerra, de1945 em diante, a influência americana começou a se fazer sentir intensamente no Brasil, e a linhada[20] foi substituída pelo termo aportuguesado de flerte." (1981, p. 432).

O cinema despontou neste contexto, se tornando um dos principais meios de entretenimento da população no período. Vale ressaltar que, no geral, não havia grande variedade de filmes em cartaz na região, sendo a mesma película rodada e assistida inúmeras vezes. Conforme relata Valdira de Souza:

> (...) o Cine Imperial, onde nós, crianças, assistíamos aos domingos, em sessão matinal, um dos capítulos do seriado "Flash Gordon no Planeta Marte", que era nossa paixão, ou então víamos aquele grito do Tarzan – interpretado por Herman Brix. Aquele grito era nosso desespero.
>
> As manhãs de domingo eram dedicadas a ouvir o Tarzan gritar, lá no Cine Imperial.
>
> Nenhum outro Tarzan que eu vi na tela, gritou tão bacana quanto o Herma Brix. (SOUZA, 2008, p. 60).

A música norte-americana também começou a ganhar cada vez mais espaço, principalmente, entre os mais jovens.

> Gostar de Sinatra e de músicas americanas era uma demonstração de modernismo, de "estar por dentro". O swing começou a invadir os

20 Linhada consistia em uma forma de namoro no qual os casais ficam apenas olhando um para o outro. Ferreira ressalta que "os namoros consistiam apenas em 'tirar linhadas', que eram interrompidas quando um dos enamorados piscava. Não eram decentes as linhadas muito compridas" (1981: 431).

> salões de bailes, tomando o lugar da valsa, do samba e de outros ritmos. A juventude do final da década de 40 causou, nos mais velhos, o mesmo impacto causado pela de hoje aos "coroas". (FERREIRA, 1981, p. 432).

Esses estrangeiros, visitantes ou residentes, na cidade criaram também uma visão particular do ambiente da cidade naquele período de transição. A ex-atriz Joan Lowell citada acima foi um desses exemplos. Além de se envolver no comércio imobiliário na região, escreveu em meados dos anos 1950 um livro, publicado inicialmente nos Estados Unidos e, posteriormente, traduzido para o português, que narrava as suas aventuras e desventura no sertão de Goiás. O geógrafo, também norte-americano, Robert L. Carmin, também pode registrar suas impressões sobre o processo de modernização de Anápolis, sua descrição, diferente da de Lowell, segue os moldes de um trabalho acadêmico.

A atriz e o acadêmico

a)Joan Lowell: Terra prometida

Joan Lowell (Helen Joan Bowen) nasceu na Califórnia em 1902 e faleceu em Brasília em 1967. Foi atriz da Broadway e chegou a atuar ao lado de Charles Chaplin, fazendo uma ponta no filme Em busca do ouro, de 1925. Também escreveu artigos para o New York Times. Em 1925 escreveu The Cradle of the Deep, livro "em

que narrava suas aventuras supostamente autobiográficas dentro de um barco com seu pai pela America Central e que vendeu 75 mil exemplares – um sucesso para época." (MONTORO, 2012, p. 05). O livro inspirou o longa metragem Adventure Girl (1934), com roteiro e narração da própria Joan Lowell, mas que não obteve sucesso de público. Com o fracasso do filme e o fim de seu casamento com o diretor de cinema Thompson Buchanan, Lowell decidiu embarcar, em meados da década de 1930, em um Transatlântico que fazia a rota Nova York-Santos. No navio conheceu o Capitão Leek Bowen, e a convite deste embarcou no que seria para ela uma aventura pelo interior do Brasil. O capitão Bowen havia recebido uma proposta, mesmo sem ter experiência na área, para abrir uma estrada no interior de Goiás. "Depois de uma temporada na mata atlântica o casal veio para região do planalto central a convite do engenheiro Bernardo Sayao para ajudar a construir a rodovia Belém – Brasília." (MONTORO, 2012, p. 05). Lowell, entretanto, "afirma ter vindo abrir uma estrada no interior de Goiás, numa região onde posteriormente foi construída a colônia agrícola, antes mesmo da chegada de Bernardo Sayão à região goiana do Vale do São Patrício." (LIMA, 2009, p. 11). Segundo Lowell, ambos estavam entediados com a vida moderna, buscando outro modo de vida longe da "civilização". "A estrada não exige conhecimentos de engenharia. Queremos uma trilha de penetração; mais tarde se construirá uma estrada melhor." (LOWELL, s/d, p. 51). Em Terra Prometida, a autora relata o trabalho de construção dessa estrada, o contanto com os hábitos de vida locais, retratando muitas vezes de forma um pouco fantasiosa, o cotidiano dos habitantes do sertão. O livro foi escrito em inglês e serviu como uma forma de "propaganda" de Goiás no exterior. Os

fatos narrados se passam entre as décadas de 1930 e 1940, a autora não menciona datas no decorrer do livro, que foi inicialmente publicada em inglês (Promised Land) e "recebeu uma tradução para o português da editora Melhoramentos - (Terra prometida em 1951)" (MONTORO, 2012, p. 05). Na orelha do livro encontramos a seguinte fala: "Esta é a história da vida de pioneiros, que ambos levaram no Brasil; a história de um casal moderno que abriu uma estrada no sertão, ali passando uma vida feliz." No decorrer do livro encontra-se a todo o momento referências ao interior de Goiás como um lugar perdido no meio do nada.

> Neste contexto de marcha acelerada para o Planalto Central configurado na Marcha para o Oeste programa de interiorização do país capitaneado pelo presidente Getúlio Vargas e longe do estilo urbano de São Paulo e Rio de Janeiro; o sertão goiano da década de 30 e 40 fecunda o imaginário de artistas norte americanos, intelectuais e europeus como uma aventura ao

> desconhecido, ao encontro da fortuna, da terra farta, da riqueza e da felicidade num estilo dos cenários ficcionais dos filmes do velho oeste: o estilo de vida dos tropeiros; o garimpo do ouro e pedras preciosas; o cavalo; o revolver; as longas distancias, os vastos horizontes; a paisagem amarela de céu limpo ; a natureza e o encontro consigo mesmo. (MONTORO, 2012, p. 05).

A própria tradutora da versão nacional do livro relata no prefácio que a obra é uma oportunidade de "ouvir uma estrela da Broadway e do cinema, perdida no sertão de Goiás (...)". Lowell coloca a si e a seu marido, o Capitão Bowen, como pioneiros naquelas terras longínquas procurando enfatizar o contraste existente entre a vida moderna e a vida no sertão.

> Vindo diretamente de um transatlântico de luxo, do qual fora comandante durante vinte e dois anos, meu marido resolveu dar o mergulho. Quanto a mim, minha única habilitação para pioneira era ter vivido num apartamento de Nova Iorque, como todo o conforto material – telefones, lojas, comida entregue em casa, elevador e até mesmo um porteiro, para abrir e fechar portas. (LOWELL, s/d, p. 13).

O sertão é pintado pela autora como uma região não habitada: "Existem, lá, terras desabitadas – disse ele. – O Brasil ainda tem regiões inexploradas, que se oferecem aos colonizadores." (LOWELL, s/d, p. 13). A todo o momento é referido como o "rincão longe da civilização". Lowell chegou ao Brasil em novembro de 1935, a estrada mencionada pela autora foi construída no início da década de 1940, morou por um período em Anápolis e mudou para Brasília na década de 1960. Tornou-se uma espécie de mediadora na compra de

terras goianas para artistas e personalidades americanas. Apesar de ser apontada como uma obra verídica e autobiográfica pela autora é preciso ressaltar que não há como comprovar a veracidade de todos os eventos por ela narrados. Os fatos relativos à construção da estrada e até mesmo a própria construção da estrada pode ser colocada em dúvida por falta de outros vestígios que possam comprovar o que foi dito pela autora. É possível afirmar sem sombra de dúvidas que o casal Bowen residiu em Anápolis.

> Joan participou ativamente da fundação da igreja Fraternidade Eclética Espiritualista Universal, e ficou muito amiga de seu fundador, Mestre Yokaanam. A atriz/escritora também emitia cheques sem fundos, e se envolveu em vendas fraudulentas de terras, quando recebeu dinheiro de muitos atores norte-americanos, deixando-os no prejuízo. (LIMA, 2009, p. 114).

Como nunca imaginou que alguma personalidade hollywoodiana pudesse sair de Los Angeles e visitar aquelas "longínquas" terras, Joan Lowell não se preocupou em realmente comprar nenhuma delas. Passou por certo apuro quando Mary Martin, em certa ocasião, bateu em sua porta para tomar posse de suas terras.

Anápolis é citada poucas vezes na obra, o foco da autora é região entre Jaraguá e Ceres, na qual abriram a supracitada estrada. Anápolis, todavia, das vezes que é citada na obra, é narrada de uma forma que poderíamos chamar de "evolutiva". Primeiro como um ponto em um mapa, o limite de uma região dominada pela natureza e o último fôlego de um ambiente urbano.

> O Capitão ficou silencioso, depois que eles se

> foram, estudando o mapa de Goiás. Não parecia ouvir-me, quando lhe dirigia a palavra. Rugas de preocupação sulcavam-lhe a testa. Meticulosamente, traçou a lápis uma linha, da estação de Anápolis, em Goiás, até o limite das terras cobertas de mata. (LOWELL, s/d, p. 51).

Com sua chegada em Anápolis, por volta de 1937, é narrada como uma pequena cidade interiorana:

> Dali a três dias chegamos à estaçãozinha de Anápolis, que fica exatamente no centro do Brasil, no vasto planalto da vertente este-oeste. Indagamos a respeito do itinerário do Capitão e ficamos sabendo que, cinco dias antes, êle se dirigira para o norte, para uma aldeia chamada Jaraguá. (LOWELL, s/d, p. 55).

Ao final do livro, devido ao aspecto propagandístico da obra, que despertou em muitos estrangeiros a curiosidade em conhecer Goiás, a cidade é narrada como uma região promissora.

> Os anos foram passando. Em um pedaço de nossas terras, estão plantados, produzindo, quarenta e um mil pés de café. O sertão está cortado de estradas. Na cidade de Anápolis, há sete bancos, que recebem a fabulosa riqueza dos fazendeiros e dos boiadeiros. O arroz é exportado, de Anápolis, para a Inglaterra e para o Oriente. Dentro de dois anos, Goiás será, no mundo, o maior centro de ouro verde: o café. (LOWELL, s/d, p. 175).

Essa maneira de descrever a cidade não é por acaso. A autora faz isso com a região de uma forma geral, associando a construção da estrada que tomou parte como processo de desenvolvimento

da regional. Lowell apresenta as dificuldades de se viver no sertão e os hábitos de seus habitantes, desenhando uma ideia de uma terra distante e sem lei. À medida que sua narração avança e a estrada é construída apresenta as mudanças técnicas que ocorrem na região e passa a decorar a rusticidade sertaneja como um atrativo em meio ao progresso tecnológico que alcançava pela região. A dicotomia entre tradicional e moderno embasa a descrição da cultura e valores locais. Os sertanejos são descritos como rústicos ou pouco sociáveis devido às dificuldades presentes na região:

> No sertão, é cada homem (e mesmo cada mulher!) por si mesmo. O sistema "Vá buscar", ou "Faça você mesmo" vigora para todo o mundo. Os fracos e os parasitas vão caindo à beira da estrada. Os experientes estão sempre prontos a ensinar como fazer uma coisa, mas cada qual que a execute por si mesmo! (LOWELL, s/d, p. 73).

Caracterizados como pouco racionalistas ou supersticiosos e extremamente crédulos: "(...) mas tudo chegava a uma mesma conclusão e a uma mesma crença... que há um Deus misericordioso, que provê às nossas necessidades, bastando, para isto, que procuremos com olhos que vejam." (LOWELL, s/d, p. 118). Ou como sujeitos violentos e conservadores, contrário ao desenvolvimento da região por representar um perigo ao seu modo de vida. O discurso central do texto, todavia, refere-se ao fim do isolamento do estado graças a "chegada do progresso" tecnológico. Com certo exagero destaca o papel da estrada que ela e seu marido foram responsáveis pela construção para o desenvolvimento goiano:

> Sôbre trechos de nossa modesta estrada, feita com picaretas, enxadas e facões, um dia passariam frotas de máquinas americanas, tratores e raspadeiras, que fariam de Goiás o celeiro do Brasil – que o tornariam tão importante, que seria aprovada uma lei, no sentido de ser mudada a Capital da República para o planalto de Goiás. (LOWELL, s/d, p. 151-2).

A região descrita por Lowell divide-se em duas partes distintas. A primeira retrata o incivilizado, o distante e o difícil de ser vencido, o far-west em versão tupiniquim. A segunda refere-se ao ambiente em mutação, em contato com os elementos modernos: estradas, energia elétrica, bancos, etc. É retratado como a terra da oportunidade, do desenvolvimento, bem ao estilo made self. Uma observação feita por Vidal e Souza, direcionada as incursões de estudiosos norte-americanos que trataram do processo brasileiro de ocupação do território no decorrer desse período, se torna pertinente ao caso de Lowell:

> Para o norte-americano, a ida para o Brasil e o contraste com a sua terra não redimensionam o pensamento que seus compatriotas já consolidam sobre a formação de sua nação. Nem o nosso ou qualquer outro país de dimensões continentais altera uma representação que já está pronta e que dispensa elementos explicativos externos. A pátria desse escritor estrangeiro se concebe como incomparável, porque única em sua formação societal. (VIDAL E SOUZA, 1997, p. 140).

A narrativa da ex-atriz hollywoodiana foi responsável por despertar o interesse de alguns estrangeiros em relação às terras goianas. A visão por ela construída do interior goiano e vendida no ex-

terior como um relato verídico, transformou Goiás, como dizia o título de seu livro, na "Terra da Promissão".

> O livro com valor literário torna-se um grande sucesso no meio artístico de Hollywood, que ela conhecia bem. A obra narra todos desafios de viver no sertão brasileiro com a possibilidade de terra farta e ainda com empresas americanas se instalando para exploração de algodão como Anderson, Clayton e Company of Texas, a leva de imigrantes que chegavam e a terra barata pronta para investimento lucrativo especialmente, com o decreto que previa a mudança da capital do Brasil para o planalto. (MONTORO, 2012, p. 06).

A chegada de novas tecnologias e o gradativo desenvolvimento da região presenciada pela autora a levou a seguir um pensamento otimista partilhado pelas elites locais em relação ao processo de modernização que ocorria naquele período. Após narrar a dificuldade que foi viver e "desbravar" o sertão, Lowell finaliza sua obra ressaltando o conjunto de mudanças ocorrido na região. "Com tremendo orgulho, temos observado o progresso que marcou época na história do Brasil, aqui neste sertão, para onde vieram milhares e milhares de famílias." (LOWELL, s/d, p. 176). A autora chegou também a contribuir com um pequeno artigo para a Revista A Cinquentenária, atestando o desenvolvimento e as possibilidades futuras da cidade:

> Anápolis, cidade do progresso, cidade que é o trampolim da esperança. Porta de entrada para os ricos vales amazônicos; porta de entrada para planaltos abundante em energia hidrelétrica;

> porta de entrada para a riqueza inexplorada de minerais. Anápolis, a cidade que, parafraseando Winston Churchill: "Então, muitos mil devo tanto, para uma cidade. "[21] (A Cinqüentenária, 1957, p. 53).

Além do texto de Joan Lowell, a revista traz outros dois textos em inglês. Land in Goiás (Terras em Goiás), uma propaganda bilíngue de vendas de terras na região, destacando a construção de Brasília e os seus aspectos geográficos e climáticos. E Anápolis, Economic and Industrial center of Goiás (Anápolis, centro econômico e industrial de Goiás), que ressaltava a importância da cidade para a economia goiana.

> Esta área em Goiás é uma das comunidades que mais crescem no Brasil, especialmente agora, com o advento da nova Capital Federal, já aprovada em lei e em processo de pesquisa e construção. Agora é um momento oportuno para investigar as oportunidades interessantes à espera de serem exploradas.[22] (A Cinqüentenária, 1957, p. 43).

Como ressaltamos acima, o livro de Joan Lowell instigou muitos norte americanos a visitarem e adquirirem terras no Planalto Central. Naquele contexto, ela iniciou um negócio de venda de terras no estado de Goiás, em áreas nos arredores de Anápolis. Em

21 Anapolis, city of progress, city that is the springboard of hope, gateway to the rich amazon Valley, gateway to plateaus abundant in hidroelectric power, gateway to the untapped wealth of minerals, Anapolis, the city that, to paraphrase Winston Churchill, "So many thousand owe so much, to one town".

22 This area in goias is one of the fastest growing communities in Brazil,now especially with the advent of the new Federal Capital, already approved by law and in process of being surveyed and constructed. Now is an opportune time to investigate the interesting opportunities awaiting to be exploited.

fevereiro de 1956, o jornal O Anápolis falava da presença de norte americanos na cidade e da influência de Lowell nesse fato:

> O Estado de Goiás, e principalmente Anápolis, vem atraindo grande número de norte-americanos. E todos ou quase todos inclusive artistas de Hollywood, se localizam na zona rural. Dona Joana Lowell foi a pioneira. O Livro Terra prometida fez sucesso nos Estados Unidos, e Goiás se tornou muito conhecido no grande país. Disse-nos Dona Joana que, aproximadamente, quarenta famílias norte-americanas já estão residindo nesta região. (O Anápolis, 20-02-1956).

O sucesso de seu livro somado à especulação imobiliária existente no período em decorrência do início da construção de Brasília e as condições financeiras da ex-atriz nessa época, a motivaram também a embarcar no ramo imobiliário.

> O sucesso do livro de aventuras de Joan Lowell no exterior e a sua péssima condição econômica no Brasil a levam a vender terras do planalto central para artistas e intelectuais americanos. Artistas americanos, profissionais do cinema de Hollywood, cantores do Jet set internacional passaram a buscar terras em Goiás anunciada como uma "terra prometida" de fartura; riqueza; paz; acessível e inusitada. (MONTORO, 2012, p. 07).

Dentre as celebridades atraídas por Joan Lowell ao Planalto central podemos destacar Janet Gaynor[23] e o seu marido, o cenógra-

23 Primeira atriz a receber um Oscar, em 1929, pela atuação em três filmes Steventh Heaven (Sétimo Céu -1927), Sunrise (Amanhecer – 1928) e Street Angel.

fo e figurinista, Gilbert Adrian, que:

> Movidos pelo entusiasmo da anfitriã – o casal compra então uma terra perto do sitio da Joan Lowell, já conhecida no planalto como Dona Joana, constroem uma casa extremamente exótica para os padrões da região , mudam-se para o cerrado sob o signo da aventura e passam parte da vida entre as aventuras no sertão e as luzes de Hollywood. (MONTORO, 2012, p. 07).

A vinda de Janet Gaynor inspirou outros artistas a cogitarem vim conhecer o interior de Goiás. Dentre eles a atriz Mary Martin, que também adquiriu, em meados da década de 1960, uma propriedade na região. Com o seu segundo marido, Richard Hallyday, produtor da Broadway e da Paramount, fixou "residência numa granja com extensos jardins nos arredores de Anápolis chamado de "Nossa Fazenda" e ali recebe muitos artistas e famosos de Hollywood." (MONTORO, 2012, p. 06). M. Martin também inaugurou em Anápolis uma pequena boutique na qual vendia roupas, chapéus e adereços que "se tornaram disputados pelas mulheres aventureiras e imigrantes que podiam assistir suas divas no cinema e conviver com elas "em pele e osso" naquele sertão de femininas aventuras pioneiras." (MONTORO, 2012, p. 08).

Terra Prometida, mais do uma narrativa estrangeira sobre o sertão goiano, representa, independente da veracidade de todos os fatos nele narrados, um estreitamento nas relações Brasil-Estados Unidos, apresentado um reflexo local de uma relação que ocorria em escala maior. Os eventos mencionados até o momento representam

as consequências em escala local de um processo que gradativamente se espalhava pelo globo. Não podem ser concebidos como eventos isolados, mas ao mesmo tempo também não basta interpretá-los sobre uma perspectiva que condena a ação local às decisões tomadas pelas grandes potências mundiais. É preciso buscar compreender como cada localidade interpretou e apreendeu de modo próprio a dinâmica desse processo tão contraditório que é a modernização. Lowell tornou-se um ícone desse processo e desse encontro cultural, um exemplar de uma fusão cultural no qual não há uma mera destruição ou substituição dos elementos de uma dada cultura por outra, mas uma apropriação e reinterpretação destes a partir do contexto histórico social que se desenvolveu naquele momento. Lowell, apesar de considerar a sua cultura mais avançada e racional que a cultura sertaneja não deixou de ser influenciada por esta:

> Saindo da cidade grande, do cinema, do barco, sabia dirigir automóvel em estradas esburacadas; sabia ler e escrever, fazia geléias aproveitando as frutas; andava armada e também se misturava com os sertanejos e ajudava a abrir estradas construindo uma vida de aventuras e explorações fantástica sobre o domínio da natureza. (MONTORO, 2012, p. 06).

Com a construção de Brasília, Lowell mudou-se para esta cidade e graças ao sucesso de seu livro, passou a manter um programa de televisão, com cerca de 15 minutos de duração, no canal 6 da TV Brasília. Não devemos, contudo, pensar que somente o seu livro foi o responsável por motivar a vinda desses artistas e outras pessoas ligadas ao cenário cinematográfico hollywoodiano aos arredores da

cidade de Anápolis. Além dos baixos preços das terras oferecidos por Lowell e do seu poder de persuasão, a facilidade de se chegar a Anápolis nas décadas de 1940 e 1950 facilitavam e motivavam esses indivíduos a visitarem o Planalto Central. Anápolis, desde 1943 contava com voos semanais feitos pela Empresa de Transporte Aeroviários do Brasil, que fazia a rota Miami/Rio de Janeiro e Anápolis, e, posteriormente, passou a contar com a rota Chicago/Rio de Janeiro que também passava por Anápolis. Assim, era possível conhecer o sertão goiano sem precisar enfrentar uma longa viajem de trem ou passar por estradas esburacadas. Segundo Lima:

> A presença destes atores na cidade em pouco, ou nada, alterou a dinâmica do município. Chegamos a esta conclusão após a análise dos periódicos regionais, quando verificamos a ausência de publicações sobre os atores nos jornais locais da época, uma evidência de que a presença destes norte-americamos em Anápolis teria sido bastante discreta. (2009, p.114).

A visão construída por Joan Lowell, mesmo com a forte presença de elementos ficcionais, pode contribuir para entendermos como o sertão goiano era visto e interpretado por sujeitos sociais provenientes de outro ambiente cultural. Mesmo que os eventos narrados ou a forma como estes ocorreram possam ser colocados em dúvida, a inspiração para estes nasceu daquele ambiente, a princípio, tão inóspito para uma norte americana que se auto denominava pioneira.

b) R. L. Carmin: Anápolis: a fronteira agrícola

Robert Leighton Carmin nasceu em Muncie, Indiana, em

28 de novembro de 1918. Foi professor do Michigan State College entre 1942-1944 e 1947-1950 e trabalhou como cartógrafo para o U.S. Office of Strategic Service (Agência de Serviços Estratégicos dos EUA) em 1944 e 1945. A Agência de Serviços Estratégicos (Office of Strategic Services– OSS), foi um órgão do governo federal norte americano que funcionou entre 1942 e 1945.Tinha como finalidade obter informações e sabotar os esforços militares de nações inimigas durante a Segunda Guerra Mundial. Ele foi dirigido por William J. ("Wild Bill") Donovan (1883-1959). Com cerca de 12.000 funcionários, a OSS coletava e analisava informações sobre áreas do mundo em que as forças militares dos Estados Unidos operavam. Com agentes infiltrados dentro das linhas inimigas realizou atividades contrapropaganda e desinformação, além de produzir relatórios analíticos para decisões políticos. Muitas de suas funções foram, posteriormente, assumida pela Agência Central de Inteligência (ACIA). A própria ACIA considera a OSS a primeira agência de inteligência norte americana. Os anos que R. L. Carmin passou como funcionário desse órgão influenciou, posteriormente, seu trabalho como geógrafo. Em entrevista sobre a importância da cartografia para a revista do corpo dos alunos do Michigan State College, The Record[24], em 1950, declarou: "A guerra, cuja história dia após dia foi registrada em mapas de todo tipo,fez as pessoas mais conscientes destes", disse Carmin, "e que esse interesse não tem diminuída com a paz". (The Record, 15-04-1955). Na mesma revista ainda ressaltou a importância política e econômica da cartografia moderna:

24 Revista do corpo de alunos do Michigan State College. A reportagem em questão com o título FutureCartographers Hard at Work at MSC(Futuros cartógrafos trabalham duro no Michigan State College) tratava dos usos e da importância da cartografia em "tempos de paz". (The Record Spartan Alumni Magazine. Vol. 55 - n. 3,April 15, 1950).

> Atualmente os mapas têm uma centena de histórias para contar e funções a desempenhar. Seja para os negócios, a agricultura, a estratégia militar, a educação ou curso de informações, existem mapas para planejar campanhas e dar respostas em curto prazo. (The Record, 15-04-1950).

Posteriormente, lecionou na Universidade de Illinois, 1951-1962, e foi chefe da Latin American Unit, U.S. Office of Education (Unidade da América Latinada Secretaria de Educação dos Estados Unidos) em 1962. Em seguida, se tornou professor de geografia e reitor do College of sciences and humanities – Ball State University(Faculdade de Ciências e Humanidades da Universidade Estadual de Ball). Publicou por esta universidade Geographic research on Latin America: benchmark 1970(Pesquisas geográficas sobre a América Latina: referência 1970), um conjunto de conferências em parceria com Barry Lentnek e Tom L. Martinson. Também relativo a América Latina publicou pela revista The Professional Geographer, em 1955, Results of a questionnaire pertaining to latin american studies (Os resultados de um questionário referente aos estudos latino-americanos).

No final de 1953 publicou pela Universidade de Chicago, Anápolis, Brazil: Regional Capital na Agricultural Frontier. foi o primeiro trabalho de pesquisa acadêmica produzido sobre a cidade. A pesquisa de campo realizada pelo autor se estendeu entre junho de

1948 e março de 1949, cerca de cinco meses dedicados a Anápolis, e se propôs a analisar os aspectos da urbanização brasileira tomando a cidade de Anápolis como um estudo de caso. "Um duplo interesse, na América Latina e na geografia urbana, levou o autor a fazer este estudo de uma cidade brasileira."[25] (CARMIN, 1953, p. 01). Inúmeros fatores motivaram a escolha da cidade de Anápolis como foco dos estudos de Carmin, segundo o autor:

> Ao selecionar uma cidade para um exame minucioso, dois fatores influenciaram especialmente o autor.O primeiro foi o seu interesse na função dos centros urbanos em expansão da fronteira agrícola do Brasil.O segundo foi o intenso interesse público no Brasil sobre a mudança do Distrito Federal a partir de seu presente para um local distante localizado no interior.26 (CARMIN, 1953, p. 01).

Esses fatores apontados pelo autor são reflexos de um conjunto de projetos, extremamente conhecidos, tanto do governo brasileiro quanto norte americano que acabaram confluindo em direção à pesquisa de Carmin. O projeto mudancista da capital federal que fazia parte do imaginário político nacional desde os tempos imperiais com José Bonifácio. No decorrer do governo Gaspar Dutra (1946-1951) foi criada a "Comissão de Estudos para Localização da Nova Capital do Brasil", que passou a buscar um local propício para a construção da nova capital federal. "A inauguração do regime republicano marca um período de aceleração do ideal mudancista,

25 A dual interest in Latin America and urban geography led the author to make this study of a Brazilian city.

26 In selecting one city for close scrutiny, two factors especially influenced the author. The first was his interest in the function of urban centers on Brazil's expanding agricultural frontier. The second was the intense public interest in Brazil over the moving of the Federal District from its present to a far interior location.

através da sua consolidação na cultura política nacional." (ARRAIS, 2008, p. 134). Esse ideal mudancista e proximidade da cidade de Anápolis do local no qual seria construída a "nova capital federal" favoreceram a sua escolha como foco das pesquisas de Carmin. Em relação ao governo norte americano, como já mencionamos no início deste trabalho, sobretudo com o advento da Guerra Fria, havia um interesse de se aproximar de países latino americanos. No caso específico brasileiro a política da boa vizinhança entre os dois países favoreceu esse processo. O trabalho de Carmin insere-se dessa maneira entre muitos outros produzidos e financiados por empresas privadas ou pelo governo norte americano nesse período. Para além de um trabalho sobre a cidade de Anápolis, representa esse encurtamento de tempo e espaço, ocorrido a nível global, característico do processo de modernização. Em nível local, a existência de imigrantes norte americanos e ingleses na cidade facilitou também o trabalho do autor, nos agradecimentos de seu trabalho são mencionados os nomes dos Bowen (Joan Lowell e Leek Bowen) e dos Fanstones.

O texto em si, dividido em quatro capítulos[27], aborda o processo de urbanização de diversas cidades brasileiras no decorrer da década de 1940. O autor faz um levantamento das cidades brasileiras mais urbanizadas e a distribuição espacial das mesmas no território nacional. Embora o objetivo da pesquisa, segundo Carmin, não fosse fazer "uma comparação das cidades brasileiras com as existentes nos Estados Unidos ou em outros países[28]" (CARMIN,

27 Capítulo 1 – Aspects of Urbanization in Brazil; Capítulo 2 – A Selected City in Sharp Focus – Anápolis on its Site; Capítulo 3 – Anápolis – A Regional Capital of an Agricultural Frontier; Capítulo 4 – Conclusions

28 "a comparison of Brazilian cities with those of the United States or any other country."

1953, p. 12), não deixou de fazê-las, com a intenção de estabelecer uma "personalidade" de cada cidade, ou seja, elencar suas características, funções e as relações entre as pessoas de cada uma delas. Esse tipo de comparação, principalmente no que concerne a ocupação e anexação de novos territórios – a conquista do Oeste – tanto no Brasil quanto nos EUA representaram uma experiência histórica fundamental. Segundo Amado, o contexto histórico no qual esses países foram "descobertos" propiciam, apesar de suas particularidades, esse tipo de comparação. Amado destaca que:

> No Brasil, como nos EUA, a conquista do Oeste envolveu homens e mulheres de várias nacionalidades e culturas, como índios, africanos, europeus, asiáticos. Confrontos constantes e diretos com a população aborígene resultaram em remoção gradual dos índios e em seu quase total extermínio. (...). O caso brasileiro nem sempre excluiu, como ocorreu nos EUA, prolongados contatos sexuais, sociais e culturais entre índios e colonizadores; no Oeste norte-americano, ao contrário dos brasileiros, a miscigenação constitui a exceção, não a regra. (1995, p. 53).

Nessa perspectiva, Carmin destaca a heterogeneidade, principalmente no trato ao imigrante, das cidades por ele pesquisadas.

> Os Estados Unidos têm os finlandeses da Península superior de Michigan, os alemães de Wisconsin, e os eslovacos e os galeses das minas de carvão de Ohio. O Brasil tem colônias alemãs e italianas no Rio Grande do Sul, japonesas no Paraná, e os índios em suas fronteiras de assentamento. Em Anápolis, o autor soube de um negro contratado como diretor de um es-

> critório do governo, um caixa de banco metade espanhol e metade português, um dono de um hotel de sangue português, um alemão coletor de impostos federais, um comerciante sírio, e um norte-americano concessionário de automóveis[29]. (1953, p. 15).

Esse critério mencionado pelo autor buscava definir a relação entre critérios raciais e étnicos da população na distribuição dos espaços urbanos. Devido ao processo de miscigenação, o autor conclui que as cidades brasileiras seriam compostas por uma "personalidade complexa", advinda não só de uma "herança cultural", mas de diversas. Isso levou o autor a interpretar o Brasil a partir do "mito da democracia racial" e emprega-lo a forma de organização dos espaços urbanos no período.

> O termo "composto de heranças culturais" sugere os resultados da falta nacional de preconceito racial que tem levado a um alto grau de casamentos mistos e, muitas vezes, a uma síntese da cultura que encontra expressão em coisas como padrões de rua e tipos de construção. [30](CARMIN, 1953, p. 15).

Carmin concentrou seus estudos em 45 cidades brasileiras com mais de 5.000 habitantes, espalhadas por diversos estados. Pro-

29 The United States has the Finns of Michigan's Upper Peninsula, the Germans of Wisconsin, and the Slovaks and Welsh of Ohio's coal fields. Brazil has German and Italian colonies in Rio Grande do Sul, Japanese in Paraná, and Indians on its frontiers of settlement. In Anápolis, the author knew a Negro employed as a government office director, a bank teller one-half Spanish and one-half Portuguese, a hotel owner of Portuguese blood, a federal tax collector of German stock, a Syrian merchant, and an American automobile dealer.

30 The term "compound of cultural heritages" suggests the results of the national lack of racial prejudice which has led to a high degree of intermarriage and, often, to a synthesis of culture that finds expression in such things as street patterns and building types.

curou caracteriza-las a partir de suas funções econômicas e índices demográficos, subdividindo-as em vilas, pequenas cidades (na qual se encontrava Anápolis), médias cidades, grandes cidades e metrópoles. Certas características comuns aos casos estudados são destacadas pelo autor. Como fato de "todas as cidades brasileiras têm pelo menos um dia de mercado (feira livre) por semana, quando uma cidade contém uma praça pública, esse lugar é geralmente o local da feira"[31] (CARMIN, 1953, p. 20). Ou a conhecida classificação do designe das residências urbanas em estilo colonial e/ou moderno.

Para além dos fatores citados acima, outras questões intrigaram Carmin a escolher Anápolis para uma análise mais minuciosa em seu trabalho. A princípio, como relata o próprio autor, Anápolis, a exemplo da maior parte dos casos brasileiros, se encaixava no grupo de pequenas cidades, com uma população entre 5.000 ou 20.00 habitantes. O que chamou a atenção do autor foi o fato de Anápolis, ao contrário da maior parte das cidades deste grupo localiza-se longe da região costeira. Além disso, naquele período era uma cidade em franca expansão. Isso levou Carmin a levantar questões sobre o passado e o futuro da cidade: "Como podemos explicar o crescimento desta cidade? Será que as condições que a levaram a atingir esse tamanho continuarão a sustentá-la ou até mesmo fazer com que ele cresça ainda mais?[32]" (CARMIN, 1953, p. 53). Para responder essas questões o autor detalha aspectos geográficos e históricos da cidade; faz um levantamento dos tipos de construções existentes na

31 all Brazilian towns and cities have at least one Market day (feira livre) per week and when a town contains a public square, that place is generally the site of the feira.

32 How can we account for the growth of this city? Will the conditions causing it to attain this size continue to sustain it or even cause it to grow still larger?

cidade sua relação com a distribuição de renda do município; ressalta a proximidade com Goiânia e com a CANG; além de apontar a quantidade e tipos de empresas e profissionais presentes na cidade. Depois de enumerados esses fatores, o autor busca uma "classificação" para a cidade. Essa classificação seguiu os critérios estabelecidos por Chauncy D. Harris[33] em A Functicional Classification of Cities in the United States, dessa maneira seria possível indicar os setores de atividades econômicas dominantes em Anápolis e direcionar as decisões políticas em prol da manutenção do desenvolvimento local. Por fim, o autor classifica Anápolis como uma "Capital Regional" (Regional Capital), dado o seu papel econômico na região. Segundo Carmin, uma cidade pode ser definida como "capital regional" quando, como no caso de Anápolis, serve de centro financeiro ou de escoamento de produção de outras regiões próximas. "No geral, essa cidade é importante como atacado, financeira e escritório central."[34] (CARMIN, 1953, p. 101).

Com o intuito de definir os aspectos da urbanização do sul goiano e da importância da cidade de Anápolis para a economia regional na década de 1940, o autor confronta os conceito de "capital regional" e "fronteira agrícola", ressaltando o fato de Anápolis, naquele período, ser uma cidade em expansão apesar de localizar-se fora do eixo dos grandes centros do país. Carmin compreende fronteira inicialmente como a área de um país localizada "entre uma região civilizada e uma incerta[35]" (1953, p. 103). O autor completa que "before determining exactly where a frontier exists, it is nec-

33 Chauncy D. Harris (1914-2003), geógrafo norte-americano.
34 [Such a city generally is] importante [as a] wholesale, financial. And office center.
35 That portion of a country between a civilized and an unsettled region.

essary to define the generality 'civilization'" (CARMIN, 1953, p. 103). Amado ressalta que a historiografia brasileira não, como nos EUA, um conceito similar ao de "fronteira". "A palavra 'fronteira' nem mesmo existe em português, como no sentido que tem em inglês; no Brasil, significa sobretudo 'limite', geralmente entre um país e outro". (1995, p. 66). Vidal e Souza destaca também que "se a fronteira no far-west estancou há muito e já concluiu sua colaboração para a nação, aqui, no sertão brasileiro, a fronteira se transmuta, mas persiste plena em seu fôlego expansionista." (1997, p. 143). Carmin não deixa de mencionar a quase inevitável comparação entre a ideia de fronteira nos EUA e o caso recorrente no Brasil. O autor, todavia, busca evitar definir o seu estudo a partir de um conjunto de características que definiriam o que seria "fronteira", para ele:

> Embora esta publicação não busque delinear a fronteira agrícola de Goiás ou apresentar uma lista exaustiva de seus aspectos, a condição de fronteira é apresentada quando for pertinente para a compreensão da cidade e sua região.[36](-CARMIN, 1953, p. 104).

O autor procura "localizar" Anápolis no processo de ocupação e desenvolvimento histórico do estado seguindo a ideia dos "três estágios de ocupação do sul goiano": 1. Período baseado na exploração de pedras e metais preciosos; 2. Período "baseado na criação de gado para carne e pele"[37]. (CARMIN, 1953, p. 105); 3. Período contemporâneo às pesquisas do autor, marcado pela expansão da

36 Although this publication does not attempt to delineate the agricultural frontier of Goiás or presente exaustive list of frontier aspects, when any frontier condition appears pertinent to an understanding of the city and its region, it is noted.

37 was baseado n the raising of cattle for hides and meat.

agricultura comercial. A partir de uma análise histórica, social e populacional do estado de Goiás, Carmin objetiva não só compreender os aspectos que levaram a cidade de Anápolis a ocupar uma posição de destaque na economia goiana, mas também traçar estimativas e possibilidades quanto ao futuro da região.

> Para compreender como Anápolis atualmente funciona como uma cidade e obteruma estimativa de suas possibilidades futuras, temosque compreender a sua relação com a área rural e com cidades como Jaraguá e Itapaci. Para atingir esse entendimento é preciso conhecer as condições que levaram à expansão agrícola em Goiás. Além disso, o conhecimento das condições que têm incentivado uma concentração de pessoas em certas partes do estado devem indicar a direção de futurosassentamentos agrícolas e nos dar uma base parcial para determinar o futuro crescimento, estagnação ou declínio de Anápolis.[38] (CARMIN, 1953, p. 112-3).

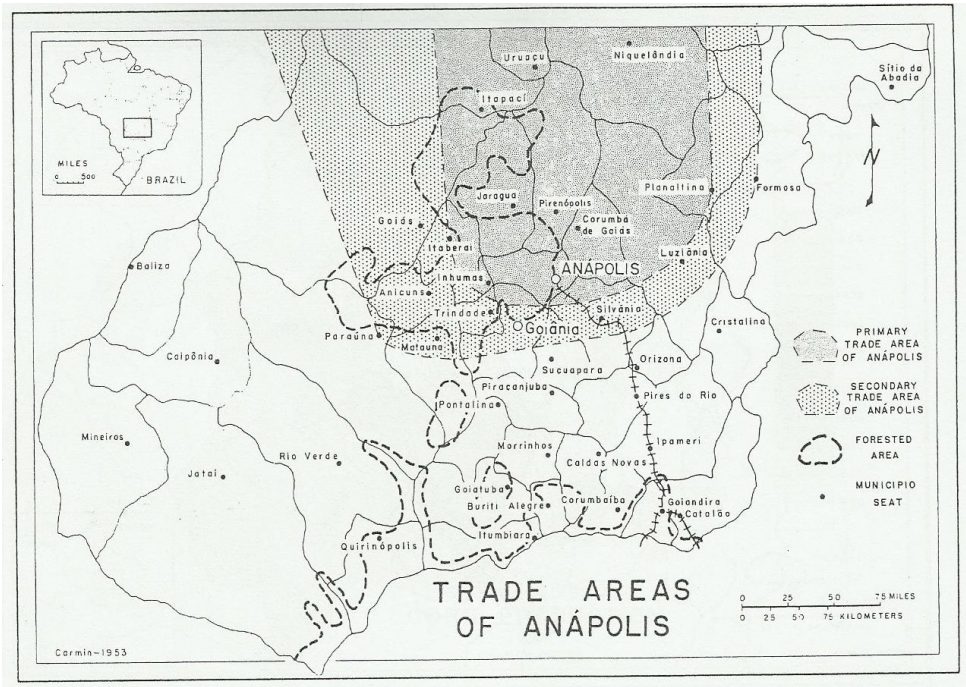
As cidades de Jaraguá e Itapací[39], situadas ao norte de Anápolis, nas proximidades da Colônia Agrícola de Goiás (CANG), são importantes na análise do autor por estarem situadas dentro do que Carmin denominou como área de comércio primário de Anápolis. Estas regiões continham, na avaliação de Carmin, áreas de expansão agrícola fundamental para a manutenção do crescimento econômi-

38 In order to undestand how Anápolis presently functions as a city, and to gain na estimate of its future possibilities, we must comprehend its relationship with the rural área and such towns as Jaraguá and Itapací. To achieve this understanding one must know the conditions that have led to agricultural expansion toward and into Goiás. Furthermore, a knowleadge of the conditions which have encouraged a concentration of people in certain parts of the state should indicate the direction of future agricultural settlement and give us a partial basis for determining Anápolis future growth, stagnation, or decline. (CARMIN, 1953, p. 112-3).

39 Além das cidades de Jaraguá e Itapací, componham a Área de Comércio Primária de Anápolis: Inhumas, Itaberaí, Corumbá de Goiás, Pirenópolis, Planaltina, Uruaçu e Niquelândia.

co da cidade de Anápolis. O interesse do autor era estabelecer uma relação entre as formas de ocupação de áreas no passado e no, então, presente goiano, para estabelecer estimativas de crescimento ou declínio da economia anapolina nos próximos anos. Ou seja, na análise de Carmin, a ocupação no passado do sul goiano foi fundamental para a então efervescência da economia anapolina, a sua manutenção dependeria, dessa forma, da maneira como a ocupação do norte goiano se desenrolaria futuramente. O mapa abaixo, desenvolvido por Carmin, demonstra o sul de Goiás e as Áreas de Comércio Secundárias de Anápolis, na qual estão inseridas as cidades de Goiânia, Trindade, Silvânia e outras regiões mais afastadas e o norte do estado com as regiões integrantes da fronteira agrícola que compõem a Área de Comércio Primário de Anápolis. O mapa destaca também as áreas de floresta que compõem o Mato Grosso Goiano[40].

40 O Mato Grosso De Goiás é caracterizado como "uma extensa região florestal situada na parte centro-sul do Estado de Goiás. (...) Ela começa nas proximidades da cidade de Anápolis e continua até o oeste até a base da Serra Dourada, na região do Córrego do Ouro; no sentido norte-sul, vai das proximidades de Goiânia até pouco ao norte de Itapaci." (FAISSOL apud ARRAIS, 2013: 40).



A área florestal do Mato Grosso De Goiás ficaao norte, mais distante. As áreas não-florestadas têm geralmente vegetação: campo ou campo cerrado.[41] (CARMIM, 1953, p. 142).

Ao final do trabalho, Carmin faz duas estimativas quanto ao futuro da cidade. A primeira, considerando que Anápolis é uma Zona de Comércio Primária, com seu desenvolvimento atrelado ao desenvolvimento da região sul do estado, e baseado na "premissa de que o futuro não trará nenhuma mudança drástica de atitude para com a terra"[42] (CARMIN, 1953, p. 166) conclui que a "cidade de Anápolis deve continuar a crescer em tamanho e importância como

41 The forested area farthest north is the Mato Grosso de Goiás. The non-forested areas generally have campo or campo cerrado vegetation.

42 (...) premise that the future will bring no drastic changes in attitude toward the land.

capital regional"[43]. (CARMIN, 1953, p. 167). Na visão do autor, a expansão da atividade agrícola do estado repercutiria diretamente no desenvolvimento de Anápolis. O autor ressalta, no entanto, que "a única cidade que aparece como um forte rival para o aumento da prosperidade de Anápolis como uma capital regional é Goiânia"[44] (CARMIN, 1953, p. 167). Os motivos elencados por Carmin, obviamente, se referem ao fato de Goiânia ser a capital do estado e com isso atrair para si uma maior quantidade de investimentos do que qualquer outra cidade de Goiás. As suspeitas de Carmin se confirmaram na década seguinte, quando a cidade de Anápolis foi gradativamente ultrapassada por Goiânia em termos de importância econômica.

O autor levanta outra premissa em relação ao futuro econômico da cidade, desta vez a longo prazo, e que pode ser aplicada não só a Anápolis, mas a outras cidades da região. Segundo Carmin, se algumas atitudes não fossem tomadas em relação ao trato com a terra – nesse caso mudanças quanto ao modo de cultivo e maneiras de produção – em pouco tempo estas tornar-se-iam improdutivas. Dessa maneira, conclui o autor, "depois de um período de grande prosperidade, resultante da exploração das terras mato pela agricultura comercial, a prosperidade em Anápolis e sua região afluente tendem a declinar.[45]" (CARMIN, 1953, p. 168). O discurso de Carmin caminha em defesa da mudança (melhorias) das técnicas

43 the city of Anápolis should continue to grow in size and importance as a regional capital.

44 In the foreseeable future, the only city that apperas as a strong rival to the increasing prospery of Anápolis as a regional capital is Goiânia.

45 Thus, after a period of great prosperity resulting from exploitive use of the mato lands for commercial agriculture, prosperity in Anápolis and its tributary region can be expected to decline.

agrícolas e uso de maquinário em sua produção, ou seja, prioriza a modernização da agricultura na região. O autor chega a cogitar uma aproximação entre o governo brasileiro e o norte-americano, que poderia financiar esse desenvolvimento por meio de um programa chamado Point Four[46]. Para o autor, a expansão da fronteira agrícola na região próxima a Anápolis é uma realidade que só pode se sustentar mediante a modernização das técnicas de cultivo até, então, predominantes na região. De fato, nos anos que se seguiram, principalmente a partir da década de 1970, a modernização alcançou o campo em Goiás.

Anápolis também passou por mudanças no decorrer desse período. O título de "capital regional da fronteira agrícola" apontado por Carmin entre o final da década de 1940 e início de 1950 não se sustentou no imaginário local. Já na década de 1950 a cidade era apontada como predominantemente "comercial e industrial", nas décadas seguintes esse discurso ganhou força e se consolidou a partir da década de 1970 com a instalação do Distrito Agroindustrial de Anápolis (DAIA). Os discursos que buscavam enfatizar o potencial econômico da região não abandonaram o jargão de a "Capital Econômica do Estado de Goiás", esse título, todavia, não dizia mais respeito a cidade como um centro de distribuição de produtos agrícolas, mas a outro discurso que situava a cidade como o "polo industrial do Centro-Oeste brasileiro". Esse discurso redirecionou não só

46 O *Point Four Program* foi uma política norte-americana de assistência técnica e ajuda econômica a países subdesenvolvidos. Recebeu esse nome porque foi o quarto ponto do discurso de posse do presidente Harry S. Trumman, em 1949. O programa teve início em 1950 e foi originalmente administrado por uma agência especial do Departamento de Estado. Em 1953, foi fundido a outros programas de ajuda externa. Disponível em <http://www.britannica.com/EBchecked/topic/466343/Point-Four-Program> Acesso em 28-04-2014.

as expectativas relativas ao futuro da cidade, o próprio passado local passou por uma reinterpretação. O discurso do progresso continuou a ser fundamental nesse processo, entretanto, sob novos contornos. Esse é o tema de nosso próximo capítulo.

CAPÍTULO III
O progresso como categoria de entendimento histórico

Nos capítulos anteriores vimos a maneira como a experiência da modernização foi vivenciada e interpretada por moradores da cidade de Anápolis. No primeiro capítulo, rastreamos os vestígios dessa experiência por meio dos discursos progressistas presentes nos periódicos locais entre as décadas de 1930 e 1950 com o objetivo de capturar a percepção local sobre a mudança cultural. No segundo capítulo, enfatizamos a perspectiva externa, a forma como tais mudanças foram interpretadas por indivíduos e tipos sociais externos à cidade. Neste capítulo voltaremos, mais uma vez, a este recorte histórico, tratando não mais as formas de apropriação das experiências vivenciadas por meio do fenômeno da modernização em si, mas as interpretações produzidas sobre este período em textos que buscaram sintetizar ou "pensar" a formação histórica da cidade. Abordaremos assim, textos produzidos tanto dentro desse recorte histórico quanto textos referentes a esse período produzidos no decorrer da década de 1970. Dessa maneira, podemos observar como o processo de modernização se tornou não apenas um modelo explicativo e interpretativo da história local, mas também um elemento estruturador das narrativas históricas sobre o município e, no limite, sobre o estado de Goiás.

"Pensar" a história significa compreender formas de rela-

ção com as estruturas temporais, entender como estas organizavam e influenciavam e eram influenciadas pelas ações humanas. Significa compreender estas estruturas não a partir de si mesmas, mas das relações individuais cotidianas. Esta foi uma das grandes contribuições trazidas pela hermenêutica da facticidade desenvolvidas por M. Heidegger para o pensamento histórico. A fenomenologia heideggeriana e, posteriormente, a hermenêutica filosófica de H. G. Gadamer abriram novas perspectivas para as ciências humanas e, principalmente, para a ciência da história: colocaram o ser humano e sua existência cotidiana no centro de suas reflexões. Assim, muito embora a história enquanto disciplina esteja associada a um discurso sobre o método, é possível pensar a história enquanto narrativa que está associada à experiência existencial, na qual o tempo é organizado com o intuito de dar sentido às ações do ser humano na vida prática cotidiana. É, portanto, a partir de carências de orientação temporal existentes no presente que os historiadores buscam sistematizar os fatos do passado e buscar orientações acerca do futuro.

A historiografia de Goiás, obviamente, não se isenta de tal condição. Desenvolvida com maior rigor metodológico e preocupações acadêmicas a partir da década de 1970, as interpretações relativas ao passado do estado de Goiás se constituíram em um primeiro momento como uma construção panorâmica da história local a partir dos pressupostos das teorias da modernização.

> Alguns estudos realizados em Goiás procuram valer-se das teses sobre a modernização para explicar as transformações sociais, políticas e econômicas ocorridas no estado durante a Primeira República. Praticamente todos os analistas do período apontam a expansão da economia

> capitalista no Brasil como impulsora do crescimento das regiões, que, por sua vez, passaram a apresentar diferentes níveis de acumulação. De tal processo teria derivados os polos modernos e atrasados. (CHAUL, 2010, p. 176-7).

Para compreender a dinâmica da mudança cultural ocorrida no sertão goiano a partir do processo de modernização é preciso pensar não somente a relação entre a modernização local e os projetos de desenvolvimento econômicos nacionais, mas também, como o debate historiográfico pensou esse processo a nível regional. É necessário entender como a interpretação da modernização, sintetizada no discurso do progresso, (re)construiu uma identidade regional positiva, como um estado moderno. É preciso entender não só como a cidade de Anápolis e em contrapartida o Estado de Goiás se inseriram no conjunto das mudanças estruturais brasileiras no transcurso do século XX, mas também como a historiografia buscou representar a importância e a dinâmica desse processo. Segundo Arrais & Sandes:

> A reflexão em torno do conhecimento da história regional está associada a três conceitos fundamentais: a Memória (a experiência humana presentificada no tempo), a História (o produto escriturário da tensão criada entre o passado, o historiador e sua cultura) e a Região (o discurso da diferença, que reivindica a legitimidade do específico e de seus critérios de eleição e, ao mesmo tempo, a autoridade de sua associação com o mundo). (ARRAIS; SANDES, 2013, p. 848).

Nesse aspecto, a interpretação das mudanças ocorridas em Goiás devido ao processo de modernização foi compreendida a partir de um princípio de diferenciação pautado não só na relação temporal (presente, passado e futuro – Memória e História), mas também espacial (a Região, associada ao sertão, antes sinônimo de atraso/decadência que precisava ser valorizado e visto de forma positiva). "A busca por conhecer e dar sentido, através de uma narrativa histórica, ao passado de uma região que, espacialmente, foi denominada de Goiás remonta o século XIX e teve naquela época a figura do Padre Silva e Souza[47] como seu grande expoente." (SILVA, R., 2013, p. 01). José Mendonça Telles o aponta como o primeiro historiador de Goiás; o "pai da História de Goiás", segundo Americano do Brasil. "Silva e Souza imaginou o sertão integrado a nova nacionalidade que se formava sob os auspícios do 'mais piedoso e justo rei do universo'". (SANDES, 2003, p. 32). Durante esse período, também foi importante a visão dos viajantes europeus que relataram em seus roteiros de viagem a impressão que tinham ao deslocar-se pelas terras da, então, província de Goiás. Destacaram-se o trabalho de viajantes, cronistas, exploradores e cientistas que adentraram no território de Goiás tais como: Auguste Saint-Hilaire, Viagens às nascentes do Rio São Francisco e pela Província de Goiás; Johann Emanuel Pohl, Viagem no interior do Brasil; Raymundo José da Cunha Mattos, Chorographia Histórica de Goyaz; Oscar Leal, Viagens às terras goianas; George Gardner, Viagens no Brasil, principalmente nas províncias do norte e nos distritos do ouro e do diamante durante os anos de 1836-1844. Nesse período, também destaca-se a obra

47 Luiz Antônio da Silva e Souza nasceu , em 1764, no arraial do Tejuco do Cerro Frio, Minas Gerais, onde passou a infância. Chegou a Goiás, já como sacerdote, em 1790. Escreveu para o Matutina Meiapontense, e escreveu, em 1812, Memória sobre o Descobrimento, Governo, População e coisas Mais Notáveis da Capitania de Goiás.

de José Martins Pereira de Alencastre, Anais da Província de Goiás, escrita em 1863. Segundo Sandes, os relatos dos viajantes europeus e a elite política local desse período construíram uma visão do estado de Goiás baseadas na descoberta do ouro e na ideia de decadência que marcou a historiografia goiana de uma maneira geral.

> Os historiadores apegaram-se em acompanhar o movimento do capital nas áreas próximas as minas ou nas poucas atividades que extrapolavam o território mineiro, mas pouca atenção foi dada as atividades que se desenvolveram paralelamente ao mundo do ouro e que permaneceram na obscuridade. À sombra do ouro em Goiás (...) acabou retirando do campo de visibilidade econômica a importância das engenhocas e dos inúmeros produtos produzidos nas fazendas. (SANDES, 2003, p. 31).

A atenção dada ao período aurífero goiano pelas narrativas históricas do século XIX em Goiás, segundo Arrais & Sandes, demonstram também uma consciência histórica ou um universo compartilhado marcado por um "sentimento de mágoa (dos homens do passado, do domínio português, da fraqueza moral dos homens do passado e do presente contínuo), mas também pela esperança (no desenvolvimento econômico, no interesse do Estado)." (2013, p. 857). A História de Goiás construída na primeira metade do século XX partiu dessa visão formulada no final século anterior: "a escrita da história regional seguia os passos de uma tradição que se apressava tanto a lamentar o passado quanto a propagandear as riquezas do Estado." (ARRAIS; SANDES, 2013, p. 859). Os trabalhos produzidos sobre a história de Goiás naquele período foram elaborados por

memorialistas ou historiadores diletantes (jornalistas, advogados, escritores, médicos) que construir uma identidade goiana "procurando explicar como Goiás, através do tempo, se constituiu em uma região que, outrora úbere em ouro, acabou se notabilizando por sua vocação agropecuária." (SILVA, R., 2013, p. 224). Na década de 1930 o passado aurífero e a vocação agropecuária foram sobrepujados, mas não substituídos, por outro fator na organização temporal das narrativas históricas da região, a construção de Goiânia marcou o nascimento de uma nova fase da história do estado. "A nova capital redefiniu o espaço, o tempo e a escrita da história de Goiás, enquanto a perspectiva orientadora do historiador goiano migrou para um presente distante das experiências e das expectativas de seu próprio tempo." (ARRAIS; SANDES, 2013, p. 861). Essas mudanças de orientação na escrita histórica regional, no entanto, não significava uma mudança significativa nos métodos utilizados na interpretação do passado.

É preciso ressaltar aqui que, embora, o conceito de região ou regional remeta em uma perspectiva geográfica tradicional à análise do conteúdo de um espaço delimitado, esta implica questões mais amplas. Conforme Bourdieu, a ideia de região viabiliza a autoridade e a representação que dar acesso à existência social, configurando-se como um lugar de lutas simbólicas. Engloba critérios concebíveis como língua, sotaque, di-visão, e estabelece limites e fronteiras. Conforme o autor, "a fronteira, esse produto de um acto jurídico de delimitação, produz a diferença cultural do mesmo modo que é produto desta." (BOURDIEU, 1989, p. 115). Em suma, ao falarmos em região não nos referimos somente a um espaço delimitado geograficamente, mas aos próprios critérios que fazem com que determi-

nado grupo conceba o seu próprio mundo social e se perceba como distinto de outros grupos. "O mundo social é também representação e vontade, e existir socialmente é também ser percebido como distinto." (BOURDIEU, 1989, p. 118). Ao delimitarmos uma região, o fazemos utilizando critérios geográficos (estabelecendo um espaço limitado), entretanto, dentro desse espaço, estão inseridos critérios e di-visões que permitem o conhecimento e o reconhecimento de um corpo social como parte desta. Estabelecer as características e limites de uma região implica em diferencia-la das demais e, também, em reconhecer essas diferenças como válidas.

> O mercado de bens simbólicos tem suas leis, que não são as da comunicação universal entre sujeitos universais: a tendência para partilha indefinida das nações que impressionou todos os observadores compreende-se se se vir que, na lógica propriamente simbólica da distinção – em que existir não é propriamente ser diferente mas ser reconhecido legitimamente como diferente e em que, por outras palavras, a existência real da identidade supõe a possibilidade real, juridicamente e politicamente garantida, de afirmar oficialmente a diferença – qualquer unificação, que assimile aquilo que é diferente, encerra o princípio da dominação de uma identidade sobre outra, da negação de uma identidade por outra. (BOURDIEU, 1989, p. 129).

A história de Goiás foi concebida, assim como outras histórias regionais, não só como uma página da história nacional, mas como um elemento que propositalmente destoa do resto da obra. Assim como esses elementos distinguem e relacionam a história de uma região à história de uma nação, processo similar ocorre na formação histórica de uma localidade específica frente a história regio-

nal de um estado[48]. A história de uma cidade desenvolve-se dependente da história de uma região mais ampla (o estado), os elementos que caracterizam a história de uma região caracteriza também a história das localidades que a constituem. Essas localidades, todavia, compartilham em meio aos elementos comuns de sua região características próprias. Os elementos que configuram a identidade de uma região são absorvidos e apropriados de maneiras distintas pelas localidades que a compõem.

Ao pensarmos a formação histórica da cidade de Anápolis frente ao processo de modernização do estado, estamos confrontando os elementos que fundamentam o discurso da identidade regional com os elementos que caracterizam a história singular de uma localidade. Os símbolos da história local de Anápolis buscam se inserir nos aspectos gerais do discurso identitário construído pela história regional de Goiás, mas simultaneamente, traz a tona elementos próprios, que a diferenciem sem a excluir do contexto histórico regional. Dois eventos marcaram a formação histórica do município nesse período e ajudaram a consolidar a representação do passado da cidade. O primeiro, concentrado na esfera econômica foi a chegada da ferrovia, em 1935, ao município. Esse evento marca a historiografia goiana da primeira metade do século XX de uma forma geral. O segundo constituiu nas comemorações ligadas ao aniversário de cinquenta anos da cidade. Esse evento marcou o imaginário local e consolidou alguns dos principais símbolos políticos da cidade. Abordaremos assim, os primeiros textos que buscaram traçar a formação

48 Ao falarmos em critérios de diferenças e discursos identitários, o termo região pode ser aplicado tanto a um país, a um estado, a um município ou mesmo a setores municipais. Com o intuito de deixar claro o que pretendemos desenvolver no decorrer deste capítulo, utilizaremos o termo "regional" para designar a "região estadual" e "local" para a "região municipal".

histórica do município e a maneira como o processo de modernização local foi fundamental na construção destas sínteses históricas.

Partiremos das interpretações histórico-memorialistas desenvolvidas no decorrer do processo de mudanças estudadas (1930-1957); abordaremos em seguida as interpretações produzidas sobre esse mesmo momento posteriormente, no decorrer da década de 1970, período no qual, no caso de Anápolis, foram produzidos escritos que consolidaram uma representação histórica associada à categoria progresso. Pretendemos assim, abordar a forma como a ideia de progresso e de modernização foi interpretada e apropriada por intelectuais locais na construção das narrativas históricas sobre a cidade. O sentido histórico construído por essas narrativas pautaram-se na ideia da mudança na construção do saber histórico. A vida prática dos sujeitos da comunidade, seu conjunto de experiências e sua memória histórica, foram organizadas sob uma determinada perspectiva de interpretação do tempo histórico. Nessa perspectiva a mudança temporal e a representação desta mudança foram desenvolvidas de modo a organizar e articular em uma estrutura cognoscível as experiências vivenciadas na vida prática cotidiana em uma narrativa que privilegiava a própria mudança como meio de orientação temporal. Em outras palavras, o discurso histórico produzido neste período percebeu a mudança ocorrida no tempo como algo positivo. Rüsen denominou esse tipo de constituição narrativa, que tem na mudança temporal o centro de sua interpretação histórica, como constituição genética de sentido. Nesse tipo de constituição narrativa:

> O movimento, próprio à experiência histórica no quadro significativo da qualidade do sentido

> da mudança temporal, transpõe-se para o discurso histórico. Neste, os interlocutores podem comunicar-se sobre histórias, de maneira que seus próprios eus e sua percepção do ser outro dos demais se põem em movimento. A mudança pode ser afirmada, vivenciada e reconhecida como uma qualidade positiva da subjetividade. (RÜSEN, 2007, p. 60).

Dessa maneira, o tipo da constituição genética de sentido "pode ser caracterizada como uma forma do saber histórico, na qual o tempo, como mudança, torna-se o sentido histórico do passado lembrado. O tempo, como sentido, é temporalizado." (RÜSEN, 2007, p. 60). Sob essa perspectiva, abordaremos como a própria historiografia tradicional goiana foi tributária desse tipo de interpretação do tempo histórico, na qual "a região se apresenta como um projeto, como futuro" (ARRAIS; SANDES, 2013, p. 854) e, por meio das narrativas histórico-memorialistas sobre a cidade de Anápolis, compreender como a experiência da modernização foi apreendida e representada no âmbito do sertão goiano.

Dividiremos a análise desses textos em duas fases: antes e depois do cinquentenário da cidade. "Antes do cinquentenário", abordaremos os textos produzidos por João Luiz de Oliveira (1932, 1947 e 1957) e um livro didático publicado pelo poder público local intitulado Dados geográficos e históricos do município de Anápolis. "Depois do cinquentenário", abordaremos alguns textos produzidos na década de 1970, pelo periódico local Correio do Planalto, período no qual as interpretações da história local consolidaram uma "estrutura interpretativa" ou construíram um "caminho a ser seguido" na análise das primeiras décadas do século XX do município.

> Numa sociedade tradicional que passa por um processo de modernização o sentido do "antes de" e "depois de" tornam-se latentes, encarregando-se a memória do grupo de elaborar uma interpretação autônoma à outros grupos sociais que não passaram pela mesma experiência. (ARRAIS, 2008, p. 35).

Privilegiaremos os trabalhos que buscaram uma síntese da história local como um todo, que estenderam o seu recorte cronológico dos primórdios do município aos dias de então. Nosso objetivo é rastrear a forma como cada autor organizou cronologicamente o seu trabalho e interpretou a formação histórica local, fazendo uso do passado para explicar os eventos do presente e elaborarem perspectivas de futuro para a cidade.

"Antes do cinquentenário" ou os dois "cinquentenários"

Os poucos textos produzidos sobre a história de Anápolis até as comemorações de seu cinquentenário se constituíam como uma tentativa de abarcar toda a história local e empreender nela uma evolução histórica do município. São textos ou artigos que visam sintetizar a história da cidade e destacar o papel dos "pioneiros" no desenvolvimento e progresso da região. Constitui-se basicamente de pequenos textos sobre a história local publicadas em periódicos locais. Destacaram-se os escritos de João Luiz de Oliveira com textos e discursos; Capitão Azeredo Filho, com o livro Dados históricos e geográficos sobre o município de Anápolis; e José Lobo, que usava o pseudônimo de J. Lupus, que no início da década de 1940 publicou

algumas pequenas notas no periódico O Anápolis. O trabalho desse autor se constituía basicamente de curiosidades sobre a história local e publicação de documentos oficiais por ele pesquisados. Publicou também, no mesmo órgão de imprensa, em 1943, um pequeno texto sobre a história de Silvânia.

Estes relatos histórico-memorialistas são marcados por uma tentativa de buscar as "origens" da história local, "esclarecer" determinados fatos passados e enaltecer a figura de algumas personalidades políticas ou de seus antecessores locais. Conforme Dal Moro:

> A construção no presente do ato de edificar um determinado discurso sobre o passado é uma das tarefas a que se presta a maior parte dos textos memorialistas, para não dizer todos eles. Essa situação, por seu turno, é perfeitamente compreensível. Como textos altamente políticos e comprometidos com valores de certos grupos, os escritos memorialistas servem a determinados propósitos, logo, é aceitável que tendam e se prestem integralmente a defender os valores e a cultura dos sujeitos e dos grupos neles externados. (2012, p. 04).

Dessa forma, ao mesmo tempo em que esses textos buscavam "reconstruir" o passado da região, também destacavam as lideranças políticas locais como responsáveis pelo desenvolvimento observados em seus respectivos momentos históricos. Os sujeitos históricos que possuem algum domínio sobre o espaço social tendem a construir a história de acordo com as suas perspectivas e interesses. "Quando um grupo constrói a sua 'história' diante de outros, materializa também a sua 'memória' frente a outras histórias e memórias." (DAL MORO, 2012, p. 03). Esse interesse reflete-se

nesse tipo de relato, sobretudo, nos relatos que buscam nomear os "pioneiros" ou os sujeitos históricos responsáveis tanto pela origem quanto pelo desenvolvimento local.

> Os memorialistas construíram então um passado glorioso a respeito dos pioneiros. Para isso, as memórias orais do outrora se tornaram, pelas letras e palavras dos memorialistas, memórias impressas. Essas memórias são, por sua vez, memórias de outras pessoas e não dos escritores memorialistas. Como todos os documentos, as memórias são parciais e possuem em geral uma funcionalidade política muito latente. (DAL MORO, 2012, p. 02).

Aos abordamos os primeiros escritos que buscaram construir a história da cidade de Anápolis encontramos essas caracterís-

ticas presentes a todo o momento. Tais textos histórico-memorialistas ao narrar o desenvolvimento histórico local tinham, assim, duas funções. A primeira, organizar cronologicamente a história local e orientar os sujeitos históricos, por meio de uma elaboração de sentido que compreendia o presente, o passado e o futuro, diante das mudanças estruturais ocorridas em seus determinados períodos. Segundo, frente a esse processo de elaboração de sentido, temos os interesses políticos daquele momento histórico atuando na construção da própria história e memória local.

Abordaremos neste tópico os dois principais textos produzidos sobre a história de Anápolis nas primeiras décadas do século XX. Apesar dos diferentes objetivos que motivaram a elaboração e publicação destes, existe um ponto em comum em ambos: foram publicados em datas comemorativas para a cidade. No decorrer da História de Anápolis, há a comemoração de dois cinquentenários. O primeiro ocorreu em 15 de dezembro de 1937, relativo à emancipação política do município. Nesse período começou a ser produzido Dados geográficos e históricos do município de Anápolis, de Francisco Lopes de Azeredo Filho, trabalho profundamente ligado aos ideais do Estado Novo. O segundo ocorreu em 1957, desta vez relativo aos cinquenta anos de elevação da região à categoria de cidade, ocorrida em 31 de julho de 1907. Com a elevação à categoria de cidade a localidade passou a ser nomeada como Anápolis (cidade de Ana), uma referência ao nome adotado até então, Santana das Antas. Em comemoração ao cinquentenário, foi publicado pela Revista A Cinquentenária, o texto Subsídios à História de Anápolis. Nos dois casos, além da tentativa de síntese da história local podemos perceber a forte influência das mudanças ocorridas no momen-

to em que foram concebidos os respectivos textos, na interpretação do passado e da formação histórica da cidade.

O "primeiro cinquentenário"

A Revolução de 1930 abriu uma nova perspectiva para a história goiana. Esse acontecimento foi tomado pelas elites políticas como uma ruptura temporal entre o "velho tempo", marcado pelo caiadismo, pelo coronelismo e pelo atraso, e o "novo tempo", com uma perspectiva voltada para o moderno, para o patriotismo e para o progresso. Esse evento histórico marcou profundamente as interpretações históricas sobre Goiás, não só naquele período, mas em obras posteriores que buscaram relatá-lo.

> Assim, de maneira sintética, poderíamos dizer que esse tipo de fenômeno acaba por favorecer uma interpretação histórica preditiva, na medida em que enxerga o passado à luz de sua ocorrência futura, já descrita. Ou seja, interpreta as primeiras décadas do século XX à luz do discurso trintista e dos preconceitos próprios de uma das facções que disputavam o poder naquela arena política. (ARRAIS, 2013, p. 105).

No âmbito nacional, após a queda do, então presidente da república, Washington Luiz, houve um conjunto de mudanças na administração dos estados e municípios brasileiros. No caso de Anápolis, um dos líderes da Aliança Liberal local, João Luiz de Oliveira, foi nomeado como chefe da administração municipal, devido a desavenças políticos, este renunciou em 1934. Para o seu lugar foi nomeado Irani Alves Ferreira que, no mesmo ano, foi substituído

por José Fernandes Valente, que foi eleito por meio do voto popular em 1935 e, novamente nomeado, em 1937 com o início do Estado Novo, permanecendo no poder até 1940. Nesse contexto:

> O Estado passou a ser visto como promotor do desenvolvimento, devendo para isto intervir para regular o mercado de trabalho, reformular as relações internas de produção e as relações entre economia regional e nacional. (...) Estas medidas contribuíram para acelerar a expansão do capitalismo em Goiás, reorganizando as forças produtivas e as relações de produção locais, em benefício dos centros hegemônicos nacionais e internacionais. (SILVA, 2005, p. 162).

Esse período é marcado pelo discurso da modernização e da ruptura com o passado. "Entretanto, no seio da esfera política, essa modernização se processou mais a nível do discurso de ruptura com o passado imediato." (ARRAIS, 2013, p. 113). Em 1937, Anápolis também comemorava os cinquenta anos de sua emancipação política, em 15 de novembro de 1887, a antiga freguesia de Santana das Antas havia sido elevada a categoria de Vila, ganhando autonomia política em relação à Meia Ponte, atualmente Pirenópolis.

Diante deste quadro, Francisco Lopes de Azeredo Filho[49]

49 Francisco Lopes de Azeredo Filho era o então Diretor de Estatística do Governo Municipal. Nascido em Sabará, Minas Gerias, em 11 de janeiro de 1876, Capitão Azeredo Filho pode ser apontado como um patriota convicto e alguém disposto a enfrentar qualquer batalha em nome da Pátria. Segundo a sua biografia, em 1893, juntou-se ao "Batalhão Patriótico Tiradentes". Como militar participou da rendição dos revoltosos participantes da Revolta da Armada, em 1894, onde foi promovido a cabo. Fez parte também de um dos regimentos que combateram "os jagunços de Antônio Conselheiro, em Canudos, Bahia." (MARTINS, 1984: 171). Em 1910 mudou-se para Belo Horizonte para assumir o cargo de auxiliar dos serviços médicos, na Estrada de Ferro Oeste de Minas. No ano seguinte mudou-se para Araguari, chegando à Anápolis em janeiro de 1914. Em Anápolis foi Agente de Estatística, Fiscal de Higiene e Conselheiro Municipal. Também foi conselheiro Municipal, Promotor Público e Prefeito Municipal de Ipameri. Segundo Martins, "em 1932,

ou “Capitão Azeredo Filho, jornalista que pode ser denominado o cronista do cinquentenário[50] de Anápolis, publicou ‘Dados geográ-

de armas em punho, lutou às margens do Paranaíba.” (1984: 171). Faleceu em Anápolis, em 19 de fevereiro de 1976, no Hospital Evangélico Goiano.

50 Referência ao primeiro cinquentenário da cidade.

ficos e históricos do município de Anápolis'" (OLIVEIRA, 1957, p. 67/XI). Financiado pelo próprio município, Dados geográficos e históricos do município de Anápolis – À guisa de Geografia e História do município para uso nas escolas de Anápolis, foi produzida, entre 1937 e 1938. O texto procurava sintetizar os principais aspectos geográficos e históricos do município ao mesmo tempo em que exaltava o momento político vivido a nível federal, estadual e municipal. Em um tom ufanista, o texto exalta as principais figuras políticas locais e engrandece seus esforços para o progresso e construção de um espírito patriótico na cidade. O autor busca demonstrar "quao operoso e dinâmico é o atual governador deste município que tudo faz por bem servir à Pátria e aos anapolinos que o confiaram e prestigiam" (OLIVEIRA, 1938, p. 03). O principal objetivo do texto era ser utilizado em escolas municipais para o ensino de História e Geografia local. O departamento de Estatística do Município chegou a pedir ajuda financeira ao estado para confeccionar cerca de 370 exemplares da obra em 1938[51].

O livro de Azeredo Filho se constitui em uma apropriação de elementos presentes na cultura e memória local interpretado sob a ótica de um nacionalista. Os fatos descritos pelo autor procuravam enfatizar Anápolis como uma "cidade promissora". Elementos da cultura popular, como o "milagre de Santana"[52] são tomados como

51 Nesse mesmo período consta nos dados do Arquivo Municipal de Anápolis presente no arquivo histórico goiano um nota de pagamento à uma empresa paulista relativo a confecção de cópias de um filme que buscava fazer propaganda da cidade. Não há relatos ou outros documentos que comprovem a existência dessa película.

52 O "Milagre de Santana" é o mito de origem do município contado pela tradição católica local. Conta-se que por volta de 1870, Ana das Dores, mãe de Gomes de Sousa Ramos (considerado o fundador da cidade), seguia com uma tropa rumo à Jaraguá e hospedou-se em Anápolis. Uma das mulas da tropa se perdeu nas redondezas e depois que foi encontrada os escravos não conseguiam levantar as canastras que esta carregava. Dentro de uma delas estava a imagem de Santana. Francis-

acontecimentos históricos de maneira literal. A narrativa do autor faz uso de relatos de antigos habitantes da região e de documentos oficiais como dados orçamentários para fazer valer a veracidade do que afirma. Como afirma R. Koselleck:

> Aquilo que faz da história, história não poderá jamais ser deduzido a partir das fontes. Para que elas finalmente falem, faz-se necessária uma teoria da história possível. Assim, partidarismo e objetividade delimitam-se de uma nova maneira no âmbito da tensão entre a construção do pensamento teórico sobre a história e a crítica de fontes. Uma é completamente inútil sem a outra. (KOSELLECK, 2006, p. 188).

O texto de Azeredo Filho constitui-se simultaneamente de uma defesa ao nacionalismo e de uma síntese da história e geografia local, destacando a administração pública local e a nova política que se instaurava com o início do Estado Novo em âmbito nacional. O partidarismo do autor é facilmente notado, muitas vezes de maneira exacerbada, no desenrolar do texto por ele produzido, o uso das fontes feitas pelo autor buscava corroborar com suas afirmativas. O clientelismo é nítido no decorrer do trabalho:

> Em fins do ano de 1937, o Govêrno Municipal de Anápolis concedeu o privilégio de serviço

co Azeredo narra da seguinte forma o desenrolar da história: "Diante das pessoas da casa onde se hospedara D.a Ana das Dores, os tropeiros fizeram o seu relato debaixo da admiração de todos os circunstantes. A ilustre dama jaraguaina, atribuindo o mistério relatado por seus servos, ao desejo da Santa, de alí ficar, prometeu doar a imagem de Sant'Ana, à futura capela que teria de ser edificada em Sant'Ana dos Campos Ricos. Ouvindo a promessa de D.a Ana das Dores, regressaram os tropeiros ao local onde se encontraram o cargueiro e as canastras. Ali chegados e ainda presos de espanto, dirigiram-se à canastra que guardava a referida imagem da Santa. Com a maior facilidade possível colocaram no alção da cangalha, a mala que até bem pouco parecia ter-se transformado em rocha e engastada no chão da mata e conduziram o cargueiro histórico à presença de D.a Ana das Dores, que abrindo a canastra onde se achava a lendária imagem, mostrou-a aos habitantes da orla da mata e disse: "Será a padroeira de uma grande cidade, sede de um rico e fértil município, cujo povo ha de ser por E'la abençoado". – A profecia realizou-se." (1938, p. 33-4).

> telefônico em todo o município a uma Êmpresa importante. Os referidos serviços já foram iniciados, encontrando-se quasi concluída a rede da cidade. A linha telefônica não ficará circunscrita sòmente dentro da região anapolina, irá até Goiânia, nova capital do Estado, ficando assim ligadas pelo telefone as duas grandes cidades sulgoianas. A realização dêsse contrato entre a Prefeitura Municipal de Anápolis, é uma das aspirações contidas no programa de govêrno do Prefeito Dr. J. Fernandes Valente, e do pioneiro do progresso de Anápolis, o Cel. Aquiles de Pina. (AZEREDO FILHO, 1938, p. 27).

O texto em si se caracteriza como uma elegia à cidade de Anápolis e, principalmente, a seus mais destacados atores políticos. Nas primeiras páginas há "duas sinceras e justas homenagens do autor aos ilustríssimos dirigentes anapolinos" (AZEREDO FILHO, p. 05): que, no caso, são o cel. Aquiles de Pina, "condutor de homens sem igual e esteio mestre do progresso de Anápolis" (AZEREDO FILHO, p. 06), e o prefeito José Fernandes Valente. Ao mesmo tempo em que exalta os benefícios da revolução de 1930, que segundo o autor fez a cidade crescer "extraordinariamente em todos os setores de atividades, no comércio, nas indústrias, nas artes, nas letras, na lavoura e outros" (AZEREDO FILHO, p. 37), procura desvincular o nome de certas autoridades políticas e empresariais da cidade a esse passado. O partidarismo político fica claro no texto de Azeredo Filho se tomarmos como exemplo a figura de um dos mais conhecidos nomes da história política local: o cel. Aquiles de Pina. Como um dos grandes empresários locais do período, sócio da empresa que fornecia energia elétrica ao município, dono de cerealistas e casas

comerciais, figura de renome desde a década de 1920, época em que era partidário do grupo Caiado. Apesar da forte crítica ao coronelismo e aos partidários do grupo Caiado, em nenhum momento a figura de Aquiles de Pina é ligada de maneira direta a esses agentes históricos. O texto toma um aspecto panfletário, no qual os acontecimentos passados do município são relembrados na medida em que favoreciam os nomes que então estavam a frente do poder político local.

O texto representa uma exaltação à figura do então administrador municipal e a outras figuras proeminentes da política local, chegando ao ponto de ignorar divergências e situações políticas com o propósito de construir um clima de harmonia nas disputas pelo poderio municipal. Em contrapartida, sintetiza a política oligárquica no nome de apenas uma personagem, que entrou na administração municipal por interferência direta do caiadismo:

> Todos os gôvernos de Anápolis tem sido patrióticos e progressistas. Uma exceção porém houve no período de 1927 a 24 de Outubro de 1930, quando exercia o cargo de intendente o Snr. Adalberto Pereira da Silva, que, faltando ao compromisso assumido quando da apresentação de sua candidatura como conciliador não correspondeu à complacência dos políticos que aceitaram a sua indicação, principalmente a agremiação chefiada pelo Snr. Aquiles de Pina, que, nas eleições, se apresentasse candidato ao gôverno municipal, teriam sido eleitos, e tão logo eleito pelos referidos partidos, exerceu, durante o tempo que governou o município, o cargo de Intendente, cometendo toda a sorte de arbitrariedades e zelou pelo interesse público de seus munícipes. (...) foi uma decepção para

> Anápolis. (AZEREDO FILHO, 1938, p. 39-40).

Mais do que um levantamento sobre a história da cidade, o texto de Azeredo Filho direcionava-se para os sucessos do governo de então, não havendo críticas negativas sobre a cidade. O enredo produzido no decorrer do texto procura gerar a impressão que a cidade de Anápolis, devido ao "empenho" de seus políticos, era uma "utopia realizada" que só tinha a se desenvolver mais e mais. Com isso, atrairia novas pessoas que auxiliariam esse desenvolvimento.

> Após êste, virão outros e mais variados frutos, do sábio govêrno dêste município, que, espalhados pela imprensa atrairão para Anápolis os homens de bôa vontade, os progressistas e os que sabem ser brasileiros ante-regionalistas. (AZEREDO FILHO, p. 04).

O autor demonstra uma preocupação constante em evidenciar os aspectos modernos da cidade em seu texto, comparando as principais construções da cidade com a de outras regiões ou se empenhando em afirmar que estas seguem os "mais modernos" padrões e técnicas de construção empreendidas em sua engenharia. No tópico que aborda a Educação, por exemplo, começa destacando os prédios e os aspectos estruturais nos quais funcionam algumas das escolas municipais antes mesmo de falar do ensino da região em si. Não é preciso ressaltar que o autor dá destaque as obras realizadas pela então administração municipal.

> Os prédios dos Grupos Escolares da sede e dos distritos de Nerópolis e Aracati foram construídos pelo Govêrno Municipal de Anápolis, sendo que o de Nerópolos, foi construído pelo

> Prefeito sr. José Fernandes valente, e, é o mais espaçoso, higiênico, confortável e sólido, dentre os outros dois existentes em Aracati e o da Sede. Êsse prédio foi construído de acôrdo com a técnica moderna e obedece às exigências pedagógicas do momento. (AZEREDO FILHO, p. 21-2).

Apesar dos elogios feitos pelo autor aos padrões construtivos dos edifícios escolares o advogado e escritor João Asmar, em entrevista ao projeto Anápolis: História Viva (2007), relata as dificuldades do ensino vivenciado na cidade durante aquele período, principalmente no tocante as estruturas físicas das escolas. No que concerne à instalação do primeiro curso ginasial na cidade, em 1937, João Asmar relata que:

> Veio a inspeção do Rio de janeiro, um tal de Teodomiro Magalhães, um homem alto, magrelo, meteu o pau e condenou o ginásio. O ginásio fechou. Porque naquele tempo exigia-se que os ginásios fossem equiparados aos Colégios do Rio de Janeiro, isto é, que deveriam ter as mesmas instalações, semelhantes ou parecidas com a do Colégio lá. Não era qualquer prédio, qualquer imóvel que servia. E o nosso ginásio foi fechado porque não tinha... adivinham o que? Privada patente. Tinha privada "tun-dum". Vocês sabem o que é privada "tun-dum"? . Aquela que tem a casinha, tem o taboado, o buraco, a gente senta lá, solta o "troço", ele bate lá no fundo e faz "tun-dum". Essa foi a causa do fechamento do primeiro ginásio que nós perdemos o ano em 1937. (ASMAR, História viva, p. 07).

Em sua organização o texto segue uma estrutura cronoló-

gica, narrando os primeiros anos da localidade antes de ser elevada a categoria de cidade, reforçando assim seus marcos histórico-memorialisticos. Após a esse período os marcos temporais da história local passaram a se basear em mudanças estruturais significativas para o desenvolvimento econômico da cidade e na grande mudança no cenário político nacional de 1930. O marco da chegada do progresso em Anápolis ocorreu, segundo o autor:

> Em 1920, foi inaugurada a primeira auto-via de penetração em Anápolis, ligando a sede do município à povoação de Roncador, município de Ipamerí e ponta dos trilhos da Estrada de Ferro Goiaz naquela época. Êsse acontecimento, foi o início do progresso que hoje se verifica em Anápolis. (AZEREDO FILHO, 1938, p. 37).

A Revolução de 1930, obviamente, não deixou de ser mencionada. Esse fato tem uma importância significativa para o país não só em termos políticos e econômicos, mas também em termos simbólicos, no caso específico de Anápolis, esse fato possibilitou o que poderíamos denominar de uma inserção da história local ao fluxo temporal da história nacional não só no que diz respeito a uma macroestrutura, mas possibilitou que as mudanças ocorridas no litoral tivessem impacto "imediato" também no sertão. As mudanças econômicas e estruturais ocorridas no estado, assim como em outras regiões do país, a partir da década de 1930, reconfiguraram a maneira como o estado e, consequentemente, Anápolis era compreendido pelas elites e pela população frente as mudanças ocorridas em âmbito nacional.

> O conjunto de medidas tomadas após a 1930

> pelos governos federal e estadual, ou seja, a supressão das barreiras comerciais, a intervenção no mercado de trabalho, a criação de Goiânia e a Marcha para o Oeste, criou condições para acelerar a expansão capitalista em Goiás, gerando uma série de transformações na região. (SILVA, 2005, p. 152).

Esse conjunto de transformações, que no período em que o texto foi escrito começavam a se esboçar, serviam de argumento para a "união" entre os acontecimentos locais e os nacionais por meio do discurso patriótico do autor.

> Anápolis, teve no dia 7 de setembro de 1935, mais um dia histórico; duplamente histórico. É que nesse grandioso dia do Brasil, além de ser data comemorativa da Independência, de nossa Pátria, êle vinha marcar nas efemérides de Anápolis um acontecimento importantíssimo para a vida do município. A inauguração da Estrada de Ferro Goiaz na cidade maravilhosa, menina dos olhos do prefeito Dr. J. Fernandes Valente. (AZEREDO FILHO, 1938, p. 40).

Além do forte nacionalismo, o autor, além de destacar novamente a importância da Revolução de 1930 tanto para o Estado quanto para o município, procurou identificar aquilo que considerava os elementos formadores da identidade regional aos acontecimentos, até então, recentes. O autor faz referência a um dos discursos pronunciados, segundo ele, durante o banquete de inauguração da ferrovia:

> No banquete oferecido pelo dinâmico governador J. Fernandes Valente aos seus convidados, falou pela última vez em sua vida terrena e em nome dos Prefeitos goianos ali presentes, o sau-

> doso Prefeito Municipal de Ipamerí, Dr. Floriano Caramurú Maia de Azeredo, um dos pioneiros da arrancada revolucionária de Outubro de 1930 em Goiaz, que tecendo um hino de glória a Anápolis, salientou o papel do governador de Anápolis ao qual o Prefeito Caramurú rendeu sincera homenagem e congratulando-se com o povo de Anápolis pelo grande melhoramento que acabava de ser inaugurado, exortou-os a cerrar fileiras em torno do seu dinâmico Prefeito, digno rebento dos invictos Bandeirantes Paulistas. (AZEREDO FILHO, 1938, p. 40).

Assim como no início da parte histórica do texto o autor busca destacar elementos ligados a fé religiosa a fatos da história local, ao destacar que pela última vez em vida terrena, um dos pioneiros da arrancada revolucionária de Outubro de 1930 pode falar em público e em um dia histórico para o município. O autor buscou destacar não só o discurso e a autoridade de quem o pronunciou, mas o peso que este ganhou por ter sido as últimas palavras de uma importante figura política que falava em nome dos representantes das cidades goianas. "Com a vitória da revolução de 1930, o município de Anápolis prosperou extraordinariamente em todos os setores de atividades, no comércio, nas indústrias, nas artes, nas letras, na lavoura e outros." (AZEREDO FILHO, 1938, p. 37). Tal afirmação entrava em consonância com os discursos produzidos pelos arautos de 1930, que tinham como base a ideia de progresso como superação do suposto atraso do Estado.

> A representação da modernidade absorvida pelos arautos de 30 indicava a tentativa de rompimento com o passado e a construção de uma utopia, o vislumbre de um futuro grandioso para o estado de Goiás, por intermédio

> da edificação de Goiânia. Esse imaginário salvacionista, que marcou o projeto brasileiro de modernidade, apresentava-se a Goiás como a redenção de um tempo mergulhado em décadas de miséria e penúria. Neste cenário, a nação e a região se encontram unidas em um mesmo fim: a busca da modernidade através do ideal de progresso. (CHAUL, 2010, p. 29).

A busca por um tom mítico em certas partes do texto procura dessa forma dar maior peso ao relato apresentado, como nos exemplos do "milagre de Santana" ou no fato das "últimas palavras em vida terrena" de uma autoridade ter sido direcionadas à Anápolis. O trabalho de Azeredo Filho segue em linhas gerais o "estilo" da história escrita em Goiás naquele período, dando ênfase tanto à cronologia quanto a importância aos documentos utilizados. Como forma de mostrar a importância desse livro, não só para Anápolis, como também para Goiás, são colocadas ao final da obra cartas de personalidades goianas, como Zoroastro Artiaga, para atestar a qualidade do mesmo. O livro é colocado como um meio de divulgação dos recursos locais fora do Estado.

> Felicito-o pela iniciativa e pelo que reuniu de bom e de útil, em pról dessa terra futurosa, procurando instruir à mocidade e divulgar o conhecimento das coisas anapolinas.
>
> Seu livro "Dados Geográficos e históricos do Município de Anápolis" merece todo o apôio e acolhimento dos brasileiros.
>
> Êle vem cooperar para a divulgação da vida goiana, fazendo conhecer, fora do Estado, os vastos recursos econômicos que são ainda ignorados no Brasil e no estrangeiro. (Zoroastro

Artiaga). (AZEREDO FILHO, 1938, p. 43).

Como se pode perceber, longe de ser uma obra ingênua, esse texto se constitui como uma cartilha em favor do poder político vigente naquele período. Provavelmente por esse tom, excessivamente ufanista esta obra tenha sido deixada de lado nas narrativas históricas locais, sendo apenas, quando muito, citada por alguns poucos autores que, posteriormente, escreveram sobre o município, como João Luiz de Oliveira (1957) e Humberto Crispim Borges (1975). Todavia, mediante a forma no qual o discurso histórico é apresentado no texto, o seu "caráter histórico e científico" acaba por ser corroborado pelo próprio poder político e pelo uso de aparato documental: "constituem um trabalho de real valor histórico e científico, pela riqueza e exatidão dos dados" (AZEREDO FILHO, 1938, p. 45). Azeredo Filho afirma que o seu trabalho surgiu da "necessidade de colher, concatenar e publicar os dados geográficos e históricos" (AZEREDO FILHO, 1938, p. 04) relativos ao município de Anápolis. Não deixa claro ou menciona diretamente o material que lhe serviu de fonte para a realização de seu trabalho, pelos dados apresentados no decorrer de seu texto, entretanto, é possível notar a o uso de orçamentos e leis municipais, censos realizados no município, além de atas de reuniões e documentos das instituições, como escola, hospital ou empresas, mencionadas em seu trabalho. O autor menciona, todavia, a ajuda recebida na realização de seu trabalho de pessoas como os ex-prefeitos Graciliano Antônio da Silva e João Luiz de Oliveira e de Luiz Caiado de Godoy, um dos membros locais da Aliança Liberal. O termo "científico" utilizados pelos comentaristas fazem referências não só ao uso de documentos na construção do

texto de Azeredo Filho, mas também operam discursivamente para reforçar a veracidade do texto apresentado pelo autor..

Além da sequência cronológica explicita utilizada pelo autor, a ideia de desenvolvimento e progresso enfatiza o momento histórico no qual o livro foi elaborado como o auge da história da cidade:

> Vosso primoroso trabalho, fiel reprodução do que anápolis hoje é, representa como que o "Carme saeculare" desta cidade, justamente escrito no apogeu de seu esplendor e será sumamente apreciado, por ser raro, complexo e proveitoso. (Julio Masciocchi). (AZEREDO FILHO, 1938, p. 45).

Este "auge" demonstra também as expectativas produzidas por meio desse discurso, corroborado pelos dados apresentados, em relação ao futuro da cidade, "visto conter valiosos subsídios sobre econômia e história que hão de ser sem dúvida seguros marcos de orientação para o futuro promissor que está reservado à Anápolis." (AZEREDO FILHO, 1938, p. 44). Na concepção do autor, o ritmo acelerado de crescimento e o progresso assistido até então no município, serviam como amostra das possibilidades de futuro abertos para o desenvolvimento local.

O "segundo cinquentenário"

Em 1957, foi comemorado o segundo cinquentenário da cidade de Anápolis, desta vez relativo a elevação da localidade à categoria de cidade. Como parte das comemorações foi editada a Revista A Cinqüentenária. Esse impresso ressaltou no decorrer de suas páginas, inúmeras vezes, o fato de não ter por objetivo apenas fazer um apanhado do que havia na cidade, mas também fazer um levantamento com um fim histórico. Sendo assim, não poderia deixar de constar na revista um texto referente especificamente à história da cidade. O texto intitulado Subsídios à História de Anápolis, apontado pelos próprios editores da revista como "a parte mais importante desta publicação, que estamos legando aos pósteres" (A Cinqüenenária, 1957, p. 04), foi deixada a cargo de João Luiz de Oliveira[53]. O texto procurava relatar a história local desde sua origem, ainda enquanto ponto de descanso de tropeiros no início do século XIX, até a década de 1950. Esse texto se tornou a principal referência sobre a história de Anápolis desse período, servindo de modelo para as obras que foram produzidas, posteriormente, sobre o município.

Em suas páginas, a revista A Cinqüentenária chegou a afirmar que "João Luiz de Oliveira é o único conhecedor da história de

53 João Luiz de Oliveira nasceu em Anápolis em 1904 e faleceu em 1969. Esteve à frente da prefeitura por duas ocasiões, entre 1930 e 1934, quando foi nomeado por ser um dos representantes locais da Aliança Liberal, e entre 1953 e 1954, nesta ocasião eleito. Também foi vereador e jornalista. Não tinha nenhuma formação formal na área de história, autodidata, foi agricultor nos primeiros anos de sua vida e se tornou, devido ao gosto que tinha pela história local, o mais importante autor sobre a história da cidade daquele período.

Anápolis, desde sua fundação até os dias atuais." (A Cinqüentenária, 1957, p. 04). Em 1973, assim como a revista a Cinquentenária na integra, foi reeditado como parte integrante de outra revista: Anápolis: Ontem – Hoje: sua história – seu povo – seu progresso, mais uma edição "comemorativa do aniversário da Capital Econômica de Goiás, a gloriosa Anápolis. Isto que é mais do que uma cidade, é um dínamo que forja progresso." (Anápolis: Ontem – Hoje, 1973, p. 03).

O texto de João Luiz de Oliveira destaca-se por dois motivos. Em primeiro lugar, por ser a principal obra sobre a cidade até meados dos anos de 1970, sobrepujada, em termos da importância dada à obra junto a sociedade local pelos livros História de Anápolis (1975), de Humberto Crispim Borges e Anápolis, sua vida, seu povo (1981), de Haydée Jayme Ferreira. Segundo, por auxiliar em uma mudança dentro da organização e representação da história local, já que até o final da década de 1950, a data de comemoração do aniversário da cidade era 15 de dezembro, data da elevação da antiga Freguesia de Santana das Antas à Vila de Santana das Antas em 1887. Em 1937, comemorou-se o cinquentenário de emancipação política da região. Dez anos depois, conforme consta no livro de registro da sala das sessões da Câmara Municipal de 11 de dezembro de 1947, os vereadores sancionaram uma resolução que convocava a

todos da casa para uma reunião extraordinária para a comemoração do sexagésimo aniversário da supracitada elevação e complementava:

> Art. 2º - É considerado feriado municipal a mencionada data.
>
> E manada que todos a quem o conhecimento e execução desta resolução pertecerem, que a cumpram e a façam cumprir tão inteiramente como nela contem. (Livro de Decretos e resoluções da Câmara Municipal de Anápolis de 11 de dezembro de 1947 a 20 de fevereiro de 1948; p. 01. Manuscrito).

Nesta seção, o mesmo João Luiz de Oliveira, fez um discurso no qual contava a história do município. Este discurso serviu de base para que, dez anos depois, o autor elaborasse o texto publicado na revista A Cinquentenária. Subsídios à História de Anápolis pode ser apontado, dessa maneira, como uma síntese do trabalho do autor como pesquisador da história local. Desde o seu pequeno texto escrito para o periódico Voz do Sul, em 1932 – Subsídios para a História de Anápolis – procurou escrever sobre o assunto. Segundo o próprio autor, "(...) história, ainda que de um município, relativamente novo como o de Anápolis, não se escreve de uma vez. Muitos ensaios são necessários. E é o que tenho feito, através de artigos, discursos e palestras, e agora continuo com esta monografia." (OLIVEIRA, 1957, p. I). Os textos de João Luiz de Oliveira, seguindo a forma de se elaborar um texto de história que prevalecia em Goiás até então, são marcados pela importância dada a cronologia dos fatos e ao uso de documentos oficiais.

Os dez anos que separam o Discurso sobre a história de Anápolis, de dezembro de 1947 e o texto presente na revista A Cinquentenária retratam uma cidade em duas situações políticas e econômicas completamente distintas. Obviamente que o discurso de 1947, pela própria situação para o qual foi produzido, apresenta um conteúdo menos profundo e detalhado que o trabalho escrito para A Cinquentenária. Todavia, temos contextos históricos e expectativas em relação ao futuro distintas que influenciaram diretamente na organização sistemática de cada texto. Algumas partes e argumentos do primeiro texto foram transcritos quase que literalmente para o segundo. Um dos elementos destacados em ambos os textos é a origem diferenciada da cidade de Anápolis em relação às tradicionais cidades goianas. Por não se originar diretamente do garimpo o município buscou o seu desenvolvimento por outros meios e, segundo o autor, justamente por esse diferencial a cidade pode se destacar das demais: o fato de não depender apenas de uma fonte para impulsionar a economia. "A prosperidade proveniente dos garimpos exclusivamente, nem sempre tem longa duração." (OLIVEIRA, 2012, p. 27). O autor compartilha dos dois principais marcos histórico-memorialísticos que sustentam a historiografia tradicional: a origem da história de Goiás a partir da descoberta do ouro e ideia de ruptura do isolamento político desencadeado pela Revolução de 1930. Dessa forma, o período da decadência do ouro não faz parte do imaginário construído sobre a história da cidade. "A mineração, que tanta importância tem na História do Brasil, não basta, somente ela, ao desenvolvimento de uma localidade. Hoje, as cidades são construídas por outras razões." (OLIVEIRA, 1957, p. I). O autor buscou inserir Anápolis na história goiana e elucidar os motivos pelos quais esta se

destacava no cenário local. A dinâmica da economia local, na concepção do autor, foi possível que já em 1947, a cidade de Anápolis apresentasse características de uma cidade moderna:

> Tem uma das duas emissoras radiofônicas do Estado. Há cinco departamentos bancários, inclusive duas matrizes. Há arranha-céus que causam admiração aos visitantes procedentes de grandes centros. Sentimo-nos orgulhosos do que possuímos estamos por certo, de parabéns. (OLIVEIRA, 2012, p. 31).

Podemos notar algumas interpretações distintas sobre os mesmo fatos feitas pelo autor no texto de 1947 e no de 1957. No primeiro, o autor destaca o ano de 1937, e os festejos de comemoração do cinquentenário de emancipação política do município e, também a administração do prefeito Graciano A. Silva (1923-1927) como marcos da formação histórica do município. No texto de 1957, é dado destaque ao cinquentenário da cidade e não mais à sua emancipação política. Com isso, Subsídios à História de Anápolis, se tornou um divisor de águas na interpretação da história de Anápolis. O texto também demonstra uma preocupação do autor com a documentação disponível para a elaboração de uma história sobre a cidade e também dos métodos empregados. A concepção de história de Oliveira está atrelada à comprovação documental. Segundo o autor, "a História de Anápolis, sem dúvida, começa com a doação a Nossa Senhora Sant'Ana de muitos alqueires de terras, feita a 25 de abril de 1870". (1957, p. I). Apesar do próprio autor relatar que já havia algumas moradias na região muito antes da construção da capela, este se ampara na presença documental, ou seja, a História de Anápolis começa com a doação de terras à Sant'Ana por que este é o

primeiro documento oficial sobre a região e, dessa forma, um evento que se possa afirmar com maior grau de certeza por ser uma fonte oficial e, assim, segura.

A História, na concepção do autor, deveria exaltar as grandezas locais e as potencialidades – neste caso, econômicas – da cidade. A função da História seria a de registrar os feitos locais e de seus grandes homens com o intuito de demonstrar o quanto ainda se poderia angariar na cidade. Neste texto também se nota uma tentativa de se unir a história local a uma história de caráter universal, estabelecendo um vínculo de continuidade entre o "pioneirismo bandeirante" e os investidores ou homens de negócio daquele período, como demonstra o trecho a seguir:

> Hoje, os pioneiros, continuadores dos homens das bandeiras, dotados de conhecimentos especializados, e tendo as facilidades proporcionadas pelas conquistas do século XX, também abrem estradas – ferrovias e rodovias – utilizando-se de máquinas apropriadas, e não se contentando com os meios terrestres de locomoção, cruzam o céu, em tôdas as direções, em aviões modernos. E constroem cidades, de um dia para outro ou da noite para o dia, cultivam a terra, dedicam-se à indústria e ao comércio, às profissões liberais, e a outras atividades. E em tôda parte e em todos os setores o progresso se manifesta, exuberantemente. (OLIVEIRA, 1957, p. I)

Mais uma vez, embora o texto trate do passado do município, a ideia de progresso é exaltada, estabelecendo desta vez um vínculo entre o passado, o presente e o futuro no qual o fluxo temporal é entendido como um processo evolutivo, guiado pela perspectiva

na qual as mudanças ocorrerão em um ritmo cada vez mais acelerado. Também podemos notar uma acepção de progresso que não só causa mudanças positivas, mas que eliminar a memória e desvincula o passado do futuro. A função da história, então, não se restringe a descobrir o que verdadeiramente ocorreu no passado, mas, sobretudo, conservar a memória para as gerações futuras.

O último tópico de seu texto, o autor dedica aos pioneiros do transporte em Anápolis, registrado a primeira pessoa da cidade a possuir um automóvel, o primeiro chauffeur da cidade e, mesmo após dedicar um tópico aos meios de transportes e falado das primeiras estradas intermunicipais abertas, volta a mencioná-las novamente. Assim como em seu texto de 1932, o autor destaca que a abertura de estradas e a chegada de automóveis na cidade a partir da década de 1920 foram os responsáveis pelo início do progresso da cidade. Estes elementos ganham importância por simbolizarem as grandes mudanças ocorridas no município que propiciaram o seu desenvolvimento.

> A primeira rodovia (Roncador-Anápolis) inaugurou-se em 1920. Até então, o transporte era feito em carro de bois e em tropas. As malas postais, conduzidas em animais, levavam dias a chegar. Em 1921, estava em construção a estrada de automóveis Anápolis-Jaraguá. (OLIVEIRA, 1957, p. V).

O surgimento de estradas de rodagem e a chegada de automóveis que gradativamente substituíam os carros de bois e tropas de mulas no transporte de mercadorias passaram a significar não só

o crescimento e desenvolvimento comercial e econômico da cidade, mas instituíram uma nova relação com a experiência do tempo. A substituição de meios de transportes tradicionais por automóveis passam a simbolizar a chegada do progresso, as novas tecnologias que substituem os meios rústicos de transporte e abre as portas para que o que é moderno penetre e ajude no desenvolvimento regional. No discurso proferido em 1947 que citamos logo acima, a abertura de estradas e a possibilidade de transporte de mercadorias em espaços menores de tempo também são vistos como motivadores do progresso local.

> Realmente, esta terra teve um longo período de estacionamento motivado pela deficiência de transporte. Com o movimento de caminhões começou o desenvolvimento de Anápolis que passou a ser o ponto de concentração das tropas, que abasteciam o norte. Com a chegada dos trilhos e abertura das estradas para a Colônia Agrícola, os garimpos de cristal e para outros lugares, Anápolis veio a ser o ponto de partida de caminhões, como tinha sido das tropas. São essas as principais razões de seu progresso verificado nos últimos anos. (OLIVEIRA, 2012, p. 28).

Apesar de não negar a importância da ferrovia para o desenvolvimento da cidade, a frase proferida pelo médico e escritor José Xavier de Almeida Junior[54] nas comemorações do cinquentenário de 1937: "Anápolis completa o seu meio século, tendo crescido mais nos dois anos de estrada de ferro, do que nos quarenta e oito

54 Está frase foi tomada como síntese do desenvolvimento econômico local provocado após a chegada da ferrovia na cidade. Além de está reproduzida nos trabalhos de João Luiz de Oliveira, também a encontramos em CUNHA (1975); PROTTIS (s/d); POLONIAL (2011).

que a precederam", por exemplo, é citada tanto no discurso de 1947 quanto no texto de 1957, Oliveira, atribui o crescimento econômico do município ao desenvolvimento dos meios de transporte de uma maneira geral. No texto de 1957, o autor chegar a anunciar o declínio do transporte ferroviário no município: "A E. F. G., embora em decadência, por falta de locomotivas, vagões e carros de passageiros em bom estado e também devido a condição das linhas, continua a prestar serviços." (OLIVEIRA, 1957, p. VI). Para o autor, o desenvolvimento e progresso local só foi possível devido ao transporte rodoviário, e este também seria a fórmula que garantiria o desenvolvimento da produção de bens no município: "Havendo boas estradas, haverá produção. E havendo produção haverá barateamento do custo de vida". (OLIVEIRA, 1957, p. VI). Com a construção da BR 153 (Belém-Brasília) passando por Anápolis e com o advento da era rodoviária no país, o transporte ferroviário perdeu o seu status de símbolo do progresso. O desenvolvimento nacional passou a ser associado à expansão da malha rodoviária pelo país. No caso de Anápolis, somava-se a esse fator as condições precárias dos vagões e dos trilhos na cidade. A estrada de ferro, que na década de 1930 possibilitou o rápido crescimento econômico da cidade, na década de 1950 e nas seguintes, gradativamente, passou a ser interpretada como um empecilho.

A instalação dos meios de transporte, para Oliveira, pouco a pouco inseriu a região com mais facilidade nos setores da economia nacional e possibilitou que a mesma vivenciasse cada vez mais rápido um conjunto de mudanças nos setores econômicos, políticos e sociais. O automóvel que substituía o carro de bois simbolizava o progresso que chegava a região, no entanto, devido a condições pre-

cárias das estradas ainda com dificuldade. Isso, todavia, não deixava de alterar as condições de vida de seus habitantes e inserir novas profissões em seu meio social.

> O chauffeur sertanejo muito tem concorrido para o desenvolvimento do interior. Se há mercadorias a transportar e as estradas não são boas, êle não se intimida. Leva às vezes dias em uma viagem que poderia ser feita em algumas horas. Mas vence todos os obstáculos. Isso ainda acontece nos dias de hoje. Imagine-se ao tempo das primeiras estradas, construídas a enxadas e sem nenhuma técnica. E quantas foram abertas pelas rodas dos caminhões. (OLIVEIRA, 1957, p. XIV).

As primeiras estradas iniciaram um processo de mudanças na região que, na perspectiva de Oliveira, a estrada de ferro veio consolidar. O modo como o passado é compreendido pelo autor pode ser facilmente notado por meio do conceito de moderno. Por meio desse conceito o autor procurava demonstra a diferença entre o presente e o passado. O ontem era representado como "os tempos difíceis" ou no qual a cidade ainda era uma pequena localidade. O uso do conceito de moderno enfatizava essa diferença e procurava demonstra a existência de uma evolução histórica inegável pela qual o município passou. Ao mesmo tempo, essa diferença entre o passado e o presente corroborava com a ideia de progresso ressaltada nos discursos políticos por meio da imprensa, na qual a cidade se desenvolveria ainda mais, geralmente, por meio do trabalho e esforço de seus habitantes. O passado era interpretado como o tempo das coisas lentas, o presente onde tudo ocorria instantaneamente.

> Os recursos de hoje, humanos e materiais, permitem que se construam cidades de um dia para o outro. O crescimento demográfico, os conhecimentos técnicos e científicos, os meios de transporte, e também as necessidades e as ambições, que se manifestam intensamente com o progresso e a civilização, levam os homens a arrojados empreendimentos, em todos os ramos de atividade, e em tôda parte. Nos grandes centros se verificam notáveis realizações industriais, arquitetônicas, culturais, etc., e o interior do país, por sua vez, se desperta e vibra. (OLIVEIRA, 1957, p. I).

O "despertar" do interior do país e o contato com novas tecnologias descortinavam um horizonte na qual as relações locais eram percebidas como cada vez mais próximas dos acontecimentos que ocorriam em regiões compreendidas como mais avançadas. Essas mudanças, obviamente, não ocorriam de maneira autônoma, assim determinados conceitos também são utilizados predicados atribuídos à pessoas ou ações que ajudaram no desenvolvimento da cidade, destacando-se termos como pioneiro/pioneirismo, evoluído, civilizado ou progressista. Pela associação desses dois conceitos se enumerava os grandes nomes do passado da cidade e o esforço destes para o desenvolvimento local. "Zeca Batista, espírito evoluído e progressista, tinha em alta conta a vontade do povo." (OLIVEIRA, 1957, p. I). "pioneiro do progresso de Anápolis, o Cel. Aquiles de Pina." (AZEREDO FILHO, 1938, p. 27). A ideia de progresso e a chegada do moderno, como meio de interpretar as mudanças sociais e culturais que a cidade sofria naquele momento, constituíam-se como uma maneira tornar cognoscível a dinâmica entre o local e o global que se reconfiguravam na região.

O espaço a volta de seus habitantes se modificava e estes viviam novas experiências e entravam em contato cada vez mais rápido com outras visões de mundo. Essas mudanças não transformaram o sertanejo em um homem moderno, mas o inseriram no processo de modernização. O progresso passou a ser visto como um bem que deveria ser trazido até a região por meio de mercadorias, de símbolos que anunciassem a sua presença.

Os "arranha-céus" – mesmo que fossem prédios de três ou cinco andares –, eram elementos utilizados para na compreensão e interpretação das mudanças ocorridas na cidade naquele período e situar Anápolis como uma cidade moderna. Para o período essas mudanças eram tomadas de forma extremamente significativas, Ferreira nos relata uma dessas experiências na década de 1930: "Em 1937 minha família residia em Bonfim (Silvânia). Vim a Anápolis, passar as férias de verão. Fiquei boquiaberta ante o prédio de cinco andares que estava sendo construído por James Fanstone." (FERREIRA, 1981, p. 191). A mesma impressão era sentida em relação ao correio aéreo, a ferrovia ou a construção de uma cidade desenhada para ser a capital estadual ou nacional em suas proximidades. O que sustentava o discurso da Anápolis da década de 1930 e 1940 e mesmo na década de 1950 como uma cidade moderna não era a sua estrutura urbana de uma forma geral, mas pontos específicos: a construção de uma estação moderna (1935), a construção de um prédio para sediar a prefeitura e o fórum (1938), um hospital instalado em um "arranha-céu" de cinco andares, o prédio mais alto do estado até o final da década de 1930 e também o primeiro no estado a ter elevador (1938), a construção de um prédio maior que o da capital do estado ainda na década de 1940, etc. Eram realizações pontuais,

"pioneiras" que justificavam o discurso dos tempos modernos, como pequenos pontos coloridos que surgiam em um quadro em preto e branco.

Para além de suas pretensões políticas ou partidárias esses textos buscam também registrar os acontecimentos passados, destacando os eventos mais importantes ocorridos na cidade e contribuindo para a formação de uma identidade local. Esses textos construíram suas bases e estruturas em cima de relatos da cultura local e pelo uso de documentos oficiais que auxiliavam na construção de uma cronologia própria do município. Os esforços desses autores constituíam-se em uma tentativa de dá preservar o passado da cidade, buscar documentos que comprovassem os fatos e eventos presentes na cultura popular, iniciar, literalmente, a história da cidade.

A modernização da cidade, então, foi tomada como o elemento estruturador dessas narrativas. A origem, desenvolvimento e consolidação da região foi contada e interpretada sob a perspectiva do desenvolvimento tecnológico e dos indivíduos e instituições que se emprenharam em alcançá-lo. Ao mesmo tempo no qual essa "história" era escrita, os elementos que constituíam a identidade local também eram formados. Tanto Dados geográficos e históricos (1937), quanto Subsídios a história de Anápolis (1957) foram concebidos em momento de comemorações importantes para o município. Ambos os textos marcaram os "cinquentenários" locais. Em 1937, a cidade comemorou 50 anos de emancipação política, em 1957, foi comemorado os 50 anos em que a antiga vila foi elevada à categoria de cidade. Ambos os eventos foram marcos por festas e co-

memorações que marcavam a trajetória local e ao mesmo tempo a situava no transcurso histórico do estado. Estes trabalhos mais do que narrativas históricas, são sínteses da experiência vivenciada e traços das expectativas geradas em cada um desses períodos. As expectativas e os "marcos" históricos registrados nestes trabalhos, principalmente no caso de João Luiz de Oliveira, influenciaram diretamente as narrativas históricas posteriores por se constituírem como uma das poucas opções de fontes sobre a história local.

Depois do Cinquentenário

A década de 1970 marca o início do que poderíamos denominar de uma "preocupação institucional" sobre a histórica local de Anápolis. Com o surgimento do primeiro museu da cidade em 1971 e a decretação dos primeiros patrimônios históricos do município[55] entre 1984 e 1991 o poder público começou por meio de leis e decretos a demonstrar uma preocupação com a história oficial e com a preservação do passado do município. O Museu Histórico de Anápolis foi instalado em 1971, pela portaria nº 261. "Naquele ano, foi criada a comissão organizado do Museu, sendo

55 O prédio da Estação Ferrovia inaugurado em 1935 foi tombado como Patrimônio Histórico Municipal pela Lei nº 1.824 de 1991. No entanto, consta um Projeto de Lei, de agosto de 1978, de autoria do então vereador João Bento Correia, que visava incorporar "ao patrimônio histórico municipal, o prédio que serviu de estação ferroviária, em nossa cidade e que ora abriga o Tiro de Guerra 53."

presidente o professor Jan Magalinski[56]." (O centenário, 03-2007). O Museu foi aberto definitivamente em 1975 e a escritura de posse do local no qual funciona foi passada à prefeitura em 1985.

Esse período foi marcado, também, pelo surgimento das primeiras obras de história acadêmica sobre o município, com destaque para Anápolis e sua área de influência regional, de Maria de Sousa França, e pela publicação de dois livros que se tornaram referência no estudo da história local: História de Anápolis, em 1975, um apanhado documental elaborado por Humberto Crispim Borges e Anápolis: sua vida, seu povo, de 1981, trabalho de tom memorialista de Haydée Jayme Ferreira. Houve também um amadurecimento das narrativas sobre a cidade, mesmo no caso de escritos diletantes. Estas obras também são marcadas pela nova dinâmica social que se configurava na cidade a partir da década de 1970. Nesse período, a população já havia alcançado um número de 105.121 habitantes, chegando a 179.973 na década seguinte. Um dos fatores apontados para esse crescimento foi a construção de Brasília, que teve suas obras iniciadas em 1957, todavia, segundo Freitas "os efeitos da construção de Brasília sobre Anápolis se fizeram presentes antes mesmo do início das obras." (2007, p. 37). Na década de 1950, a população local saltou de cerca de 18.350 habitantes para 48.847, e esses índices continuaram a aumentar nas décadas seguintes. Outro fator que propiciou esse crescimento demográfico foi a construção da

56 Jan Mangaliski, embora tenha participado da fundação do Museu Histórico de Anápolis, foi na verdade o segundo diretor. O primeiro foi o poeta Tauny Mendes. Mangaliski nasceu em Braslaw (Polônia), em 1935. Estou História (1969) e Geografia (1971) pela Universidade Federal de Goiás, concluiu, pela mesma instituição, o mestrado em História (1978) com o título: Cooperativa de imigrantes em Itaberaí: estudo da fixação de deslocados de guerra na zona rural de Goiás. Foi professor da UEG e publicou em 2001, A imigração polonesa para Goiás.

Base Aérea de Anápolis em 1972, com o intuito de proteger a nova capital nacional, que trouxe, obviamente, grandes consequências ao município, sentidos já no período de sua instalação, como atesta uma publicação da época: "A velocidade do desenvolvimento e do progresso de Anápolis, que começou a correr célere, à partir de 1962,

tomou um sentido supersônico, num paralelo ao início e instalação da Base Aérea de Anápolis." (Anápolis: Hoje e Sempre, 1973). Segundo Freitas, a instalação da Base Aérea trouxe consequências no âmbito econômico, social e político ao município. No plano econômico "proporcionou a ampliação do capital circundante na cidade" (1995, p. 53) com a chegada de oficiais da aeronáutica e de suas famílias; no plano social "a cidade foi alvo de uma forte migração originada de vários lugares de Goiás e de outros Estados" (Anápolis: Hoje e Sempre, p. 54) devido a possibilidade de ingresso por parte de jovens de famílias mais pobres na carreira militar; e no plano político, a cidade foi considerada "Área de Segurança Nacional", com isso os prefeitos municipais, entre 1973 a 1985, passaram a ser nomeados diretamente pelo governo federal. Em 1976 foi inaugurado o Distrito Agroindustrial de Anápolis (DAIA), uma parceria do governo federal e estadual que visava induzir a industrialização no Centro-Oeste por meio da construção de áreas industriais.

Com o crescimento demográfico, cresceram também, obviamente, o número de loteamentos e, consequentemente, o número de bairros em torno da cidade. De fato a cidade se desenvolvia, mas esse impacto não foi sentido apenas nas cifras demográficas do município. Seus habitantes, principalmente os que já viviam na cidade por um período maior de tempo, sentiram os efeitos dessas mudanças, não apenas na paisagem da cidade, mas também na própria maneira como se reestruturavam as relações sociais, que pouco a pouco se modificavam. Em uma crônica publicada em julho de 1976, no periódico Correio de Anápolis, o poeta e escritor, Paulo Nunes Batista registrou algumas impressões sobre as mudanças que percebia no cotidiano daquela cidade:

> É - Anápolis está com ares de metrópole: largas, imensas avenidas; praças sofisticadas; arranha-céus, shopping-centers e nomes outros de uma língua estranha , "para inglês ler" e não entender como sukata Kiloja e outras sacanagens... Cresceu, hem, gente? Mas nunca se viu, nesta "Manchester Goiana", quanto atualmente, tanto indigente dormindo nas calçadas; tanta menina (de até 8 anos de idade, pasmem, se puderem!), vendendo as carnes, em grosso e no varejo, na feira livre da prostituição desbragada; tanto leproso, montado na miséria, com os colos da mão as esmolas da piedade - cada vez mais escassa - do magro bolso do povo tanto roubo, tanto vício, tanta exploração como hoje, sob os olhos molhados de angústia da padroeira Santa Ana, que a umbanda chama de Nanã Buruquê... (Correio do Planalto, 31-07-1976).

Esta imagem um tanto quanto caótica do município retrata uma visão específica do autor sobre o cotidiano da cidade. A Anápolis de alguns anos antes, menor em seu aspecto urbano e populacional, começava a sofrer com maior intensidade os "efeitos" da modernização. Se por um lado surgia o novo, amparado pelo discurso do progresso, por outro, as consequências negativas do desenvolvimento e crescimento da cidade também vinham à tona (a mendicância excessiva, a prostituição infantil e as diferenças sociais cada vez mais exacerbadas ou observadas sob outra ótica). Podemos somar a isso, mais um fator apontado pelo mesmo autor dois anos antes no mesmo periódico.

> Anápolis começa a sofrer também um dos ma-

> les das grandes cidades: Ninguém conhece mais ninguém...
>
> A gente cruza, a todo instante, com gente que nunca viu, gente nova nascida aqui, nestes últimos vinte anos, cujo nome a gente não sabe, nem o que faz, nem de que família é... (Correio do Planalto, 12 /19-07-1974).

Essa visão apresentada pelo autor, todavia, constituía-se mais como um caso particular do que como algo generalizado. Neste contexto, surgiram narrativas históricas que buscavam (re)interpretar aquele conjunto de mudanças, buscando no passado não só as origens do município, mas os fatores que constituíam aquela "nova" dinâmica social. As narrativas históricas sobre o município foram revistas e o passado revisitado a luz do presente de então. Conforme observa Koselleck:

> A historia não se escreve, transcreve ou continua só uma vez recorrendo todos os conhecimentos adquiridos mediante o aperfeiçoamento dos métodos; com frequência a história é rescrita, constituída de novo com uma crítica à prova metodológica, pois não se pode justificar porquê a história até então transmitida ou escrita era em realidade completamente distinta do que havia transmitido o escrito[57]. (2001, p. 68).

57 Pero la historia no se escribe, transcribre o continúa sólo una vez recogiendo todos los conocimientos adquiridos mediante el perfeccionamiento de los métodos; con la frecuencia la historia es reescrita, constituída de nuevo con una crítica de la prueba metodológica, pues sin ella no se puede justificar por qué la historia hasta entinces transmitida o escrita era en realidad completamente distinta de lo que se había transmitido o escrito. (KOSELLECK, 2001: 68).

As características gerais identificadas nos escritos locais do período são a busca pela escrita de uma "verdadeira" história; as mudanças na estrutura da cidade como explicação daquele momento histórico; o potencial econômico da cidade frente a outros centros urbanos regionais – o potencial, visto como predestinação ou vocação, para industrialização; a ferrovia não representa mais o progresso, mas o passado; inserção da cidade nos quadros da história regional e nacional como ponto de apoio na construção de duas capitais (Goiânia e Brasília); o passado percebido como infância (pequena e pacata). A imprensa local, mais uma vez, não deixou de contribuir para a consolidação dessas perspectivas.

O Correio do Planalto: três chaves interpretativas da memória histórica local

Fundando em 22 de fevereiro de 1974 por Haroldo Duarte e Godofredo Sandoval Batista, o Correio do Planalto foi um periódico que circulou em Anápolis até 1983. Foi o único órgão de imprensa que manteve uma periodicidade durante nesse intervalo de tempo. No decorrer de suas publicações dedicou colunas dedicadas à resgatar fragmentos da história local, manteve uma coluna intitulada Curiosidades de Anápolis, sob a responsabilidade de Maria Próttis[58].

58 Maria Próttis foi professora e pesquisadora do Museu Histórico de Anápolis, posteriormente, assumiu o cargo de diretora. Produziu no final da década de 1970, História de Anápolis, apostila direcionada ao ensino de história em escolas da rede municipal. Segundo a autora, "na área estadual esta apostila tenta atingir o programa do GUIA CURRICULAR DA SEC, elaborado de conformidade com a lei 5.692 de 11 de agosto de 1971 e na esfera municipal ela visa cobrir determi-

A coluna buscava em documentos e periódicos antigos fatos e curiosidades sobre a história da cidade. Publicou também, principalmente em edições comemorativas do aniversário da cidade, textos mais elaborados que buscavam retratar os principais aspectos da história da cidade e destacar as mudanças e continuidades que esta sofrera ao longo dos anos.

As narrativas históricas publicadas no Correio do Planalto buscaram, além de reunir o conhecimento sobre o passado local produzido até então, construir instrumentos interpretativos para história local, visa construir uma "consciência histórica como relação entre interpretação do passado, entendimento do presente e expectativa do futuro mediada por uma representação abrangente de continuidade" (RÜSEN, 2001, p. 65). A categoria de progresso como forma de entendimento histórico continua presente no interior dessas narrativas. Dentro desta categoria, todavia, perpassam outras três chaves explicativas: a mudança constante, a predestinação e a repetição. O tempo passou a ser percebido a partir dessas três dimensões e estas, simultaneamente, foram tomadas como meios de interpretação e representação do passado local. Tornaram-se dimensões auxiliares ou chaves interpretativas na percepção da dinâmica temporal mediada pela categoria de progresso. Vale ressaltar que, apesar de abordamos essas três dimensões separadamente e de modo distinto, as mesmas não se desvinculam ou ocorrem separadamente na prática.

nação da FECA no sentido de levar aos alunos de sua área o ENSINO DA HISTÓRIA DE ANÁPOLIS." (PRÓTTIS, s/d: II).

a) Mudança constante

A maior parte deste trabalho se situa em torno da ideia de mudança. Conceituá-la novamente pode parecer dispendioso, con-

tundo, será preciso ressaltar mais alguns pontos relativos a este termo para o compreendermos enquanto um modo de percepção temporal ou como a mudança foi tomada como um modo de interpretação do passado local. Do ponto de vista filosófico, mudança associa-se – quando não é tomada como sinônimo – a movimento. Na definição aristotélica "tudo o que se move é movido por alguma coisa" (ABBAGNANO, 2007, p. 686), nas narrativas históricas locais, a mudança é percebida como algo inerente ao progresso; a mudança é entendida como fator de continuidade.

> A mudança de experiência, que in situ é sempre único, se efetua igualmente em distintos níveis temporais, a saber: no jogo de mudanças dos acontecimentos que produzem novas experiências concretas e espontâneas o que, mais lentamente, acumula experiências, as confirmam ou relaciona a modificações na rede relativamente constante de condições dentro das quais são possíveis os acontecimentos[59]. (KOSELLECK, 2001, p. 53).

As experiências acumuladas no decorrer dos anos, pautadas na ideia de uma mudança constante, tornaram-se, em nível local, um meio de se perceber a própria dinâmica temporal. A ferrovia, a luz elétrica, a imigração, a construção de capitais, a base aérea, o distrito agroindustrial, o crescimento demográfico foram fatores associados à modernização que não só influenciaram na dinâmica social

59 El cambio de experiencia, que in situ es sempre único, se efectúa igualmente en distintos niveles temporales, a saber: en el juego cambiante de los acontecimientos que producen nuevas experiencias concretas y espontáneas o que, más lentamente, acumulan experiencias, las confirman o reaccionan a modificaciones em la red relativamente constante de las condiciones dentro de las cuales son posibles los acontecimientos. (KOSELLECK, 2001: 53).

e estrutural da cidade, atingiram também o meio cultural e a maneira como a própria experiência do tempo foi percebida. Dessa forma, ao se construir uma narrativa sobre a história local, a ideia de uma mudança constante, em alguns casos, não foi tomada apenas como o desenrolar de uma cadeia de eventos concretos, mas uma maneira no qual a própria dinâmica temporal se desenvolve. Pensar a história local, então, seria pensar um passado marcado por constantes mudanças sob a ótica de um presente cambiante. "Sem dúvida não há um fator único de transformação, pois quando uma sociedade toma o caminho da mudança, uma dinâmica se põe em marcha e continua muito além das causas iniciais." (DORTIER, 2010, p. 428). Narrar a história local, assim, carecia de um modelo que tomasse a própria mudança como elemento organizador da trajetória temporal.

> Tempo, como mudança, adquire uma qualidade positiva, torna-se qualidade portadora de sentido. De ameaça a ser reelaborada historicamente, o tempo passa a ser percebido como qualidade das formas da vida humana, como chance de superar os padrões de qualidade de vida alcançados, como abertura de perspectivas de futuro, que qualitativamente além do horizonte do que se obteve até o momento. (RÜSEN, 2007, p. 58).

Em 1975, o professor Wilson Ferreira da Cunha foi convidado pelo periódico Correio do Planalto, para produzir um texto sobre a história da cidade. Anápolis: um enfoque histórico[60], foi publicado em edição especial em 31 de julho daquele ano[61], e republi-

60 Este trabalho também foi publicado em Estudos Goianienses. Goiânia, Editora da UCG, ano IV, nº 6, p. 71-78, 1977.

61 Na mesma edição também foi publicada uma parte do artigo escrito por Maria de Sousa França para o VII Simpósio Nacional dos professores universitários de história, realizado em Belo Horizonte, em 1973, e publicado no ano seguinte pela ANPUH.

cada no ano seguinte, em comemoração ao aniversário da cidade. Segundo os editores do periódico:

> A partir de hoje toda a equipe do jornal estará concentrada no trabalho de conclusão da edição que deverá circular com mais de 40 páginas, trazendo várias informações sobre a cidade num dos mais criteriosos levantamentos históricos já feito para Anápolis. (Correio do Planalto, 21/30-07-1975).

A edição trazia aspectos da sociedade anapolina da década de 1970 e artigos sobre os aspectos históricos da cidade, com destaque para o ano de 1957, com um texto rememorando a Revista A Cinquentenária, escrito por Raul J. Santos, que destacava: "a última vez que tivemos oportunidade de escrever alguma coisa sobre o aniversário de Anápolis foi em 1957, época da comemoração de seu cinquentenário." (Correio do Planalto, 31-08-1975). Santos faz um comparativo dos 18 anos que separavam as duas comemorações e conclui que "Anápolis hoje superou muitas vezes a distância cronológica que a separa de 1957." (Correio do Planalto, 31-08-1975). No mesmo tom Wilson Ferreira da Cunha, faz um comparativo da cultura dos anos cinquenta e a de então, ciente da "onda nostálgica" que, segundo o autor, caracterizava a sua época, "não é por causa da atual onda nostálgica que assola o mundo inteiro, mas na verdade, naqueles tempos, as pessoas se entendiam e divertiam completamente, ou quase completamente" (Correio do Planalto, 31-08-1975).

O texto de Wilson Ferreira Cunha configura-se como um pequeno "ensaio" que parte de uma interpretação e reestruturação do trabalho de João Luiz de Oliveira, Subsídios à História de Anápolis. Em termos estruturais, os textos são similares, o que muda subs-

tancialmente, é a forma como os dois autores trabalham o sentido e o conceito de História. O trabalho de Cunha, no entanto, obedece a determinados critérios metodológicos e busca estabelecer um sentido lógico à experiência do tempo. Ambos foram divulgados em publicações destinadas aos cidadãos, em época de comemoração do aniversário da cidade e em momentos de mudanças na estrutura e na econômica da cidade: em 1957, a cidade vivenciava as expectativas relativas ao início das obras da construção de Brasília, que afetou diretamente no cotidiano da cidade; em 1975, em termos econômicos a cidade estava em processo de instalação do Distrito Agroindustrial de Anápolis (DAIA), que foi inaugurado no ano seguinte. Não só no texto em questão, mas em outras reportagens destinadas a comemorar os 68 anos da cidade, encontram-se referências ao passado da cidade imbuídas de expectativas e interpretações submersas ao contexto do período. Logo, na primeira página desta edição – vale relembrar que uma edição comemorativa – referem-se à cidade como:

> Nascida, segundo a tradição oral, sob a inspiração de Santana, e forjada na senda do progresso por homens vindos de todos os quadrantes do país e mesmo do exterior, Anápolis é atualmente uma das mais importantes cidades brasileiras, destinada a ocupar lugar mais importante ainda no futuro, dado amor e dedicação que lhe dedicam todos os seus habitantes, natos ou por adoção, enamorados que são pelas suas coisas. (Correio do Planalto: 31-07-1975).

O passado da cidade e a sua formação histórica são tomadas como um meio de interpretação que tem como fim não só explicar o presente, mas atestar as possibilidades do futuro. "O presente entra no campo tenso da transição de uma à outra. Esse caráter de transi-

ção é destacado nos processos e acontecimentos do passado, historicamente lembrados, como portador de sentido." (RÜSEN, 2007, p. 59). O sentido imposto ao passado da cidade está intimamente ligado ao conceito de progresso: o tempo é percebido como uma mudança constante, todavia, essa mudança não levaria a um futuro obscuro, mas a realização de um "destino", de um futuro ainda mais "grandioso" do que era compreendido como presente e do que era interpretado como passado.

A abordagem de Cunha segue os princípios do materialismo histórico-dialético, o qual é denominado como análise "metalógica" da história. O autor defende que a função da História – uma história que deveria ser escrita de forma crítica e científica – era registrar a realidade histórica, capturar o passado e transporta-lo de forma fiel para o texto escrito mediante métodos científicos. Afirma o autor que: "Escrever história, é antes de tudo, dizer a verdade. Não se pode ser descritiva nem tampouco pragmática ou didática, mas sim científica: o exame e análise crítica dos acontecimentos político-sociais e econômicos." (Correio do Planalto, 31-07-1975). A busca da "verdade histórica" visava revelar o passado, expurgar o presente e restabelecer o futuro. Procurou enfatizar a necessidade de se desvincular, dentro da produção historiográfica, o passado bandeirante ao contexto social do momento. Seu texto enfoca as mudanças políticas e econômicas do município e ao mencionar a importância da História ressalta a necessidade de se construir uma "outra" história, já que se vê na "historiografia brasileira são os jargões acadêmicos e um conceito histórico ultrapassado, baseado numa linguagem oficial, mitológica e oligárquica." (Correio do Planalto, 31-07-1975). Procurou, então, explicar os acontecimentos na história local ligan-

do-os a fatos ocorridos a nível nacional, como é possível notar em sua interpretação sobre a instalação da freguesia:

> Nesta ocasião, em todo o país, a formação de povoamentos representava um papel tão importante para as regiões onde se concentravam, que os senhores proprietários de terras e autoridades oficiais concediam vantagens especiais para a sua instalação. Por causa disto, a elevação de povoado de Sant'Ana da Antas não teve obstáculos significativos e, foi, naturalmente alcançado o intento por que a causa era justa e favorecia a todos e a toda a região. (Correio do Planalto: 31-07-1975).

Mesmo em uma tentativa de fugir dos modelos que, em sua opinião, ainda vigoravam na historiografia nacional, sua compreensão histórica tem suas bases fundadas no futuro, em um futuro diferente ou no ainda não presente. O ataque feito a História pelo autor, não foi meramente direcionado ao passado relatado em escritos históricos, mas ao próprio presente, ou melhor, as estruturas políticas estabelecidas no município pelo regime militar. Anápolis, naquele período, por ser "área de segurança nacional" – devido a instalação da Base área em 1973 – não podia eleger o prefeito municipal por meio de eleições diretas, sendo este nomeado pelo governo federal.

A autonomia administrativa e as possibilidades de desenvolvimento da região eram ameaçadas pela instabilidade política gerada pela intervenção federal, já que os interventores nomeados pelo governo, segundo o autor, não conheciam os problemas e nuances da realidade local. Visto pelo enfoque político, a construção de Brasília, esperada ansiosamente anos antes, mostrou-se uma faca de dois

gumes: se por um lado, "projetou" Anápolis no cenário nacional, por outro lado, trouxe uma instabilidade política, de 1973 a 1985, a cidade teve nove prefeitos nomeados.

> Esse pouco tempo para cada prefeito impedia um projeto conseqüente para a cidade, além de gerar constantes crises políticas, pois era um governo não referendado pelo voto popular. Com isso, a instabilidade política determinava a rotatividade do poder, muito dependente da pressão da elite conservadora anapolina e da boa vontade do Governador, que nesse mesmo período, também, era indicado pelos militares. (POLONIAL, 2007, p. 112).

A ideia de progresso implícita no artigo de Cunha também está associada ao desenvolvimento urbano. Todavia, esta não era vista como um modelo que seguia uma espécie de ordem natural, o desenvolvimento só poderia ocorrer se uma nova classe, mais capacitada ao cenário que se constituía, assumisse o poder. Dessa forma ele concebe a estrutura política local (mais uma vez ligando-a ao âmbito nacional) do início do século XX da seguinte forma:

> Em primeiro lugar, as formas políticas tomadas quer na regulamentação das relações entre pessoas, quer na organização da superestrutura política, não foram em absoluto uniformes, variando de lugar para lugar e de época para época, isso, de acordo com a região e em todo o país. Em segundo lugar, e por causa disso, permaneceram nas regiões centro-oeste brasileira estágios políticos bastante atrasados das formas que estavam que estavam evoluindo nas regiões costeiras do país. (Correio do Planalto, 31-07-1975).

Wilson Cunha avalia a evolução da cidade de Anápolis, através de modelos exteriores à realidade local. A solução para o atraso da região estava situada na industrialização, as mudanças políticas poderiam então ser explicadas por este viés. Para Cunha, o coronelismo entra em decadência em Anápolis por volta de 1930, com o fortalecimento do comércio local. O coronelismo, "ainda que dinâmico nos primórdios, aos poucos, foi perdendo a capacidade de se identificar com a nova realidade." (Correio do Planalto, 31-07-1975). É interessante notar que, mesmo citando a década de 1930 como a queda do coronelismo, o autor não cita as mudanças políticas ocorridas a nível nacional, para ele,

> O constante crescimento de demanda global da economia de Anápolis acabou por romper o arcabouço político do coronelismo. Era o início da expansão comercial e industrial da cidade. A consequência direta destes acontecimentos foi a entrada no cenário da política local de uma nova classe – a burguesia comercial e industrial. (Correio do Planalto, 31-07-1975).

A modernização, representada pela expansão comercial e industrial da cidade e pela ascensão da burguesia, também comercial e industrial, na interpretação, de Cunha, é tomada como um fator de interpretação da mudança temporal e da construção narrativa sobre a história local. A história é compreendida como uma mudança constante, e os sujeitos históricos, representados no conceito de classe, como personagens mais ou menos aptos a se adaptarem a esse conjunto de mudanças. O autor chega a citar a mudança da capital estadual, Pedro Ludovico e Mauro Borges como personagens que contribuíram para a queda do coronelismo e inicio da indus-

trialização do estado, todavia, muito embora sejam colocados como coadjuvantes de uma superestrutura maior. Tomando como modelo interpretativo o materialismo-histórico, no qual "os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado" (MARX, 2008, p. 19), a visão de Cunha não se mostra tão otimista como a de João Luiz de Oliveira, na qual "os homens constroem cidades da noite para o dia" (A Cinquentenária, 1957, p. I). Segundo Wilson Cunha, só chega ao poder a classe social mais apta às novas condições econômicas.

> Anápolis também acompanha a ascensão da industrialização do Estado, inserida com nova energia a partir dos anos 70.
>
> Com a perda da hegemonia política do município por parte dos coronéis, o poder político passa lenta e ininterruptamente para as mãos da burguesia comercial e industrial da cidade. São eles, os únicos capacitados para desempenhar a nova tarefa de impulsionar a nova realidade político-econômica e social de Anápolis. (Correio do Planalto, 31-07-1975).

O tema industrialização, a exemplo do panorama nacional, era compreendido como a maneira na qual a cidade poderia desenvolver-se plenamente. Os anúncios presentes em edições de aniversário demonstram como o comércio local compartilhava da visão de progresso que fundamentava as narrativas sobre a história local. Como podemos perceber nos seguintes anúncios:

Inaplá: Industria Anapolina de Plásticos:

Sempre acreditamos no progresso de Anápolis. E em seu desenvolvimento industrial. Antes como hoje, estamos confiantes que a industrialização é a opção para o bem estar da comunidade. Pioneiros em vários ramos, continuaremos crescendo com Anápolis. . (Correio do Planalto, 31-07-1976).

Sarkis Imóveis Ltda.:

O progresso é muito bom.

Todo mundo gosta de progresso.

Com ele vem número maior de escolas, mais conforto, mais e melhores empregos, melhor alimentação e bem estar para toda a população.

Sarkis Imóveis Ltda. orgulha-se de estar participando do progresso de Anápolis, no ano de seu 68º aniversário. (Correio do Planalto, 31-07-1976).

Pneus Brasil Ltda:

A partir de 31 de Julho de 1907, estava decididamente sendo mudado o curso da História de Goiás. Surgia Anápolis, com pujança de seus filhos voltada para o trabalho, para o desenvolvimento e auto-afirmação no contexto econômico do Estado. Hoje, 69 anos depois, os mais longínquos rincões da Pátria se voltam para Anápolis, para a sua nítida caminhada rumo à industrialização, à sua emancipação como núcleo industrial do Estado de Goiás. (Correio do Planalto, 31-07-1976).

Terrada mecanização agrária Ltda.:

> Os frutos que hoje são colhidos representam 69 anos de trabalho, de amor à terra e desprendimento que consolidam o nosso progresso.
>
> Aqui plantamos a semente do futuro, com a certeza de vê-la germinar por que a terra de Santana das Antas é o início de uma era de abundância e desenvolvimento. (Correio do Planalto, 31-07-1976).

Conplaven: Consórcio Planalto de Veículos Nacionais:

> O desenvolvimento se prende ao trabalho, à confiança de uma comunidade que acredita em seus filhos, no futuro construído pelo desprendimento daqueles que aplicaram aqui as suas economias, acreditando que Anápolis seria o marco de progresso no Planalto Central. (Correio do Planalto, 31-07-1982).

Cerealista Constante:

> Crescimento constante.
>
> Das antigas e pequenas casas do povoado de Santana das Antas, Anápolis hoje se caracteriza pelas grandes edificações, crescendo para os lados e para o alto, sobrepujando às mais otimistas previsões dos anapolinos de ontem.
>
> O nosso desejo é que esse crescimento possa ser uma constante, são os nossos votos quando a cidade comemora os 75 anos de emancipação política. (Correio do planalto, 31-07-1982).

Associação Comercial e Industrial de Anápolis:

> Ao completar seu 76º aniversário de emancipação política, percorrendo ao longo destes anos o caminho do progresso e do desenvolvimento, consolidando-se como maior centro industrial-comercial do interior goiano (Correio do Planalto, 31-07-1983).

Como se pode perceber, portanto, a construção de um discurso identitário comercial e industrial para cidade de Anápolis remete-se aos idos de 1930, com a chegada da ferrovia, em 1935, e com o aumento da quantidade de máquinas de beneficiamento de arroz e café na região. Na década de 1950 a cidade já era colocada pelo meio político e empresarial como uma cidade predominantemente comercial e industrial. Esse discurso consolidou-se no decorrer da década de 1970 com a implantação do Distrito Agroindustrial de Anápolis (DAIA). A realização deste empreendimento foi responsável pela redefinição do perfil econômico do município. Abriu um novo horizonte de expectativas em relação ao futuro da cidade e, em contrapartida, "remodelou" o modo como era percebida a trajetória histórica local até então.

b) Predestinação

Na edição de 31 de julho de 1975, do periódico o Correio do Planalto, foi publicado um artigo de Jarbas de Oliveira intitulado: Predestinação histórica. Nesse artigo, o autor lamenta a incapacidade da administração municipal em acompanhar as novas neces-

sidades que se faziam presentes para o desenvolvimento da cidade, que a exemplo de Goiânia e Brasília, também havia recebido "os bafejos de modernização e progresso". Diante dessa situação econômica apresentada pelo autor, prenuncia também ecos de esperança:

> Mas, as cidades, assim como os homens tem cada qual, a sua predestinação [grifo nosso]. E Anápolis, não foge à regra. Em sua caminhada, rumo ao futuro, tem realizado conquistas memoráveis e se prepara para seguir avante, com a mesma galhardia, com o mesmo desassombro, com a mesma firmeza, repetindo, no tempo e no espaço, os feitos que enobreceram as páginas de sua história político-social. (Correio do Planalto, 31-07-1975).

Os motivos para esse otimismo em relação ao futuro são apontados pelo autor ao final do artigo:

> Com muito trabalho, teremos dentro em breve, a nossa universidade e caminhamos para a instalação de novos cursos de níveis médio e superior.
>
> Nosso parque industrial, incipiente, no momento, será, logo mais, um dos maiores do Centro-Oeste. (Correio do Planalto, 31-07-1975).

O uso do termo predestinação como elemento construtor de sentido das carências de orientação temporal nos casos estudados, confunde-se muitas vezes com outros termos como vocação e/ou redenção. Os mesmos, independente de sua acepção religiosa, encontraram-se ligados ao papel que a cidade assumira junto ao desenvol-

vimento econômico regional, inicialmente associado com a estrada de ferro e a seu desenvolvimento como entreposto comercial e, a partir da década de 1970, ao processo de industrialização. Por meio de uma perspectiva histórica, o processo de industrialização local ajudou a consolidar uma interpretação temporal que se assemelhava, em alguns momentos, à ideia de destino manifesto. A terminologia utilizada para designar a importância do DAIA para a cidade ancorava-se em acepções de cunho religioso. Todavia, assim como observou Feres Júnior em relação à ideia de destino manifesto comparada às teorias da modernização no âmbito norte-americano, "a fraseologia escatológica, religiosa e belicosa cedeu lugar à noção de um processo modernizador secular, de tipo similar ao encontrado em algumas teorias iluministas de progresso histórico." (2005, p. 129). Conforme reitera o autor:

> Enquanto o Destino Manifesto precisa apelar para Deus para produzir sentido, a teoria da modernização faz uso de evidências tais como níveis de industrialização, analfabetismo, educação, urbanização, democracia, etc. – coisas que são produto da atividade humana. (FERES JÚNIOR, 2005, p. 281).

O uso de termos de cunho religioso associados à ideia de progresso, no caso de Anápolis, simbolizava a consolidação de um determinado perfil histórico, compreendido inicialmente como fase preparatória: a sua importância comercial nos anos trinta e quarenta; e, posteriormente, a partir do advento de uma nova etapa para o município: o surgimento de um grande polo industrial que, sob a ótica local, marcaria não só a história local, mas proporcionaria novos rumos também à história de Goiás. "Inaugurado em 9 de no-

vembro de 1976, o DAIA tem a missão de contribuir para o permanente crescimento do setor industrial de Anápolis e de Goiás." (Correio do Planalto, 31-07-1982). Dez anos após a inauguração do distrito, o então Secretário da Indústria e do Comércio do Estado de Goiás, José Marreto, proclamava: "ANÁPOLIS, hoje vive um dia histórico. O Estado de Goiás comemora 10 anos de existência do seu primeiro distrito industrial. Marco inicial de uma etapa da História Econômica de Goiás." (MARRETO, 1986).

O termo predestinação associasse historicamente a doutrina cristã, "é a escolha que Deus faz dos eleitos, daqueles que se salvação" (ABBAGNANO, 2007, p. 787) defendida teologicamente por nomes como Aurélio Agostinho e retomada por Calvino durante a reforma protestante. Para o calvinismo, "por decreto de Deus, por manifestação de Sua glória, alguns homens e anjos são predestinados à vida eterna, e outros são fadados à morte eterna." (WEBER, 2006, p. 84). Segundo a clássica análise de Weber, o sucesso comercial ou econômico era tomado pelos adeptos dessa doutrina como critério para se conhecer os possíveis preteridos de Deus, isso influenciou simultaneamente no desenvolvimento do próprio capitalismo. (WEBER, 2006, p. 91). No caso de Anápolis, a ideia de predestinação não foi tomada em seu sentido puro, mas de modo metafórico como um critério de interpretação e organização temporal, no qual o momento histórico vivenciado pela cidade na década de 1970, foi compreendido como a confirmação ou realização de algo que já se encontrava implícito na própria história local: a industrialização. Um ano após a publicação do supracitado artigo de Jarbas de Oliveira, o Correio do Planalto publicou o texto: Vocação industrial[62], de auto-

62 A ideia de vocação industrial atribuída à Anápolis também faz alusão à vocação agrope-

ria do ex-prefeito Henrique Santillo:

> Considerado por muitos como o verdadeiro propulsor da industrialização de Anápolis, o médico Henrique Santillo foi responsável pela criação da mística que envolveu a cidade, tornando irreversível a construção do Distrito Industrial. (Correio do Planalto, 31-07-1976).

Em sua acepção religiosa, vocação, significa "o único modo de vida aceitável por Deus não estava na superação da moralidade mundana pelo ascetismo monástico, mas unicamente no cumprimento das obrigações impostas ao indivíduo pela sua posição no mundo." (WEBER, 2006, p. 70). A vocação atribuída "historicamente" à cidade de Anápolis, obedecendo aos mesmos critérios da ideia de predestinação histórica: dentro da formação histórica do município estaria contido os indícios de que a cidade se consolidaria a partir da industrialização. Segundo Henrique Santillo:

> Anápolis cresceu como entreposto comercial, vocacionando-se, desde bem cedo, como polo de desenvolvimento de vasta região do Estado, compreendida, sobretudo, além dos municípios limítrofes, por um cone aberto e extendendo-se (sic) para o norte, cobrindo todo o vale do São Patrício e alcançando as regiões do médio e extremo do norte goiano. (Correio do Planalto, 31-07-1976).

Na concepção defendida pelo autor, que segue os critérios das narrativas históricas produzidas até então sobre a cidade, a vocação da cidade estava associada ao desenvolvimento do estado de uma forma geral. Inicialmente como entreposto comercial, ponto final

---

cuária atribuída ao estado de Goiás após o período aurífero.

da ferrovia, centro beneficiador de arroz e suporte na construção de Goiânia e de Brasília que elevou em Anápolis "as primeiras chaminés e olarias"; esses empreendimentos, segundo o autor, "tornou possível o surgimento de suas primeiras indústrias, determinando sua expansão urbana (construção civil) e criando novos emprêgos." (Correio do Planalto, 31-07-1976). A construção do DAIA, não só proporcionaria o desenvolvimento econômico local, mas "recolocaria" a cidade em seu "lugar de direito": como um das mais importantes cidades histórico e economicamente do estado. Ou como destacaria José Marreto dez anos depois: "A vocação industrial [grifo nosso] da 'capital econômica de Goiás' seria o carro chefe para estimular a industrialização do Estado." (MARRETO, 1986).

A construção do DAIA (como sinônimo de industrialização), nessa perspectiva, não foi interpretada como uma mera consequência de um processo histórico, mas ao contrário, era dentro desse processo que se poderia encontrar elementos que o prenunciavam. As manifestações de progresso no decorrer da história local tinham naquela obra o seu ápice: "DAIA: arrancada final do progresso da cidade. (...) o DAIA significa para esse município um crescimento que só obteria em 50 anos, se mantivesse esse ritmo de crescimento." (Correio do Planalto, 01/06-11-1976). A industrialização local, com o início das obras de construção do DAIA, passou a ser apontada como a consolidação de uma predestinação histórica ou a realização de uma vocação industrial.

Seguindo esse ponto de vista, o Correio do Planalto publicou, ainda em 1976, o texto História econômica de Anápolis, de autoria de George Duarte. O objetivo deste trabalho, divulgado

ao longo de oito edições do supracitado periódico, era traçar um perfil da economia da cidade e esclarecer os motivos históricos que levaram a cidade a receber tal empreendimento. Esses motivos são evidenciados na concepção de história apresentada pelo autor logo no início do texto. O mesmo compreende a história como a que dá resposta ao presente investigando o passado:

> Porque Anápolis é considerada a capital econômica de Goiás? Porque grande área da região Centro-Oeste está sob a sua influencia comercial? Que fatores contribuíram para isso? São perguntas, que para serem respondidas, tem-se a necessidade de voltar ao ponto de origem da história anapolina, remontando desde a época em que se iniciou o povoamento de Sant'Ana das Antas e estendendo-se até os dias atuais. (Correio do Planalto, 09/15-08-1976).

Baseado nessa concepção de história, Duarte constrói um discurso que coloca o DAIA não só como um projeto do governo federal, mas como fruto da luta e reivindicação de toda a sociedade local, como a realização de sonho cultivado ao longo dos anos[63].

> Anápolis tem com o seu Distrito Agro Industrial, a realização de sua aspiração maior, a industrialização. Funcionando como porta para a integração da Amazônia, ponto estratégico

63 Em fins de 1967, o Governo Estadual tinha definido pela instalação de uma "cidade industrial" em Senador Canedo, próximo a Goiânia. O então Deputado Estadual, Ursulino Leão, encaminhou um projeto de Lei à Assembléia Legislativa transferindo a "cidade industrial" para Anápolis. (FREITAS, 1995: 62). A princípio a proposta de Ursulino Leão foi negada, mas em 18 junho de 1968, o governo estadual resolveu sancionar sua proposta. Em solenidade promovida pela AIA e pela ACA, o governador interino Osires Teixeira, assinou o decreto que criava o Núcleo Industrial de Anápolis. No dia seguinte, a prefeitura sancionou a Lei Municipal nº 111, que autorizava a desapropriação de terrenos para a instalação de indústrias.

> entre duas importantes capitais, a cidade parte agora para ser um legítimo eldorado brasileiro, para onde as setas se convergirão, fazendo nascer no Planalto Central o primeiro grande parque industrial. E tudo isso deve-se à determinação e espiração de seu povo que nunca abriu mão se suas reivindicações. O sonho anapolino desejava e deseja uma cidade industrial, e como tal Anápolis nunca poderia deixar de ser. (Correio do Planalto, 01 /06-11-1976).

O autor constrói também uma visão utópica do passado da cidade, procurando narrar o processo de modernização local como o mais humano/humanista possível. Desta maneira, apesar de se encontrar em desvantagem tecnológica em relação aos grandes centros, poderia, ao mesmo tempo, tomar deles "exemplos" que poderiam assim criar uma versão "melhor" do seu processo de desenvolvimento. Devido ao seu rápido crescimento, Anápolis recebeu a denominação de "Manchester Goiana", fazendo-se uma alusão à cidade inglesa que prosperou durante a Revolução Industrial no século XIX. Esse tipo de associação não foi exclusividade da cidade de Anápolis, Moura destaca que inúmeras cidade brasileiras tomaram para si este título, como foi o caso de Sorocaba, em São Paulo, Juiz de Fora, em Minas Gerias, ou São Gonçalo, no Rio de Janeiro, Joinville, em Santa Catarina, e São Luiz do Maranhão, que reivindicaram o título de "Manchester Brasileira" (2012, p. 23). Entre essas cidades, apesar de suas particularidades, houve um elemento em comum: o processo de modernização ocorrido nessas respectivas regiões, ligados à industrialização ou a instalação do transporte ferroviário.

A cidade mineira de Juiz de Fora, por exemplo, possuía uma trajetória histórica marcada pela industrialização. Sampaio des-

taca que até os padrões arquitetônicos da cidade se assemelhavam aos britânicos:

> O auge desta identificação ocorreu entre as décadas de 1880 e de 1930 quando esta cidade foi considerada o principal pólo industrial da região e um dos mais significativos do país. Em um dado momento do final do século 19, Juiz de Fora foi denominada "Manchester Mineira" em função da proliferação de fábricas com aspectos semelhantes aos padrões arquitetônicos britânicos. (2012, p. 70).

Em São Gonçalo a expressão começou a ser utilizada pelo médico e memorialista Luiz Palmir. Fernandes destaca que a expressão "Manchester Fluminense, era muito conhecida, difundida e esgrimida para ressaltar a pujança da riqueza econômica local, mas nem por isso menos passível de questionamento." (2009, p. 42). Segundo o autor, o termo foi utilizado para designar o avanço industrial ocorrido na cidade entre as décadas de 1940 e 1950, o mesmo período, entretanto, foi marcado inúmeras manifestações por partes de trabalhadores industriais.

No caso da cidade paulista de Sorocaba o episódio que originou o título de Manchester Brasileira à cidade, segundo Pinto Júnior, se ocorreu em janeiro de 1905, durante a inauguração dos trabalhos para a construção de uma usina hidroelétrica, realizada pela Empreza Elétrica de Sorocaba, junto à cachoeira do salto de Itupararanga. Na ocasião, o então superintendente da Estrada de Ferro Sorocabana, Alfredo Maia, responsável por ter revitalizado a ferrovia, proferiu um discurso que se tornaria célebre na região e mencionado no jornal O 15 de Novembro de 10-07-1905:

> agradeceu, comovido, a significativa manifestação que fazia o povo desta terra que é o berço da Estrada Sorocabana. E passando a referir-se ao desenvolvimento da futurosa via ferrea, affirmou o illustre orador que dentro de não muitos annos, ligada a Matto Grosso, ao Prata, ao Paraguay, será ella a primeira do Brasil. E quando tiver attingido a esse desenvolvimento, quando tudo isso se realisar, disse o orador, Sorocaba será a Manchester Brasileira. E não é isso exagero; a um povo intelligente emprehendedor e generoso como o sorocabano, disse o sr. dr. Maia, pode-se augurar um brilhante futuro. Terminou o illustre manifestado seu discurso entre enthusiasticos applausos, saudando a grandeza, o futuro, a gloria de Sorocaba. (PINTO JÚNIOR, 2003, p. 72).

Segundo Pinto Júnior, essa denominação foi tomada pela elite local não só como um sinônimo do desenvolvimento local, mas também como uma forma de romper com o passado ligado a falta de saneamento básico e as constantes epidemias de febre amarela ocorridas na cidade que "amarela expulsaram os compradores e vendedores de Sorocaba e deslocaram a passagem para a região periférica da cidade." (PINTO JÚNIOR, 2003, p. 59).

A cidade catarinense de Joinville, por sua vez, obteve este título somente na segunda metade do século XX:

> Entre as décadas de 1950 e 80 a cidade transformou-se em um dos principais polos industriais do Brasil, atraiu trabalhadores vindos de todo o Sul para trabalhar nas empresas que já se tornavam referência nacional e internacional, chegando a ficar conhecida como a "Manchester Catarinense" na década de 1970. (Joinville

em dados 2013).

No caso, de Anápolis, George Duarte interpreta esse cognome de maneira peculiar:

> Tomando de outro ponto e incorrendo por um lado mais social e opinativo, é preciso lembrar que Anápolis, de maneira alguma pode ser comparada em seus alicerces econômicos àquela cidade inglêsa. Manchester prosperou à custa de esforços humanos descrevendo uma realidade verdadeiramente criminosa, realidade esta que não coincide com a anapolina que foi construída com trabalho ordenado e de espontaneidade de um povo. (Correio do Planalto, 09/15-07-1976).

Em termos estruturais, o texto de Duarte divide a história local em quatro fases distintas: 1. das origens do povoado de Sant'Ana das Antas, à sua elevação a condição de cidade em 31 de Julho de 1.907; 2. de 1907 à 1935; 3. de 1935 à 1950; e uma última fase de 1950 à década de 1970. Destacando a inauguração do DAIA como um importante elemento desta última fase. Segundo o autor:

> Uma cidade como Anápolis que desde os primeiros anos de sua existência mostra uma economia em franca expansão e nítida tendência para industrialização, dificilmente deixaria de ter realizado seus projetos industriais. Ainda mais quando se acrescenta para esta cidade uma ótima posição geoeconômica e alvo de uma marcha para o eldorado brasileiro. (Correio do Planalto,1/06-11-1976).

O texto de Duarte não visava, como se propunha, somente a narrar a história econômica da cidade, mas divulgar e construir um

discurso que elucidasse junto à população a importância do DAIA, sendo apontado em algumas edições como a "redenção industrial de Goiás" (Correio do Planalto, 04/11-08-1978). A Revista local Imagem Atual, ao estabelecer um perfil histórico da cidade, chegou a afirmar, em julho de 1986, que "com o DAIA, Anápolis readquiriu sua condição de arco e símbolo da pujança econômica em Goiás." (Imagem Atual, 07-1986, p. 07). O Distrito teve dificuldades para se consolidar economicamente, o discurso otimista e progressista que marcava a construção de tal empreendimento escondia uma preocupação sobre as possibilidades de sucesso do mesmo. O temor em não ocupar o parque industrial era uma constante nos primeiros anos após a inauguração do empreendimento:

> Nesta oportunidade em que o Distrito Agroindustrial de Anápolis comemora mais um ano de inauguração deixamos aqui nossos votos de que todos os goianos, governantes e governados, dêm as mãos e, num esforço comum, trabalhem visando à ocupação desta grande obra dos goianos. (Correio do Planalto, 06/12-11-1982).

O projeto era inovador para a região: o primeiro distrito industrial do Brasil Central. Todavia, após inaugurado, o grande empreendimento parecia mais um "elefante branco" que corria sérios riscos de não cumprir com as expectativas geradas em torno de si, que só começaram a se consolidar ainda lentamente a partir de 1984 com a criação, através da Lei nº 9.489, do Fundo de participação e fomento à Industrialização do Estado de Goiás (FOMENTAR). Ainda assim, determinadas expectativas ainda geravam incertezas, 10 anos após a inauguração do DAIA o progresso e o desenvolvi-

mento do local ainda era uma espera. Como é possível perceber em manchetes de uma revista local. "DAIA – agora ou nunca" (Imagem Atual, 04-1986, p. 05) ou "Agora é a vez de Anápolis?" (Imagem Atual, 04-1986, p. 35). Mesmo com os problemas em relação instalação de empresas no local, os discursos que o colocavam como um dos grandes polos econômicos do Centro-Oeste oscilavam, mas não mudavam totalmente de tom. As incertezas e esperas em relação ao futuro se tornaram o ponto de Arquimedes quando se pensava a história da cidade sob a perspectiva de sua industrialização. A predestinação histórica da cidade desembocava na industrialização local, "preparada intuitivamente". Para constatar isso, segundo essa perspectiva, bastava voltar os olhos para o passado:

> ANÁPOLIS já se projetava no cenário econômico brasileiro como construtora de duas capitais, Goiânia e Brasília, e grande centro de beneficiamento de arroz, verdadeiro celeiro deste importante cereal em Goiás. Esses fatos propiciaram o surgimento de uma mentalidade industrial e o crescimento comercial da cidade, trazendo benefício aos diversos segmentos econômicos de Anápolis. Tudo isso era uma preparação intuitiva, embrionária, do nascimento do DAIA. (MARRETO, 1986).

Essa interpretação da história local, que tomava a cidade como historicamente industrial, mais do que uma ferramenta retórica utilizada em discursos políticos, foi reafirmada constantemente nas páginas do Correio do Planalto, e consolidou-se como uma maneira de se interpretar a formação histórica local, que passou a ser percebida como uma escala industrial, de suma importância desde seus primórdios:

> O prestígio industrial de Anápolis vem desde os anos 30. Quando nascia Goiânia, suprindo duas necessidades de materiais industrializados, para sua crescente obra de edificação, aqui em Anápolis, esta cidade já tinha uma embrionária consciência de produção. Pequenas empresas, indústrias primárias, ainda no ABC da produção, se sobrepunham às dificuldades e percalços de um centro abastecedor da Capital Menina. (Correio do Planalto, 31-05-1976).

Os eventos ocorridos no decorrer da história local foram tomados dessa forma como etapas de um processo, que não só desembocaram na instalação de um distrito industrial na cidade, mas que demonstravam a presença de um espírito empreendedor pioneiro, uma vocação, que inseria até mesmo a iniciativa privada como parte desse processo histórico: "Estas etapas de desenvolvimento das empresas de iniciativa privada em Anápolis faz parte de um processo em evolução que vem premiar um esforço pioneiro de industrialização, emanado da vocação sempre progressista da gente anapolina." (Correio do Planalto, 31-05-1976). Essas ideias, constantemente presentes nas narrativas históricas locais e em discursos políticos e jornalísticos consolidaram-se como uma das principais vias tomadas para se pensar a formação histórica do município.

c) Repetição

Depois de se falar em mudança constante e em predestinação parece contraditório tratar o tema da repetição. Contudo, essa

prefigura também como uma chave interpretativa das narrativas históricas locais. "Hegel observa em uma de suas obras que todos os fatos e personagens de grande importância na história do mundo ocorrem, por assim dizer, duas vezes. E esqueceu-se de acrescentar a primeira como tragédia, a segunda como farsa." (MARX, 2008, p. 19). Deleuze afiram que tal assertiva foi insuficientemente compreendida pelos historiadores, para o autor, "a repetição, em História, não é uma analogia ou um conceito da reflexão do historiador, mas, primeiramente, uma condição da própria ação histórica." (DELEUZE, 2006, p. 94). No pensamento historiográfico, ao menos para pretensões científicas da história moderna, "a singularidade dos eventos – principal premissa teórica tanto do historicismo como das teorias do progresso – não conhece a repetição e, por isso, não permite nenhuma indicação imediata quanto ao proveito das ações passadas." (KOSELLECK, 2006, p. 144). Para Heidegger, entretanto, a relação entre repetição e história situa-se na esfera existencial, "consiste em retomar, para o porvir, as possibilidades que já foram no passado: isso é Repetição" (ABBAGNANO, 2007, p. 853). Em Deleuze a repetição dos instantes é a própria condição do tempo enquanto presente vivido:

> O tempo só se constitui na síntese originária que incide sobre a repetição dos instantes. Esta síntese contrai uns nos outros os instantes sucessivos independentes. Ela constitui, desse modo, o presente vivido, o presente vivo; e é neste presente que o tempo se desenrola. (DELEUZE, 2006, p. 75).

A ideia de repetição na história, dessa forma, encontra-se intimamente associada à possibilidade de aprendizagem pela histó-

ria vivida ou ao menos a uma possível utilidade da história. "Isso quer dizer que a decisão autêntica, em que consiste a historicidade da existência humana, é uma R[epetição] ou, pelo menos (...), uma réplica de possibilidades passadas." (ABBAGNANO, 2007, p. 853).

> Tudo é repetição na série do tempo em relação a esta imagem simbólica. O próprio passado é repetição por deficiência e prepara esta outra repetição constituída pela metamorfose no presente. Acontece que o historiador procura correspondências empíricas entre o presente e o passado; mas, por mais rica que seja, esta rede de correspondências históricas só forma repetição por similitude ou analogia. (DELEUZE, 2006, p. 93).

Em meio a tantas mudanças ocorridas e exaltadas no decorrer da história local e a predestinação ou vocação industrial proclamada com a inauguração do DAIA nos anos setenta um tema, que não se configura como novidade, constantemente se repete: o progresso. Obviamente, ao falarmos em "repetição do progresso", não a fazemos em nível factual, mas estrutural: os eventos em si não se repetem, mas as estruturas ocorrem sempre em uma escala maior, evolutiva. O Correio do Planalto ao comparar em suas páginas a "cidade de ontem" e a "cidade de hoje" tem presente, em ambas, a ideia de progresso, que se repete a cada momento em uma escala maior. Como nesta mensagem do então prefeito Olímpio Sobrinho:

> Ontem e hoje, não importa o tempo, mas sempre com Deus, anapolinos de todos os municípios e de todos os estados, sírios-libaneses salpicados de gente de outras terras, todos, unidos, significando, simplesmente, a hospitaleira cidade de hoje comemora 75 anos de progresso

> e grandeza de um povo." (Correio do Planalto, 31-07-1982).

Além dos textos mencionados acima, o Correio do Planalto preocupou-se em elaborar edições especiais de aniversário da cidade. Outros textos buscaram também fazer uma síntese da história local, mas sem grandes inovações em relação a outras publicações. "Desse modo, a história demarca os limites para um futuro possível e distinto, sem que com isso possa renunciar às condições estruturais associadas a uma possível repetição dos eventos." (KOSELLECK, 2006, p. 145). Em sua maioria repetiam o mesmo esquema de contar as origens do município e destacar os fatores propiciaram o seu "rápido desenvolvimento" e fizeram com que despontasse, segundo os respectivos textos, como a mais importante cidade do interior goiano. Registrar a história local era uma preocupação assumida do periódico Correio do Planalto:

> Em nossas edições semanais, temos por lema ser um registro histórico da vida e dos anseios da comunidade do presente, para que, no futuro, nossa história já esteja contada em edições semanais. Na prese edição, pretendemos apresentar, mais do que nunca, um relato da vida de Anápolis, ontem e hoje. (Correio do Planalto, 31-07-1976).

Nesta mesma edição, o artigo Anápolis: um enfoque histórico, de Wilson Ferreira Cunha, publicado no ano anterior, foi novamente publicado na integra, os editores do periódico, contudo, não deixaram de enfatizar a importância daquela edição:

> Em matérias da equipe de redação, dos colaboradores, bem como vários artigos assinados

> por conhecidas personalidades da vida política, econômica e social de Anápolis, podemos dizer, sem falsa modéstia, que daqui para diante, qualquer trabalho que se queria fazer sobre a vida da cidade deverá, necessariamente passar por essa edição. (Correio do Planalto, 31-07-1976).

Mesmo publicações independentes a este periódico, como a revista Anápolis: ontem e hoje, de 1973, por exemplo, ao buscar relatar a história da cidade reproduziu na integra, obedecendo o mesmo padrão de formatação e conservando a mesma aparência, o texto publicado por João Luiz de Oliveira na revista A cinquentenária, de 1957. Em outra edição, de 1975, buscou ressaltar algumas características da história local, mas sem fugir ao padrão já recorrente na maneira de se pensar a formação histórica local. Em seus artigos temos exemplos como:

"Fronteira do futuro":

> Em situação geográfica invejável, entre a Capital Federal e uma das mais promissoras Capitais de Estado, altitude ideal e o melhor clima do Brasil, Anápolis desperta para o grande papel que lhe foi destinado na integração nacional.
>
> Ao lado de sua poderosa ação de verdadeiro dínamo econômico-industrial salienta-se a sua importante missão de entreposto comercial ligando o Centro-Sul à vasta área do Norte. (Anápolis: Ontem e Hoje, 1975, p. 01).

"Sua História, Seu Povo":

> (...) por volta de 1910, chegaram sírios, libanêses, palestinos, e jordanianos eram homens

> sadios de progresso, com a inauguração da ferrovia, Anápolis recebe impulso de grandes proporções. A antiga Antas dava um salto para a civilização. (Anápolis: Ontem e Hoje, 1975, p. 06).

Este mesmo padrão é recorrente em edições do Correio do Planalto. Em 1974, o periódico reservou um espaço em sua edição para apresentar os monumentos erguidos na cidade, comparar fotografias antigas com fotos recentes da cidade, ressaltar aspectos históricos e literários locais. Experiências vivenciadas em outras localidades não deixaram de instigar as novas expectativas e modelos de "moderno" que deveriam ser adotadas em Anápolis:

> Seguindo o exemplo de Brasília, onde cada indústria, tem o seu próprio setor, Anápolis procuraria superar suas limitações urbanísticas, e, dentro daquilo que for viável, concretizar os anseios do povo da terra, que é ter a sua cidade programada segundo modernos conceitos de divisão setorial. (Correio do Planalto, 31-07/08-08-1974).

O principal objetivo do periódico era demonstrar a evolução do município, o quanto esse se desenvolveu e cresceu, em termos econômicos e demográficos, nas últimas décadas e demonstrar as possibilidades positivas para o futuro, "tendo em vista o crescimento vegetativo, o progresso da cidade e ainda um novo fator: a vinda da Base Aérea." (Correio do Planalto, 31-07/08-08-1974). As demais edições buscavam apenas reforçar esse mesmo "padrão evolutivo" da cidade, destacando o quanto a cidade cresceu e as mudanças estruturais e políticas ocorridas no decorrer da história do município, sem apresentar, com algumas exceções, os autores dos respectivos artigos.

Na edição de 1982, o artigo, Anápolis de hoje: recado a Dona Ana das Dores, procurou quebrar a mera descrição histórica do município – embora a edição contasse com um artigo intitulado Enfoque Histórico. Por meio desse artigo, o periódico buscou construir um diálogo entre a Anápolis de então e a personagem, que segundo a tradição local, é uma das responsáveis pelo surgimento da cidade:

> Da velha Freguesia de Santana a Anápolis de hoje, os anos fizeram seu trabalho de remodelação, e a mão do homem alterou de tal maneira o perfil desta cidade, que dona Ana das Dores não reconheceria nela, hoje, o seu vilarejo. (...).
>
> Hoje agregados e catalogados num museu, os poucos remanescentes da nossa história jazem as velhas edificações que originaram esta cidade. (...).
>
> Mas Dona Ana sabe, dever saber, que somente de passado não se faz uma história. E Anápolis tinha esse destino, paralelo aos destinos de Goiânia e Brasília (...). Eles sonharam grandes sonhos este planalto, Dona Ana e Anápolis, pela posição, que ocupava, não deveria furtar-se aos apelos do progresso. (Correio do Planalto, 31-07-1982).

Podemos identificar nas páginas desse periódico um misto entre mudança e conservadorismo, entre a busca pelo progresso e a manutenção de determinadas tradições. O mesmo progresso que despertava a curiosidade e as expectativas em relação ao futuro, desorientava e abalava o "terreno seguro" dos valores tradicionais. A mudança tão exaltada em alguns artigos, em outros causava incerteza:

> Agora os tempos realmente estão mudados, mesmo porque está difícil saber o que pode ser considerado pecado. Este negócio de mãe solteira é moda, desquites e separações, idem. (...) é o cúmulo, estes bichas declaram que eles também se igualam à mulher porque também sentem dor. Onde estamos. Para onde vamos. É o fim da picada, isto é. (Correio do Planalto, 31-07-1982).

Nas páginas do Correio do Planalto estava presente essa característica dúbia de se perceber o passado. As décadas de 1930 e 1940, compreendidas como um período de intenso crescimento da cidade e de acelerada mudança econômica e estrutural naquela época, na perspectiva dos intelectuais da década de 1970 eram compreendidas como pacatas e tranquilas. As mudanças são percebidas como algo novo, a forma como se percebe o passado, ao contrário, segue a mesma fórmula: o passado é percebido como algo estático, pacato, em espera; o presente como dinâmico, acelerado em constante mudança.

> Toda comunidade construída pela trajetória vital, o azar ou a organização ajuda a estabilizar as experiências realizadas. Por isso, do ponto de vista temporal, cabe falar de unidades geracionais políticas e sociais cujas experiências únicas ou repetidas, parecem os mesmos acontecimentos[64]. (KOSSELECK, 2001, p. 52).

A discrepância notada entre a experiência e a expectativa

64 Toda comunidad constituída por la trayectoria vital, el azar o la organización ayuda a estabilizar las experiencias realizadas. Por eso, desde el punto de vista temporal, cabe hablar de unidades generacionales políticas y sociales cuyo experiencias únicas o repedidas, o padecer los mismos acontecimientos. (KOSSELCK, 2001: 52).

culminou em uma incerteza sobre o futuro, percebida de maneira pessimista quanto a mudança de costumes e valores e com bons olhos quanto as possibilidades tecnológicas e econômicas. O futuro era bem vindo, desde que pudesse ser "controlado" assim como se fazia com o passado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer deste trabalho buscamos rastrear as formas como o processo de modernização foi interpretado e compreendido, entre as décadas de 1930 e 1950, no município de Anápolis-GO. Nosso objetivo não foi propriamente narrar ou discutir o processo de urbanização e industrialização pelo qual a cidade passou, mas compreender, por meio dos discursos produzidos nesse período, a maneira como a modernização foi interpretada e utilizada como um modo de construção de sentido das narrativas históricas locais. Para esse intento discutimos a maneira como a imprensa local se utilizou da categoria de progresso como forma de apropriação e entendimento das mudanças pelas quais a cidade passava. Percorremos o mesmo período histórico, mas desta vez, partimos da perspectiva do es-

trangeiro (ou dos grupos de estrangeiros), dos indivíduos estranhos ao horizonte cultural local, mas que a partir de seu ponto de vista também pode construir uma imagem da cidade que se modificava. Por fim, recorremos a outras formas de interpretações construídas sobre este mesmo recorte temporal, desta vez, porém, na perspectiva das narrativas históricas desenvolvidas pelo periodismo local. Essas narrativas produzidas até a década de 1970 demonstraram como o processo de modernização se tornou não só um evento histórico vivenciado localmente, mas também uma forma de articulação e compreensão da própria história local.

O processo de modernização representou uma mudança de hábitos e costumes, porém, somente até determinado ponto. A tensão entre a experiência acumulada e as expectativas que se apresentam tende a determinar as mudanças que são bem vindas e as que devem ser evitadas junto ao corpo social. Conforme Hobsbawn, é preciso também estar atento ao fato de que a inovação e a novidade é mais prontamente aceita na medida em que se refira ao controle da humano sobre a natureza, no domínio da ciência e da tecnologia, por exemplo:

> A mudança rápida e constate na tecnologia material pode ser saudada pelas mesmas pessoas que se contrariam profundamente com a experiência de mudança rápida nas relações humanas (sexuais e familiares, por exemplo), e que poderiam, na verdade, achar difícil conceber mudança constante em tais relações. (HOBSBAWN, 1998, p. 29).

Pensar a modernização, assim, não se restringe apenas a identificar o conjunto de mudanças tecnológicas ocorridas em um

determinado espaço em um determinado tempo, mas implica diretamente em pensar como esse conjunto de mudanças, marcadas pelo toque da inovação, rearticularam a experiência temporal e como esta influenciou na visão construída sobre o passado. A modernização ocorrida em Anápolis, apesar de ser uma consequência de projetos e arranjos estaduais e federias, foi interpretada e representada a nível local de uma maneira que pudesse, simultaneamente, perceber a localidade como parte integrante do território nacional (fazer parte da história do país) e definir características próprias que pudesse diferenciar a cidade das demais regiões do entorno. A ideia de progresso redefiniu os traços históricos regionais fornecendo novas formas de se pensar e reconstruir o próprio passado.

Primeiramente podemos perceber como a imprensa local utilizou a ideia de progresso como categoria de entendimento histórico. O progresso assim não foi utilizado somente como um discurso político, mas auxiliou no entendimento do próprio processo de modernização. Simultaneamente, a modernização vivenciada pelos habitantes da região não significou uma destruição da cultura local e/ou a ascensão de uma cultura moderna, mas a assimilação desta por parte da cultura local e vice versa. Da mesma forma não podemos afirmar que houve uma deturpação da cultura moderna frente a uma cultura local preexistente, mas somente uma forma de apropriação e interpretação deste processo a partir do conjunto de experiências vividas na vida prática dos indivíduos inseridos neste processo.

Isso pode ser percebido também a partir da visão ou registro de indivíduos advindos de outras regiões e que fixaram residência na cidade de Anápolis. Estes puderam assim nos fornecer percepções

distintas do processo de mudança vivenciado pela região durante o período analisado. Podemos notar, assim, que a mudança não foi absorvida de forma passiva pelos moradores da região, estes reagiram a essa mudança, a compreenderam a partir de sua perspectiva cultural. O processo de modernização significa antes de tudo um processo de mudança cultural, no qual não só a cultura local foi afetada, mas a própria concepção do que é "moderno" sofreu alterações. Podemos notar essas formas de relação cultural de maneira mais clara através da gerada de imigrantes estrangeiros à região. Através dos sírio-libaneses podemos perceber as mudanças e permanências nas relações comerciais durante esse processo, por meio dos missionários protestantes foi possível perceber não só a mudança estrutural que ocorria na região, mas também como os valores religiosos tradicionais respondiam e se adaptavam a novas visões de mundo que passavam a compartilhar um espaço em comum. Através da presença de frades norte-americanos podemos alcançar esse conflito de maneira mais clara e, simultaneamente, perceber a linha tênue que supostamente separa o âmbito religioso e político. Por meio dos trabalhos de Joan Lowell e Robert Carmin, o primeiro um relato que misturava ficção e "realidade", o segundo um trabalho que seguia os "rigores" dos métodos científicos, podemos observar o quanto a nossa percepção da "realidade" está presa a uma visão de mundo culturalmente construída. Dessa maneira, observamos que não é possível traçar um perfil prévio da maneira como o processo de modernização afeta uma região tomando como base apenas uma percepção da realidade.

Por fim, foi possível apreender a modernização não só como um processo que somente mudou os aspectos estruturais e sociais dessa região, mas que também possibilitou uma nova maneira

de se compreender o tempo histórico: o modo como as experiências (passado) e expectativas (futuro) são articuladas na elaboração de sentido para o presente. (KOSELLECK, 2006). Esta concepção das experiências vivenciadas na vida prática influenciou na forma como as narrativas históricas produzidas localmente foram elaboradas no decorrer desse período. Nas décadas de 1930 e 1950, a modernização, compreendida, sobretudo, a partir da categoria de progresso, mais do que processo histórico, foi tomada como um modelo de articulação e interpretação da própria mudança temporal: o progresso fornecia mecanismos para compreensão da dinâmica temporal. Posteriormente, no decorrer da década de 1970, essas narrativas, ainda sob a égide do progresso, se consolidaram a partir de três chaves interpretativas da memória local: a mudança constante, a predestinação histórica e a repetição. Estas não ocorriam separadamente, mas forneciam "roteiros" ou alternativas para se explicar o presente vivido a partir da experiência temporal. Na mudança constante, a própria ideia de mudança era absorvida como elemento capaz de elaborar um sentido para o passado lembrado (RÜSEN, 2007). Na predestinação histórica a modernização, tomando a industrialização como parte principal desse processo, era compreendida como uma "vocação" atribuída à cidade; não importava as dificuldades presentes, as mudanças que ocorriam naquele tempo presente encontravam-se prenunciadas no próprio passado e eram compreendidas como "invitáveis". A repetição foi utilizada para criar um padrão tanto estrutural (o progresso constantemente presente na evolução histórica local) quanto narrativo (o início, meio e fim das narrativas históricas seguiam um "roteiro" que se repetia). A história, nessa perspectiva, é tomada como um palimpsesto constantemente risca-

do e acrescido de novos dados, sem, entretanto, alterar o suporte que o sustenta. A formação histórica local, mais uma vez é tomada como prova do "incontestável progresso" da cidade.

Ao pensar a operação historiográfica Dosse afirma que:

> A interpretação histórica se dá pela ambição de investir num meio termo que se situa entre a familiaridade com o meio ambiente e a estranheza representada pelo mundo que perdemos. A descontinuidade que opõe nosso presente ao passado torna-se, então, um instrumento para desenvolver uma nova construção historiográfica. (2003, p. 149).

Esta perspectiva aplicasse também à experiência histórica vivenciada cotidianamente, as narrativas históricas buscam apenas tornar essa experiência compreensível dentro de uma escala temporal. A história, mais do que uma narrativa do passado torna-se algo planejado para produzir sentido à vida prática, ou como atesta Koselleck sobre o pensamento histórico moderno: fazer história é "uma experiência moderna e, mais que isso, uma expectativa moderna: a de que, cada vez mais, nós somos capazes de planejar e realizar a história". (2006, p. 235). A história funciona como uma produtora de sentido para as carências de orientação da vida prática cotidiana, ou em outras palavras: "todas as histórias foram construídas pelas experiências vividas e pelas expectativas das pessoas que atuam ou que sofrem." (KOSELLECK, 2006, p. 306). A categoria de progresso como meio de interpretar e articular a experiência do tempo conforme percebemos no caso de Anápolis, foi o meio encontrado pelas narrativas históricas locais para construir e interpretar a mudança temporal e estrutural vivenciada pela cidade no decorrer do século

XX. As narrativas históricas, mais do que relatar o passado local, tinham a função de "atualizar" o presente, tornando as experiências vivenciadas cognoscíveis.

REFERÊNCIAS

Arquivos consultados:

Arquivo do Museu Histórico de Anápolis "Alderico Borges de Carvalho" – Anápolis, GO.

Arquivo do Centro de Documentação da Universidade Estadual de Goiás (Cedoc-UEG) – Anápolis, GO.

Arquivo da Câmara Municipal de Anápolis, GO.

Arquivo Histórico do Estadual de Goiás – Goiânia, GO.

Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central (IPEHBC), Goiânia, GO.

Bibliografia:

ABBAGNANO, Nicola. Dicionário de Filosofia. Tradução de Alfredo Bossi. – São Paulo: Martins Fontes, 2007.

AMADO, Janaina. Construindo mitos: a conquista do Oeste no Brasil e nos EUA. In: PIMENTEL, Sidney Valadares; AMADO, Janaína (org.). Passando dos limites. Goiânia: Editora da UFG, 1995.

ARAÚJO, Ordália Cristina Gonçalves. "Abordagem historiográfica e experiência protestantes em Goiás." In: QUADROS, Eduardo Gusmão de; SILVA, Maria da Conceição; MAGALHÃES, Sônia Maria de (Org.). Cristianismos no Brasil Central: história e historiografia. Goiânia: Ed. UCG, 2008.

ARRAIS, Cristiano. Projeções urbanas: um estudo sobre as formas de representação e mobilização do tempo na construção de Belo

Horizonte, Goiânia e Brasília. 2008. 303f. Tese (doutorado em História). – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

ARRAIS, Cristiano Alencar. Mobilidade discursiva: o periodismo político em Goiás. Goiânia: Editora UFG, 2013.

ARRAIS, Cristiano; SANDES, Noé Freire. "História e Memória em Goiás no século XIX: uma consciência da mágoa e da esperança." Varia História, Belo Horizonte, MG, vol. 29, nº 51, p.847-861, set/dez 2013.

ARRAIS, Tadeu. A produção do território goiano: economia, urbanização, metropolização. Goiânia: Editora UFG, 2013.

ARIMATHÉA, Amador; CURY, Lindberg. Dos cedros ao cerrado: história do sírios e libaneses de Anápolis: 1903-2009. Brasília: Starprint, 2009.

ASMAR, João. Coisas do passado. Goiânia: Kelps, 2013.

ASMAR, João. Os árabes no sertão. Goiânia: Kelps, 2010.

ASMAR, José. Gente & Tempo. Goiânia: Ed. da Universidade Federal de Goiás, 1987.

AZEREDO FILHO, Francisco Lopes. Dados Geográficos e Históricos do Município de Anápolis: à guisa de Geografia e História do município para uso em escolas de Anápolis. São Paulo: Tipografia Artística A. Guarita & Cia, 1938.

BAHIA, Juarez. História, jornal e técnica: as técnicas do jornalismo, volume 2. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

BARBOSA, Marinalva. História cultural da imprensa: Brasil, 1900-2000. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

BERMAN, Marshall. Tudo que é sólido se desmancha no ar: a aventura da modernidade. Tradução de Carlos Felipe Moisés e Ana

Maria Ioriati. São Paulo: Cia das Letras, 1986.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimento. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

BITTENCOURT, Libertad Borges. "Entre as memórias e as identidades: as comemorações do bi-centenário das independências na América Hispânica e os princípios da exclusão." História Revista, Goiânia, v. 13, n. 2, p. 447-459, jul./dez. 2008.

BLACK, C. E. Dinâmica da modernização. Tradução de Célia Maria G. de Stewart. – Rio de Janeiro: Apec, 1971.

BONOME, José Roberto. "Protestantismo: ideal de progresso através da saúde e da educação." Jornal O Centenário, Anápolis, nº 7, p. 26, mar. 2006.

BORGES, Barsanufo Gomides. O despertar dos dormentes. 1982. Dissertação (mestrado em História). – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1982.

BORGES, Humberto Crispim. História de Anápolis. Goiânia: Cerne, 1975.

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Tradução de Fernando Tomaz. – Rio de Janeiro: DIFEL, 1989.

CANDIDO, Antonio. Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos meios de vida. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2001.

CARMIN, Robert Leighton. Anapolis, Brazil: regional capital of an agricultural frontier. Chicago, University of Chicago, Department of Geography, 1953.

CERTEAU, Michel de. A Escrita da história. Tradução de Maria

de Lourdes Menezes. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHAUL, Nasr Fayad. Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade. Goiânia: Editora UFG, 2010.

CHIAROTTI, Tiziano M. Patrimônio histórico e cultural do município de Anápolis. Goiânia: Kelps, 2011.

DAL MORO, Nataniél. "Os memorialistas e a edificação de um passado glorioso." Revista Crítica Histórica, Ano III, nº 6, p. 01-23, dez. 2012.

DELEUZE, Gilles. Diferença e repetição. Tradução de Luiz Orlandi e Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 2006.

DORTIER, Jean-François. Dicionário de ciências humanas. Tradução de Márcia Valéria Martinez de Aguiar. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

DOSSE, François. A História. Tradução de Maria Elena Ortiz Assumpção. – Bauru, SP: EDUSC, 2003.

DUPAS, Gilberto. O mito do progresso: ou o progresso como ideologia. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

EVERDELL, Willian R. Os primeiros modernos. Tradução de Cynthia Cortes e Paulo Soares. – Rio de Janeiro: Record, 2000.

FANSTONE, James. Missionary adventure in Brazil: the amazing story of the Anapolis Hospita. Sussex, England: Errey's Printers, s/d.

FAORO, Raymundo. "A questão nacional: a modernização". Estudos Avançados, São Paulo, IEA/USP, v. 6, nº 14, p. 07-22, jan./abr. 1992.

FEITOSA, João Marcos. A influência evangélica na sociedade anapolina. 2002. 122f. Dissertação (mestrado em Ciências da Religião). – Departamento de Filosofia e Teologia, Universidade Católi-

lica de Goiás, Goiânia, 2002.

FERES JUNIOR, João. A história do conceito de "Latin America" nos Estados Unidos. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

FERES JUNIOR, João. "Introdução a uma crítica da modernidade como conceito sociológico." Dossiê: Teoria Política e Social na Contemporaneidade. Mediações, Londrina, v. 15, n.2, p. 28-41, Jul/Dez. 2010.

FERNANDES, Marcelo Belarmino. São Gonçalo operário: cenários e personagens das lutas sociais no Município de São Gonçalo no segundo pós-guerra, 1945-1951. 2009. 151f. Dissertação (mestrado em História Social) Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, RJ, 2009.

FERNANDES, Natalina (org.). Anápolis centenária em prosa e verso: poesias. Goiânia: Kelps, 2007.

FERREIRA, Haydée Jayme. Anápolis: sua vida, seu povo. Brasília: Senado Federal, 1981.

FERREIRA, Haydée Jayme. Anápolis: sua vida, seu povo. Goiânia: Kelps, 2011.

FRANÇA, Maria de Sousa. A formação histórica da cidade de Anápolis e a sua área de influência regional. São Paulo: ANPUH, 1974.

FREDICO, Samuel. "Gênese e consolidação da rede urbana na região de fronteira agrícola moderna." In: COSTA, Everaldo Batista; OLIVEIRA, Rafael da Silva (org.). As cidades entre o "real" e o imaginário: estudos no Brasil. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

FREITAS, Revalino. "Anápolis, fundos públicos e expansão urbana: 1957-1997." In: TOSCHI, M. S. (org). 100 anos: Anápolis em pesquisa. Anápolis: [s. n.], Goiânia: Editora Vieira, 2007.

FREITAS, Revalino. Anápolis: passado e presente. Anápolis: Edito-

ra Voga, 1995.

GADAMER, Hans-Georg; KOSELLECK, Reinhart. Historia y hermenéutica. Barcelona: Paidós, 1997.

GADAMER, Hans-Georg. "Histórica y lenguage: una respuesta." In: GADAMER, Hans-Georg; KOSELLECK, Reinhart. Historia y hermenéutica. Barcelona: Paidós, 1997.

GIDDENS, Anthony. As consequências da modernidade. Tradução de Raul Fiker. – São Paulo: Editora Unesp, 1991.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. "Prefácio. O tempo como forma da experiência: Valdei Lopes de Araújo e o futuro de uma tradição alemã de pensar a história." In: ARAUJO, Valdei Lopes de. A experiência do tempo: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845). São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008. (pp. 11-15).

HOBSBAWN, Eric. "O sentido do passado." In: Sobre história. Tradução de Cid Knipel Moreira. – São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

IANNI, Octavio. Teorias da globalização. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

JOÃO, Maria Isabel da Conceição. Memória e Império comemorações em Portugal (1880-1960). 1999. 1073f. Dissertação (tese de doutorado em História Contemporânea). Universidade Aberta de Lisboa, 1999.

JOINVILLE em dados 2013. Perini Business Park. Disponível em: <http://www.rhbrasil.com.br/joinville_dados/joinville.pdf> Acesso em: 08-05-2014.

KOSELLECK, Reinhart. Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos. Tradução de Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira. – Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio,

2006.

KOSELLECK, Reinhart. Los estratos del tiempo: estudios sobre la historia. Traduccion de Daniel Innerarity. – Barcelona: Ediciones Paidós, 2001.

LARAIA, Roque de Barros. Cultura: um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. História: novos objetos. Tradução de Terezinha Marinho. Rio de Janeiro, F. Alves, 1976.

LIMA, Daiane Gomes. Alô Querida! Uma ligação Hollywood-Anápolis. 2009. 123f. Monografia (graduação em História). Universidade Estadual de Goiás, Anápolis, 2009.

LOFEGO, Silvio Luiz. "1954 – a cidade aniversariante e a memória coletiva: O IV Centenário da cidade de São Paulo." Revista Projeto História, São Paulo, v.20, p. 301-314, jan./jun. 2000.

LOWELL, Joan. Terra prometida. Tradução de Lígia Junqueira. – São Paulo: Edições melhoramentos, s/d. (Coleção caminhos da vida).

LUCA, Tania Regina. "História dos, nos e por meio dos periódicos." In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). Fontes históricas. São Paulo: Contexto, 2011. (p. 11-153).

LUPPI, Sheila C. A. L. "'Batrícios' anapolinos." In: TOSCHI, M. S. (org). 100 anos: Anápolis em pesquisa. Anápolis: [s. n.], Goiânia: Editora Vieira, 2007.

LUZ, Janes Socorro. "A inserção de Anápolis/GO no contexto da dinâmica regional." Revista Anápolis Digital Volume 01, nº 01, p. 01-15, 2010. Disponível em: <http://www.anapolis.go.gov.br/revistaanapolisdigital/wp-content/uploads/2011/04/a-insercao-de-anapolis-go-no-contexto-da-dinamica-regional.pdf > Acesso em 02-05-2014.

MACHADO, M. C. T. Pedro Ludovico: um tempo, um carisma, uma história. Goiânia, Cegraf/UFG, 1990.

MARCHEZAN, Luiz Gonzaga. "O sertão no interior da máquina do mundo."
Revista UFG, Goiânia, Ano VIII, nº 2, p. 54-59, dez. 2006.

Marques, Paulo. Modernização do Brasil: dilemas e perspectivas. São Paulo: Universidade de São Paulo, Instituto de Estudos Avançados, 1994.

MARTINS, José de Souza. Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Contexto, 2009.

MARTINS, Mário Ribeiro. Jornalistas, Poetas e Escritores de Anápolis (poesia e prosa). Anápolis: Edição da Academia Anapolina de Filosofia, Ciências e Letras, 1986.

MARX, Karl. O 18 Brumário de Luís Bonaparte. Tradução de Leandro Konder. – São Paulo: Martin Claret, 2008.

MATHEUS, Letícia Cantarela. Comunicação, tempo, história: tecendo o cotidiano em fios jornalísticos. Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2011.

MENEZES, Cláudia. A mudança: análise da ideologia de um grupo de imigrantes. Rio de Janeiro, Imago; Brasília, INL, 1976.

MONTORO, Tania. Hollywood no Cerrado: Um filme de Aventuras femininas. In: SWAIN, Tania Navarro (org.). Revista labrys, études féministes/ estudos feministas, n. 20- 21, jul./dez. 2011 – jan./jun. 2012.

MOURA, Arnaldo Salustiano. Cotidianos anapolinos. Dos anos 20 até 1970. Um olhar ao passado através dos documentos legislativos. Goiânia: Kelps, 2012.

NISBET, Robert. História da idéia de progresso. Tradução de Leopoldo José Collor Jobim. – Brasília, Editora Universidade de

Brasília, 1985.

OLIVEIRA, João Luiz. "Discurso sobre a história de Anápolis promulgada em 15 de dezembro de 1947 por ocasião dos festejos da emancipação política de Anápolis." In: MOURA, Arnaldo Salustiano. Cotidianos anapolinos. Dos anos 20 até 1970. Um olhar ao passado através dos documentos legislativos. Goiânia: Kelps, 2012. (p. 27-31).

OLIVEIRA, João Luiz. "Subsídios à História de Anápolis." Revista A Cinquentenária. Edição única em comemoração ao jubileu da cidade de Anápolis, 1957.

ORTEGA Y GASSET, José. História como sistema. Mirabeau ou o político. Tradução de Juan A. Gili Sobrinho e Elizabeth Hanna Côrtes Costa. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1982.

OZOUF, Mona. "A Festa: sob a Revolução Francesa". In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. História: novos objetos. Tradução de Terezinha Marinho. Rio de Janeiro, F. Alves, 1976.

PALACÍN Luiz; MORAES, Maria A. S. História de Goiás (1722-1972). Goiânia: Ed. da UCG, Ed. Vieira, 2008.

PASQUINO, Gianfranco. "Modernização." In: Bobbio, Norberto; MATTEUCCI Nicola; PASQUINO, Gianfranco. Dicionário de política I. Tradução de Carmen C, Varriale. – Brasília : Editora Universidade de Brasília, 1998.

PIMENTEL, Sidney Valadares. "Pactários da natureza e da cultura." Revista UFG, Goiânia, Ano VIII, n° 2, p. 54-59, dez. 2006.

PINTO JUNIOR, Arnaldo. A invenção da "Manchester Paulista": embates culturais em Sorocaba (1903-1914). 2003. 234f. Dissertação (mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, SP, 2003.

POLONIAL, Juscelino. Anápolis nos tempos da ferrovia. Goiânia: Editora Kelps, 2011a.

POLONIAL, Juscelino. Ensaio sobre a História de Anápolis. Goiânia: Editora Kelps, 2011b.

POLONIAL, Juscelino. Introdução à história política de Anápolis (1819-2007). Anápolis, edição do autor. 2007.

ROCHA, Hélio. Anápolis – e assim se passaram 100 anos. Goiânia: Kelps, 2007.

RONCANI, Luiz. "Lugar do sertão." Revista UFG, Goiânia, Ano VIII, n° 2, p. 54-59, dez. 2006.

RÜSEN, Jörn. História viva: teoria da história: formas e funções do conhecimento histórico. Tradução de Estevão de Rezende Martins. – Brasília: editora Universidade de Brasília, 2007.

RÜSEN, Jörn. Razão histórica: teoria da história: os fundamentos da ciência histórica. Tradução de Estevão de Rezende Martins. – Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2001.

RÜSEN, Jörn. Reconstrução do Passado. Teoria da história II: os princípios da pesquisa histórica. Tradução de Asta-Rose Alcaide. – Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010.

SAMPAIO, Júlio Cesar Ribeiro. "Desafios da proteção do patrimônio cultural industrial de Juiz de Fora." Revista CPC, São Paulo, n.14, p. 70-86, mai./out. 2012.

SANDES, Noé Freire. "Marcas da fundação: identidade regional e historiografia." Revista Educação e Mudança. nº11/12, p. 29-43, Jan./Dez. 2003. Disponível em: <http://revistas.unievangelica.edu.br/index.php/revistaeducacaoemudanca/article/viewFile/484/482> Acesso em 20-03-2014.

SANTOS, Fernando Pereira. Formação e expansão da fronteira

agrícola em Goiás: a construção de indicadores de modernização. 2010. 109f. Tese (doutorado em Ciências Ambientais). Universidade Federal de Goiás, 2010.

SILVA, Ana Lúcia. A Revolução de 30 em Goiás. Goiânia: Cânone Editorial, 2005.

SILVA, Helenice Rodrigues. "'Rememoração'/comemoração: as utilizações sociais da memória". Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 22, nº 44, p. 425-438, 2002.

SILVA, Júlia Bueno M. O interior e sua importância no projeto centralizador do Brasil: Anápolis anos 20-30. 1997. 102f. Dissertação (mestrado em História). Instituto de Ciência Humanas e Letras, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1997.

SILVA, Leicy Francisca. Eternos Órfãos da Saúde: medicina, política e construção da lepra em Goiás (1830-1962). 2013. 360f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de História, Universidade Federal de Goiás, 2013.

SILVA, Leicy Francisca. "Os discursos médicos e um plano de ataque à lepra em Goiás." Anais III Seminário de Pesquisa da Pós-Graduação em Historia UFG/PUC Goiás. Goiânia, 2010. Disponível em: <www.cpgss.ucg.br/.../Leicy%20Francisca%20da%20Silva.pdf> Acesso 10-06-2014.

SILVA, Luiz Sérgio Duarte. A construção de Brasília: modernidade e periferia. Goiânia: Ed. UFG, 2010.

SILVA, Luiz Sérgio Duarte. "Teses sobre o sertão e cidades de fronteira: o labirinto e o barroco." In: Revista O público e o privado, nº 7, p. 171-179, Jan./Jun. 2006.

SILVA, Rogério Chaves. O Jesuíta e o Historiador: a produção historiográfica de Luiz Palacín sob o prisma da matriz disciplinar de

Jörn Rüsen. Goiânia: Ed. UCG, 2008.

SILVA, Rogério Chaves. "Padre Luís Palacin e a ciência da História em Goiás". Rev. Hist. UEG - Porangatu, v.2, n.1, p.223-235, jan./jul. 2013. Disponível em: <www.prp.ueg.br/revista/index.php/revistahistoria/article/download/.../968> Acesso em 20-04-2014.

SILVEIRA, Regina C. P. S. "Aspectos socioculturais implícitos em representações linguísticas de 'novo-velho' e 'moderno-antigo', em anúncios publicitários brasileiros." In: FERNADES, C. A.; SANTOS, J. B. C. (org.) Análise do discurso: objetos literários e midiáticos. Goiânia: Trilhas Urbanas, 2006.

SIMMEL, Georg. O Estrangeiro. Tradução de Mauro Guilherme Pinheiro Koury. RBSE, Vol. 4, nº 12, p. 265-271, dez. 2005. Disponível em: <www.cchla.ufpb.br/.../SIMMEL.O%20estrangeiro.Trad.Koury.rbsedez05> Acesso em 30-04-2014.

SOUZA, Renato Dias. "A participação política dos frades franciscanos na Guerra Fria em Anápolis." In: TOSCHI, M. S. (org). 100 anos: Anápolis em pesquisa. Anápolis: [s. n.], Goiânia: Editora Vieira, 2007.

SOUZA, Valdira. Minha cidade e Eu. Goiânia: Kelps, 2008.

STEINBERG, Margareth Born. Discursos geopolíticos da mídia: jornalismo e imaginário internacional na América Latina. São Paulo: EDUC; Fapesp; Cortez, 2005.

TOSCHI, M. S. (org). 100 anos: Anápolis em pesquisa. Anápolis: [s. n.], Goiânia: Editora Vieira, 2007.

VIDAL E SOUZA, Candice. A pátria geográfica: sertão e litoral no pensamento social brasileiro. Goiânia: Ed. da UFG, 1997.

VIEIRA, Samuel. A igreja tem um papel fundamental como guardiã da família. [23 a 29 de agosto de 2013]. Anápolis: Jornal Contexto. Entrevista concedida a Claudius Brito.

VILLACAÑAS, José Luis; ONCINA, Faustino. “Introducción”. In: KOSELLECK, Reinhart; GADAMER, Hans-Georg. Historia y hermenética. Traducción de Faustino Oncina. Barcelona: Paidós, 1997.

WEBER, Max. A ética protestante e o espírito do capitalismo. Tradução de Pietro Nassetti. – São Paulo: Martin Claret, 2006.

Periódicos e revistas:

A Luta, Anápolis, 1934.

Anápolis: 1907-2007: Cem anos de História. Anápolis: Editora Gráfica Terra Azul, 2007. (Edição especial do Centenário).

Contexto, Anápolis, 2011.

Correio do Planalto, Anápolis, 1974-1982.

Folha 670, Anápolis, 2012.

O Anápolis, Anápolis, 1943-1959.

O Anápolis, Anápolis, 2010.

O Annapolis, Anápolis, 1935-1939.

O Centenário, Anápolis, 2005-2007.

O Cinqüentenário, Anápolis, 1956.

O Combatente, Anápolis, 1933.

O Operário, Anápolis, 1933.

O Verbo, Anápolis, 1931-1932.

O X, Anápolis, 1932.

Revista A Cinquentenária. Edição única em comemoração ao jubi-

leu da cidade de Anápolis, 1957.

Revista Anápolis: Ontem e Hoje: sua história – seu povo – seu progresso. Anápolis, 1973.

Revista Anápolis: Ontem e Hoje, Anápolis, 1975.

Revista Imagem Atual, Anápolis, Ano 2, nº 23, Agosto de 1988.

The Record Spartan Alumni Magazine. Vol. 55, n. 3, Michigan, April 1950.

Voz do Sul, Anápolis, 1932.

Sites visitados:

Câmara Municipal de Anápolis. <www.camaraanapolis.go.gov.br> Acesso em 01-07-2014.

Encyclopaedia britannica. <http://www.britannica.com> Acesso em: 28-04-2014.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). < http://www.ibge.gov.br/> Acesso em 01-07-2014.

Jornal O Anápolis edição on-line. <http://www.oanapolis.com.br/> Acesso em: 28-06-2014.

Jornal Contexto edição on-line. <http://www.jornalcontexto.net/> Acesso em: 29-07-2014.

ANEXOS

1. Bandeiras da Vila de Santana das Antas e da cidade de Anápolis.



Primeira bandeira de Anápolis, em reprodução elaborada por Gédson Crisóstomo a partir da Lei nº 19, 25 de junho de 1901 (na época ainda Vila de Santana das Antas). O texto da lei sancionava: "A Bandeira é idêntica a Nacional, substituindo-se o emblema central por uma estrela, cujo centro será encarnado, indicando o município de Santana de Antas, e tendo seis pontas azuis, indicando os municípios que com este confrontam, sendo a estrela em campo amarelo, circundada por ramos verdes, um de folhas de café e outro de folhas de fumo, entrelaçados na parte superior." Os municípios limítrofes no período eram Pirenópolis, Corumbá, Jaraguá, Curralinho, Campinas e Bonfim.



Atual Bandeira Municipal de Anápolis. Instituída conforme Lei Municipal nº 29, de 31 de janeiro de 1967.

2. Brasão do Município de Anápolis.



Descrição simbólica do brasão de acordo com a Lei nº 59, de 31 de janeiro de 1967. A elaboração do brasão havia sido autorizada pela Lei nº 74, de 11 de abril de 1956. Segundo esta lei, "os estudos e o desenho do símbolo das armas do município de Anápolis, para a constituição do brasão, devem se referir a elementos históricos e geográficos regionais e, preferencialmente, deste município." Imagem disponível em:

<http://www.anapolis.go.gov.br/portal/anapolis/simbolos/> Acesso em: 28-04-2014.

O PROGRESSO COMO CATEGORIA DE ENTENDIMENTO HISTÓRICO:

um estudo de caso sobre a modernização da cidade de Anápolis-go (1930-1957)

JOSÉ FÁBIO DA SILVA

intuito editora